



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ISMÊNIA DE OLIVEIRA HOLANDA

**“CASSANDRA RIOS AINDA RESISTE”: VIDA LITERÁRIA, CENSURA, MEMÓRIA
E LUTA POR RECONHECIMENTO**

FORTALEZA

2020

ISMÊNIA DE OLIVEIRA HOLANDA

“CASSANDRA RIOS AINDA RESISTE”: VIDA LITERÁRIA, CENSURA, MEMÓRIA E
LUTA POR RECONHECIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H669" Holanda, Ismênia de Oliveira.

"Cassandra Rios ainda resiste" : vida literária, censura, memória e luta por reconhecimento / Ismênia de Oliveira Holanda. – 2020.
288 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva.

1. Vida literária. 2. Memória. 3. Ditadura civil-militar. 4. Luta por reconhecimento. 5. Justiça de Transição. I. Título.

CDD 900

ISMÊNIA DE OLIVEIRA HOLANDA

“CASSANDRA RIOS AINDA RESISTE”: VIDA LITERÁRIA, CENSURA, MEMÓRIA E
LUTA POR RECONHECIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 28 /02 /2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fabio Gentile
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Meize Regina de Lucena Lucas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Andrea Borges Leão
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Renan Honório Quinalha
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

À Vó Pinha (*in memoriam*).

Aos meus pais, Aníbal e Silvana.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me apoiou nos estudos, me dando livros de presente e entendendo minhas ausências em momentos familiares, pois “a Ismênia ficou em casa estudando”.

Agradeço especialmente à vó Pinha (*in memoriam*), que faleceu tão logo eu entrei no Doutorado, mas que sei que mesmo hospitalizada sorria ao saber que eu um dia seria a primeira Doutora da família, pois “médico não é doutor”.

À Luana, valente estrela, que me ajuda a reencontrar comigo todos os dias. Ao seu lado tudo é motivo de riso, do acordar cedo na segunda de manhã ao cachorro no carro de mudanças.

Ao Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva, pela excelente orientação durante esta caminhada. Que me acompanha e orienta desde quando eu era um girino nos corredores da Ciências Sociais, que deu excelentes aulas, me acolheu no NUSS e que me deu espaço para seguir nas pesquisas e trabalhos de meu interesse.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva, Prof. Dr. Fabio Gentile, Prof.^a Dr.^a Meize Regina de Lucena Lucas, Prof.^a Dr.^a Andrea Borges Leão e Prof. Dr. Renan Honório Quinalha, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de Doutorado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas, mas principalmente, pelos momentos de risos e apoio em meio as dificuldades da pós-graduação. Obrigada.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

"O que sou?! Por ser escritora? Alguns amigos me chamavam de bruxa porque lia Tarot para eles, porque acreditavam nas minhas premonições. Os que me perseguiram me chamavam de devassa! Mas eu sei que não sou nem bruxa, nem pura nem santa, nem criminosa nem pecadora! Por certo havia uma finalidade programada na minha vida. Predestinada a chegar ao que cheguei a ser, a que fui: Uma escritora, apenas! Cassandra Rios!"

Mezzamaro Flores e Cassis – O Pecado de Cassandra, Cassandra Rios.

RESUMO

A tese de doutorado estuda a trajetória da escritora paulistana Cassandra Rios desde seus primeiros escritos até a sua morte em 2002. Busquei analisar a trajetória artística de Rios em suas diversas facetas, relacionando-as com os fluxos censórios que perpassaram a vida desta artística desde o lançamento de seu primeiro livro. Exponho questões relativas à censura moral que permeou a produção literária brasileira, principalmente feminina, desde antes da Ditadura Civil-Militar e que foi por esta fortalecida, tendo uma base jurídica específica através da do Decreto-lei 1.077/1970. Para além da própria trajetória da autora, faz-se uma análise dos posteriores processos com os quais houve uma busca por reparação da imagem dela após a sua morte, seja no âmbito cultural, com a produção de documentário, seja no âmbito jurídico/institucional, com a elaboração de relatórios pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (OAB) de São Paulo e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Ministério da Justiça. Em tal estudo tenho como bases os processos judiciais impetrados contra Rios na esfera estadual e federal, livros memorialísticos escritos por Rios e por outros envolvidos em sua trajetória, matérias e entrevistas em jornais e revistas com ela e com pessoas próximas, assim como entrevistas com aqueles que buscam a reparação da imagem e o reconhecimento de Rios enquanto perseguida política da Ditadura Civil-Militar brasileira com base em questões de ordem moral. Utilizo como categorias analíticas e referencial teórico mobilizado para analisar este material empírico: Trajetória (BOURDIEU, 1996a; KOFES, 1994, 2001), Esquecimento (BOSI, 2012; HALBWACHS, 2006), Censura moral (MARCELINO, 2011; REIMÃO, 2011; SILVA, 2010), Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2003) e Justiça de Transição (QUINALHA, 2012; REÁTEGUI, 2011). Com esta tese podemos constatar e analisar a perseguição sistemática ao nome de Rios no tocante à censura, antes e durante a ditadura militar e mesmo no período de abertura política. A análise das fontes nos permitiu entender a questão do discurso moral acerca do tema central das obras de Rios – o lesbianismo.

Palavras-chave: vida literária; memória; ditadura civil-militar; luta por reconhecimento; justiça de transição.

ABSTRACT

This doctoral thesis in progress seeks to study the trajectory of Cassandra Rios from São Paulo from her first writings until her death in 2002. I sought to analyze an artistic trajectory of Rios in its various facets, relating to the census flows that have permeated the life of this story since the release of his first book. I intend with such a study to expose questions related to the moral censorship that permeated the Brazilian literary production, mainly feminine, since before the Dictatorship Civil-Military and was strengthened by this, having a specific legal basis through Decree-Law 1,077 / 1970. In addition to the author's own trajectory, an analysis is made of the subsequent processes through which a search for reparation of her image was made after her death, whether in the cultural sphere, with the production of a documentary, or in the legal / institutional context, with the reporting by the Human Rights Commission of Ordem dos Advogados (OAB) from São Paulo and the National Commission for Truth (CNV) of the Ministry of Justice. In such a study I have as basis the lawsuits filed against Rios at the state and federal levels, memorial books written by Rios and others involved in his career, matters and interviews in newspapers and magazines with her and with people close to her, as well as interviews with those who seek reparation of the image and the recognition of Rios as persecuted policy of the Brazilian Civil-Military Dictatorship based on moral issues. I use as analytical categories and theoretical framework mobilized to analyze this empirical material: Trajectory (BOURDIEU, 1996a; KOFES, 1994, 2001), Oblivion (BOSI, 2012; HALBWACHS, 2006), Moral censorship (MARCELINO, 2011; REIMÃO, 2011; SILVA, 2010), Struggle for Recognition (HONNETH, 2003) and Transitional Justice (QUINALHA, 2012; REÁTEGUI, 2011). With this thesis we can verify and analyze the systematic persecution of Rios' name regarding censorship, before and during military dictatorship and even in the period of political opening. The analysis of the sources allowed us to understand the issue of moral discourse about the central theme of Rios' works - lesbianism.

Keywords: Literary life. Memory. Civil-military dictatorship. Reconciliation struggle. Transitional justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Revista Realidade (SP), Edição 00048, de março de 1970	36
Figura 02 – Revista Realidade (SP), Edição 00048, de março de 1970	36
Figura 03 – Revista Realidade (SP), Edição 00048, de março de 1970	36
Figura 04 – Jornal do Brasil, Edição 00106, de 8-8-1970	46
Figura 05 – Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00286, de 21 de outubro de 1979	49
Figura 06 – Jornal do Brasil (RJ), Edição 00319, de 23 de fevereiro de 1974	53
Figura 07 – Os Best-sellers da Quinzena	58
Figura 08 – Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 07044, de 10 de junho de 1973	59
Figura 09 – Jornal do Brasil, Edição 00282, de 17 de janeiro de 1975	60
Figura 10 – Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 11020, de 25 de junho de 1985	63
Figura 11 – Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1182 (1)	65
Figura 12 – Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00020, de 21 de janeiro de 1978	68
Figura 13 – A escritora Cassandra Rios e o escritor inglês Richard Llewellyn	69
Figura 14 – Coluna Livros, de Carlos Menezes	71
Figura 15 – Diário Carioca - O máximo de jornal, no mínimo de espaço, Ano 1960 Edição 09867 - 17 de agosto de 1960	73
Figura 16 – Jornal Tribuna da Imprensa (RJ), Edição 09229, de 1-2-12-79	74
Figura 17 – Jornal do Brasil (RJ), Edição 00210, de 4 de novembro de 1974	76
Figura 18 – Correio da Manhã (RJ). Ano 1960, Edição 20585, 6 de maio de 1960	82
Figura 19 – Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048/Março de 1970	85
Figura 20 – Intimação de Réu	89
Figura 21 – A escritora Cassandra Rios compareceu em juízo para interrogatório, acusada de divulgar imoralidades em seus livros	91

Figura 22 – Jornal Última Hora (PR), Edição 00659, de 18-7-63	94
Figura 23 – Jornal O Globo	101
Figura 24 – Despacho do livro A Borboleta Branca	119
Figura 25 – Jornal Opinião (RJ), Edição 00134, de 30 de maio de 1975	125
Figura 26 – Jornal do Brasil, Edição 00050, de 25 de maio de 1977	127
Figura 27 – Correio da Manhã (RJ). Ano 1970, Edição 23693, 13-07-1970	135
Figura 28 – Capa do livro Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes, 1970	138
Figura 29 – Capa do livro Tudo a Declarar, de Armando Falcão, Editora Nova Fronteira, 2ª Edição, 1989	144
Figura 30 – Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00183, de 8 de julho de 1978	148
Figura 31 – Capa do Livro CENSURA, Cassandra Rios, Editora Gama, 1977	151
Figura 32 – Jornal da República (SP), Edição 00073, de 20 de novembro de 1979	161
Figura 33 – Capa do livro Valéria, a Freira Nua, 1979, de Oliver Rivers	162
Figura 34 – Capa do livro Sonho de Viúva, de Clarence Rivier, Editora Farmalivros, 1980	134
Figura 35 – Coluna de Marcus Prado	170
Figura 36 – Capa do Livro Eu sou uma Lésbica, Editora Record, 2ª edição, 1983.	171
Figura 37 – Revista Reporter – maio de 1980, página 27	172
Figura 38 – Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00292, de 27 de outubro de 1980	177
Figura 39 – “PARANÓICA” na tela, é sapatão. Jornal A Luta Democrática. Ano 1980, Edição 08028, 24-09-80, página 7	180
Figura 40 – Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2508, 30 de Maio de 1982	188
Figura 41 – Revista O Cruzeiro (RJ), Edição 2509, de 15 de junho de 1982	189
Figura 42 – Informação nº 1287/119/ASP/82	203

Figura 43 – Carimbo: documento confidencial	203
Figura 44 – Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001	205
Figura 45 – Programa na Rádio São Paulo	207
Figura 46 – A escritora Cassandra Rios entrevistada por Jô Soares no programa "Jô Soares Onze e Meia"	207
Figura 47 – Material de campanha de Cassandra Rios para Deputada Estadual	210
Figura 48 – LP Vinil Casseta&Planeta - Preto Com Um Buraco No Meio	215
Figura 49 – Audiobook Carne em Delírio	217
Figura 50 – Exposição de Pinturas em 1993	218
Figura 51 – Cartaz da Peça Eudemônia	245
Figura 52 – Foto Cassandra Rios, Exposição Tarja Preta	246

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Arquivo Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOSP	Diário Oficial do Estado de São Paulo
CEMD	Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
P	
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
INP	Instituto Nacional de Previdência
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
NUSS	Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SCDP	Serviço de Censura de Diversões Públicas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: MEUS PERCURSOS POR CASSANDRA	14
2	“ESTA É A MULHER MALDITA”	30
2.1	Nasce Odette Rios	31
2.2	O destino de Odette	32
2.3	A.C. e D.C.	34
2.3.1	<i>Família, gênero e escrita</i>	37
2.3.2	<i>“A Volúpia do Pecado”</i>: coragem, rompimento e sucesso	42
2.4	A consagração de um nome	47
2.4.1	<i>Dados sobre venda dos livros</i>	54
2.4.2	<i>A respeito da distinção best-seller e best-writer</i>	56
2.4.2.1	<i>Os defensores de Cassandra</i>	64
2.4.2.2	<i>Os opositores de Cassandra</i>	71
3	OS PROCESSOS: UMA LUPA SOBRE CASSANDRA	78
3.1	Moral e Censura: dois aspectos entrelaçados na história do Brasil	78
3.2	Pagando o preço de ser subversiva	83
3.2.1	<i>A perseguição antes da Ditadura Civil-Militar</i>	88
3.2.2	<i>Os processos federais</i>	96
3.2.3	<i>Os pareceres dos censores</i>	102
3.2.4	<i>As rondas de apreensão a livros em bancas</i>	119
4	“CENSURA”: UM LIVRO-MANIFESTO	126
4.1	O cerco se fortalece: a não distensão na década de 1970	126
4.1.1	<i>O Decreto-lei 1.077/70</i>	128
4.1.2	<i>Os Ministros da Justiça: censura a livros, moral e bons costumes</i>	136
4.1.2.1	<i>“Em defesa da Moral e dos Bons Costumes”</i>	137
4.1.2.2	<i>“Tudo a Declarar”</i>	143
4.2	“CENSURA” ou quando Cassandra Rios grita a sua verdade	150
4.3	O uso de pseudônimos masculinos: as obras que nunca foram censuradas	157
5	OS ANOS DE “SILÊNCIO”	167

5.1	“Eu sou uma lésbica. Deve a sociedade rejeitar-me”?	169
5.2	E os livros viram filmes: Pornochanchadas, sucessos e polêmicas cinematográficas	174
5.2.1	<i>Ariella</i>	176
5.2.2	<i>Tessa, a gata</i>	187
5.2.3	<i>A mulher serpente e a flor</i>	194
5.3	Jornais, rádio e a televisão: um nome em destaque	202
5.4	Carreira política, polêmicas políticas	208
5.5	Pinturas, revisões, traduções e canções	212
6	LUTA POR RECONHECIMENTO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	221
6.1	Dois conceitos-chave	222
6.2	As iniciativas de reparação no Brasil	224
6.3	“A Safo de Perdizes”	227
6.4	A Comissão Nacional da Verdade	231
6.5	E agora: o legado de Cassandra	238
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
	REFERÊNCIAS	254
	APÊNDICE A – LISTA DE LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS	261
	APÊNDICE B – LISTAGEM DAS FONTES DE PESQUISA CONSULTADAS	263
	ANEXO A – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE ODETTE RIOS	273
	ANEXO B – CONTRACAPA DO LIVRO MUROS ALTOS, SEGUNDA EDIÇÃO, 1967, EDITORA LIDADOR	274
	ANEXO C – <u>DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970</u> ..	275
	ANEXO D – PORTARIA Nº 11-B - DE 06 DE FEVEREIRO DE 1970	277
	ANEXO E – INSTRUÇÃO N 1	279
	ANEXO F – ÚLTIMO CAPÍTULO DO FOLHETIM EU SOU UMA LÉSBICA – REVISTA STATUS	280
	ANEXO G – CARTAZ DO FILME ARIELLA	281
	ANEXO H – CARTAZ DO FILME TESSA, A GATA	282
	ANEXO I – CARTAZ DO FILME A MULHER SERPENTE E A FLOR ...	283

ANEXO J – CARTAZ CENSURADO DO FILME A MULHER SERPENTE E A FLOR	284
ANEXO L – LEVANTAMENTO PERCENTUAL DE LIBERAÇÕES E VETOS RELATIVOS A 1982	285
ANEXO M – LETRA DA MÚSICA ARTIFÍCIOS	286
ANEXO N – PARECER DA PEÇA A MULHER PROIBIDA	288

1 INTRODUÇÃO: MEUS PERCURSOS POR CASSANDRA

“Cassandra parece um fruto típico dessa grande alquimia à base de ingredientes contraditórios e desconhecidos, que Cabral inaugurou ao conquistar para a Europa estes Brasis - tantas num só. Descobrir Cassandra é isso: tão desconcertante quanto descobrir o Brasil. As fórmulas precisam adaptar-se a ela, porque numa Cassandra Rios a gente vai descobrindo um número incontável de personagens, todos infalivelmente chamados Cassandra”¹.

“Cassandra Rios ainda resiste” afirmava a capa do jornal *Lampião da Esquina* em outubro de 1978. Passados mais de quarenta anos, a autora continua sendo um nome em torno do qual existem diversas polêmicas. Pornógrafa ou a frente do seu tempo? Homofóbica ou defensora das minorias sexuais? O nome de Cassandra Rios não gera consenso em muitos temas, mas debates gera muitos. E é isso que ela queria, ser lida, debatida, fazer as pessoas refletirem, como afirmou em entrevista à *Revista TPM* em julho de 2001.

Estudar um indivíduo em uma tese de Doutorado em Sociologia ainda tem seus percalços, mas creio que hoje já há um entendimento que a relação indivíduo/sociedade pode ser analisada a partir do estudo da trajetória de sujeitos. Não necessariamente um sujeito expoente, como no caso em questão, mas de sujeitos comuns, como, por exemplo, no caso analisado por Carlo Ginzburg (2006) ou nos estudos de Suely Kofes (2001).

Busco analisar a trajetória artística de Rios em suas diversas facetas, relacionando-as com os fluxos censórios que perpassaram a vida desta artística desde o lançamento de seu primeiro livro. Em 1948, Cassandra Rios se faz uma figura emblemática para estudar a sociedade brasileira do século XX. A autora, nascida em 1932 e que faleceu em 2002, teve uma vida envolta por muitas palavras, em seus livros, em jornais e em processos que sofreu.

“CENSURA”: esta é uma das palavras que permeia o nome de Rios. É também o nome de um provocativo livro-manifesto por ela escrito em 1977, auge da censura as suas obras literárias. CENSURA com letras garrafais, era assim que ela que referia a este processo sistemático que buscava minar a sua carreira.

¹ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

Optou-se por analisar sociologicamente a trajetória de Cassandra Rios, um caso emblemático de esquecimento no período pós-ditatorial, para compreender o esquecimento de artistas censurados na ditadura e passaram por um processo de esquecimento no período de abertura política do Brasil. Porém, deve-se ressaltar que poderia se pensar em outros casos de escritoras que passaram pelo mesmo processo de perseguição e desconstrução da memória, como por exemplo Adelaide Carraro e Brigitte Bijou.

Porém, para pensar em uma tese, não busco somente analisar este ponto-chave que vem à mente quando se fala da autora: a censura. A presente tese busca analisar a trajetória dela a partir de conceitos que são vistos como permeando a trajetória e a memorial social acerca de Rios, a saber: Trajetória (BOURDIEU, 1996a; KOFES, 1994, 2001), Esquecimento (BOSI, 2012; HALBWACHS, 2006), Censura moral (MARCELINO, 2011; REIMÃO, 2011; SILVA, 2010), Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2003) e Justiça de Transição (QUINALHA, 2012; REÁTEGUI, 2011).

Porém, antes mesmo de falar sobre a autora entendo ser necessário abordar como como cheguei a este tema de pesquisa. Durante toda minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC) trabalhei com temas relacionados com a produção literária. Minha primeira experiência de pesquisa foi como bolsista do projeto intitulado “Figuras, Trajetórias e Experiências de Envelhecimento nas Narrativas de Lygia Fagundes Telles e Caio Fernando Abreu” sob orientação do professor Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva. Neste projeto de pesquisa fiz os meus primeiros incursos sobre estudar a relação autor/obra e sobre estudar textos memorialísticos de escritores. Além disso, a pesquisa tinha um foco nos estudos sobre a questão da homossexualidade, outro ponto a ser recorrente nas pesquisas que realizei posteriormente.

Para a realização da monografia em Ciências Sociais optei por estudar sobre o mercado editorial voltado para o público lésbico. Um mercado novo e que buscava um público de nicho. Assim, defendi, no ano de 2012, a monografia intitulada “(Re)escrita de identidades lésbicas no Brasil Contemporâneo: a experiência da Editora Brejeira Malagueta”, na qual estudei o trabalho editorial e as técnicas de inserção no mercado da editora Brejeira Malagueta.

Foi realizando este estudo sobre o estado da arte da literatura lésbica brasileira naquele período que tive o primeiro contado com o nome de Cassandra

Rios, pois tal autora foi a primeira mulher lésbica a escrever um romance com protagonistas lésbicas no Brasil. E este ponto inicial da carreira de Rios foi importante para toda a produção literária acerca de lésbicas que veio posteriormente.

Ocorre que mesmo tendo despertado um interesse sobre esta autora, quando do ingresso no Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará no ano de 2013 optei por continuar os estudos sobre o desenvolvimento da literatura lésbica no Brasil daquele período. Assim, escrevi a dissertação intitulada “Escrever para si, escrever sobre si: a literatura lésbica entre o virtual e o impresso” na qual realizei um estudo da trajetória da escritora Karina Dias, saindo dos blogs de escritoras lésbicas para ser uma das autoras lésbicas que mais faz sucesso entre esse público específico no Brasil.

Neste estudo passei a atentar mais ainda sobre a questão da trajetória de autores e numa disciplina cursada no Programa de Pós-graduação de História da UFC, intitulada “Memória e Temporalidade”, passei a pensar cada vez mais na escritora Cassandra Rios. Foi neste momento que iniciei a escrita das primeiras linhas do que viria a ser meu projeto de Doutorado e que em vários pontos se relaciona com autores da História.

Esta aproximação com a História fez com que eu cursasse mais disciplinas naquele programa de pós-graduação. Além disso, resolvi tomar a iniciativa de cursar graduação em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE), concomitante ao semestre final do curso de Mestrado e início do curso de Doutorado. Foi uma escolha arriscada, mas que me rendeu bons frutos. Um deles foi a monografia intitulada “A volúpia do Pecado’: o amor lésbico em São Paulo da década de 1940” na qual fiz uma análise do pioneiro e revolucionário livro de Cassandra Rios.

Ao mostrar esta minha pequena trajetória de pesquisa, percebo que ela foi construindo-se para culminar na elaboração da presente tese. Creio que o trabalho que ora apresento é a soma dos questionamentos e achados das diversas pesquisas anteriores que fiz.

Suely Kofes afirma que o final da vida ordena o interesse de pesquisa, são as “indagações sobre o seu final, ou seja, porque teriam terminado desta ou daquela forma” (KOFES, 2001, p. 15). E meu interesse de pesquisar Cassandra Rios se deu exatamente devido ao final da vida dela: afastada dos grandes meios de

comunicação e esquecida nos meios literários de massa. Incitava-me pensar como uma das autoras que mais vendeu livros no século XX poderia estar esquecida no início do século XXI, sendo lembrada apenas por aquelas que compõem o mercado de nicho voltado para o público lésbico leitor de livros românticos. Esta não é uma pergunta de resposta fácil, mesmo que a princípio possa se pensar numa resposta única: a censura.

A questão da censura relativa à moral e aos bons costumes é central para analisar a trajetória de Rios. O eixo central da tese apresentada é tentar pensar, a partir do caso da escritora Cassandra Rios (1932-2002), como se articulam censura política e moral em produções culturais, principalmente literárias, do Brasil a partir de Getúlio Vargas até o contexto do golpe militar de 1964, décadas nas quais a autora produziu a sua obra e teve que lidar com o estigma da censura moral.

Na injunção ao esquecimento impetrada à obra e à pessoa de Rios destacam-se, segundo a análise ora realizada, questões relacionadas às políticas de gênero e ao controle moral sobre as sexualidades ditas dissidentes. Interessa a esta pesquisa, ainda, analisar as estratégias de reparação desse esquecimento, em processos de Justiça de Transição², visando ao reconhecimento da obra e da trajetória da autora.

O foco de estudos da pesquisa, portanto, é perceber Cassandra Rios como um caso emblemático de esquecimento moral no Brasil pós-Ditatorial, abrangendo para pensar esse esquecimento as dimensões pessoal, social e literária. Metodologicamente, realizo uma análise de pareceres e processos judiciais, entrevistas e matérias em veículos de comunicação, análise das obras memorialísticas da autora e entrevistas com pessoas que conviveram com Cassandra Rios.

Nas poucas notícias de jornais e revistas, que saíram logo após a sua morte, Cassandra é lembrada como uma pessoa que desacatava a moral e os bons costumes de uma época. Porém, e hoje como ela é vista? Será mesmo que existe este esquecimento que tanto se ouve na voz de seus familiares e amigos?

A autora se destacou por escrever sobre a sexualidade feminina, principalmente sobre relações homossexuais entre mulheres e, por isso, foi

² “O conceito de justiça de transição surgiu na década de 1990 e compreende um conjunto de medidas (verdade, memória, reparação, justiça e reformas das instituições) que visam à reparação social e institucional em sociedades que viveram períodos de exceção de direitos”. (QUINHALHA, 2012).

censurada, processada e presa ainda durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Posteriormente, na ditadura civil-militar³, foi novamente censurada, detida, multada e ameaçada, sofrendo processos por atentado à moral e aos bons costumes.

Mesmo com toda a questão de repressão moral à sua obra, a autora foi, entre as décadas de 1950 e 1970, uma das mais lidas no Brasil, vendendo trezentos mil livros por ano, o que a fez ser a primeira escritora brasileira a chegar ao patamar de um milhão de exemplares vendidos (PIOVEZAN, 2005; VIEIRA, 2010).

Busca-se entender a trajetória da autora para compreender como foi se constituindo uma exclusão social e um esquecimento coletivo a seu respeito. Esquecimento pelo qual não passaram reconhecidas escritoras brasileiras contemporâneas de Rios e que também retratavam protagonistas femininas, como Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector⁴. Ainda que todas estas autoras fugissem do padrão feminino de mulher/esposa, por não terem filhos e/ou terem se separado, Cassandra Rios, além disso, era homossexual assumida em um período em que os direitos da população LGBT ainda não estavam na pauta dos movimentos sociais brasileiros, que se centravam na busca por um direito básico: a liberdade ante a ditadura (MORALES, 2010).

Lésbica assumida, solteira e provocadora, Rios não parecia ser a pessoa que teria obras amplamente lidas no Brasil daquele tempo, mas foi o que ocorreu. Ela passou por um processo de estigmatização (GOFFMAN, 1988) de sua legitimidade nos campos social e literário. Seu nome era motivo de censura certa e, em alguns casos, prévia. Por isso usou pseudônimos masculinos e estrangeiros; e com este artifício fez uma brincadeira com os censores, pois os pseudônimos eram a tradução de seu sobrenome, como: Rivers e Rivier.

Muito lida na época da ditadura, Rios foi perseguida, censurada e hoje seu nome é pouco lembrado fora dos meios acadêmicos e especializados em literatura homossexual. Por que ela é pouco representada na memória social e literária brasileira? Que fatores, desde a publicação de seu primeiro livro em 1948 até a sua morte em 2002, produziram este esquecimento? Eis alguns

³ Optou-se por denominar o período de exceção de direitos ocorrido entre 1964 e 1985 no Brasil de “Ditadura Civil-Militar” e não apenas de “Ditadura Militar” em função dos estudos que nos mostram que houve um forte braço civil, principalmente midiático e empresarial, durante todo esse regime.

⁴ Neste debate, porém, é necessário levar em conta o fato de que Rios, diferentemente as autoras citadas, tinha como proposta escrever uma literatura de massa, sem grandes elaborações estilísticas e que alcançasse o maior número de público leitor.

questionamentos que norteiam esta tese.

A sociologia tem uma tradição de estudo da literatura, compreendendo-a não somente como um objeto artístico e individual do autor. Entende-se as obras literárias e a produção do artista como sendo decorrentes da interação simbólica entre ele e o contexto social de sua vivência (BOURDIEU, 1996b), fruto de uma relação entre indivíduo e sociedade, entre autor e campo, sendo, neste sentido uma ação coletiva (BECKER, 1977).

Esta pesquisa insere-se num campo de estudos que abrange a temática das questões de gênero e suas interseções com a sexualidade, trazendo para o centro dos debates a figura do feminino e sua importância para a sociedade brasileira. Do ponto de vista teórico e social, este objeto é importante para refletir sobre os impactos da ditadura na sociedade brasileira, pensar as consequências da censura na produção literária e na vida artística, principalmente nos campos de produção literária feminina e homossexual. É importante ressaltar que esta produção era considerada atentatória à preservação de uma ordem moral brasileira baseada na família patriarcalista e tradicional, conforme discutido por Holanda (1995).

Além disso, adentra-se no campo de estudos sobre Ditadura no Brasil, campo este que, de forma tradicional, tem como figuras estudadas aqueles que participaram de lutas no campo político e, em especial, homens. Ocorre, porém, que vivemos um momento particularmente interessante no tocante à expansão de olhares e de fronteiras de pesquisas sobre a recente ditadura que o Brasil viveu. Neste bojo surgem estudos que revelam, por exemplo, a intensa participação feminina na luta armada (MERLINO, OJEDA, 2010), a perseguição a artistas não vistos antes como perseguidos (ARAÚJO, 2002) e a perseguição sistemática do aparato militar em relação a minorias sociais, como negros, indígenas, LGBTs, camponeses, etc. (BRASIL, 2014).

Em 2005, a Casa Civil da Presidência da República determinou, através do decreto 5.584, que todos os documentos de instituições federais referentes à ditadura fossem encaminhados para o Arquivo Nacional, em Brasília. Ocorre que este traslado ainda está em processo. Desde 2012, com a Lei de Acesso à Informação, estes documentos estão sendo disponibilizados para o público no Banco de Dados Memórias Reveladas. Já os documentos do estado de São Paulo, principalmente do DEOPS, estão abertos desde 1994 por determinação da Secretaria de Cultura. Este acesso à informação tem permitido que a sociedade

brasileira busque lembrar e entender o seu passado ditatorial e parte deste entendimento tem sido mediado por pesquisas acadêmicas como a que aqui se apresenta.

Partindo deste contexto de abertura e de publicização de documentos e de repensar sobre aqueles grupos sociais que também deveriam ser incluídos como perseguidos políticos, esta tese tem como objetivo estudar a trajetória da escritora brasileira Cassandra Rios e a perseguição e censura sofridas por ela durante o período da Ditadura Civil-militar, assim como o processo de reparação junto a Comissão Nacional da Verdade pleiteado pela família dela e pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP).

Para tanto realizei um estudo sobre a relação entre censura, sexualidade e literatura no Brasil e discuti a relação entre gênero e trajetória literária, especificamente abordando aspectos socioculturais importantes na construção da carreira e do reconhecimento literário de escritoras mulheres. E, segundo o recorte perseguido na presente pesquisa, discuto a constituição de uma voz literária feminina e de seu público, em que são propostas representações e recriações do feminino, da sexualidade e da homossexualidade feminina, tomando o caso de Cassandra Rios como exemplar para abordar essas questões.

Na elaboração da tese utilizei amplamente materiais produzidos pela imprensa, principalmente jornais e revistas; processos judiciais e pareceres da censura que envolvem a autora, obras autobiográficas e memorialísticas, não somente de Cassandra Rios, mas também de pessoas envolvidas na questão da censura moral no período da Ditadura Civil-Militar brasileira e entrevistas com pessoas que conviveram com ela, com o intuito de mostrar o lugar em que se colocava a escritora dentro do singular período que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil no tocante à censura moral e de costumes.

Eclea Bosi em seus estudos sobre memória reflete sobre qual seria a melhor forma de entender a construção social da memória individual e sua relação com a memória coletiva. Segundo ela, o "único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória" (BOSI, 2012, p.68). Seguindo esta linha de pensamento, o caso desta pesquisa é privilegiado, pois há alguns livros autobiográficos produzidos pelo sujeito central da pesquisa e por outros envolvidos.

Tenho, assim, analisado as duas obras de cunho autobiográfico da autora, a saber: CENSURA – minha luta, meu amor, de 1977, e MezzAmaro, Flores e Cassis – O pecado de Cassandra, de 2000. A primeira obra foi escrita durante o período em que estava ocorrendo as censuras e os processos judiciais contra a escritora e nela há um relato com uma contundente defesa de seu trabalho de escritora diante das censuras. Já a segunda obra foi lançada quando a autora já se encontrava afastada dos grandes meios de comunicação e nela Cassandra Rios retrata sua trajetória literária.

Para além deste material autobiográfico de Rios, tive um olhar atento ao material produzido pelos próprios atores da censura sobre o tema. Há livros publicados ainda na época, como a obra do ex-Ministro da Justiça Alfredo Buzzaid (1970), e livros de memórias, como o do também ex-Ministro da Justiça Armando Falcão (1989), aos quais também fiz uma análise. Com estas obras não se busca “dizer o que houve”, mas entender o que foi visto, sentido e experimentado, do ponto de vista dos autores, em relação aos acontecimentos (GOMES, 2004).

Realizei também um levantamento e análise de documentos sobre a censura moral e de costumes em relação à produção cultural no Brasil na época da Ditadura Civil-Militar, especialmente produções literárias que tangenciem a questão da sexualidade feminina e, especificamente, da homossexualidade feminina. E, por fim, fiz um estudo sobre Justiça de Transição no Brasil, tendo como foco o caso de Cassandra Rios e a sua singular e importante inserção no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014.

Para adentrar no objeto de estudo em questão cataloguei uma série de matérias de jornais e revistas sobre e com Cassandra Rios. Em paralelo realizei uma análise de tais matérias e entrevistas veiculadas em meios de comunicação. Um fator que facilitou o meu trabalho é que muitos destes materiais estão sistematizados virtualmente, principalmente os pertencentes aos acervos de jornais de grande circulação, a exemplo de Folha de São Paulo (<http://acervo.folha.uol.com.br>) e O Globo (<http://acervo.oglobo.globo.com/>), no qual encontrei tanto referências aos livros censurados, como polêmicas envolvendo a autora. Porém, além destes periódicos de grande circulação e ainda hoje existentes, cataloguei e analisei materiais de jornais e revistas que hoje não mais existem, como ChanaComChana, O Pasquim, Realidade e Manchete, que realizaram entrevistas com a autora. Tive êxito nesta catalogação graças a grupos de direitos LGBTs que guardaram e

digitalizaram algumas destas matérias (por exemplo, o Acervo Bajubá), e graças a outros pesquisadores que também o fizeram. Outros jornais de menor e maior circulação no Brasil todo, a maioria dos quais hoje extintos, também foram analisados graças ao acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional que pode ser acessado virtualmente (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Através desta consulta e da análise de periódicos do Brasil todo tive a oportunidade de perceber e analisar melhor o fenômeno literário que foi Cassandra Rios fora do eixo Rio-São Paulo.

Foi importante também atentar para algumas poucas participações da autora na televisão, a exemplo da entrevista que ela concedeu ao programa Jô Soares Onze e Meia em 1992, na qual ela fala sobre como teve que lidar com a censura e com os julgamentos morais que faziam aqueles que sequer conheciam a sua obra. Além disso, há também o documentário A Safo de Perdizes, de Hanna Korich, lançado em 2015, que traz diversos materiais sobre Cassandra Rios e sobre as pessoas que com ele conviviam, sendo, pois, uma fonte de análise das diversas entrevistas realizadas com pessoas próximas a autora.

Pollack (1989) afirma que a memória coletiva ocorre de forma homogeneizante, sendo assim, opressiva e destruidora, o que não exclui a existência de memórias subterrâneas, que aguardam um momento para emergir. Creio que a utilização destas entrevistas foi um momento-chave para que estas memórias subterrâneas venham à tona, atentando para o fato de que há uma construção do testemunho por parte do entrevistado, visando selecionar lembranças para minimizar ou aumentar a importância de fatos, como alertam Voldman (2006) e Bosi (2012).

Também realizei levantamento e análise de processos judiciais e de documentos oficiais da censura aos livros. Acessei primeiramente documentos que se encontram digitalizados e disponíveis na internet nos acervos de instituições públicas, a saber: o Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br/>), o Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) (<http://www.jusbrasil.com.br/>) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>). Posteriormente tive a oportunidade de acessar importantes documentos para a pesquisa, a saber: acervo do Fundo Divisão de Censura de Diversos Públicas no qual se encontram os processos e pareceres de censores sobre as obras de Rios e sobre as adaptações cinematográficas de suas obras, assim como documentos

sobre apreensões de livros e legislações específicas sobre a questão da censura moral. Este acervo valioso encontra-se na seccional de Brasília do Arquivo Nacional e não está digitalizado, trabalho que eu tive que fazer, resultando em mais de quinhentas páginas de documentos digitalizados.

Além dos documentos institucionais da época, foi-se produzido no decorrer da pesquisa novos documentos que foram inseridos nas análises. Um dos documentos em questão é o relatório produzido conjuntamente pela sobrinha da escritora, Liz Rios, e a Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP) no intuito de fazer um estudo sobre as perseguições, censuras e cerceamentos de liberdade sofridos por sua tia, para que Rios seja considerada postumamente perseguida política da ditadura civil-militar brasileira.

Este relatório foi entregue à Comissão da Nacional da Verdade (CNV) e defende que a perseguição moral aos livros de Cassandra Rios e as sucessivas proibições de suas obras a levou à bancarrota financeira e ao esquecimento social e literário. Segundo Liz Rios e seus advogados, a família deseja o direito à memória e à justiça e espera com isso que Cassandra obtenha o status de perseguida política, por sua militância enquanto livre-pensadora, por representar uma coletividade que não tinha representação naquele momento e por estimular e explicitar a (r)evolução da mulher nos anos 1960/1970.

A produção deste documento pela família fez com que um outro documento fosse também produzido. Trata-se de uma parte do Relatório da CNV no qual Cassandra Rios é elencada como um dos exemplos de perseguição sistemática da ditadura aos homossexuais. No Relatório Da CNV: Volume II – Textos Temáticos - Texto 7 - Ditadura e homossexualidades (http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571), Cassandra é tratada da seguinte forma:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro Eudemônia. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras.

Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar. (RELATÓRIO CNV, VOLUME 2, 2014, p. 304-305)

Tal inserção da autora em um relatório oficial do Estado sobre os efeitos sociais da Ditadura abriu portas para mais debates sobre a figura de Cassandra Rios. Debates estes que estou acompanhei durante os anos da presente pesquisa e escrita da tese.

Abordo nesta pesquisa uma censura menos fácil de adentar: a censura existente no próprio “campo literário” (BOURDIEU, 1996b) brasileiro. Para isso analisei entrevistas e matérias de jornais com pessoas do meio literário que foram contemporâneas da autora e que de alguma forma se posicionaram sobre a obra de Rios: os seus defensores e os seus opositores. Através deles pude melhor entender a relação de uma autora best-seller com os demais escritores que a rejeitavam por não a considerarem possuidora de uma escrita engajada diante dos problemas políticos do Brasil e aqueles que viam nela uma obra de qualidade e que chegava ao seu objetivo: a leitura pelo grande público.

A presente pesquisa tem relevância por debater sobre a produção literária brasileira no período ditatorial, momento de grande censura, mas também de crescente investimento e aumento na produção de livros no Brasil. Assim, buscou-se pensar sobre a memória da ditadura e os efeitos da censura para a representação da mulher na sociedade e, em especial, na literatura. Isto auxilia a pensar sobre a questão da mulher como escritora e como personagem de obras literárias, fato importante para pensar as questões como equidade de gênero naquele tempo e nos dias de hoje.

A sociedade brasileira ainda caminha em suas análises sobre a recente ditadura que vivemos e sobre os processos de memória e justiça de transição que vivenciamos em diferentes momentos e governos. Temos em nossa história uma ditadura que durou vinte e um anos e que acabou faz trinta e quatro anos. Nestes anos pós-ditadura já ocorreram três processos nacionais no âmbito da Justiça de Transição, a saber: em 1995, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, a Comissão de Anistia, no governo de Luís Inácio Lula da Silva e, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade, no governo de Dilma Rousseff.

Apesar da realização destes três processos nacionais e de muitos outros estaduais, ainda há muito para a sociedade brasileira melhor aprender a conviver com o seu passado ditatorial. Creio, assim, que pesquisas que versem sobre este tema auxiliam a sociedade a melhor compreender tais questões, como, por exemplo, a perseguição às minorias sociais, em especial mulheres e homossexuais, que somente vieram à tona com a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014. Isso nos mostra que ainda há diversos grupos sociais que estão lutando por justiça e reparação de memória.

A elaboração desta pesquisa visa auxiliar no processo de revisão da memória sobre a recente ditadura civil-militar brasileira a partir do exemplo da trajetória de Cassandra Rios. E para refletir sobre a trajetória da autora faz-se necessário estabelecer uma relação com os momentos sociais e políticos pelos quais passou o Brasil ao longo de sua vida, entre os anos de 1932 e 2002. Esta contextualização histórica auxilia a entender a trajetória da autora, fugindo da “ilusão biográfica” que Bourdieu afirma ser a ilusão de pensar a noção de trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (BOURDIEU, 1996a, p. 81). É necessário perceber os acontecimentos biográficos como alocações e deslocamentos dentro do espaço social.

Neste sentido, Kofes (2001) mostra que para fazer o exercício biográfico não é necessário conhecer toda a história do sujeito, mas a relação entre a experiência social e a trajetória singular, trançando a densa rede de relações que o envolve, sendo importante o intercruzamento de narrativas (KOFES, 1994). Ainda a respeito desta categoria, são interessantes os estudos de Queiroz (2004, 2009) sobre a relação entre ditadura militar e trajetória artística, a partir do caso de Ney Matogrosso.

Na busca por um aparato teórico que me auxilie na pesquisa, entrei numa seara de textos e temas que ainda não tinha tido a oportunidade de conhecer antes de iniciar esta pesquisa. Foquei principalmente minhas leituras em textos que me auxiliem em entender como a imbricação de Literatura, Sociologia e História podem ser campos de análise para o estudo de uma trajetória, a trajetória da escritora Cassandra Rios.

Busquei ler obras que estivessem entre estes três campos do conhecimento e que versassem sobre temas correlatos a pesquisa, como censura a livros, ditadura, memória, biografia, trajetória de escritoras, etc. Realizei uma revisão

bibliográfica interessada, voltada para minha temática, catalogando, livros, artigos, dissertações e teses que possam me auxiliar na pesquisa, que versem sobre Cassandra Rios ou sobre os temas citados.

Stephen Bann, no texto *As invenções da História*, nos mostra que há outras formas não científicas, mas válidas de problematizar a História. Penso que especialmente a literatura é uma destas formas não científicas pela qual podemos acessar a História e as disputas pelo predomínio narrativo e controle do imaginário, mostrando-nos disputas existentes em outros campos sociais.

Já a Sociologia tem uma tradição de estudo da literatura, compreendendo-a não somente como um objeto artístico e individual do autor. Entende-se as obras literárias e a produção do artista como sendo decorrentes da interação simbólica entre ele e o contexto social de sua vivência (BOURDIEU, 1996b), fruto de uma relação entre indivíduo e sociedade, entre autor e campo, sendo, neste sentido uma ação coletiva (BECKER, 1977).

Acerca do tema da narrativa e do seu contexto, Manoel Salgado Guimarães defende que a narração tem uma história, visto que a “a narrativa de experiência está diretamente ligada ao ato e à possibilidade de narrar, esta narração tem história, pois difere ao longo do tempo quanto às condições que a engendram e os dispositivos acionados para que ela exista” (GUIMARÃES, 2008, p. 13-14). Tais narrativas são historicizadas devido ao fato de serem produzidas segundo as condições socioculturais de seu tempo.

A narrativa, segundo o autor, é capaz de tornar o contingente em algo a ser lembrado e partilhado, podendo vir a constituir-se como memória cultural. A narrativa decodificada através da escrita faz com que ato de narrar experiências seja um ato de tradução, pondo em conexão experiências diversas. Assim, há a “possibilidade de autoconstrução e autoconhecimento, de produção de uma identidade que tem nesse outro a condição de significação” (GUIMARÃES, 2008, p. 16).

A pesquisa utilizou-se das possibilidades de análises oriundas a partir do advento de campos de pesquisa como a micro-história e a micro-sociologia. Tais campos mostram o quanto é necessário “propor articulações distintas que ultrapassem a oposição clássica entre subjetividades singulares e determinações coletivas” (GUIMARÃES, 2008, p. 25). Busco, então, analisar a relação entre trajetória individual e trajetória social (GOFFMAN, 1988), entre experiência individual

e experiência cultural (SAHLINS, 2004), buscando entender o social a partir do ponto de vista do indivíduo (LAHIRE, 2006).

Um dos estudos que tem me auxiliado nesta pesquisa é a dissertação de Douglas Marcelino (2011), no qual o pesquisador observa que a luta política acabou por encobrir a existência da censura de costumes, permanecendo para a historiografia e para a memória social a resistência exercida no âmbito político.

Ridenti (2000) nos mostra que a legislação fazia referência explícita à moral e aos bons costumes e não a censura a temas políticos, a exemplo da existência do Decreto-lei 1.077. Para o autor, não era apenas uma estratégia de ocultamento da censura política, mas uma preocupação em relação à moral. Ele baseia suas afirmações mostrando que a ampla maioria de obras censuradas continham temas considerados eróticos. É importante ressaltar que não necessariamente tais obras eram eróticas, mas tocavam em temas como o sexo antes do casamento, aborto, homossexualidade, liberação sexual da mulher e outros considerados contrários à moral e aos bons costumes.

Outro campo que busquei estudar foi sobre a reflexão sobre a memória da ditadura e seus efeitos culturais, temas que têm sido aprofundados tanto em âmbito nacional quanto internacional, principalmente nos Estados Unidos, país que teve estreita relação com as ditaduras que ocorreram no século XX na América do Sul. O historiador James Green, da Brown University, que viveu no Brasil no período da ditadura militar e participou do momento de fundação do movimento de direitos homossexuais brasileiro, tem diversos estudos sobre a relação entre homossexualidade e ditadura militar. Através de seus livros, é possível entender melhor a sociedade paulistana da época em que Cassandra Rios estava publicando suas obras, assim como as mudanças relativas à moral sexual vigente (GREEN, 2000, 2005).

Daniel Arão Reis (2000) afirma que há ênfase nos estudos históricos sobre a produção cultural dita “engajada”, como as de Chico Buarque e Glauber Rocha. O autor mostra que tais obras, apesar de sua qualidade, não atingiam a grande massa do público, que, muitas vezes, estava consumindo produtos culturais como as músicas da Jovem Guarda, do Tropicalismo e Brega; vendo filmes do Zé do Caixão e programas de televisão. Estes bens culturais, mesmo que censurados pela ditadura, como no caso de Cassandra Rios e da música Brega, foram pouco estudados no campo da sociologia e da história (ARAÚJO, 2002). Tendo em vista

que “a desqualificação da obra proibida ocorria em dois níveis: desmerecendo seu valor literário específico por um lado, e por outro lado transferindo a questão para a esfera policial” (PIOVEZAN, 2005, p. 74), o que se pode perceber em casos como o de Rios é que atualmente há uma luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Esta disputa tem como um dos campos de batalha a imaginação, pois, como afirma Morales, “o indizível e o inexistente são produzidos através do controle sobre uma das coordenadas da inteligibilidade humana: a imaginação” (MORALES, 2010, p. 9). Para pensar a relação entre imaginação e esquecimento necessita-se de uma reflexão sobre a memória coletiva, que Halbwachs (2006) afirma como sendo coletiva e seletiva. Já Bosi (2012), reafirmando esta seletividade, mostra que a memória individual é um ponto de vista acerca de memória coletiva e que há uma luta simbólica pelos critérios de seleção do que significa, pois “sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado” (BOSI, 2012, p. 66).

Para Guimarães, “a lembrança, assim como o esquecimento, são atos fundamentais engendrados ativamente pelas sociedades como forma de se construírem. A vida coletiva estaria assim irremediavelmente ligada aos esforços simbólicos, a esse mundo imaginário” (GUIMARÃES, 2008, p. 31). Os textos de Cassandra Rios, literários ou autobiográficos, buscam sair do controle do imaginário já estabelecido pelo cânone literário, pois, como defende Certeau (1982), busca-se controlar o imaginário, não somente a realidade.

Busco aqui um estreitamento da relação entre Sociologia e História. Há de se evitar o “diálogo de surdos” exposto por Braudel (1992) e por Burke (2002) no tocante à relação entre ciências sociais e história. Aqui, aproxima-se dos achados teóricos de Norbert Elias (1994, 1995, 2001), que estreita a relação entre os dois campos. Elias seria, pois, um ponto de partida e um exemplo de teórico que soube utilizar-se tanto da teoria social quanto da história, fazendo análises que transpõem as barreiras entre as duas ciências.

Regina Dalcastagnè (2007) mostra que no cânone literário brasileiro há uma restrição quanto à pluralidade de perspectivas e de apresentações de personagens que visem representar os mais diversos grupos sociais. Muitos destes não são por este cânone representados ou quando o são tal representação ocorre de forma estigmatizante. A autora conclui sua análise afirmando que “o silêncio dos marginalizados é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam

falar em nome deles, mas também, por vezes, é quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes” (DALCASTAGNÈ, 2002, p. 34).

Guimarães afirma, acerca da relação entre História e Narrativa, que “a narrativa apresenta-se como um elemento importante para a compreensão das formas como se realiza a produção do conhecimento em história. Forma e conteúdo não estão desvinculados quando da produção do conhecimento pelo historiador” (GUIMARÃES, 2008, p. 29). De forma semelhante, pensando em relação a escrita e a trajetória de escritoras, deve-se levar em consideração o caminho percorrido pelo autor na produção de seu texto, autor e obra devem ser estudados para o entendimento de uma produção artística.

Hoje Cassandra Rios ainda não está sendo percebida pelo cânone literário, porém já há nos meios acadêmicos uma série de estudos⁵ mostrando-a enquanto alguém que merece ser analisado, dado a importância social para o momento da ditadura. Sem entrar no mérito do conteúdo das próprias obras, pornográficas ou não, o importante é que as obras eram lidas massivamente e perseguidas pelos defensores da moral também de forma massiva. Pretendo, assim, que esta tese traga novos elementos que possam ajudar na análise da importância desta autora para a literatura e para ampliar os debates sobre questões relativas à moral e à censura na sociedade brasileira.

2 “ESTA É A MULHER MALDITA”

⁵ Cassandra Rios já foi tema de pesquisas no campo da Teoria Literária (LIMA, 2009; PIOVEZAN, 2005; VIEIRA, 2010) e no campo da História (MARCELINO, 2011), por exemplo.

O título deste capítulo foi retirado da matéria da Revista Mundo Ilustrado⁶ do dia nove de dezembro de 1961. Nele é feito um “perfil” daquela mulher que era vista como bastante polêmica e sobre a qual muitas pessoas, não somente seus leitores, queriam saber.

No texto o repórter Marcos Sá afirma que a revista “Mundo Ilustrado revela quem é Cassandra Rios, a escritora de maior público no Brasil, cuja obra (treze livros) já está no índice das ligas de decência e da própria Justiça. Não é pseudônimo. Cassandra Rios existe”⁷. Na matéria o perfil da autora é mostrado como uma pessoa recatada, que não gosta de aparecer, nem de fazer tardes de autógrafos para fãs, pois vê isso como desnecessário. Tal reclusão fazia, inclusive, com que muitos pensassem que ela não existia ou que fosse um pseudônimo de algum autor famoso que não queria se deixar relacionar com os temas abordados nas obras. Pode-se constatar isso através de diversas matérias de jornais que questionavam sobre quem seria Cassandra Rios.

Rios afirma diversas vezes que preferiria ficar no anonimato, ser apenas uma profissional anônima das letras, o que não pôde acontecer, tendo em vista que ela necessitou sair em defesa de si. Segundo ela

Odette achava que um escritor não precisava aparecer, que deveria ser sempre um mito, era o livro que importava, o autor valia mais oculto atrás da obra e ela pretendia manter-se no anonimato como pessoa, mas as calúnias e estórias fantásticas que começaram a inventar em torno dela, obrigaram-na a aparecer e defender sua moral. (RIOS, 1977, p. 103)

Temos na história da literatura diversos autores e autoras que preferiram escrever sob pseudônimos, como forma de preservar sua privacidade, por motivos diversos. Nos dias de hoje, um exemplo disso é o caso da autora italiana de grande sucesso Elena Ferrante.

2.1 Nasce Odette Rios

⁶ Mundo Ilustrado foi uma revista de variedades do estado do Rio de Janeiro editada Mundo Gráfica e Ed. e que circulou entre 1930 e 1963.

⁷ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

Nascida em 03 de outubro de 1932, no casarão 85 B à rua João Ramalho, no bairro de Perdizes, em São Paulo, Odete Rios Pérez Perañez Gonzáles Hernández Arrelano foi criada em uma família católica e de ascendência espanhola e portuguesa. Nas primeiras páginas do livro CENSURA ela faz um apanhado do que foi o bairro no qual nasceu, Perdizes. Ela relembra o que era o bucólico bairro de Perdizes, a sua infância, e apesar de desvincular seus livros dos fatos da sua vida, na sua primeira obra (de 1948) é possível ver uma análise sobre o crescimento da cidade de São Paulo e as mudanças que isso trouxe para o bairro, tal como ela faz de forma sucinta ao dizer que “as únicas coisas que caíam era as árvores para erguerem edifícios no lugar.” (RIOS, 1977, p. 19)

Desde seus primeiros escritos publicados, ela adotou o pseudônimo de Cassandra, com toda a mitologia grega que envolve tal nome. Porém, sobre seu próprio nome de batismo há um mistério, em diversos momentos a autora diz se chamar Odete Rios Pérez, porém pesquisadores, como Vieira (2010) afirmam que o nome completo de Odette seria o primeiramente aqui citado.

O nome Odete Rios Pérez Perañez Gonzáles Hernández Arrelano é dado como sendo o completo nome de Cassandra Rios em 1974 em reportagem de Nello Pedra Gandara para a revista Manchete⁸. Ocorre que em certidão de nascimento lavrada no Ofício de Registro Civil de Perdizes (Livro 14, folha 153v, termo nº. 3105) (ANEXO A), pelo próprio pai da escritora, Graciano Rios, o nome registrado é apenas Odette Rios. É provável que a confusão em torno do nome provenha de Odette, pois ela mesma, por vezes escreve seu nome com T e outras vezes com TT. Além disso, o sobrenome Pérez é de sua avó materna e Hernández de seu avô paterno. Esta celeuma sobre seu próprio nome de batismo, criada por Rios, é provável que tenha sido uma das tantas estratégias que a mesma utilizou para preservar a sua identidade ante todo o assédio que sofreu durante os anos em que buscou manter o seu anonimato.

À época do nascimento de Odette Rios, o Brasil era governado por Getúlio Vargas, período que durou até 1945 e ficou conhecido como Era Vargas. Enquanto a jovem autora publicava suas histórias e poemas pueris em jornais, Vargas criou ou aperfeiçoou órgãos de censura e repressão, a exemplo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento de Ordem

⁸ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Política e Social (DOPS), que permaneceram no período pós-Getúlio e foram modificados e fortalecidos na Ditadura Civil-Militar (FAUSTO, 2001). Tais mecanismos de repressão não lhe causariam problemas até a publicação, em 1948, de seu primeiro romance, no qual há uma ruptura no seu tipo de escrita, antes juvenil e pueril. Sobre este período, Rios afirma “vem indelével saudade da minha adolescência, tão pura, tão casta, inocente e ingênua, comprometida com o sonho. O sonho que virou o pecado de ser escritora.” (RIOS, 2000, p. 25)

Este pecado começa a se delinear com a publicação do livro *A Volúpia do Pecado*, que será analisado em um tópico específico, no qual a autora sai dessa fase de histórias mais juvenis e passa a entrar em romances que versam sobre mulheres que têm atitudes que rompem com a moral do seu tempo, como no caso das lésbicas. Com este primeiro livro começaram também as primeiras perseguições.

2.2 O destino de Odette

O destino de Odette enquanto escritora provavelmente se iniciou enquanto ainda era estudante no colégio Companhia Atalaia, instituição onde aprendeu inglês e francês precocemente, tendo contato com várias culturas. Futuramente esse contato com línguas estrangeiras lhe renderia trabalhos como tradutora de livros.

Porém, para além da escola, a relação de Odette com os livros se fazia em casa, na Biblioteca Municipal e com os vizinhos, onde ela passou a ter apoio para ser escritora e seguir com seu sonho. Na infância gostava de fazer teatrinhos com as crianças da vizinhança. Porém passava muito tempo consigo mesma, escrevendo histórias e poesias.

A autora conta que ficava em sala de aula escrevendo em seus cadernos, até que sua professora de Português, Dona Esmeralda Monhoz, pegou seu caderno⁹. Odette pensou que teria algum castigo, porém a professora leu as poesias e gostou, fazendo com que levasse seus textos para Judas Isgorogota¹⁰. A partir deste primeiro contato com pessoas do meio literário e jornalístico, Odette teve uma

⁹ CENSURA, Rios, 1977, p. 63.

¹⁰ Pseudônimo do poeta e jornalista Agnelo Rodrigues de Melo. Ficou conhecido pelo seu trabalho no Jornal paulista *A Gazeta*, entre 1929 e 1969, onde foi o responsável pelas "Página Literária" e pela "A Gazeta Infantil".

poesia sua lida na Rádio Gazeta por Fernandes Soares.

Aos quatorze ganhou o concurso O Conto do Dia, do Jornal “O Tempo”, de Hermínio Sacchetta ¹¹, e teve seus contos Tião, o engraxate e Uma aventura dentro da noite publicados. De Sacchetta ouviu palavras das de incentivo e promessa que continuaria publicando seus textos, pois ela tinha muita imaginação¹².

Depois disso publicou poesias e crônicas em jornais e teve uma coluna de crônicas intitulada Coisas de Cassandra na Revista Capricho¹³ (PIOVEZAN, 2005). Sobre este início precoce de sua carreira enquanto escritora ele faz um sensível relato na obra Censura, no qual diz que

Emocionada ouviu oferecerem-lhe uma sessão na “REVISTA CAPRICHOS” à qual ela mesma dera o nome de “COISAS DE CASSANDRA”.
As cartas que recebeu da EDITORA ABRIL, Odette guarda como se fossem relíquias. São suas relíquias. (RIOS, 1977, p. 102)

Rios afirma, também, que uma das primeiras pessoas a lhe apoiar e ler seus contos, crônicas, poesias e, inclusive, seu primeiro livro, foi a poetisa Colombina¹⁴, a qual a encontrava na Casa do Poeta, instituição por ela fundada, e que a teria dito: “você rompe tabus, Escreve bem. Vai ser muito famosa, mas tenha muita coragem porque você vai sofrer muito, menina.” (RIOS, 1977, p. 30)

Muitos anos depois, quando já consolidado o destino previsto por Colombina, a revista Realidade em 1970 mostra uma foto de Rios em duas páginas, na qual foca-se no rosto da escritora, metade pintado de branco, metade pintado do de preto (esta foto seria utilizada posteriormente como capa de seu livro de memória MezzAmaro, de 2000).

Nesta matéria é questionado qual seria o pecado de Odete e afirma-se que seria “viver duas personagens. Uma é ela mesma, Odette Rios, criatura simples, que mora num apartamento com quatro cachorros. A outra... a outra, escritora de livros proibidos, só lhe traz problemas. Pode causa dela, Odete é também uma

¹¹ Jornalista paulistano que passou por diversos jornais até fundar o seu próprio Jornal, "O Tempo", que circulou em São Paulo entre os anos de 1950 e 1956.

¹² CENSURA, Rios, 1977, p. 64-65.

¹³ De acordo com Raquel Miguel, “criada em 1952, ela foi a segunda revista mais antiga da Editora Abril que, até então, publicava apenas os gibis do Pato Donald, da Walt Disney. Seu conteúdo era constituído de fotonovelas, dirigidas a um público mais adulto. Ainda nesse ano, a revista foi ampliada e passou a abordar os seguintes temas: moda, beleza, comportamento, contos e variedades; contemplando assuntos como: técnicas de conquista, namoro e virgindade.” (MIGUEL, 2009, p.19)

¹⁴ Pseudônimo da poetisa parnasiana paulistana Yde Schloenbach Blumenschein, fundadora da Casa do Poeta Lampião de Gás.

criatura triste e amarga”¹⁵.

2.3 A.C. e D.C.

Em 2001, quando questionada sobre o motivo da escolha do nome Cassandra como pseudônimo artístico, Odette respondeu:

Eu ouvia esse nome. Escutava alguém me chamar de Cassandra... Ouvia e tinha sonhos... Até hoje me deixa um pouco agonizada, é sombrio demais... Eu era menina e fui pegar um retrós para minha mãe. Abri a gaveta e ouvi atrás de mim uma voz, Cassandra, Cassandra. Joguei a gaveta longe, saí correndo! Tinha um sonho com um coche preto que me esperava, e também me chamavam de Cassandra. Eu tinha uns 9 anos. (LUNA, 2001, p. 15)

Esta não foi a única “visão” que Odette alega ter tido, tal fato foi recorrente durante toda sua vida, sendo inclusive abordado em algumas entrevistas. Em 1978, quando questionada sobre o que achava de suas premonições, Rios afirma que “não é benéfico nem maléfico. Para mim, pelo menos, não. Porque eu nunca previ a loteria, nada dessas coisas... Eu fico assustada. E depois, é uma coisa que acontece quando eu menos espero”¹⁶.

Cassandra, a que inspirou Odette, foi uma sacerdotisa grega, uma das dezenove filhas de Hécuba e Príamo e que profetizou o episódio do Cavalo de Troia. Cassandra, com suas profecias alertava aos demais sobre o destino trágico que se abateria sobre a cidade, porém ninguém lhe escutou¹⁷. Semelhante destino teria a Cassandra brasileira, que com seus livros trouxe à tona temas que a sociedade não queria debater de forma clara, o que lhe custou diversos problemas. Segundo ela, em sua vida cotidiana ele continuava a ser a Odette, ou Dete, pois “a Cassandra sou eu quando escrevo”¹⁸.

Em seus livros de memória e em entrevistas, a autora mostra que sempre

¹⁵ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, /Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁶ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lâmpião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

¹⁷ “Cassandra era a mais bela filha de Príamo, o Rei de Tróia. Apolo concedera-lhe o dom da profecia, em troca do seu amor; contudo, Cassandra não cumpriu a sua parte no acordo. Então Apolo, como castigo, retirou-lhe a credibilidade. Assim, Cassandra via as desgraças que se aproximavam, alertava para o facto, mas ninguém lhe dava ouvidos. Por esta razão, Cassandra é considerada como uma profetisa da desgraça. Cassandra também previu a queda de Tróia, mas ninguém reagiu aos seus avisos. O seu próprio destino era do seu conhecimento, o que lhe roubava toda a alegria de viver. Após a destruição de Tróia, Cassandra foi dada a Agamémnon, como parte dos seus despojos de guerra. O Rei de Micenas levou-a para Argos, onde foi assassinada por Clitemnestra.” BARROSO, 2004, p. 84.

¹⁸ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

foi uma garota inquieta, sempre voltada para leituras a frente da sua idade, o que lhe gerou uma fixação sobre mitologias, que está refletida tanto no seu próprio nome artístico, quando na escolha dos nomes das suas personagens. Lyeth e Irez, por exemplo, são as protagonistas de seu primeiro romance publicado, *A Volúpia do Pecado*, de 1948. Não são nomes comuns para mulheres, são nomes marcantes, assim como diversos outros de suas obras, temos Ismênia, Eudemônia, Macária, Anastácia, Nicoleta, Mirtza, Ariella, Kênia, Petra, Aidar, etc.

Segundo Rios, o impacto que teve a publicação de sua primeira obra foi tão marcante que

De repente viu e dividiu o tempo em duas épocas: Antes e depois da publicação do seu primeiro trabalho literário. E viu de si para si sentindo-se sacrificada por amor a um ideal nascido com ela, ou que, melhor dizendo, era ela própria: equivaleria dizer, A.C. e D.C. – Respeitosamente, para explicar aos que mal-interpretam, não Antes de Cristo e Depois de Cristo – mas sim Antes de Cassandra e Depois de Cassandra. (RIOS, 1977, p. 20)

A vida de Odette realmente não mais seria a mesma depois que ela teve este reconhecimento enquanto romancista. Sua vida passou a ser alvo de comentários e ela buscou meios de preservar sua privacidade ante os questionamentos morais que faziam não somente sobre suas obras, mas sobre ela mesma.

A figura de Cassandra Rios, a escritora nacionalmente reconhecida, iria tirar cada vez mais Odette do seu anonimato, como nos mostram a séria de *leads* de notícias que foram utilizados no Perfil de Cassandra Rios feito pela Revista Realidade em março de 1970.

**Odete é a filha caçula
de um casal
burguês; Cassandra
virou manchete de jornal**

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Figura 02: Revista Realidade (SP), Edição 00048, de março de 1970

PERFIL CONTINUAÇÃO

**Cassandra já foi
condenada;
Odete
sofreu bastante**

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Figura 03: Revista Realidade (SP), Edição 00048, de março de 1970

PERFIL CONCLUSÃO

**Odete jamais
leria
os livros
de Cassandra**

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O que podemos perceber ao longo desta entrevista é que Rios ainda tentava desvincular a imagem de sua vida particular com a imagem pública de autora de livros de sucesso e polêmicos, o que há décadas ela já não conseguia.

Era recorrente o questionamento se suas personagens não apenas retratariam suas aventuras sexuais, o que ela sempre negou e o que gerava indignação na autora. Para Rios tal questionamento ocorria devido ao fato de ser uma mulher. Ela se defendia afirmando

Não passo de uma mulher que gosta de escrever. Dizem que utilizo palavras pesadas em excesso, mas basta abrir qualquer livro da moderna literatura universal para ficar envergonhado. Perto de Henry Miller ou Jean Genet, por exemplo não passo de uma tímida donzela¹⁹

Acerca das indagações sobre a possível relação da sua vida e a relação com suas obras, Rios sempre foi muito enfática em dizer que é uma ficcionista, e que “não tem fôlego para viver tanto personagens quanto fôlego tem para criá-los, nem tempo lhe sobriaria para escrever se tivesse vivido tudo que escreveu” (RIOS, 1977, p. 28). Ela conclui que prefere a ficção, que sua vida é escrever.

2.3.1 Família, gênero e escrita

Precocemente Odette se fez Cassandra e iniciou sua carreira literária. Ocorre que a carreira de escritora não era de todo bem vista pela sociedade daquela época. Em 9 de maio de 1946, aos quatorze anos, Odette escreveu para a mãe uma carta na qual dizia: Eu sei que vou enfrentar o mundo... Tentarão prender-me e levar-me ao cadafalso²⁰.

A mãe a apoiava, o pai também, mas este via com receio tal carreira. Para ir buscar seu sonho, Odette conseguiu um emprego de meio período como secretária em um escritório de advocacia, o que conciliava os estudos, buscando guardar algum dinheiro para bancar seu primeiro livro, pois sabia que editores não iriam apostar numa jovem escritora²¹. Segundo Rios diz em seu livro *Censura*, “a gente precisa aparecer, precisa chegar chegando com tudo num brilho cegante para depois ficar. Bombástico!” (RIOS, 1977, p. 67).

Rios de fato tinha um comportamento diferente para o seu tempo, não somente pela forte ligação com os livros, mas também, por exemplo, com a busca por um emprego, algo normal para mulheres de renda mais baixa (o que não era o seu caso). Os pais não queriam que ela trabalhasse, mas também não queriam

¹⁹ Revista Manchete, Ano 1968, Edição 0865 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁰ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

²¹ CENSURA, Rios, 1977, p. 66.

frustrar seus sonhos, pois viam com bons olhos a garra que Odette tinha em buscar eles. Diante deste impasse, a mãe resolveu lhe doar parte de uma herança que iria receber da Espanha, assim, Odette poderia publicar seu sonhado livro sem precisar trabalhar fora de casa.

A ajuda dos seus pais foi extremamente significativa, pois com seu trabalho de secretária teria que trabalhar por três longos anos para conseguir o valor de vinte e cinco contos que a gráfica solicitava para dar entrada da publicação de sua obra²².

Este primeiro livro foi escrito, a princípio, na máquina de escrever do vizinho, que a emprestava à noite, o que fazia Odette passar a madrugada escrevendo e amanhecer com um aspecto de cansada que assustava seus pais. Após um tempo o pai de Rios alugou uma máquina de escrever para a filha não mais ficar passando as noites em claro utilizando a máquina do vizinho²³. Suas próprias irmãs se assustavam com tal comportamento notívago, pois

à noite vendo luzes estranhas passando pelas paredes do quarto, imaginavam coisas, quando se atreviam a investigar descobriam que era Odette munida de faroletes a procurar livros nas estantes ou escrevendo nos seus cadernos de desenho sob o fecho de luz de uma lanterna. Tiravam-lhe as lanternas, usava velas, fósforos, não havia jeito; deram-lhe um quarto, só para si. (RIOS, 1977, p. 95)

Rios teve a oportunidade de ter o que Virginia Woolf afirmava ser importante para que uma mulher pudesse ter a liberdade intelectual para produzir literatura: coisas materiais e um quarto somente seu. Segundo Woolf,

a poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozem de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia. (WOOLF, 2014, p. 151)

Rios, de forma diversa, teve a oportunidade de escrever poesia que era negada às mulheres de gerações anteriores, ela vivia em uma São Paulo na qual as mulheres já tinham acesso aos estudos, pelo menos aquelas de família com melhores condições financeiras, como no caso da autora. A oportunidade de estudar e de ter um espaço para produzir seus textos foi algo que lhe permitiu se diferenciar

²² Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²³ CENSURA, Rios, 1977, p. 68-69.

de outras mulheres de sua época.

Quando o polêmico e inovador livro *A Volúpia do Pecado* foi publicado em 1948 já se iniciaram questionamentos acerca de quem seria Cassandra Rios. Como vivia esta mulher que escrevera sobre um relacionamento afetivo/sexual entre duas jovens? Existiria mesmo uma Cassandra Rios? Seria uma mulher, um homem? Tais questionamentos não vinham somente daqueles que não a conheciam, mas também de conhecidos, dado o teor de suas obras.

Apenas no começo da década de 1960 Rios começa a aparecer em jornais em revistas. Interessante é notar que a reportagem de 1961 vem dizer que Rios realmente existe, pois havia dúvida de quem ela seria, e principalmente, se seria uma mulher. Segundo o repórter Marcos Sá, “muitos pensam ser ela uma figura inexistente, apenas o pseudônimo de uma mulher horrenda ou alguém escritor (chegou-se a pensar em Nelson Rodrigues)”²⁴.

Diante de questionamentos sobre sua vida particular devido aos seus livros e também devido a pressão de sua família, Rios casou-se na Igreja com um colega. Em entrevista dada em 2001 ela fala que teve que casar na Igreja, dado o fato de vir de uma família católica²⁵. Entretanto, o casamento foi somente uma fachada, seguindo os ritos que mandava o estilo católico e burguês da época (RIOS, 1974). Segundo Rios, para os seus pais “a filha casada era um suspiro de alívio; para mim, foi o grito de libertação”²⁶. O marido pertencia a um grupo de amigos que ela tinha, havendo entre eles uma combinação, uma “farsa completa: namoro, noivado e casamento, com véu e vestido, convidados, igreja e tudo”²⁷.

A autora fez poucos relatos acerca deste momento da sua vida, mas afirma que “após a cerimônia fomos para a lua de mel: o Eugênio para o Rio, eu para o Guarujá”²⁸. Foi a existência deste casamento um dos fatores que possibilitou a Rios fugir do controle da família e continuar escrevendo sobre temas considerados polêmicos.

Porém esse casamento não mudou seus planos: ser escritora. Rios

²⁴ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁵ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

²⁶ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁷ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁸ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

afirma que nunca sonhou em casar de fato, segundo ela "só sonhava em escrever. Se tivesse filhos, se fosse casada, a vida familiar não me permitiria escrever. Nasci para ser escritora, tive essa missão. Dormia com um caderno, para escrever." ²⁹

Na década de 1970, Rios já se apresentava enquanto mulher desquitada, porém negando-se a falar mais sobre o casamento, afirmando que o mesmo foi apenas uma forma de dar satisfação a sua família espanhola, católica e conservadora ³⁰. Ela afirma, contudo, que na visão da mãe havia sido um casamento que não dera certo, mas que na sua visão "ele cumpriu perfeitamente sua missão de pôr fim a guerrilha interna da família" ³¹.

Sendo uma mulher que tanto escrevia sobre a questão da homossexualidade feminina, não era surpresa que as pessoas pensassem ser ela também homossexual. Rios, de fato, o era, tendo ao longo da vida algumas companheiras conhecidas por seus colegas e familiares. Há críticas de que ela deveria ter exposto de forma mais explícita seus relacionamentos, mas devemos lembrar que o Brasil vivia uma ditadura militar. E naquele período o movimento por direitos de homossexuais ainda estava sendo gestado, não somente no Brasil, mas no mundo. Escrever sobre homossexuais já era um risco, ser um homossexual assumido era outro maior ainda.

Em geral, Rios apresentava suas companheiras como secretária ou amiga, como podemos ver em entrevista concedida em sua casa para o Jornal Lâmpião da Esquina em 1980. Nela Pabla Ortega participa e é apresentada como secretária de Rios, chegando a falar sobre temas relacionados a obra e sobre a própria autora, afirmando que "todo mundo pinta a Cassandra como aquele mito, inacessível... Mas na verdade Cassandra é um bichinho assustado" ³².

A amiga Yáskara Guelpa afirma que ela "era assumida, porém não era exageradamente assumida. Se perguntasse, ela respondia, mas não era assim tanto" ³³. Já a amiga e atriz que atuou em dois filmes baseados na obra de Cassandra, Nicole Puzzi, afirma que

²⁹ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

³⁰ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³¹ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³² Cassandra Rios: 'assim, até a Bíblia é pornográfica'. Lâmpião da Esquina. Ano 3, n. 29, outubro 1980.

³³ Yáskara Guelpa In.: KORICH, 2013

muita gente dizia, ela negava que era homossexual. Não, ela nunca negou pessoalmente que fosse homossexual, mas ela não podia comentar que era homossexual assim tão abertamente, porque ela sofreu as consequências de escrever um livro sobre sexo, o que era tabu, e de que todo mundo sabia que ela era homossexual. Quem fazia de conta que não sabia também era hipócrita (Nicole Puzzi In.: KORICH, 2013)

O que é também dito pela sobrinha da autora, Liz Rios. A relação das companheiras de Cassandra com a família se dava da seguinte forma:

Ela levava como amiga, apresentava como amiga, mas ela nunca foi... era superdiscreta em relação a isso. Ela não era aberta, não comentava a respeito da vida amorosa, a vida pessoal dela. Então, eram amigas que nós gostávamos. Depois, quando nós crescemos, fomos perceber que era outro tipo de relacionamento. E nós, como gostávamos muito dela, ela sempre nos tratou com muito amor, muito carinho, e isso pra gente foi, não tinha significado importante. O importante era a pessoa dela, a nossa tia, carinhosa, sempre carinhosa. (Liz Rios In.: KORICH, 2013)

Rios, em sua existência enquanto mulher lésbica e pública também confrontava os padrões de feminilidade, mesmo que ela não falasse aos meios de comunicação sobre a sua orientação sexual. A feminilidade é construída naquele momento a partir da figura da mulher branca de classe média.

Há uma interseção entre a construção do que seria a feminilidade e a questão do status social (branco, heterossexual, classe média). Rios confronta isso ao mostrar uma gama de personagens que saem dessa forma de mulher monogâmica, católica, do lar e classe média. Ela versa sobre as mulheres dos mais diversos tipos, falando por exemplo, de temas tabus como divórcio, casamentos arranjados, traições, colocando sempre a mulher como um ser que pensa e questiona os seus desejos, algo muito contraventor em um período que o Brasil tentava ir contra a onda de liberdades individuais que assolavam o mundo e culminaram com o Maio de 1968. Tais comportamentos eram vistos como atentatórios à moral e aos bons costumes, logo, atentatórios à nação.

2.3.2 “A Volúpia do Pecado”: coragem, rompimento e sucesso

O livro *A Volúpia do Pecado* foi publicado em 1948 pela jovem escritora Cassandra Rios, então com dezesseis anos, sendo o seu romance de estreia. O livro traz uma inovação temática ao retratar abertamente homossexualidade feminina. Trata-se da primeira obra de uma autora brasileira a centrar-se na

descrição da descoberta do amor homossexual entre duas jovens e no desenrolar deste romance. Devido à inovação da temática e à forma clara com a qual este amor é tratado, o livro passou a ser alvo de perseguições e a autora passou a ter sua vida questionada.

Deve-se lembrar que a autora ainda era menor de idade quando a obra foi publicada, o que a levou a mentir no contrato com a gráfica que editara a obra. Rios declarou outra idade, "para não criar problemas com o Juizado de Menores"³⁴. A publicação ocorreu graças à ajuda financeira de sua mãe, Damiana Rios, que segundo a autora lhe emprestou o dinheiro com a condição de jamais ler a obra.

Sobre este fato, Rios afirma que

Minha família estava acostumada a ler minhas primeiras histórias em revistas como a *Capricho*. Tudo muito pueril como *Tião, o Engraxate*. Quando lancei *A volúpia do pecado*, surgiram as perseguições e as críticas terríveis em jornais e revistas. Aí comecei a maliciar meus livros, a achar que eles iriam chocar minha mãe, ferir a visão que ela tinha da vida. (LUNA, 2001, p. 9).

Já em 1951, Odette Rios foi processada e, em 1952, foi condenada por atentado à moral, devendo pagar multa e permanecer em prisão domiciliar pelo período de um ano. É importante ressaltar que em 1952 o Brasil não vivia mais um período de ditadura, pois Vargas havia sido eleito presidente. Ocorre que os resquícios de seu período ditatorial ainda eram muito fortes, tanto moralmente, quanto na legislação.

Para escrever este livro ela revela ter tido “a nítida referência do romantismo do cinema americano, que marcou várias gerações”³⁵. Tanto é que na obra uma das passagens marcantes é a ida de uma personagem, menor de idade, para o cinema, para ver o famoso filme *Gilda*, que é um filme norte-americano de 1946 estrelado por Rita Hayworth e Glenn Ford. Nele a personagem principal deixa um legado para a representação da mulher no cinema, sendo “um exemplo paradigmático do cinema alimentando o imaginário social (AREU; KIELING, 2008, p. 4).

A Volúpia do Pecado expõe as nuances deste primeiro amor juvenil, como o primeiro beijo, tão desejado, mas também tão causador de medo e angústias nas

³⁴ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁵ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

duas jovens. É apresentada de forma sutil a primeira relação sexual das jovens, suas diversas provas de amor e as juras de amor eterno.

Através dos sentimentos, atitudes e angústias das personagens, Cassandra Rios expõe a forma como as jovens lésbicas passavam por um processo de autoconhecimento e de serem percebidas, entre cochichos, pelos outros. Uma das personagens que mais percebe esta relação entre as jovens é Matilde, tia de Irez, que prontamente denomina o que ocorria entre as jovens como sendo um vício, dominação e hipnotismo.

Matilde, por exemplo, ao encontrar uma das cartas trocadas entre elas, e proíbe as garotas de se verem, sob a ameaça de contar para seus pais. E quando encontra Lyeth ameaça a jovem dizendo que ela havia corrompido sua ingênua sobrinha, esta tenta cada vez mais se afastar de seu amor, porém:

Sentia a irradiação do seu amor, repelia-o e embora os olhos a procurassem num impulso irresistível não a deixava aperceber-se disso. Não queria amar dessa maneira. Essa espécie de amor era perigoso, inseguro (RIOS, 1955, p. 89).

Quando do seu lançamento e durante as décadas seguintes a obra *A Volúpia do Pecado* teve grande repercussão, percebida pela quantidade de edições posteriores e por notícias de jornais, pois “o livro de estreia fez tanto sucesso que chegou a ser reeditado nove vezes em pouco mais de dez anos”³⁶. A obra colocou em debate a questão da homossexualidade feminina, expondo a existência de tais amores e os dramas vivenciados por aquelas que não podiam viver amorosamente com quem desejavam. Em uma passagem Irez deixa bem claro a sua raiva no tocante à sociedade de sua época afirmando que

A causa de nosso tormento são os preconceitos que só servem para martirizar criaturas como nós. Amor! Que importa o sexo e a sociedade quando duas almas se cruzam, se confundem, quando dois corações iguais ao nosso pulsam no mesmo compasso?! Preconceitos! Sociedade! (RIOS, 1955, p. 266).

Mesmo sendo uma fala de uma personagem ficcional, ela dá voz aqueles que viviam tais situações e não podiam expressar seus sentimentos de raiva e de incompreensão ante a forma como a sociedade tratava este tipo de amor.

A também escritora Eva Feghali afirma na apresentação do livro

³⁶ 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura - 31 março 2019, Laís Modelli (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>)

(presente na terceira edição, de 1955) que esta obra não foi escrita para que ninguém seguisse o exemplo dela e “que a juventude não se entusiasme com o que é espelho da degradação e deve ser evitado”³⁷. Feghali afirma, ainda, que a obra deve ser lida com um rigor científico, como Freud o faria, visto que mesmo repudiando um fato, a sua existência o torna compreensível. Coincidentemente, anos depois, em 1962, Feghali estaria junto com Rios na lista de livros proibidos pelo Juizado de Menores de São Paulo ³⁸.

Em 1962, Fausto Cunha afirmava que

em todo este país somente eu teria coragem de arriscar a minha reputação de crítico sério afirmando que é um bom romance, bem escrito e bem urdido, muito mais interessante do que esse pretencioso e prolixo Poço da Solidão de R. Hall, que teve as honras, se não me engano de uma tradução por Jose Geraldo Vieira ³⁹.

Interessante notar que Fausto Cunha faz uma comparação com uma obra que é considerada um marco da literatura lésbica mundial. Publicado em 1928, a obra inglesa *O poço da Solidão*, Marguerite Radclyffe Hall, foi a pioneira mundialmente em versar sobre a homossexualidade feminina explicitamente. Como o próprio nome da obra denota, não se trata de um livro feliz, trata-se de um livro com final triste para a protagonista homossexual, o que também ocorre no livro de Rios.

Apesar da dificuldade em editar seu livro, dada a questão temática, pois os editores eram “geralmente, homens graves e estigmatizados pelos velhos tabus da moral, recusavam publicar o livro. Diziam, sempre, que era pornográfico”⁴⁰, o mesmo foi um grande sucesso, abrindo as portas para a segunda obra da autora, *Carne em Delírio*. Na verdade, quando da publicação da primeira ambos livros já estavam prontos, mas Rios optou por editar primeiro *A Volúpia do Pecado* “por achar que ele acertava um grande ponto de venda: era a história de amor entre duas adolescentes” ⁴¹.

³⁷ Eva Feghali. Apresentação. In.: RIOS, Cassandra. *A volúpia do pecado*. 3. Ed. São Paulo: A Voz dos Livros, 1955, p. 5.

³⁸ São Paulo Apreende os Livros Imorais. *Última Hora* (RJ). Ano 1962, Edição 0082, 04 de abril de 1962, página 4. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁹ Fausto Cunha. *Livro na Mesa: O Lenhador de Livros* (I). *Correio da Manhã* (RJ). Ano 1963, Edição 21456, 16 de março de 1963. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁰ Marcos Sá. *Esta é a mulher Maldita*. *Revista Mundo Ilustrado* (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴¹ Hamilton Ribeiro. *Qual o pecado de Odete?* *Revista Realidade* (SP), Ano 1970, Edição

Mesmo com o pagamento por parte da família da autora para editar a obra, a distribuição não fora garantida pela editora, ficando a cargo de Rios, que “de livraria em livraria, de banca em branca, a escritora foi convencendo os livreiros a vender sua obra”⁴². E de fato o livro vendeu em pouco tempo os mil exemplares iniciais acordados com a editora, restava ainda a segunda parte, outros mil livros e o pagamento das prestações restantes para fechar o valor total de cinquenta contos. Nisto a jovem autora sofre o primeiro revés dentro do universo livreiro, pois

Quando voltou a gráfica para buscar outros exemplares não havia mais. Reclamou - a edição combinada era de 2000 - e recebeu uma proposta: ‘Em vez de você nos pagar os 25 contos que nos deve, nós lhe damos 20 contos e ficamos com o seu livro’. Inexperiente, desarmada no meio da selva de editores e de gráficas, Cassandra cedeu. Entregou, por 20 contos, os direitos totais de um livro que, até ser proibido no processo de 1962, seria reeditado nove vezes.⁴³

Mesmo não havendo lucro com tal obra, ela foi importante para abrir o espaço para o nome de Rios para as editoras. Seu segundo livro, *Carne em Delírio*, logo foi publicado no ano seguinte, ela

apresentou os originais ao funcionário de uma editora, falou do êxito do primeiro livro e deu-lhe uma semana para a resposta. Ao fim dos sete dias, encontrou o homem entusiasmado:
- Eu é que vou editar esse livro. Pedi demissão da editora, estou montando uma firma própria e vou inaugurá-la com o seu romance⁴⁴.

A partir daí houve a profissionalização dela enquanto escritora, quando estabeleceu um contrato de exclusividade com uma editora carioca, pelo qual recebia pagamento adiantado e “a retirada mensal de 35 contos de réis pelo direito de publicar os livros que escrevesse daí em diante”⁴⁵.

A experiência para editar sua primeira obra foi marcante para Rios não somente no tocante a abertura da sua literatura para o mercado ou o fato dela ter que trabalhar na revisão, edição, divulgação e distribuição de seu primeiro livro, fez com que ela tivesse como padrão acompanhar passo a passo o processo de suas

00048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴² Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴³ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁴ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁵ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

obras. Rios sempre teve muito cuidado com todo o trabalho envolvendo seus livros. Tal experiência a levou a também trabalhar como tradutora e revisora de livros e a manter até uma livraria em São Paulo durante a década de 1960.

Mesmo com o sucesso de *A Volúpia do Pecado* e dos livros seguintes, a questão temática das obras era um problema para Rios. As censuras ao livro *A Volúpia do Pecado* persistiram por décadas, por exemplo “em 1962, foi proibido e tirado de circulação por ofender os valores familiares”⁴⁶. E mesmo nas décadas seguintes também foi de críticas e análises daqueles que diziam defender a moral, como mostra esta matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 1970:

Figura 04: *Jornal do Brasil*, Edição 00106, de 8-8-1970

Censor do Juizado denuncia aparecimento de livros que exploram o lesbianismo

O chefe do Departamento de Censura do Juizado de Menores, Sr. Sérgio Cardoso de Castro, denunciou ontem que no Rio e em São Paulo começaram a aparecer diversos livros “com linguagem pornográfica e de terceira categoria” sobre lesbianismo, publicados por editôras-fantasmas.

Sómente esta semana a censura apreendeu para exame 16 livros suspeitos de conterem literatura pornográfica. O juiz de Menores está disposto a processar os distribuidores que continuarem vendendo obras já proibidas pela Censura.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Na lista de livros proibidos constam três de Rios: *Paranoica*, *Tara* e *A Volúpia do Pecado*. Posteriormente, em 1976, uma nova edição da obra foi retirada de circulação por ofender a moral e os bons costumes, como analisaremos melhor em tópico específico.

2.4 A consagração de um nome

Em 1960 as livrarias Francisco Alves e Brasiliense fizeram uma enquete

⁴⁶ 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura - 31 março 2019 Laís Modelli <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>

no Rio de Janeiro para saber quais seriam os autores prediletos dos leitores. Machado de Assis ganhou em disparada com 2460 votos de um total de 3072. Porém o que mais indignou o jornalista Valdemar Cavalcanti foi o fato de “uma Rachel de Queiroz em pé de igualdade com uma Cassandra Rios”⁴⁷. As duas são as únicas mulheres a constar na lista e, de fato, empataram, porém, um tanto quanto esquecidas, com apenas dois votos para cada.

Mesmo com esse número reduzido de votos, podemos afirmar que Rios era uma autora de destaque naquele momento. Por exemplo, Gasparino Damata afirma que mesmo em meio a uma geração que lê menos indicações de críticos literários, há autores que não precisam disso, pois “esgotam silenciosamente duas, três, quatro edições. Um exemplo: Cassandra Rios, que sozinha vende mais do que todas as escritoras brasileiras juntas”⁴⁸.

Há diversas matérias de jornais que falam mal da escritora, porém mesmo tais matérias falam sobre a quantidade enorme de vendas que Cassandra obtinha. Há, porém, aqueles que a defendem publicamente e outros, que mesmo não a defendendo, são seus leitores. Estou aqui falando do próprio corpo militar, pois há diversas publicações em jornais que listam os livros mais emprestados na Biblioteca do Exército e Cassandra Rios, junto com Jorge Amado e Vladimir Nabokov são figuras recorrentes nesta lista, como veremos em tópico futuro.

Mesmo com as críticas ao seu tipo de escrita, Rios chegou a ser laureada algumas vezes pela sua obra, tanto durante, como antes da ditadura militar. Ela recebeu a Comenda Cruz do Mérito Social do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais, em 1964, numa cerimônia na Avenida São João. Foi agraciada também, já em 1966, com um diploma pela Secretaria de Educação de São Paulo⁴⁹.

Porém, mesmo, assim a autora gostava de se manter afastada dos círculos literários, chegando a ser convidada para fazer parte de um grupo formado por aqueles que seriam contrários as entidades de escritores. Segundo reportagem publicada em 1969,

Cassandra não frequenta nenhuma entidade de escritores. Conta que foi

⁴⁷ Valdemar Cavalcanti. Coluna Literatura. Correio Braziliense (DF). Ano 1960, Edição 00050, 18 de junho de 1960. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁸ Gasparino Damata. A crítica ajuda ou não ajuda a vender livros. Correio da Manhã (RJ). Ano 1967, Edição 22784, 15 de julho de 1967. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁹ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lâmpião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

convidada a ser membro de uma academia de letras clandestina, que está para ser fundada em São Paulo e que vai ter a "caipirinha das Il" ao invés do "chá das 4". O distintivo - ideia do panfletário Fernando Jorge - será um ourinol⁵⁰

O que se pode perceber nas entrevistas da autora é que ela era arredia quanto a participação grupos ou movimentos, sendo muito mais centrada na produção de seus livros. Quando questionada se ela aprova ou participa de alguém movimento de libertação, Rios afirmar de forma contundente

Sou antifeminista. Acho deplorável toda essa movimentação pela tal liberdade da mulher. Berram por uma posição e não fazem nada para consegui-la. Desde que é gente, a mulher já tem o seu lugar no mundo. A que berra é um fracasso. A verdadeira feminista é a que está trabalhando, em silêncio⁵¹

Talvez por isso Rios tenha tentando tanto manter um silêncio sobre a sua vida particular, falando apenas através de seus livros. Suas obras fizeram um estrondoso barulho na moral da sociedade brasileira. Por mais que ela se diga, uma moralista, suas obras geraram um intenso debate sobre a mulher homossexual.

Em reportagem de 1968, fala-se sobre um "surto" de obras pornográficas no mundo, que teria como representante no Brasil Cassandra Rios e Adelaide Carraro. Sobre Rios, afirma-se que ela "sempre teve atração para os temas considerados malditos - o homossexualismo, o lesbianismo, em suma, os problemas enfrentados no dia-a-dia pelas minorias eróticas"⁵².

A reportagem ressalta que as duas são contrárias as críticas que dizem que são pornógrafas. Cassandra chega a afirmar que seria uma moralista, pois "pornógrafa é a mente de quem não sabe ler... Pornografia é literatura que trata de sexo pelo sexo apenas. Nos meus livros, a tônica é o amor"⁵³.

⁵⁰ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 197000048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

[?] Maria José Peixoto. Escritoras malditas. Revista Manchete (RJ), Ano 1969, Edição 0921 (2), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

[?] Maria José Peixoto. Escritoras malditas. Revista Manchete (RJ), Ano 1969, Edição 0921 (2), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

[?] Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lampião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

[?] Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital., Edição 00048,/Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁵¹ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁵² Maria José Peixoto. Escritoras malditas. Revista Manchete (RJ), Ano 1969, Edição 0921 (2), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

⁵³ Maria José Peixoto. Escritoras malditas. Revista Manchete (RJ), Ano 1969, Edição 0921 (2), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

Ocorre que tal suposto “surto” não seria apenas momentâneo, pois em 1979, ainda se noticia os sucessos literários da literatura erótica, no mundo e no Brasil, sendo Rios a representante do gênero mais significativa em nossas terras. Quando a sua obra estava novamente liberada estava ocorrendo, inclusive, a reedição de toda a sua obra por uma editora de renome: a Record.

Figura 05: Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00286, de 21 de outubro de 1979

● Atualmente, o maior sucesso de livraria (gênero ficção/erótica), nos Estados Unidos e na Espanha, é **El Placer del Sexo**, de Alex Comfort, tradução espanhola do best-seller **More Joy of Sex** (milhões de exemplares vendidos em dois anos). Editorial Blume, Barcelona. No Brasil, no gênero erótico, a coroa continua na cabeça de **Cassandra Rios** graças a reedição de toda a sua obra pelo Record. ● Por falar em erotismo, a Editora Cátedra acaba de lançar o ensaio de Afrânio Coutinho: **“Erotismo na Literatura.**

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Entre 1960 e 1970, Cassandra atingiu cifras de vendas apenas comparáveis às de Jorge Amado⁵⁴ e Jose Mauro de Vasconcelos⁵⁵. Segundo reportagem publicada na revista Realidade⁵⁶ de março de 1970, Cassandra Rios

neste ano de 1970, chegará a uma posição jamais alcançada por uma escritora brasileira: será a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos. Ela é a única mulher no Brasil que vive exclusivamente de livros;

⁵⁴ Vencedor do Prêmio Camões de 1994, é um dos mais famosos escritores brasileiros, tendo a sua obra fartamente adaptada para cinema, do teatro e da televisão.

⁵⁵ Vencedor do Prêmio Jabuti de 1967, é famoso por ter escrito o livro *Meu Pé de Laranja Lima*, em 1968.

⁵⁶ Realidade foi uma revista de São Paulo editada pela Editora Abril e que circulou entre em 1966 e 1976.

mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a acompanham⁵⁷.

Em contraste, enquanto Jorge Amado recebia os louros pelas suas obras, ela era rotulada de pornográfica e escritora de baixa qualidade literária (VIEIRA, 2010). A questão das censuras, tanto a estatal, quanto a por parte da imprensa, que a autora sofreu parecem ser algo que a atormentou durante toda a sua carreira, não somente do ponto de vista profissional, mas também pessoal.

Em seus dois livros de memórias⁵⁸ a autora fala sobre como lhe doía o fato de ser questionada por escrever tais livros, sendo comparada com as personagens que escrevia, como se todas as suas obras de conteúdo homossexual fossem um relato de suas experiências de vida. Isso para a autora era uma forma de manchar a sua imagem de escritora, como se ela não tivesse condições de imaginar e criar personagens e situações, mas apenas relatar o que vivia.

Em um artigo de jornal no qual diz ser o livro *A Carne*, de Júlio Ribeiro, uma obra incompreendida, Marfa Barbosa Viana, chama as obras de Rios de “um caso bastante curioso da nossa literatura atual, ou melhor, trata-se de um caso típico de subliteratura”. A jornalista afirma não ser puritana, se o fosse seria uma burocrata, porém conclui que o sucesso de Rios se dá pelo fato de “o povo angustiado por mil e um problemas, procura nestes livros uma fuga da realidade, uma fuga da realidade, uma compensação de suas frustrações. Será isto? Que fale Cassandra...”⁵⁹.

Em relação a recorrência da homossexualidade feminina nas obras da autora, em jornais podemos ver o uso de termos para falar dos livros em lançamento sem, contudo, falar sobre a temática da homossexualidade feminina. Há a utilização de termos eufemísticos como “sem perder as características que lhe dão um mundo de leitores”⁶⁰, “os ingredientes que a tornaram uma das autoras mais lidas do Brasil”⁶¹, “as mesmas bases explorando o mesmo filão que a fez famosa”⁶² e “a marca

⁵⁷ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁵⁸ CENSURA – minha luta meu amor (1977) e MezzAmaro, flores e cassis – O Pecado de Cassandra (2000).

⁵⁹ Marfa Barbosa Viana. Sugestões Literárias. A Noite (RJ), Ano 1963, Edição 17141, 02-02-1962, página 6. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶⁰ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1975, Edição 06793, 13 de julho de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶¹ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1975, Edição 06832, 19 de julho de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶² Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1975, Edição 06906, 14 de outubro de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

inconfundível da autora”⁶³. Os leitores de Rios, por certo, ao lerem, tais frases, entenderiam o que o jornalista estava dizendo, sem precisar ser tão direto quando foi o análise do livro *Macária*, feita em 1974, pelo *Jornal Diário da Tarde* (PR), na qual chama-se a autora de “essa deusa do lesbianismo impregnado de magia, levamos a um mundo real de beleza sexual de envolvente desejo e de grandiosa felicidade”⁶⁴.

Odette, escritora com pseudônimo consagrado, pessoa anônima, era também uma mulher por detrás dos negócios das letras. Além de escrever obras ela as revisava, traduzia e se envolvia na edição e na distribuição das mesmas. Talvez esta proximidade com todos os processos relacionados aos livros a tenha levado a abrir a sua própria livraria em 1963, evento que chegou a sair em colunas sociais de jornais de São Paulo⁶⁵.

A Livraria Cassandra Rios, depois chamada de *Dracma*, perdurou por seis anos, “foi crescendo, crescendo, no fim tive que acabar, porque senão ou escrevia livro ou lidava com comércio” ⁶⁶. Durante este período ela também manteve sua própria editora, mas “um dia cansou do comércio, vendeu tudo e voltou a ser escritora de tempo integral” ⁶⁷. Não por acaso, durante uma parte deste período, Rios ficou sem publicar nenhuma obra. Houve um lapso anormal em sua frequente produção literária entre a publicação de *Veneno* (1965) e *Canção das ninfas* (1971).

Segundo o crítico literário Gualter Loiola, a autora estaria investindo na busca de novos talentos literários, sendo “uma das maiores fortunas do País, no circuito livreiro, está disposta a continuar investindo milhões, em busca da celebridade. Tem uma das maiores livrarias (de luxo) de São Paulo, que é a Livraria Cassandra Rios, com duas filiais na capital”⁶⁸. A livraria chegou a ser de encontro de diversos grupos, a exemplo da fala de sua amiga de longa data Yáskara Guelpa, que narra que conheceu Cassandra na sua livraria.

⁶³ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. *Jornal A Luta Democrática*. Ano 1978, Edição 07636, 25 de julho de 1978. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶⁴ *Macária*. Livros. Serviços. *Diário da Tarde* (PR). Ano 1974, Edição 22195, 22 de julho de 1974. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶⁵ *Jornal Diário da Noite* (SP), Edição 11861, de 17 de setembro de 1963. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶⁶ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

⁶⁷ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? *Revista Realidade* (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁶⁸ Gualter Loiola. Escritor vale tanto quanto um balconista. *Livros & Livros*. *Tribuna da Imprensa*, Edição 04644, 30-abril - 1-maio de 1965, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

No documentário Cassandra Rios – a Safo de Perdizes Yáskara Guelpa afirma que conheceu no dia em que ambas foram presas na galeria onde Cassandra tinha uma livraria, isto por volta de 1963-64. A polícia naquele dia teria fechado as duas entradas da galeria e todos ficaram encurralados, Cassandra deu abrigo a eles em sua livraria.

Neste período, os números de edições e vendagem de Cassandra são constantemente lembrados em matérias de jornais, nas capas dos livros e nos próprios pareceres de censura. Segundo matéria veiculada no Jornal do Brasil (RJ) em 1974 a autora já teria chegado à duzentas edições de suas obras, um número inigualável naquele período.

Figura 06: Jornal do Brasil (RJ), Edição 00319, de 23 de fevereiro de 1974

Cassandra Rios, o sucesso de quem vendeu 200 edições

Fausto Cunha

Foto de Isaias Feitosa



PARA CASSANDRA RIOS, SUA OBRA É SUA CAUSA, VOLTADA A DESTRUIR PRECONCEITOS

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Paulo de Medeiros e Albuquerque, na Coluna Livros do Jornal *A Luta Democrática*⁶⁹ fala várias vezes ao longo dos anos sobre os lançamentos de Rios, chegando a afirmar “já disse aqui: livro de Cassandra Rios independe da crítica pois

⁶⁹ Fundado em 3 de fevereiro de 1954 pelo político Tenório Cavalcanti, e tendo como slogan “Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar”, *A Luta Democrática* foi um jornal do Rio de Janeiro editado entre 1954 e 1987.

é escritora de público certo e definido”⁷⁰.

Deve-se ressaltar, porém, que a década de 1970 foi onde houve o maior acirramento no tocante à censura moral aos livros. Foi em 1977 que Cassandra teve a maioria de sua obra vetada pela Censura Federal, conforme analisaremos em capítulos posteriores.

2.4.1 Dados sobre venda dos livros

Rios fala que seus livros eram sobre amor e não sobre sexo. Quando questionada se seus livros vendiam por causa do sexo, ela afirma que, na verdade, eles vendiam por causa do amor e que o sexo seria apenas uma consequência do amor⁷¹. Fato é que seus livros, sejam pelo amor, seja pelo sexo, eram fartamente comercializados.

Em 1978, quando questionada sobre os números de vendas de seus livros, Rios desconversa dizendo “desde que eu me conheço por Cassandra Rios – não por Odette Rios (seu verdadeiro nome), mas como Cassandra Rios - as perguntas são as mesmas, a tiragens dos livros... Darcy Penteado sabe por que o autor fala uma coisa, o editor outra, o livreiro outra, e o jornalista vai falar outra bem diferente...”⁷². Logo em seguida Rios continua desconversando, preferindo falar sobre um assunto muito distante: discos voadores e o fato de ter escrito o livro de ficção científica *As mulheres dos cabelos de metal* após ter visto uma aparição.

Em reportagem da Revista Manchete de 1974, afirma-se que os direitos autorais dos livros de Rios lhe renderiam vinte mil cruzeiros mensais. Tal valor a tornara a única mulher no Brasil que vivia (e muito bem) de literatura⁷³. Segundo a sua sobrinha, Liz Rios, "com os direitos autorais que recebia da venda dos livros, a tia Odete levava uma vida muito confortável (...) Ela [a tia] tinha o apartamento em que morava, tinha uma casa em Interlagos [zona sul de São Paulo], uma chácara em Embu das Artes e alguns carros, além da própria livraria, onde ela vendia seus livros"⁷⁴.

⁷⁰ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1975, Edição 06759, 20 de abril de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁷¹ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁷² Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lampião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

⁷³ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁷⁴ 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura - 31

Em 2001, a autora afirmou que não tinha sequer ideia de quantos livros havia vendido. Mas lembra do levantamento feito pelo jornal Pasquim em 1976 e que dizia que ela já havia vendido um milhão de livros⁷⁵. Por mais que tenha diversas fontes jornalísticas afirmando dos números de vendagem das obras de Cassandra Rios, de fato não obtive dados oficiais sobre o número de livros vendidos de cada obras e edições.

Mesmo sem dados oficiais, é importante perceber que tais números, factíveis ou não, sempre aparecem nas matérias, tornando uma realidade para o seu público leitor e para os livreiros, pois duas coisas eram constantemente citadas nas propagandas dos seus livros: a censura e a quantidade de livros vendidos, ambos sendo utilizados quase como um selo de qualidade, pois “se foi firmando o conceito de que Cassandra Rios era autora de sucesso garantido - cada novo livro seu vende 3000 exemplares em quinze dias, sem nenhuma propaganda”⁷⁶. Em 1990, falando sobre a censura a seus livros, Rios mostra que lidava de forma mais serena com as perseguições sofridas, afirmando “acho que ‘a mais proibida’ como está ali, virou um chavão no Brasil. Mas eu passei a gostar desse título de ‘a escritora mais proibida do Brasil’, porque, obviamente, isso se subentende que foi a mais vendida, né, se não não seria a mais proibida”⁷⁷.

Segundo a autora falou em entrevista já no final da sua vida, "cada edição era de 100, 200 mil exemplares. Isso é importante para mim é um livro lançado há 50 anos continuar vendendo"⁷⁸. Paulo de Medeiros e Albuquerque, em sua coluna literária afirma em 1974 que “acho Cassandra Rios um caso aparte em nossa literatura. Não discuto seus méritos ou deméritos. A vendagem de seus muitos livros fala melhor do que eu. E a voz do povo, é a voz de Deus. Ou não é”⁷⁹.

O sucesso de vendas de Rios não ocorria somente no eixo Rio-São Paulo, onde eram editadas suas obras, mas também em outros estados. Por exemplo, em livrarias do Paraná livros da autora constaram como os mais vendidos

março 2019 Laís Modelli <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>

⁷⁵ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁷⁶ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁷⁷ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990

⁷⁸ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁷⁹ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1974, Edição 06332, 06 de setembro de 1974. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

sucessivas vezes, como, por exemplo: Carne em Delírio (março de 1958)⁸⁰, Sargeta⁸¹ (agosto de 1958)⁸², Eudemonia (outubro de 1958)⁸³, O Gamo e a Gazela (durante o mês de setembro de 1959)⁸⁴, etc.

Há, por fim, um dado de 1982 do jornal O Fluminense que afirma que ela já tinha vendido cerca de 100 milhões de livros⁸⁵. De fato, não temos como confirmar tais dado, mas eles realmente mostram que Rios teve uma relevância e visibilidade no meio jornalístico centrado na quantidade de livros que ela venderia. Acerca da amplitude da venda de suas obras, Mirian Paglia Costa afirmou para a autora, no Jornal Lampião da Esquina, em 1978, que “se você tivesse apenas três leitores não seria censurada. Você é censurada porque é a TV-Globo da literatura brasileira”⁸⁶.

2.4.2 A respeito da distinção best-seller e best-writer

Em reportagem de 1968 da Revista Manchete fala-se sobre artistas que são populares, porém malvistas pela crítica, segundo Carlos Acuío, “eles atuam nas fronteiras do que a crítica define como mau-gosto. E, no entanto, são autênticos ídolos populares. para os sociólogos são um fenômeno típico do subdesenvolvimento. Mas enquanto os críticos discutem, todos eles permanecem em cartaz, recolhendo muito milhões”⁸⁷.

Podemos perceber aí a divisão existente no Brasil entre aqueles que eram considerados como bons artistas e os que não o eram. Em longa reportagem a revista fala dos artistas que seriam populares, mas que pela crítica seriam de mau-gosto cita-se Mazzaropi, Tônico & Tinoco, Chacrinha e Teixeirinha. Cassandra,

⁸⁰ Livros mais vendidos nas livrarias do Povo e Ghignone. Diário do Paraná - Órgão dos Diários Associados (PR). Ano 1958, Edição 00881,02 de março de 1958. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁸¹ Livro editado originalmente com a grafia de Sarjeta com G.

⁸² Livros mais vendidos nas livrarias do Povo e Ghignone. Diário do Paraná - Órgão dos Diários Associados (PR). Ano 1958, Edição 01017,10 de agosto de 1958. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁸³ Livros mais vendidos nas livrarias do Povo e Ghignone. Diário do Paraná - Órgão dos Diários Associados (PR). Ano 1958, Edição 01071, 12 de outubro de 1958. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁸⁴ Livros mais vendidos nas livrarias do Povo e Ghignone. Diário da Tarde (PR). Edições 20124, 201511 e 20157. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁸⁵ Cassandra Rios: como a fênix, sempre me ergui das cinzas. O Fluminense. Ano 1982, Edição 03435, 24 de maio de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

⁸⁶ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lampião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

⁸⁷ Carlos Acuío. Yes, nós somos bacanas. Revista Manchete (RJ), Ano 1968, Edição 0845 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

contudo, aparece em destaque, em uma foto com sua máquina de escrever e livros e que se estende por mais de uma página, na qual pode-se ler a seguinte descrição: "ignorada pela crítica, Cassandra Rios vê seus livros se esgotarem em edições sucessivas, e há muito tempo não consegue mais controlar uma correspondência torrencial"⁸⁸. Já para Paulo de Couto Malta, Rios "pode não ser a melhor, mas sem dúvida é a mais lida, um critério tão abonador de qualidade quanto o outro"⁸⁹. Foram encontradas muitas propagandas de livros de Rios em jornais e revistas, inclusive com a venda por reembolso postal, fato que se repetiu através de décadas.

Como já citado no tópico anterior, foram encontradas referências a livros da autora como constando na lista de mais vendidos em estados diversos. Em 1976, em lista do Correio Brasiliense, por exemplo, ela consta ao lado de nomes como Stanislaw Ponte Preta, Vinícius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade, sendo, pois, a única mulher a figurar nesta lista⁹⁰. Já na lista do jornal O Globo, de 1958, feita nacionalmente, Rios também conta como uma das autoras mais vendidas do Brasil, estando em quarto lugar com o polêmico livro Eudemonia.

⁸⁸ Carlos Acuío. Yes, nós somos bacanas. Revista Manchete (RJ), Ano 1968, Edição 0845 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

⁸⁹ Paulo de Couto Malta. Lida e proibida. Diário de Pernambuco (PE). Ano 1982, Edição 00183, 7 de julho de 1982. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁹⁰ Coluna Literatura. Correio Braziliense (DF). Ano 1967, Edição 02456, 17 de dezembro de 1967. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Figura 07: Os Best-sellers da Quinzena

16 junho		30 junho		esta quinzena	Análise baseada numa pesquisa de âmbito nacional, feita quinzenalmente, com exclusividade para O GLOBO, através de consultas diretas a livrarias do Rio, de São Paulo, e de mais quinze capitais estaduais.	quinzenas no lista
				Nacionais		
		1	"Maravilhas do Conto Brasileiro Moderno" (coletânea)		1	
		2	"Aluisio de Azevedo", de Raimundo de Meneses		1	
1	1	3	"Maravilhas do Conto Brasileiro" (coletânea)		6'	
		4	"Eudemonia", de Cassandra Rios		1	

Fonte: Antonio Olinto. Coluna Porta de Livraria. Matutina, Geral. O Globo, 16 de Julho de 1958, página 9.

Tais notícias nos mostram como Rios era uma autora que realmente tinha números que a colocavam como uma autora cujas obras despertavam interesse do público leitor. Porém, e sobre a qualidade de tais livros tão amplamente comprados?

Há matérias que nos mostram o quanto Rios gerava debates sobre a quantidade de livros e sobre a qualidade ou não dos mesmos. Exemplo disso é o texto de Wilson Correia publicado no Jornal Tribuna da Imprensa em 1973, na qual se afirma há uma destruição de sua imagem por aqueles que sequer a leram:

Figura 08: Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 07044, de 10 de junho de 1973

4 / TRIBUNA DA IMPRENSA

Cassandra Rios na crista da onda

Wilson Corrêa

Autora de sucesso (muitos de seus livros já se encontram até na 6.^a e 7.^a edições) Cassandra Rios é mal interpretada e até mesmo injustiçada por alguns críticos literários que “destróem” a sua imagem junto ao público que ainda não leu os seus livros e que fica então na base do não li e não gostei”.

Pois saibam que Cassandra Rios precisa ser lida. Porque seu estilo fluente, límpico, colorido. Porque ela tem o que dizer. Porque seus personagens são seres que existem, vivem, vibram. Porque sua imaginação é espantosa, como espantosa é a sua capacidade de penetração psicológica. Por tudo isso e por muitas outras qualidades mais, Cassandra Rios deve ser lida.

Veneno é o seu último livro, lançado agora pela Distribuidora Record, que já editou também *Muros Altos*, *Carne em Delírio*, *A Noite Também Tem Luzes* e *A Serpente e a Flor*.

Um livro para adultos. E que os adultos devem ler. Duzentas e cinquenta e seis páginas. Falei.

LACOS DE FAMÍLIA Consta

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A distinção e a disputa entre aqueles que são vistos como *best seller* e aqueles que são vistos como *best writer* são muito comuns na Literatura. Cassandra, assim como outros escritores que vendiam bastante em sua época, era

duramente criticados pelo teor e pela qualidade de suas obras.

Como podemos ver na matéria abaixo, em 1975 já se questionava o fato de escritores que muito vendiam serem duramente criticados devido ao seu sucesso literário. Se Rios, por um lado, era taxada de pornográfica, por exemplo, José Mauro Vasconcelos, autor de *Meu Pé de Laranja Lima*, é citado como sendo um autor medíocre. Há inclusive uma matéria em que um crítico afirma que Mauro seria lido por donas de casa entediadas, enquanto Rios seria lido por filhas curiosas.

Figura 09: Jornal do Brasil, Edição 00282, de 17 de janeiro de 1975



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1982, quando a autora já não estava mais editando livros com tanta frequência, ainda foi encontrada menção a livros de Rios como constando na lista de mais vendidos⁹¹, ao lado de obras de Jorge Amado, Nelson Rodrigues e Érico Veríssimo, nome considerados *best-sellers* e *best-writers*. Porém, na visão de Rios, "a crítica me ignora porque sou desligada. Escrevo e levo diretamente ao editor. Não faço lançamentos e não ambiciono prêmios. O leitor é meu prêmio"⁹². De fato, não

⁹¹ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Os mais vendidos. *Jornal A Luta Democrática*. Ano 1982, Edição 08116, 01 de julho de 1982. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁹² Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. *Revista Manchete*, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

foi encontrada nenhuma notícia de festas de lançamentos de obras de Rios e somente quando a autora começou a ter sua obra reeditada pela Record foi que mais recorrentemente seu nome passou a aparecer nas resenhas de críticos literários que informavam que recebiam tais obras novas por parte da editora.

Rios, por mais que reafirmasse que a coisa que mais desejava era estar nas mãos do leitor, se incomodava com esta questão, sobre o questionamento da qualidade literária de sua obra. A autora demonstra insatisfação com aqueles que fazem parte do cânone literário, pois este desprezaria os autores populares. A autora afirma que

é corretíssimo que prestigiem e deem troféus aos grandes clássicos, mas que não se honre apenas os escolhidos pelas igrejinhas, que também respeitem o mais popular em vez de diminuí-lo e massacrá-lo, só porque foi um best-seller, que não permitiriam classificar como *best-writer* (RIOS, 2000, p. 31).

Pensamento semelhante já apontava o repórter Marcos Sá em 1961, ao afirmar que Rios “é a autora brasileira de maior público, e que vive exclusivamente do que escreve. As estatísticas que apontam os ‘best-sellers’ nunca disseram essa verdade, porque ela é considerada uma escritora obscena”⁹³. Como mostramos as notícias de livros vendidos, principalmente até o início da década de 1960, mostram obras de Rios. Porém para a década seguinte pouco foram encontradas obras de Rios nestas listas.

Cabe ressaltar que neste período houve uma mudança no tocante a forma de vendas de livros, conforme nos mostra Reimão (1993), houve um crescimento no mercado editorial nacional e também a expansão dos espaços nos quais se poderiam vender livros.

A partir de lei editada em 1968 diversos pontos de comércio varejista, como farmácias, supermercados e postos de gasolina, passaram a poder vender livros. Segundo Reimão,

Os efeitos dessa lei não foram quantitativamente muito significativos (2,2% do total dos livros comercializados em 1973 o foram nestes pontos; essa porcentagem sobe para 4,4% em 1978 e volta a decair para 2,1% em 1979), mas ela não deixa de ser uma atitude em prol da difusão do livro. Quantitativamente, mais significativo é o número de vendas de livros em papelarias e bancas de jornal: em 1973, 9,6% do total dos livros

⁹³ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

comercializados o foram em papelarias e 2,2% em bancas de jornal; em 1979, 6,0% foram distribuídos em papelarias e 20,9% em bancas de jornal. (REIMÃO, 1993)

A pesquisadora destaca o fato de bancas de revista e papelarias serem um forte ponto de venda de livros, e no caso de Rios sabe-se que muitas de suas obras eram editadas em edições de baixo custo para serem vendidas exatamente nestes pontos de fácil acesso do público. Talvez isso nos ajude a entender o fato de Rios não figurar constantemente nas listas de livros mais vendidos, pois as mesmas eram feitas em livrarias, não contabilizando obras vendidas em pontos diversos.

Em 1975 continuava estava fervilhando o debate em torno de Rios e de sua significativa vendagem. Para o crítico literário Paulo de Medeiros e Albuquerque,

O que poderíamos chamar de 'fenômeno Cassandra Rios' está pedindo um estudo mais acurado. Com ela não há meio termo: ou tem defensores intransigentes ou sua obra é negada completamente. Pois apesar disso, ela vai publicando e republicando seus romances, que são sempre vendidos com sucesso⁹⁴.

No final da década de 1970 temos um estudo que analisou o sucesso de Rios e de Adelaide Carraro, para o sociólogo Waldenyr Caldas (1978) ambas eram o que ele chamou de subliteratura - o fetiche do prazer. Já Eliane Robert de Moraes e Sandra Lapeiz (1984) as colocavam como nossas representantes da chamada literatura erótica, porém fazendo um adendo ao fato de que ambas são, pela crítica, consideradas pornográficas, enquanto autores como Nelson Rodrigues, Jorge Amado e Hilda Hilst não eram citados da mesma forma.

Por outro lado, há matérias que a colocam no rol das grandes escritoras não somente do Brasil, mas do mundo, pois é, sem sombra de dúvidas uma autora *best seller*. Em 1985, período do final da Ditadura, Rios aparece ao lado de consagrados nomes femininos em reportagem que fala sobre as escritoras que seriam *best-sellers* no Brasil.

⁹⁴ Paulo de Medeiros e Albuquerque. Coluna Livros. Jornal A Luta Democrática. Ano 1975, Edição 06431, 14 de fevereiro de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Figura 10: Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 11020, de 25 de junho de 1985

CULTURA

Mulheres best-sellers

Iza Freaza

Quais são as mulheres que mais vendem livros no Brasil? Uma inglesa, uma francesa e três brasileiras conseguiram ocupar os lugares até recentemente reservados aos homens, depois de conquistar fiéis leitores que garantem seu êxito permanente, esgotando as sucessivas edições de suas obras. De estilos totalmente diferentes elas se identificam apenas na condição de mulheres interpretando o mundo, cada uma a sua maneira.

Durante muitos anos os homens lideraram as listas de **best-sellers** e raras eram as mulheres incluídas na famosa seleção. De repente, nos últimos anos, algumas delas se tornaram fenômenos de vendagem, tomaram as listas de assalto, às vezes ocupando o primeiro lugar por muitos meses, como por exemplo, Marguerite Yourcenar com "Memórias de Adriano" ou, mais recentemente, Colette Dowling, com "Complexo de Cinderela".

A exceção de Dowling, que trata de uma temática especificamente feminina, a maioria delas, porém, se insere simplesmente na literatura, sem diferença de sexos, mais ou menos como Susan Sontag, que deseja ser simplesmente uma mulher-escritora: "Eu pensei assim, há escritores e é isto que eu quero ser". Mesmo Doris Lessing, que criou o moderno romance feminino, há muitos anos vem manifestando o desejo de ver sua imagem dissociada de um devoto público feminino ou feminis-

porém, muito mais pedante e solteirona, mas possuía uma qualidade em comum: desconfiava sempre do pior e sempre tinha razão".

Alguns dos 90 romances que escreveu são, agora, considerados clássicos da literatura policial — "O assassinato no Oriente-Expresso", "Testemunha de Acusação", "Morte na Mesopotâmia", "A morte de Roger Ackroyd" — sem falar nas 20 peças de teatro que, afirmou certa vez, lhe davam mais satisfação. Seu estilo claro, simples, objetivo, que alguns ignoraram por muito tempo, foi descoberto pelos estruturalistas e outras correntes impressionadas com sua tendência a humanizar a paixão através do sacrifício, sua denúncia de uma elite que se julga no direito de fazer justiça pelas próprias mãos ("Assassinato no Oriente Expresso"), suas descrições do alienante ambiente inglês deste século e sua vocação para identificar a juventude, beleza e charme como qualidades inerentes aos assassinos.



Cassandra Rios

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Segundo a matéria, naquele ano haviam duas escritoras estrangeiras (Marguerite Yourcenar e Judy Mazel) e três brasileiras (Cassandra Rios, Clarice Lispector e Zélia Gattai) que eram destaque.

Iza Freaza relembra que durante muito tempo mulheres pouco figuravam na lista de mais vendidos, a exceção de Agatha Christie, que há décadas tinham sua vasta obra entre as mais vendidas do mundo. Após Christie figuraria Rios como a segunda mulher com mais leitores no Brasil, ao longo de mais de trinta livros publicados pela renomada editora Record, fora outras edições. A jornalista, contudo, ressalta, que não há "nem um estudo que tente explicar ou justificar o seu êxito, calcado no proibido e na extrema sensualidade"⁹⁵.

⁹⁵ Iza Freaza. Mulheres best-sellers. Cultura. Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 11020, de 25 de junho de 1985, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Ela cita também outros nomes de destaque e que já tinham um público cativo, como Marina Colassanti, Virínia Woolf e Doris Lessind. Para ela as listas de best-sellers foram um lugar "onde as mulheres custaram a chegar, mas de onde, certamente, custarão a sair" ⁹⁶.

Diante do que vimos nestas notícias de jornais, o que se pode perceber é que "para Cassandra Rios parece não haver meio termo. Ou ela é violentamente atacada ou defendida com unhas e dentes" ⁹⁷. Nos próximos tópicos iremos mostrar aqueles que se posicionavam nos dois lados desta disputa literária.

2.4.2.1 Os defensores de Cassandra

Cassandra Rios sabia desde antes de publicar seu primeiro livro, que os temas que versava eram polêmicos. Porém, a sua visão era que muitos que a criticavam não haviam lido a sua obra e que sua

obra tem seus defensores. Quem a defende são aqueles que não lêem só algumas cenas isoladas, que não procuram apenas certas páginas. São aqueles que entendem que meus personagens, sendo pessoas de emoções fortes, quando se encontram numa cena íntima não vão trocar apenas um beijo terno. São aqueles que não têm maldade na cabeça ⁹⁸

Ocorre que esse pensamento de Rios sobre os críticos de sua obra é corroborado pelo relato de Lago Burnnett⁹⁹. Ele relata que certa vez recebeu o livro *Muros Altos* de uma editora e fez uma crítica elogiosa ao livro em sua coluna. Após isso, Rios falou na televisão que o respeitava enquanto crítico. Por outro lado, ele relata que "no dia seguinte, sem que eu soubesse, estava sendo alvo de chacota por parte de uns bobocas num jornaleco desta paróquia, por onde tive a infelicidade de transitar. Perguntei-lhes se haviam lido *Muros Altos*. Não, não haviam, porque o livro trazia a assinatura de Cassandra Rios e esse nome é maldito. Ora, bolas!"¹⁰⁰.

Para Rios, contudo, seus maiores defensores são seus próprios leitores.

⁹⁶ Iza Freaza. Mulheres best-sellers. Cultura. Jornal Tribuna da Imprensa, Edição 11020, de 25 de junho de 1985, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁹⁷ Marcela. Livros. Serviços. Diário da Tarde (PR). Ano 1975 Edição 22679 - 03 de novembro de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁹⁸ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁹⁹ Jornalista e escritor brasileiro. Foi integrante da Geração de 45 e se destacou na imprensa carioca.

¹⁰⁰ Lago Burnett. Obrigado, Dercy. Diário de Notícias (RJ). Ano 1971, Edição 14873, 25-4-1971. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Por mais que muitas pessoas escondessem o fato de ler Rios, a autora recebia diversas cartas em sua defesa. Houve, contudo, pessoas comuns que a defenderam, por exemplo em cartas ao leitor da Revista Manchete. Em 1974, por exemplo, após uma grande reportagem sobre Rios, uma leitora enviou o seguinte texto:

Figura 11: Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1182 (1)



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Importante notar é que a leitora não teve medo de expor seu nome em revista de circulação nacional para defender Rios. Porém, não somente seus leitores a defendiam, pois Rios teve destacados e inusitados defensores de sua obra. Por exemplo, o famoso médium Chico Xavier¹⁰¹ escreveu um livro para Rios e enviou um com dedicatória para ela¹⁰². Já o Bandido da Luz Vermelha lhe enviou um recorte com foto de Rios no qual escrevera várias vezes a palavra "beijo" em letras vermelhas sobre o corpo da autora¹⁰³.

A autora teve sua obra editada por diversas editoras, porém duas são de destaque pelo tempo e pela quantidade de livros de Rios que foram editados. Primeiramente a Editora CBS e depois a Editora Record. Fato é que ambos editores das revistas saíam em defesa pública de Rios e da qualidade e importância de sua obra.

O livreiro Maxim Bear, da CBS, relata que seu pai começou a editar os

¹⁰¹ Acerca de tal livro, um leitor escreveu à Revista Manchete que se trata de "um livro muito diferente do gênero a que ele se dedica: rico de ensinamentos e de amor espiritual". Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1181 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁰² Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁰³ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

livros dela e que foi dando certo, até editarem todos os livros. Segundo Bear, ele conheceu a autora quando iniciou, ainda adolescente, o seu trabalho de livreiro, ajudando o pai na editora, e que a achava “uma pessoa carismática, quer dizer ela era uma bela pessoa. Conversava, sabia conversar”.

Sobre o contato com a obra de Rios, Bear relata

meu pai começou a ler, ele tem uma grande experiência sobre isso, eu li algum, achei excelente, não somos partidários de alguma coisa, nós somos editores que editam o que acham que tem que editar, independente da questão, livros políticos... já fizemos de tudo. Então, achamos que era um bom negócio, bom comercialmente falando, e começamos a editar os livros. (Maxim Behar In.: KORICH, 2013)

Apesar de defender Rios enquanto pessoa, o editor tenta deixar claro que não defendia os posicionamentos de Rios, mas que buscavam livros que eram “um bom negócio”. Porém, cabe destacar que esse posicionamento não foi o mesmo adotado por outros editores que se recusaram a editar as obras da autora, talvez não imaginando o sucesso de público que seria apesar dos “polêmicos” temas.

Em 1975, Carlos Heitor Coni fez uma reportagem para a Revista Manchete sobre Alfredo Machado, dono e editor da Record, nome reconhecido no mercado pelos seus sucessos editoriais, sendo chamado de “uma fábrica de *best sellers*”. Nesta época a editora detinha a publicação de dois grandes nomes: Jorge Amado e Cassandra Rios. Sobre Rios, Coni fala que ela seria “uma injustiçada pela crítica que esnoba uma das produções mais respeitáveis de nossa literatura. Pessoalmente, a considero mais importante do que Clarice Lispector. E o grande público também: estamos com a voz de Deus”¹⁰⁴.

Machado vai mais longe, ao afirmar, em 1981, que autores como Rios “favorecem uma política de Robin Hood, ou seja, editar autores de muito sucesso para garantir a edição de livros de todas as categorias, inclusive aqueles que só interessam a grupos pequenos e específicos”¹⁰⁵.

Além da relação de Rios com o público leitor e com os editores, os materiais jornalísticos catalogados ajudaram a perceber melhor relação de Rios com outros escritores, para além desta divisão entre *best-seller* e *best-writer*. Encontrei autores, como Marina Colasanti, Clarice Lispector e Jorge Amado, tecendo elogios a

¹⁰⁴ Carlos Heitor Coni. Alfredo Machado: uma história de amor com o sucesso. Revista Manchete, Ano 1976, Edição 1244 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁰⁵ Como nascem os best sellers. Revista Manchete, Ano 1981, Edição 1530 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

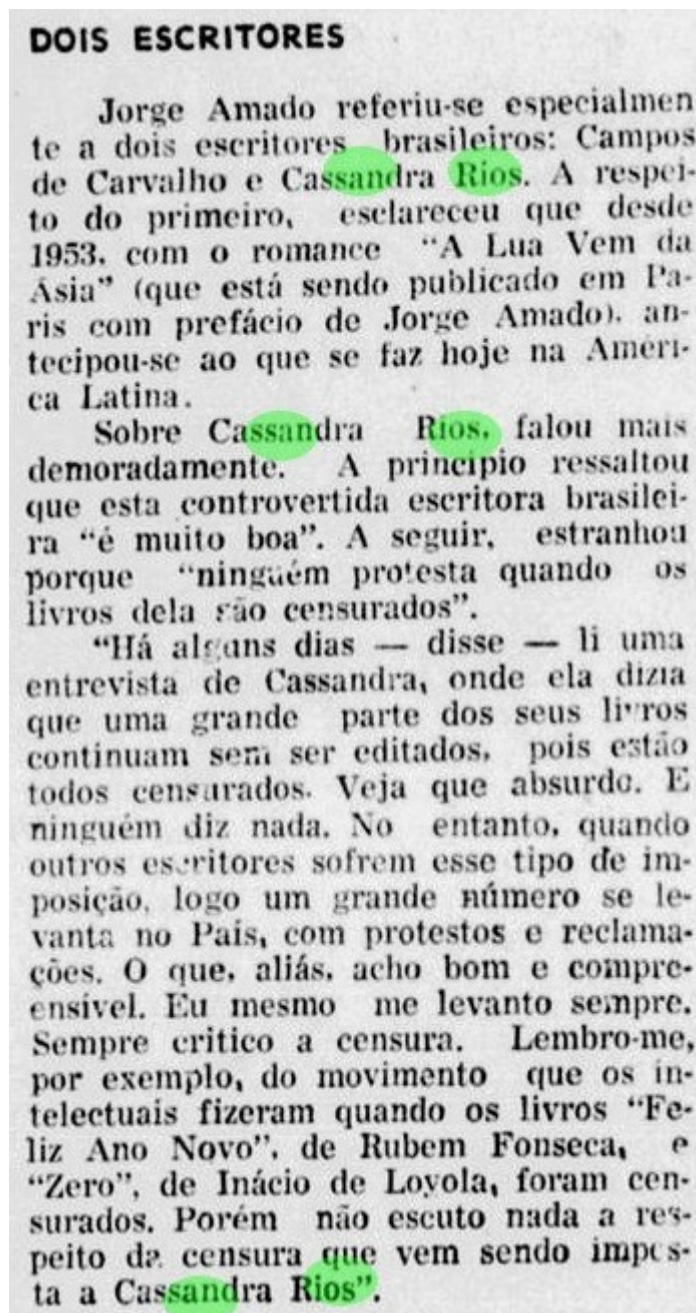
Rios e a defendendo diante da exclusão por parte de outros literatos. Encontrar tais documentos nos quais autores prestigiados saem em defesa da autora foi primeiramente uma surpresa na pesquisa, tendo em vista que o discurso recorrente daqueles que buscam a reparação da imagem de Rios é que ela era amplamente rejeitada pelo cânone literário. O que podemos concluir é que tal discurso faz parte de uma construção da imagem de Rios como um sujeito excluído.

Jorge Amado, que também sofria perseguição pelo conteúdo sexual e político de suas obras chegou a afirmar que “Cassandra Rios é mestre no ofício do romance” (MOTT, 1987, p. 118). Acerca do escritor baiano, Rios relata sobre o encontro que teve com ele. Segundo ela, “ele estava lançando um livro em São Paulo e quis me conhecer. Ele se espantou com a minha idade: 'Tão jovem e escrevendo livros dessa envergadura?’”¹⁰⁶.

Em matéria intitulada “Jorge Amado elogia romance brasileiro”, podemos ver que Amado inclusive critica aqueles autores que não se preocupam com a censura sofrida pela autora:

¹⁰⁶ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

Figura 12: Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00020, de 21 de janeiro de 1978



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Amado chama de absurdo o fato de literatos se indignarem com a censura a alguns escritores e não a outros. Ele, por outro lado, afirma se levantar sempre contra a censura, o que deveria ser uma atitude de todos.

Para além dessa defesa pública, Amado chegou a escrever uma carta para a autora, incentivando-lhe a não largar o ofício de escritora. Sobre este fato a

autora escreveu em seu livro *MezzAmaro*:

Entendi a carta de Jorge Amado que veio lá de Salvador, com seus recortes de jornais e revistas, defendendo-me, falando sobre a minha literatura, e sua observação de apoio, incentivando-me, para que eu não me limitasse, nem parasse de escrever, assim interpretei suas palavras, sábias e firmes, que menciono mais uma vez: ... *Cassandra, pior que a Censura só a auto-censura*. (RIOS, 2002, p. 272)

Na década de 1960 a autora passou a ter um defensor de peso internacional: escritor inglês Richard Llewellyn, autor de *Como era verde o meu Vale*. Llewellyn passava temporadas no Brasil e lia em português¹⁰⁷. Ele deu diversas entrevistas falando da qualidade literária de Rios, afirmando que ela era uma autora incompreendida no seu tempo, mas que futuramente seria conhecida por quebrar barreiras. Segundo notícia de 1965, Llewellyn “tanto gostou dos livros de Cassandra que promoverá a tradução dos mesmos para o inglês”¹⁰⁸.

Figura 13: A escritora Cassandra Rios e o escritor inglês Richard Llewellyn



Fonte: Bosco - 13 maio 1965 /Acervo UH/Folhapress

O autor inclusive chegou a fazer uma ampla defesa de Rios publicada na contracapa do livro *Muros Altos*, segunda edição, 1967, Editora Lidador (ANEXO

¹⁰⁷ Hamilton Ribeiro. Qual o pecado de Odete? Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, /Março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁰⁸ Escritoras malditas: gênio ou impostura? Diário Carioca. Ano 1965, Edição 11394, 16 e 17-5-1965. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

B).Segundo ele

Cassandra Rios is exceptional in that she explores those corners of the human mind so far barred – whether by MORES of puritanism or simply by outdated Law – from public discussion. Yet in a present-day civilization which permits detailed reports of cancer of the prostate in stamen, caesarian operations, and so many other intimacies which could not have been printed twenty years ago, this writer is not merely prevented, but forcibly restrained and even suffers persecution for doing her plain as a writer.

The writer has only on duty: put in words what the heart dictates in the light of experience.

Cassandra Rios does exactly that, and whether she succeeds or not is for the reader to judge.

Nobody is forced either to buy her work or to read it; and on is inclined to think of Mmd. Juliet Curé, Mrs. Pankhust, and all other heroines of past days whose work was impeded, whose lives were made unbearable because they persisted in doing what today has become part of the fabric of daily life.

Cassandra Rios may be silenced for a time – the prophet is without honour in her own country – but I am sure that one day she will her laurelas word-wide, and I shall do anything may to help her.

O autor critica o puritanismo e a lei que permitem versar publicamente sobre o câncer de próstata ou sobre cirurgias de cesária, mas que não querem que sejam colocadas luzes sobre experiências humanas. Ele é incisivo em dizer que ninguém é obrigado a ler a obra da autora e que somente o seu público leitor pode julgá-la. Cabe destacar que o texto publicado na contra-capla foi da mesma forma como aqui citado – em inglês. O que dificultaria para muitos o entendimento da crítica feita.

Já na contra-capla do livro *Eu sou uma Lésbica*, Editora Record, 2ª edição, 1983, podemos encontrar a seguinte afirmação "Considero-a superior a Françoise Sagan. Françoise usa o francês tão-somente, enquanto Cassandra usa ideias universais". Trata-se de um elogio de envergadura, dado o sucesso do nome da autora francesa.

A relação de amizade de Rios com o autor inglês perdurou com elogios de ambas as partes. Rios, inclusive, chegou a dedicar a segunda edição do livro *A Paranóica*, de 1969, a Richard Llewellyn. Na contracapla do livro há uma frase deste autor dizendo que "Cassandra Rios é um dos maiores valores da literatura brasileira. Consegue expor em palavras límpidas, pensamento estranhos e extremados, como uma forma clara e precisa" (RIOS, 1969). Nesta mesma página há ainda a defesa

vindo de Salomão Jorge¹⁰⁹, Fernando Jorge¹¹⁰ e Ramão Gomes Portão¹¹¹.

A renomada escritora Marina Colassanti, já década de 1980, publicou um longo artigo de jornal no qual defende a qualidade literária de Rios diante das constantes críticas que críticos literários sobre a obra da autora. O também escritor Alionis Filho defende a escrita da Rios no prefácio da segunda edição da obra *A Paranoica*, em 1969¹¹². Já Clarice Lispector não parece demonstrar uma competitividade em relação a Rios no tocante ao número de livros vendidos, por outro lado, o que podemos contatar, na Coluna Livros, de 1976, é uma curiosidade da autora em relação a sua “concorrente”.

Figura 14: Coluna Livros, de Carlos Menezes

• Clarice Lispector e Mário Chamé encontram-se no aeroporto. O poeta vai à livraria local, à procura de um dos livros da criadora de "Maçã no escuro" - mas não o encontra. Resolve então comprar o romance "O bruxo espanhol", de Cassandra Rios, e o oferece a Clarice.
 — Agora, sim — diz ela — poderel descobrir o segredo do sucesso dessa escritora, de quem nada havia lido, até este instante.
 Abre o livro, lê as primeiras três páginas e diz:
 — É, a moça escreve bem direitinho. Tem uma boa redação.

Fonte: Matutina, Cultura. O Globo 28 de Abril de 1976, página 36.

Curiosidade esta que finda com um elogio a redação Rios, vindo de uma autora que escreve livros de conteúdo e estilística bem diversos aos de Rios, mas que também têm o seu público leitor fiel, conforme já vimos anteriormente.

2.4.2.2 Os opositores de Cassandra

Neste tópico podemos contar com uma lista de pessoas que criticam os livros de Rios. Há diversos textos em jornais de críticos literários, editores de livros e pessoas comuns falando mal das obras a autora.

O pesquisador da obra de Rios, Rick dos Santos, afirma a respeito das

¹⁰⁹ “Cassandra Rios, romancista, retratista insuperável da alma, minha inspiração pela maneira com que joga com a luz, com que brinca com as tintas.”

¹¹⁰ “Cassandra Rios, na minha opinião, é uma admirável escafandrista de almas. Condená-la é condenar a realidade.”

¹¹¹ “Cassandra Rios já ultrapassou, com o seu prestígio, as barreiras das nossas linhas limítrofes. Sofreu para conseguir isso, mas hoje, o seu nome é respeitado merecidamente.”

¹¹² “Cassandra Rios soube galgar os degraus de produtora, e o grande público vem se revelando o seu grande consumidor. A prova disto está nas sucessivas reedições de sus trabalhos.” (Prefácio, *A Paranoica*, Cassandra Rios, 1969)

críticas à obra da autora que

O pecado dela foi que ela não escreveu para a academia, que muitos desses outros escreviam. Ela realmente queria, acho que a função principal dela aqui, ela queria fazer sentido, dar visibilidade, dar existência às vidas, no plural gays e lésbicas. Em todos os livros dela têm esse assunto gays, lésbicas, de classe baixa, de classe média, de classe alta, de raças diferentes. Então, nesse ponto que eu achei ela, assim, muito interessante e sem estar publicada. Então, eu comecei a procurar isso e ver que exatamente a academia a rejeitou pelo o fato dela não ser elitista e intelectual da academia, que escrevia só para a academia. (Rick dos Santos In.: KORICH, 2013)

Rios, de fato, sempre manteve uma postura distante daqueles que compunham a crítica literária. Sobre a sua relação com esta crítica, em 1969, ela afirmou que somente fazia o mesmo que faziam com ela: ignorava¹¹³. Além disso, ela criticava que não faziam uma análise profunda de suas obras e que “existe o boicote, o despeito e a inveja, além da frustração de alguns. Livros como ‘A Carne’, de Júlio Ribeiro e ‘Amante de Lady Chatterley’, de D. H. Lawrence, sempre foram combatidos e hoje são exaltados. Espero, também, um reconhecimento futuro”¹¹⁴.

Crítica pesada à Rios fez Marfa Barbosa Vianna. No artigo exposto abaixo, a jornalista chama a obra da autora de subliteratura que causaria mal estar, por produzir livros “indecente, visando somente a despertar as paixões baixas”¹¹⁵. A crítica literária utiliza termos como “escabrosa” para definir as obras de Rios. Não deixando, também, de criticar o trabalho feito nas capas dos livros, que, segundo ela, poderiam tirar o sono das crianças.

Figura 15: Diário Carioca - O máximo de jornal, no mínimo de espaço, Ano 1960 Edição 09867 - 17 de agosto de 1960

¹¹³ Maria José Peixoto. Escritoras malditas. Revista Manchete (RJ), Ano 1969, Edição 0921 (2), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

¹¹⁴ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹¹⁵ Marfa Barbosa Vianna. O perigo da Subliteratura. Literatura. Diário Carioca - O máximo de jornal, no mínimo de espaço, Ano 1960 Edição 09867 - 17 de agosto de 1960, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

O perigo da subliteratura



EM nossas visitas às livrarias, perdemos, constantemente, o apetite. Tanto o físico, necessário para o bom aprumo, quanto o espiritual, baseado numa leitura amena e agradável. Uma das mais recentes causas

doras de nosso mal-estar generalizado foi a senhora Cassandra Rios, responsável por uma perigosa subliteratura. Acreditamos que tal senhora pertença ao sexo fraco, pelo nome e pelo aspecto exterior. Mas a alma, o espírito, é abjetamente indelicado. Esta "escritora" escreve obras pornográficas, com o único objetivo de ganhar uns cobres. Digo cobres, porque acho a palavra "dinheiro" delicada, digamos assim, para o caso. O conteúdo de seus livros é indecente, visando somente a despertar as paixões baixas. As situações expostas são escabrosas, sem a menor arte literária em seu enredo. Admiramos os escritores naturalistas, julgamos que Zola, Maupassant e outros são grandes, admiráveis. Temos, aqui no Brasil, um exemplo clássico desse tipo de literatura: "A Carne", de Júlio Ribeiro. Tem erotismo, sexo e todos os ingredientes... Mas é bem escrita, obra de peso no gênero. Já a senhora Cassandra Rios... E, para coroar, as capas tiram o sono das criancinhas!

Dentro do mesmo espírito crítico, guardadas as inúmeras proporções e ressalvas porque, inegavelmente, Nelson Rodrigues tem talento e sabe escrever, faremos algumas observações sobre uma novela recente desse jornalista e dramaturgo. "Asfalto Selvagem" é um livro imoral, maluco. "Engraçadinha", a heroína, tem reações e atitudes de uma adolescente que não possui as faculdades em dia. Sem nenhum reflexo de pudor, tal jovem pinta o caneco, como diria minha tia-avó Ermelinda. Mas pinta sem classe, sem a necessária sutileza psicológica feminina, tão grata aos viventes e aos leitores famintos de romances. Daria uma novela fabulosa, se "Engraçadinha" fosse situada com maior nitidez psicológica. Suas reações seriam mais compreensíveis, dentro da trama de loucura absoluta do livro. Não somos críticos literários, nem reverendos, nem censores. Mas gostamos de ler, com algum proveito para nosso fatigado espírito (lotações, bondes e outras feras). Sugerimos a Nelson que, por favor, não continue ser Susana Flagg. Ele merece mais do que isso...

MARFA BARBOSA VIANNA

NOTÍCIÁRIO

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

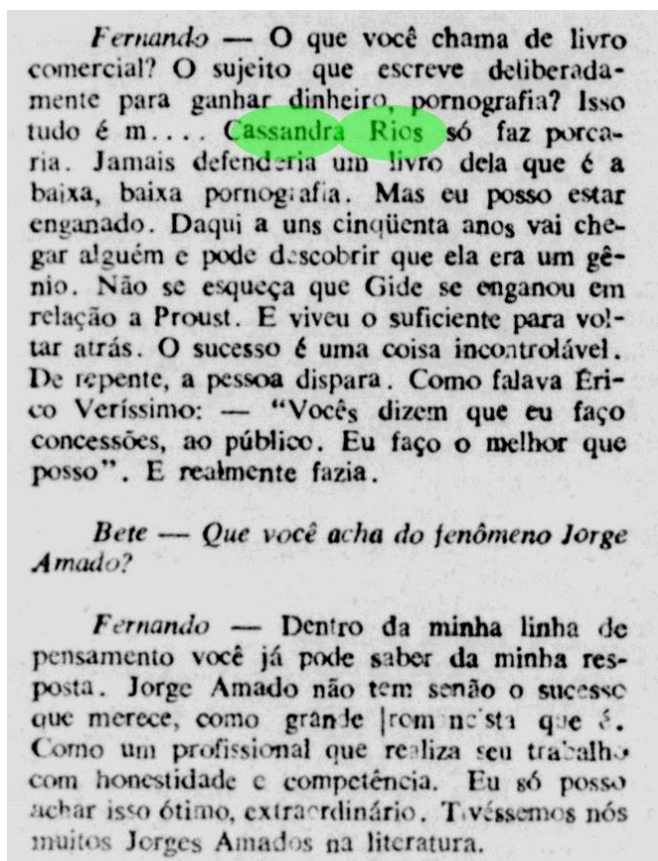
Numa crítica muito mais irônica a Rios, o jornalista Flávio Macedo Soares a coloca numa lista dos dez piores livros que já leu e que se encontrasse numa ilha

deserta jogaria de volta ao mar. Ironicamente, a acompanham nesta lista livros de Érico Veríssimo, Vinicius de Moraes e Françoise Sagan. Ou seja, nem aqueles que normalmente são elogiados pelos críticos literários escapam de uma eventual crítica

116

Interessante é o caso do escritor Fernando Sabino, que sobre Rios versa em diferentes momentos, tanto como entrevistador, como quanto entrevistado. Em 1979, Fernando Sabino, escritor, concede uma longa entrevista ao Jornal Tribuna da Imprensa (RJ). Nela Sabino é questionado sobre se livros comerciais poderiam ser bons livros. Prontamente ele volta o seu discurso para os livros de Rios, dizendo que tratar de pornografia e afirma que a escritora escreve “porcaria”.

Figura 16: Jornal Tribuna da Imprensa (RJ), Edição 09229, de 1-2-12-79



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Porém, na pergunta seguinte, quando questionado sobre o escritor Jorge Amado, que também era fenômeno de vendas, Sabino afirma ser ele um grande

¹¹⁶ Flávio Macedo Soares. Dez livros numa ilha. Coluna POP. Correio da Manhã (RJ). Ano 1968, Edição B23020, 27 de abril de 1968. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

romancista. Cabe lembrar que tanto Rios, como Amado, eram os escritores que mais vendiam no Brasil e que eram criticados pelo teor sexual de suas obras e quem ambos, à época compunham os quadros da renomada Editora Record, de Alfredo Machado.

Em matéria ao Jornal do Brasil (RJ), em 1974, Sabino entrevista o dono da Editora Record, que fala sobre o seu trabalho como editor e sobre como o mercado estava bom. Ela fala que publicava obras de todos os tipos e quando questionado se publicaria obras de Cassandra Rios ele afirma ter diversas obras da autora no seu catálogo de livros publicados.

Figura 17: Jornal do Brasil (RJ), Edição 00210, de 4 de novembro de 1974

FERNANDO SABINO

UM EDITOR QUE VAI BEM, OBRIGADO

A CRISE NÃO É DE QUEM PUBLICA, É DE QUEM LÊ



— **E**U quero editar o próximo livro de García Marquez?

— Já temos oferta de um editor brasileiro — respondeu a agente literária Carmen Barçels. — Se a sua for melhor...

— É melhor: o dobro da dele.

— É pouco...

— Dez mil dólares, então. Quem é esse homem enorme, de um metro e noventa de altura, costeletas e bigodes grisalhos emoldurando a cabeça calva, jeito simpático e descontraído de *business man* americano, capaz de oferecer tanto dinheiro assim na ficha por um livro, ainda que de García Marquez?

— Você deve ser hoje talvez o maior editor brasileiro. Ele ri alegremente:

— Na altura, pelo menos. Vinte e oito lançamentos por mês — quase um livro por dia! E livros que se vendem como pipoca: onde está a falada crise dos editores?

sumo em massa de "entretenimento e distração".

— Você publicaria Cassandra Rios?

— Publicaria, não: público. Tenho vários livros dela no meu catálogo.

Harold Robbins, para cujo sucesso contribui o nome de Nelson Rodrigues como tradutor. Ou os títulos que o editor vai inventando para as traduções, de acordo com o gosto do público: *O Garanhão*. *Os Insa-*

anos traduzindo legendas para o antigo (e saudosos) *Suplemento Juvenil* dos primeiros tempos de Flash Gordon, Tarzan, Mandrake, Dick James e outros heróis de nossa infância.

OS DOIS ALFREDO EDITORES: MACHADO E KNOPF

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em coluna publicada na Revista Manchete¹¹⁷ em 1975, a escritora feminista Heloneida Studart¹¹⁸ faz uma crítica a Rios intitulada "Marcella e a crise do papel?". Studart faz uma crítica ao fato de Rios estar publicando em uma grande editora como a Record, que seria "um refúgio que muitos escritores autênticos não acham em suas peregrinações". Para ela, a obra de Rios seria apenas "típica do gênero pornô subdesenvolvido" e no meio da leitura do livro o leitor furioso iria querer cobrar de volta o valor do mesmo. A escritora termina a coluna de forma bem crítica, questionando sobre a crise do papel que o Brasil estava passando. Ou seja, afirmando que o livro de Rios seria apenas um desperdício de papel.

Nos seus dois livros de memórias, Rios fala de um caso de uma autora a qual ela não cita o nome, mas que tenta lhe desqualificar para conseguir publicar. Segundo Rios, tal pessoa foi a alguns editores apresentar os originais de um livro e quando recebeu um "não" como resposta falou o seguinte: "vocês editam Cassandra e ela não passa de uma analfabeta e pornográfica" (RIOS, 1977, p. 21). Sobre isso, Cassandra se defende afirmando que "é preciso entender e analisar porque anda a invejar-me e a depredar-me. Eu lhe concedo o direito de condenar a obra, mas não lhe dou o direito de destruir o autor que tem muito ainda a fazer, contra isso rebelo-me e entro em luta, crio a minha guerrinha" (RIOS, 1977, p. 24).

Rios, reiteradamente, em entrevistas defendem a sua posição enquanto escritora, diferenciando a sua produção literária da sua vida particular. Tanto que ela demora muito anos após o primeiro sucesso para começar a dar entrevistas, muitas nas quais defende o seu anonimato e a qualidade do seu trabalho. No caso anteriormente citado, Rios desabafa "o que feriu-me mais foi o fato de ser assim agredida por alguém que diz amar o mesmo ideal, sabe do árduo trabalho, que a verdadeira arte não se ensina nem se aprende, nasce-se com ela; sabe dos obstáculos e da luta e nem por isso consegue ser pelo menos honesta" (RIOS, 1977, p. 26).

¹¹⁷ Heloneida Studart. Marcella e a crise do papel?. Leitura Dinâmica. Revista Manchete, Ano 1975, Edição 1226 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹¹⁸ Nascida em Fortaleza, fez sua carreira no Rio de Janeiro. Além de escritora e jornalista, foi militante pelo direitos das mulheres e deputada estadual por seis vezes, integrando importantes partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

3 OS PROCESSOS: UMA LUPA SOBRE CASSANDRA

A partir da década de 1950, Cassandra Rios passou a sofrer uma série de processos judiciais, em sua maioria decorrentes do conteúdo de suas obras. Tais processos foram impetrados tanto na esfera estadual, quanto na esfera federal. Analisar o contexto desse processo e dos pareceres de censura federal nos ajudam a entender melhor a questão da censura baseada em aspectos de moral e de bons costumes.

Entre 1952 (quando ocorreu o primeiro processo por atentado moral) e 1964 (ano do Golpe Civil-militar) a ela continuou a publicar livros com a temática lésbica, sendo um sucesso de vendas e de público. Porém, mesmo com o sucesso, ela não parou de sofrer perseguições públicas e processos judiciais por atentado à moral e aos bons costumes. Isso nos mostra que o aspecto moral não foi algo caro somente ao governo militar, mas que é um debate constante na sociedade brasileira, fruto também de uma herança censória portuguesa. Ainda em 1962 Rios foi condenada ao pagamento de multa por ultraje ao pudor, considerada culpada por fazer ou distribuir escritos obscenos. Naquele período já oito de seus dez livros encontravam-se proibidos¹¹⁹.

A situação de perseguição agravou-se com o advento da ditadura civil-militar e com o aprimoramento dos instrumentos de repressão e censura. A censura estruturada com legislação específica ocorreu entre os anos de 1964 (Golpe Militar) e 1988 (Assembleia Nacional Constituinte). Segundo Silva (2010), a censura aos livros ocorreu tardiamente e em menor escala se comparada a outras expressões,

¹¹⁹ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

como cinema, teatro e música. No caso dos filmes, era obrigatório o crivo dos censores antes do lançamento. Já com os livros, as censuras ocorriam a partir de denúncias e posterior avaliação da obra (RIDENTI, 2000; MARCELINO, 2011).

3.1 Moral e Censura: dois aspectos entrelaçados na história do Brasil

Antes de adentrar na análise dos processos sofridos pela autora é importante ressaltar que a relação entre moral e bons costumes e censura data antes mesmo da vinda de prensas para o Brasil, em 1808, com a Família Real. Portugal tinha uma tradição de censura forte, muita relacionada com a questão do catolicismo e a manutenção do poder político dos monarcas.

Em artigo intitulado “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial”, Luiz Carlos Villalta mostra que em seu início a censura tinha mais um recorte político e religioso, porém com o tempo as questões relativas à moral e bons costumes foram entrando em cena.

Durante a década de 1930, por exemplo, são feitas diversas estruturações nos órgãos de censura do país. O governo tendo à frente Getúlio Vargas tinha uma atenção especial na construção da imagem do estadista, de um lado com o direcionamento de um discurso voltado para a classe trabalhadora – o protetor dos trabalhadores - e do outro a formação de uma opinião pública a seu favor – com a censura e a reelaboração da fase histórica vivida (FAUSTO, 2006). Com isso foram instituídos órgãos oficiais voltados para a regulação dos meios de comunicação.

Segundo Fausto (2006), em 1931 surge o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Já em 1934 é instituído o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), dentro da estrutura do Ministério da Justiça, e que viria a funcionar até 1939. Em 1939 surge o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que passa a ser vinculado diretamente ao presidente de República. O DIP teve funções variadas, desde propaganda de governo a censura de expressões artísticas diversas, buscando propagar os valores, a cultura e a história do Brasil a partir do ponto de vista do regime instituído.

Desta forma, o governo à época do Estado Novo “perseguuiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e de alguns liberais” (FAUSTO, 2006, p. 376), entretanto, houve, por outro lado, a inserção de

intelectuais na máquina governamental e a instituição do programa “Hora do Brasil”.

Já em 26 de dezembro de 1945 é editado o decreto-lei n.º 8.462, que cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Regulamentado em 24 de janeiro de 1946, pelo decreto n.º 20.493, o SCDP é o órgão de censura que mais nos interessa nesta tese, por ter seu trabalho pautado na observância da defesa da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira. Seu trabalho se estendeu e foi aperfeiçoado por legislações específicas durante o período dos governos militares.

A partir de 1946, são editados uma série de diplomas legais relacionados com a censura de forma direta ou indireta, sendo todos eles vindo do Poder Executivo:

- I. Decreto nº 37.008, de oito de março de 1955: versa sobre o regulamento Geral do DFSP;
- II. Decretos 30.179, de 19 de novembro de 1951; 30.700, de dois de abril de 1952 e 47.466, de vinte e dois de dezembro de 1959: versam sobre a exibição de filmes;
- III. Lei nº 1.565, de três de março de 1952: versa sobre a censura federal a obras teatrais.

Em 12/05/1964, pouco mais de um mês após o Golpe Militar, Edísio Gomes de Matos, Chefe do SCDP, envia para o Chefe de Polícia, o Ofício n. 391/64-SCDP¹²⁰ intitulado Estudos sobre Censura, no qual traça o histórico e os objetivos da censura no Brasil, demonstrando uma preocupação do novo governo sobre a temática. Segundo tal ofício, a instituição do Serviço de Censura de Diversões Públicas data de 1945, com o Decreto-lei nº 8.462, de 26 de dezembro. Porém, há no Brasil do século XX um marco na legislação censória: o Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro 1939.

Com tudo aqui exposto, podemos afirmar que a relação do campo político brasileiro com a censura sempre foi muito próxima. Tivemos ao longo dos anos, antes mesmo dos governos militares, o uso recorrente de decretos-lei por parte do poder Executivo. Fator este que se mantém durante o período da Ditadura, mesmo que com a Constituição de 1967 já se abre espaço para a Censura, o governo continuou editando decretos para versar sobre o assunto.

¹²⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.01

Porém, mesmo com estes instrumentos legais visando a censura, a legislação brasileira tem uma tradição de também possuir regras que visavam a liberdade de expressão. Conforme Alfredo Buzzaid, “na tradição do direito brasileiro sempre foi livre a manifestação do pensamento. Assim o era na Constituição de 1824, art. 72, § 24; de 1891, art. 722, §12; de 1934, art. 113, § 9; de 1946, art. 141, § 5, de, 1967, art. 150 § 8; e de 1969, art. 153, § 8”¹²¹. Mesmo assim, conforme vimos neste tópico a censura é algo que permeia a nossa história.

Quando os militares tomam o poder e Castelo Branco se torna presidente, o mundo vivia um momento de grandes mudanças de comportamentos sociais, movimentos raciais, de mulheres, de homossexuais, lutavam por seus direitos civis. Já aqui no Brasil, tínhamos governantes que levaram

Para o governo um mundo em que Kerouac seria um homossexual, Ginsberg um judeu doido, Huxley um inglês excêntrico, Wright Mills um exibicionista, Marcuse um alemão perigoso, King um ingênuo sonhador e Fanon, um negro desconhecido. (...) Tratava-se de um mundo onde a igualdade racial era uma aspiração filosófica, o homossexualismo uma anomalia e a condição feminina, um estuário procriador, amoroso e doméstico. (GASPARI, 2014, p. 215)

Em meio a esta visão de mundo dos militares, não por acaso os movimentos de direitos civis de grupos minoritários foram sucessivamente minados no Brasil, havendo, pois, uma perseguição sistemática a tais grupos, como a exemplo a perseguição as obras literárias de Cassandra Rios.

Porém, a questão moral não afetava a todos de forma igual. Órgãos públicos compravam livros de Rios para suas bibliotecas. Para uns gerou problemas, para outros gerou fila de leitores. Conforme apresenta o Jornal Correio da Manhã, entre os anos de 1960 e 1961, aparecem sucessivas¹²² vezes os nomes de autores considerados “polêmicos” na lista de mais procurados pelo militares-leitores. Como no exemplo da imagem abaixo, na qual encontramos os nomes de Cassandra Rios, Jorge Amado e Vladimir Nabokov.

¹²¹ Alfredo Buzzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 15.

¹²² Por exemplo, nas edições: 20610 - de 4 de julho de 1960; 20689 - de 4 de setembro de 1960; 20716 - 6 de outubro de 1960; 20766 - 4 de dezembro de 1960; 20824 - 10 de fevereiro de 1961;

Figura 18: Correio da Manhã (RJ). Ano 1960, Edição 20585, 6 de maio de 1960.

**MOVIMENTO DA BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO**

Do mês de abril do corrente ano, são os seguintes os dados apresentados pelo movimento da Biblioteca do Exército:

— No Quartel General, do Ministério da Guerra "SALA GENERAL BENÍCIO" — Empréstimos a domicílio, 890; — Consultas na sede, 158; — Frequência, 1.279.

Autores mais procurados: — Machado de Assis; — José de Alencar; — Frank Yerby.

Obras mais procuradas: — Lolita — Vladimir Nabokov; — A cela da morte — C. Chessman; — Gabriela, cravo e canela — J. Amado.

Leitores que mais leram: — Carmen de Jesus; — Ruth Florido da Cunha Mattos; — Diomedes Osório Lattari, cap.

Na Biblioteca Auxiliar "GENERAL LÓBO VIANA" (Edifício da Praia Vermelha). — Empréstimos a domicílio, 796; — Consultas na sede, 6; — Frequência (Infantil 1.002 — Adultos 883) 1885; — Autores mais procurados: — Lin Yutang; — Eça de Queiroz; — A. J. Cronin.

Obras mais procuradas: — Gabriela, cravo e canela — Jorge Amado; — Lolita — Vladimir Nabokov; — A lua escondida — **Cassandra Rios**.

Leitores que mais leram: — Cel. José Cedeira Lopes; — Srta. Nelma Lessa Cavalcanti; — Sra. Maria Iêda Berni Ramos.

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Não podemos afirmar se Rios continuou a fazer sucesso dentro das bibliotecas militares, pois não mais foram encontradas publicações acerca do

“Movimento da Biblioteca do Exército” de anos seguintes. Porém, o que podemos perceber é que aqueles que pouco tempo depois ascenderiam ao poder de um lado buscavam proibir tais obras e autores por irem contra à moral e os bons costumes, mas por outro lado eles eram amplamente lidos por tais militares e familiares dentro da biblioteca do próprio quartel.

Para tais leitores não houve nenhum problema com a compra de livros da autora considerada pornográfica. De forma contrária, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires teve problemas em 1962 devido a compra de livros da mesma autora, o que gerou, inclusive, uma série de reportagens com debates públicos sobre o uso de dinheiro público para comprar tais obras.

Sobre este assunto há uma matéria com destaque na capa do jornal carioca *A noite* na qual o Ministro para Assuntos Econômicos do Itamarati, Osvaldo Orico, acusa que o embaixador brasileiro na Argentina, Bolitreau Fragoso, de ter comprado uma coleção de livros “pornográficos” de Cassandra Rios para a biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros¹²³. Depois de instaurado processo, o referido embaixador teve que devolver ao Tesouro Nacional os valores pagos nos livros¹²⁴.

Podemos aí perceber o claro duplo padrão moral daqueles que estavam no poder antes mesmo da instituição do Regime Militar, pois não foi somente este período que trouxe para o debate às questões relativas à moral e aos bons costumes.

3.2 Pagando o preço de ser subversiva

Em entrevista para o Jornal *Lampião da Esquina*, de 1978¹²⁵, Cassandra Rios narra que houve uma premonição de Zé do Arrigo¹²⁶ sobre a perseguição que iria sofrer¹²⁷. Se tal premonição ocorreu ou não, não sabemos, mas o que sabemos é

¹²³ Orico Acusa: embaixador na Argentina usou verba para compra de livros pornográficos. *A Noite* (RJ), Ano 1962, Edição 16088, 25-07-1962, página 3. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹²⁴ Representação de Orico contra Embaixador Bolitreau existe. *A Noite* (RJ), Ano 1962, Edição 16091, 27-07-1962, página 3. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹²⁵ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

¹²⁶ Apelido pelo qual era conhecido José Pedro de Freitas, um médium brasileiro famoso por realizar cirurgias espirituais ao encarnar o espírito de um médico alemão chamado Dr. Fritz.

¹²⁷ “Eu estive uma vez lá no Zé do Arrigó, por causa de doença de família. Minha mãe pediu que eu fosse, eu fui. Fomos numa excursão, visitando todas as cidades, até Congonhas. Fiquei conhecendo Arrigó e ele me impressionou terrivelmente, porque eu estava ali no meio de toda aquela gente e tinha

que a autora pagou um preço alto pela subversão dos valores morais apresentadas pelas suas personagens.

Em 1952, apenas quatro anos após o lançamento do seu primeiro livro, a autora já estava cansada dos questionamentos acerca das suas personagens e se as mesmas seriam baseadas em sua vida, então, lançou o livro *O Bruxo Espanhol*, uma obra com mistério, fantasia e monstros, mesmo assim os questionamentos não cessaram, o que a incomodava, pois para Rios o escritor deveria ser um mito, não aparecer (RIOS, 1977). Este pensamento a fez demorar a se apresentar para o seu público, gerando uma celeuma em torno do mistério sobre quem seria de fato a autora daqueles livros de temáticas sensuais. Há notícias falando que havia suspeitas que ela seria, na verdade, um homem, pois não se considerava logo à primeira vista a mulher como a produtora de um livro que mostrasse determinadas cenas de sexo.

A autora afirmava que pretendia ficar no anonimato enquanto escritora, o que somente foi rompido para defender-se das histórias que começaram a aparecer em torno da famosa escritora de livros ousados. A partir dos sucessivos processos e de diversas histórias envolvendo o seu nome, Rios começou a aparecer defendendo a si mesma a sua produção literária. Seu nome era algo recorrente em jornais, tal como podemos perceber na catalogação que fiz e na qual achei matérias em jornais do Brasil todo (lista em Apêndice B).

Quebrando o anonimato, em 1961, a autora é apresentada em uma reportagem grande e com fotos suas para a revista *Mundo Ilustrado*, na qual afirmava-se que “a ‘escritora maldita’ nunca foi identificada. Seus leitores nunca souberam quem era Cassandra. E não podiam ir além dos textos de suas obras. A não ser o editor, ninguém mais sabe onde ela mora, o que faz e como vive”¹²⁸.

Mesmo quando já se sabia quem ela era, tais notícias continuaram a ser veiculadas, pois se duvidava da autenticidade dela enquanto escritora daquelas histórias. A *Revista Realidade*, em 1970, inclusive trouxe um interessante compilado

certeza que ele não me conhecia nem tinha me visto antes. E de repente ele apontou pra mim, me chamou e disse: ‘Olha, vocês já viram uma rosa secar? Através dessa moça vocês vão ver que eu não tenho premonição, que eu sei o que vai acontecer. Ela vai ser perseguida, ela vai desfolhar feito uma rosa, mas...’. Olhou pra mim e disse: ‘Você está duvidando?’. Fiquei calada, olhando para ele e ele afirmou: ‘Você está duvidando’. E prosseguiu: ‘Pela maldade alheia, é por isso que você vai ser perseguida’. Isso foi mais ou menos em 1959, 1960”. Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

¹²⁸ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. *Revista Mundo Ilustrado* (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

de boatos que existiam em torno do nome da autora, como podemos ver abaixo:

Figura 19: Revista Realidade (SP), Ano 1970, Edição 00048, /Março de 1970.

nenhuma propaganda — foram também sendo criadas dezenas de histórias em torno do seu modo de viver.
— Cassandra? Ela seduziu e roubou a mulher do próprio irmão. (E ela nem tem irmão.)
— Cassandra Rios? Ela tem um harém de lindas menininhas.
— Seus livros? Pura autobiografia: tudo que ela conta, ela faz. (E quando seus personagens matam?)
— Cassandra não existe; é um homem que escreve aquilo tudo.

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

O que podemos perceber é que a ousadia nos temas e histórias narradas pela autora a fizeram alvo de uma patrulha ideológica existente na sociedade brasileira, fruto de uma herança de censuras, conforme já vimos anteriormente. A crítica literária e professora Eliane Robert Moraes analisa que

Cassandra era considerada uma autora pornográfica. Eu acho que nos anos mil novecentos e sessenta, setenta e tal, tudo que trazia um pouco o sexo mais à baila, assim, que escancarava um pouco, era considerado pornográfico. Então, não existia uma sensibilidade para entender o que era um discurso, digamos, artístico, sobre o sexo, que eu não acho que é esse que a Cassandra fez, mas o que era um discurso, também, digamos, mais militante de colocar a sexualidade, assim, a tona, como que ela fez. Quer dizer, era um discurso engajado. E ela se valeu da literatura para trazer esse conteúdo a público. Então, a literatura da Cassandra, do ponto de vista estritamente literário, como eu sou crítica literária, ela é uma literatura

pobre, ela não tem recursos de um grande escritor. Contudo é uma literatura engajada que trazia ali uma questão muito importante. É uma literatura muito honesta. Se ela não é uma grande literatura, se ela não tem o tratamento literário, não tem meios realmente literários, ela é engajada e ela é honesta. E acho que é muito corajosa, eu acho que a gente vendo isso hoje, quarenta anos depois, o que que essa mulher, num país como o Brasil, um país católico, um país moralista. (Eliane Robert Moraes In.: KORICH, 2013)

A pesquisadora faz uma crítica literária à qualidade da escrita de Cassandra, o que não é tema desta tese, porém é importante pensar sobre o fato de que a escritora trouxe à tona o tema da sexualidade, em uma sociedade que não debatia ainda abertamente tal tema. Rios, à época da censura aos seus livros, não se via enquanto militante, mas sim apenas como uma escritora que retratava temas da sociedade. Segundo ela, “apenas defendo um tema, embora continue sendo tabu no Brasil, é colocado nos grandes países da Europa entre as coisas naturais da vida: o homossexualismo”¹²⁹. Mesmo não se dizendo uma militante, neste trecho, veiculado no Jornal Última Hora, o que temos é uma defesa pública da naturalidade dos homossexuais, algo relevante para uma época na qual tais indivíduos não figuravam tanto nos debates jornalísticos como pessoas a serem defendidas, mas sim a serem atacadas.

Apenas já na virada da década de 1970 para 1980 que ela começa a ter um discurso mais crítico sobre o modo como se dava a inserção de homossexuais na sociedade brasileira. Discurso este que se acentua quando da sua candidatura à Deputada Estadual em 1986, conforme veremos em tópico posterior.

Mesmo Rios afirmando por décadas que não fazia um discurso engajado, de fato, o seu trabalho abriu caminhos para debater temas antes proscritos, como a homossexualidade feminina, casamentos arranjados, estupro, prostituição, uso de drogas, etc. Sobre a gama de questões que Rios apresenta nos seus livros, a pesquisadora Lucia Facco, afirma que

As personagens dela, tem muita gente que fala que a literatura dela não pode ser considerada, assim, a favor, vamos dizer, das mulheres homossexuais, porque os personagens dela eram todos problemáticas, taradas, e tinham finais infelizes, algumas morriam, se matavam, enfim [...] ela trouxe à tona as relações homossexuais femininas, e pra desconstruir um pouco essa coisa toda da doença, o que ela fez: ao invés de ela coloca os homossexuais, as homossexuais, no caso, como boazinhas, normais, felizes, satisfeitas, ela pegou os heterossexuais e trouxe à tona os problemas dos heterossexuais, as taras dos heterossexuais, ela trabalhava

¹²⁹ Cassandra Rios Acusada de Seduzir menina de 15 anos. Última Hora (PR), Ano 1963, Edição 00659, 18-7-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

isso. Então, ela diluiu as questões problemáticas das homossexuais dentro de uma sociedade doente, de uma sociedade problemática de maneira geral. Então, assim, ela desmistificou o fato de que você é homossexual, então você é doente. Não, você pode ser homossexual e ser doente, você pode ser homossexual e ser feliz, assim como você pode ser heterossexual e doente, assim como pode ser heterossexual e ser feliz.” (Lúcia Facco In.: KORICH, 2013)

Para Facco, os problemas vivenciados pelas homossexuais nas obras de Rios foram, na verdade, uma estratégia de Cassandra Rios para mostrar que a suposta doença dos homossexuais não atingia somente eles, mas sim uma sociedade permeada por discursos moralizantes falidos. De fato, em diversos livros da autora há a exposição de histórias e de cenas de falso moralismo, de uma sociedade problemática, em geral, como também mostraria um outro autor polêmico da época, Nelson Rodrigues.

Ocorre que as personagens de Cassandra Rios ao exporem os problemas íntimos das mulheres brasileiras desnudavam a face oculta de uma sociedade que se pintava como católica, mas que na alcova praticava os diversos atos descritos pela autora que mais vendia livros à sua época. Tal dupla face da sociedade brasileira era também a do Estado, principalmente após 1964, que, reflexo dessa sociedade moralizante, tentava construir para si uma imagem de defensor da família, pois como afirmam Lucas e Vieira,

O Estado, como poder constituído, é pródigo na construção de imagens de si e da sociedade que buscar representar. Em períodos de exceção esta imagem tende à uniformização ao empreender a consolidação de um pensamento que não admite o diferente e que se pauta pela prescrição de condutas (LUCAS, VIEIRA, 2014, p. 110)

A autora foi, assim, subversiva diante deste Estado e desta sociedade, tendo coragem de falar sobre temas considerados tabus pelos moralistas daquele momento. Rios trouxe à tona a mulher enquanto ser sexualizado, e mais especificamente, trouxe a mulher lésbica ao centro do debate da sociedade, o que levou um crítico literário a “classificá-la de corajosa e realista por focalizar na sua obra a alma feminina, os sentimentos da mulher absorvida pelo amor de outra mulher. E por falar de situações que existem e sempre existiram embora a sociedade fizesse descer sobre elas um espesso véu”¹³⁰.

Outro caso emblemático, acerca da imagem que se criara em torno da

¹³⁰ Marcela. Livros. Serviços. Diário da Tarde (PR). Ano 1975, Edição 22679 - 03 de novembro de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

autora, foi a matéria publicada na Revista Manchete em 1968, com reportagem de Carlos Acuiu e fotos de José de Castro, na qual é mostrado um "Clube dos Malditos", no qual relata personalidades como Rogério Sganzele, José Celso Martinez Correa, José Mujica Marins, Cassandra Rios, entre outros fariam parte de um grupo de pessoas que se encontravam num Casarão abandonado em São Paulo e que tinham em comum o fato de serem "capazes de despertar ódio e desprezo"¹³¹. Segundo o texto,

Rompendo convenções morais e estéticas, dirigindo filmes proibidos, montando peças teatrais de extrema agressividade, compondo canções de protesto, escrevendo livros pornográficos ou simplesmente imaginando colossais marmeladas nos programas de luta-livre da televisão, um grupo de jovens paulistas – ‘cansados de ser explorados pela mediocridade reinante’ - fundou o Clube dos Malditos, cujos estatutos rezam: ‘Aqui serão admitidos apenas os que tenham produzido obras anormais; os que já perturbaram bastante e perturbarão mais ainda’. Embora o número de sócios seja ainda pequeno, foi escolhido para presidente o cineasta José Mojica Marins, o é do Caixão – ‘tão maldito que chega a ser odiado pelos próprios malditos’.¹³²

Sobre esta matéria, Rios escreveu diretamente aos seus leitores nas primeiras páginas da segunda edição do livro *A Paranóica*, em 1969. Segundo a autora, ela fora convidada para tirar as fotos que saíram na revista sem saber, nem ela, nem os outros participantes, qual era o conteúdo da reportagem. Sobre isso ela afirma “não participo nem do clube dos anjos nem do dos demônios” (RIOS, 1969, p. 9). Fato é que a história não era verdadeira, Rios volta a versar sobre a mesma em seu livro *MezzAmaro*, afirmando que após a publicação o autor da história disse que houve uma confusão e que a mesma deveria ser entendida como uma brincadeira, uma obra de ficção.

A autora, quando da sua defesa em 1977, afirmou que não entendia o motivo das censuras aos seus livros, mas que entenderia, porém, a crítica a algumas capas de tais livros, as quais ela abominava, mas que não teria ingerência, pois é uma questão da editora na qual “raramente o autor escolhe e opina” (RIOS, 1977, p 11). Além disso, ela usa em sua defesa seus leitores, afirmando que “quem me chama de pornógrafa está dizendo o mesmo de todo o povo brasileiro. Ou de grande parte dele, pois muita gente se identifica com o que escrevo. Será, então, o

¹³¹ Carlos Acuiu. O Clube dos Malditos. Revista Manchete, Ano 1968, Edição 0865 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹³² Carlos Acuiu. O Clube dos Malditos. Revista Manchete, Ano 1968, Edição 0865 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

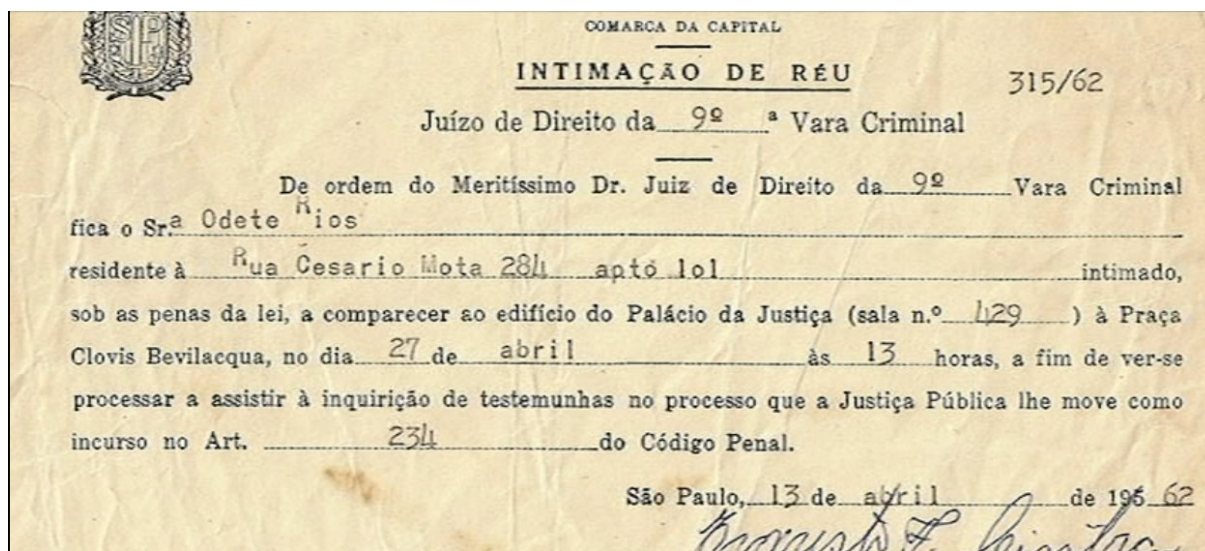
Brasil um país de pornógrafos?"¹³³.

3.2.1 A perseguição antes da Ditadura Civil-Militar

Antes mesmo da Ditadura Civil-militar, Rios já enfrentava recorrentemente problemas com a justiça devido às suas obras. A autora nunca chegou a ser presa, porém recebeu uma ordem de prisão devido ao livro *Eudemônia*, de 1949, tal condenação deu-se pelo fato da obra "usar 'temas atentatórios à moral pública' "¹³⁴. Ela foi condenada a um ano de prisão, porém tal fato não ocorreu.

Em matéria de 1962, mostra-se que Rios estava sendo processada pela 9ª Vara Criminal pela publicação do livro *Eudemônia*, "considerado de caráter obsceno"¹³⁵. A autora foi intimada para depois diversas vezes, como vemos no mandado de intimação abaixo, e em interrogatório feito pelo Juiz Marzagão Barbutto, Rios se defendeu afirmando que o livro tinha apenas um fundo realístico, não sendo obsceno.

Figura 20: Intimação de Réu.



Fonte: Documentário A Safo de Perdizes

Neste processo, consta como crime o artigo 234 do Código Penal, que tipifica como crime o seguinte:

¹³³ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹³⁴ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

¹³⁵ Interrogada Cassandra Rios. Folha de S. Paulo, 02 out 1962, ano 42, n 894.

Art. 234 - Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º. Incorre na mesma pena quem:

I - vende, distribui ou expõe à venda ou ao público qualquer dos objetos referidos neste artigo;

II - realiza, em lugar público ou acessível ao público, representação teatral, ou exibição cinematográfica de caráter obsceno, ou qualquer outro espetáculo, que tenha o mesmo caráter;

III - realiza, em lugar público ou acessível ao público, ou pelo rádio, audição ou recitação de caráter obsceno.¹³⁶

O termo deste artigo que define o crime da autora seria “obsceno”. Porém, o que é uma obra “obscena”? A subjetividade que esta lei traz é grande, pois ficaria a cargo da autoridade policial definir o que seria obscenidade. Isto posto, é importante neste ponto questionar: o que haveria no livro para que o mesmo fosse tão atentatório?

Eudemônia conta a história de uma jovem, Eudemônia Forbes, e de sua relação conturbada com a namorada Mila. Por fim, a personagem principal acaba ficando com a médica Mélsia, que havia participado do tratamento de Eudemônia (e se relacionado com ela) quando esta foi internada em um hospital psiquiátrico. Após vários percalços em seus relacionamentos amorosos e familiares, uma das últimas passagens do livro é a seguinte declaração de amor: “Eu a amo, Eudemônia ... que saudade, que saudades, não a deixarei nunca mais, nunca, compreende, Eu sou sua, farei o que você quiser, porém, beija-me, olha para mim, beija-me com loucura e se estivermos loucas as duas, que ninguém procure nos salvar”¹³⁷.

As intimações devido a este livro foram tantas que Rios chegou a impetrar um pedido de habeas corpus, queixando-se “estar na iminência de sofrer coação legal por parte do delegado de Costumes”¹³⁸. O juiz Alberto Silva Franco, no entanto, não viu as sucessivas intimações de Rios a delegacia como uma possível prisão que a autora pudesse vir a ter ou qualquer coação legal.

As imagens da autora, indo a delegacia, tornaram-se recorrente naqueles meses. Tais imagens vinham acompanhadas de títulos nos quais se deixava claro o fato de Rios estar subvertendo a moral com seus livros, como vemos na foto abaixo, de reportagem intitulada “A escritora Cassandra Rios compareceu em juízo para

¹³⁶ [Decreto-lei n.º 2848, de 07 de dezembro de 1940.](#)

¹³⁷ Cassandra Rios. Eudemônia. 2. ed. São Paulo: Edições Spiker, 1959, p. 324.

¹³⁸ Denegado habeas-corpus a Cassandra Rios. Folha de S. Paulo, 16 mar 1962, Ano 42, n 694.

interrogatório, acusada de divulgar imoralidades em seus livros”. Este fato repercutiu não somente em São Paulo, mas foi noticiado em cidades mais distantes como Recife¹³⁹.

Figura 21: A escritora Cassandra Rios compareceu em juízo para interrogatório, acusada de divulgar imoralidades em seus livros



Fonte: Edvaldo Silva - 1ª de out 1962/ Acervo UH/Folhapress.

Em maio de 1964, após anos que o processo devido ao livro *Eudemônia* se estendia e pouco depois do início da Ditadura, Cassandra foi absolvida. Sobre este fato, inclusive, chegou a sair notícias e fotos em jornais de grande circulação¹⁴⁰. Ocorre, porém, que Rios havia ganhado o processo apenas na Primeira Instância, sendo depois condenada em Segunda instância a multa de dois mil cruzeiros, conforme foi noticiado no *Jornal Folha de S. Paulo*¹⁴¹. O livro, conforme noticiado em jornais, seria uma “história de uma pervertida sexual, trata de maneira um tanto escabrosa”¹⁴². Na decisão em Segunda Instância também foi multado o distribuidor do livro, Antônio Luis Martins, pois este “fora proibido de entregar o livro aos

¹³⁹ Ordem de prisão para escritora. *Diário de Pernambuco* (PE). Ano 1962, Edição 00056, 11 de março de 1962. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁴⁰ A escritora Cassandra Rios após absolvição, Kanai, -7 maio 1964. Acervo UH/Folhapress

¹⁴¹ Cassandra Rios Condenada. Coluna Justiça. *Folha de S. Paulo*, 14 nov 1964, Ano 44, n 1668.

¹⁴² Sexo causa multa. *Diário Carioca - O máximo de jornal, no mínimo de espaço*, Ano 1964, Edição 11244, 15 de novembro de 1964, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

vendedores, pelo Juizado de Menores”¹⁴³.

Sobre este livro, houve também um processo de proibição de uma peça teatral baseada nele e também escrita pela autora, com o nome *A mulher proibida*. A peça chegou a ter a sua propaganda de estreia (e do adiamento desta) em jornais¹⁴⁴, porém, ao final, não houve a estreia, e ela somente foi encenada em 2018, com o título *Eudemonia – Em memória a uma peça nunca encenada*, conforme veremos em capítulo posterior.

Como podemos ver a trajetória de processos que Rios sofreu em decorrência deste livro se estendeu por anos, o que marcou fortemente a autora, como ela relembrou em entrevista de 1978, na qual afirma que

o livro foi proibido depois de estar na vigésima segunda, em 1954. Eu nunca mais editei o livro. Foi proibido, ele me levou à justiça várias vezes: começou na segunda Vara, foi parar na nona. Me acusaram de ‘atentado à moral e aos bons costumes’. Isso em 1954. (...) Cheguei até a ser multada. Até que teve um dia que eu disse: ‘não vou mais’. E o caso ocorreu à revelia, porque eu não dormia tranquila, um juiz passava para o outro, pelo amor de Deus... Já disseram que eu devia mudar o título e publicar, mas não faço isso¹⁴⁵.

Após todo o ocorrido com o livro e com a peça, a autora optou por não mais editar a obra, o que segundo Trevisan, “consagrou a punição” (TREVISAN, 2018, p. 255).

O caso do livro Eudemônia foi o mais severo de censura sofrida pela autora antes do advento dos governos militares, porém não foi o único. Em 1961 já havia treze livros de Rios proibidos¹⁴⁶ e em abril de 1964 o Juiz da Vara de Menores do Rio de Janeiro, Alberto Augusto Cavalcanti, determinou a apreensão de uma lista de livros, entre eles *Copacabana Posto 6*, por serem publicações que revelam “o exclusivo intuito de excitar a lascívia, de despertar e exacerbar o instinto genésico, orientando o espírito para o terreno de perigosa fantasia”¹⁴⁷.

Em matéria de 1963, intitulada “Cassandra Rios foi proibida em Minas”¹⁴⁸,

¹⁴³ Autora de “Eudemonia” multada pela Justiça. Matutina, Geral. O Globo, 14 de Novembro de 1964, página 10.

¹⁴⁴ Notícias Teatrais. Folha de S. Paulo, 13 fev 1959, ano 39, n 31278.

¹⁴⁵ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lâmpião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

¹⁴⁶ Marcos Sá. Esta é a mulher Maldita. Revista Mundo Ilustrado (RJ), Ano 1961, Edição 00207, 09-12-1961, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁴⁷ Juiz de Menores determina apreensão de diversos livros. A Noite (RJ), Ano 1963, Edição 17204, 30-04-1963, página 4. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁴⁸ Cassandra Rios Foi Proibida em Minas. Última Hora (PR), Ano 1963, Edição 00650, 08-07-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

o que vemos de fato na notícia é que um livro de Rios está entre outros tantos considerados imorais pela Delegacia de Costumes e Diversão Pública de Belo Horizonte. Não havia qualquer proibição específica às obras de Rios, mas uma campanha por parte da Delegacia que visava a apreensão de obras expostas em livrarias e consideradas imorais. Segundo o que informa a notícia, iria ocorrer uma *blitz* para apreender tais obras após o recebimento de uma lista que estava sendo feita pela DCD de São Paulo. O que podemos entender com a diferença entre o *lead* e o conteúdo da notícia é que o nome de Rios era algo em destaque, mesmo quando não era somente ela a autora a ser apreendida (e não proibida).

Alguns meses após a instauração do regime militar, em 1965, houve a prisão o livreiro Ênio Silveira, da editora Civilização Brasileira, o que gerou uma série de manifestações entre pessoas do meio livreiro, gerando um Manifesto que foi assinado por cerca de mil pessoas. Sobre esta prisão, Gaspari expõe um bilhete trocado entre o presidente Castelo Branco e o chefe de Gabinete Militar, Ernesto Geisel:

- Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo [...]
- Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural. (GASPARI, 2014, p. 96-97).

Tal bilhete tem duas esferas a seres pontuadas: o uso da expressão “terror cultural”, cunhada por Tristão de Athayde¹⁴⁹ e que era refutada pelo governo. Outro aspecto, e que aqui nos importa, é a defesa do Presidente Castelo Branco de que somente livros “imorais” eram apreendidos. E, de fato, livros considerados imorais eram apreendidos antes mesmo da Ditadura Militar. E Cassandra Rios foi uma das pessoas que passou por tais apreensões.

Não bastassem as matérias sobre questões reais envolvendo a autora, houve também matérias inventadas ou escândalos criados. Como no caso em que a autora se viu novamente nas páginas policiais, mas desta vez não por causa dos seus livros. Em 1963, ela foi envolvida em uma história de sedução de uma menor, de quinze anos. Tal ato foi fortemente negado pela autora e repercutiu em diversos jornais no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Deve-se imaginar como tais notícias, semelhantes à vista abaixo, devem ter chocado a sociedade daquela época por

¹⁴⁹ Pseudônimo do crítico literário, professor e escritor Alceu Amoroso Lima.

tratar-se de uma acusação envolvendo duas mulheres, pondo em destaque a questão da homossexualidade feminina.

Figura 22: Jornal Última Hora (PR), Edição 00659, de 18-7-63

CASSANDRA RIOS ACUSADA DE SEDUZIR MENINA DE 15 ANOS

SÃO PAULO, 18 (UH) — As acusações de rapto e sedução que lhe foram feitas pelos pais de uma menina de 15 anos, a quem teria dedicado livros imorais, a escritora Cassandra Rios considera “chantagem para estorquir dinheiro, pois não é a primeira vez que sou chamada de corruptora e que aparece alguém tentando arrancar de mim o di-



★ CASSANDRA RIOS, famosa pela crueza da linguagem de seus livros, defende-se das acusações de rapto e sedução da menor: “é chantagem”.

nheiro que não tenho, apesar da fama que os meus livros alcançaram”.

A notícia foi publicada por um vespertino e Cassandra Rios veio hoje à redação de UH para dizer que esteve no DI e viu a fotografia da menina de São Miguel Paulista que os pais dizem ter sido desencaminhada, “mas nem sequer identifiquei seu rosto entre os muitos leitores que tenho. Já dediquei muitos livros, até a pessoas importantes que me vão procurar, mas essa menina nunca vi em minha vida”.

CALUNIAS

A escritora — famosa em todo o Brasil pelos 15 livros que publicou e pela proibição de alguns considerados obscenos — se diz vítima de uma campanha de calúnias e classifica a proibição de seus livros como “outra tentativa de chantagem, pois plano de moralização é que não é: muita coisa pior já se escreveu neste País sem que recebesse condenação de ninguém. Eu apenas defendo um tema que, embora continue sendo tabu no Brasil, é colocado nos grandes países da Europa entre as coisas naturais da vida: o homossexualismo. Nada têm de imorais, são depoimento de uma mulher ofendida, infeliz e que sofre de solidão”.

Segundo outra notícia sobre o mesmo tema¹⁵⁰, Cassandra Rios seria uma autora de livros imorais e o seu sucesso se daria “à base do mais baixo quilate moral”. Feito esta “apresentação” da autora, a notícia informa que ela teria sequestrado e corrompido uma jovem humilde de 15 anos, conforme denunciaram seus pais à Delegacia de Costumes. A jovem tinha paradeiro desconhecido e, para seus pais, a prova do crime da autora estaria no fato deles terem encontrado no quarto da menina livros de Cassandra Rios com dedicatórias, somado à isso o fato da escritora ter “uma vida irregular”. Para a mãe da jovem E.M.S., o intuito da autora seria prostituir a sua filha, prometendo-a ajudar a ser escritora¹⁵¹.

Cassandra se mostra indignada com tal acusação, classificando-a como parte de uma campanha de calúnias segundo ela, o episódio seria uma "chantagem para extorquir dinheiro, pois não é a primeira vez que sou chamada de corruptora e que aparece alguém tentando arrancar de mim o dinheiro que não tenho, apesar da fama que os meus livros alcançam". Segundo ela, não se recordava do resto da jovem, em meio a tantos leitores que lhe pedem dedicatória em livros.

Ela afirma ainda, acerca da proibição dos seus livros, que "plano de moralização é que não é: muita coisa pior já se escreveu neste País sem que recebesse condenação de ninguém". Para a autora, na verdade, a perseguição ocorria devido a temática da homossexualidade presente nas obras¹⁵².

A atitude da autoridade policial em relação à livros como os de Rios encontrava ressonância, por exemplo, em atitudes do governador do Estado, Adhemar de Barros. Em coluna datada de 1963, Jamil Almansur Haddad denuncia que outros jornais não haviam noticiado o fato de a polícia do Governador Adhemar de Barros estava "apreendendo livros de suposto caráter explosivo". Entre os livros encontravam-se obras de Rios e que "quem apreendeu segredou a alguém que precisava aumentar a sua coleção". O autor reclama que havia sido feita nas apreensões uma confusão entre obras políticas e eróticas, não havendo, assim, um discernimento por parte da autoridade policial.

O jornalista chega a chamar a polícia de "Gestapo ademacartista", em

¹⁵⁰ Cassandra acusada de rapto e corrupção de menor. Jornal Diário da Noite (SP), Edição 11808, de 17 de julho de 1963. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁵¹ Escritora às voltas com a polícia. Ronda. Diário Carioca - O máximo de jornal, no mínimo de espaço, Ano 1963, Edição 10859, 7 de agosto de 1963. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁵² Cassandra Rios Acusada de Seduzir menina de 15 anos. Última Hora (PR), Ano 1963, Edição 00659, 18-7-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

alusão ao Macathismo¹⁵³ que existiu nos Estados Unidos e a Gestapo alemã¹⁵⁴. Para o autor, falta a Adhemar um Goebbels ou um Filinto Muller. Contudo posteriormente os livros foram devolvidos sob a alegação que tudo fora culpa de um sargento que tomou tal decisão de apreende as obras. Mas, para Haddad, "tudo isto estão na linha de amortecimento do ademacartismo"¹⁵⁵.

3.2.2 Os processos federais

Em 1990, apresentando Cassandra Rios em seu programa, Jô Soares assim a define: "uma escritora da pesada, que enfrentou a Censura, a moral, a tradição, a família e a propriedade: Cassandra Rios"¹⁵⁶. De fato, Rios enfrentou todos estes temas, exceto a propriedade, porém não podemos deixar de ver na fala do apresentado uma brincadeira sobre como no discurso moralizante da ditadura militar entrelaçam-se moral, família e propriedade privada, a exemplo do famoso grupo católico e tradicionalista Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Como vimos anteriormente, antes da Ditadura Militar, a autora já apresentava problemas com a polícia e a justiça devido à temática de suas obras, porém, com o advento da Ditadura Civil-Militar, a questão da censura se intensificou de forma geral, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional número 5. Para Cassandra Rios foi também o período em que sua obra foi mais objeto de análises pelos defensores da moral e dos bons costumes, tanto militares, quanto civis.

Institucionalizado o sistema de governo dos militares, é aprovada em 1967 uma nova Constituição, com ela a DPF "tornou-se o único responsável pela execução do serviço de censura no campo de diversões públicas em todo o território nacional"¹⁵⁷. Dado a a falta de censores nas delegacias regionais, houve, então, uma centralização do trabalho em Brasília, que também sofria com a falta de servidores especializados. Devido a isso, foi realizado o Curso Intensivo de Treinamento de

¹⁵³ Refere-se a uma patrulha ideológica e moral conservadora e anticomunista que ocorreu na sociedade americana ante as ameaças da espionagem da União Soviética.

¹⁵⁴ Foi a polícia política a serviço do Partido Nazista à época de Hitler.

¹⁵⁵ Jamil Almansur Haddad. *Beleguins & Cultura*. Ponto de vista. Última Hora (PR), Ano 1963, Edição 00659, 18-7-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁵⁶ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

¹⁵⁷ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.527

Censor Federal na Academia Nacional de Polícia, para servidores do Departamento, com o intuito de aumentar o efetivo nesta área. O curso tinha num total 500 horas-aula divididas em matérias como: Literatura Brasileira, Psicologia Evolutiva e Social, Introdução à Sociologia, Segurança Nacional, Legislação Especializada, etc¹⁵⁸.

Mesmo com a transferência da capital para Brasília, o DFSP continuou a exercer seus trabalhos no estado da Guanabara, através de um acordo com o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, e o Governador do Estado, Sette Câmara. Somente sob o Ministério de Alfredo Nassar, em janeiro 1962, houve a transferência do órgão para a nova capital federal. Mas já nesta transferência reclama-se de algo que uma reclamação recorrente em documentos durante todo o período de atuação do órgão em Brasília: a questão da precária organização e estrutura¹⁵⁹.

Em ofício 1964, Edísio Gomes de Matos, Chefe do SCDP, ao relatar os problemas estruturais que dificultavam os trabalhos da Censura, defende que era preciso dar um solução definitivas para aqueles problemas, tendo em vista a "significativa importância para o país, eis que o papel da Censura e, hoje, em todas as partes do mundo, o da defesa de um setor da indústria nacional, fato que não impede, nem desvendilha das naturais implicações de ordem moral, ética, educacional e de segurança nacional" ¹⁶⁰.

Neste sentido, é importante entender como ocorria o trabalho dos censores. Em resposta a um pedido de 1977 sobre a revogação dos atos que impedem a circulação de livros, a projeção de filmes , a apresentação de peças teatrais e a difusão de músicas, Moacyr Coelho, Diretor-geral do DCDP, respondeu dando vários dados sobre a censura no ano de 1976 e sobre a censura a livros o mesmo explica sobre como ocorre o processo:

quanto a livros, convém esclarecer, de logo, que este Departamento só manda verificar aqueles remetidos pelos órgãos descentralizados, em decorrência de solicitações recebidas, mas respectivas áreas, de pais, professores, livreiros ou autoridades locais, que se perceberam inconveniências em algumas obras, no tocante à moral e aos bons costumes,

¹⁵⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.527

¹⁵⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.01

¹⁶⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.01

reclamam providências da autoridade, já que seria impossível programar a verificação de toda produção literária posta em circulação no Brasil¹⁶¹.

Ou seja, dado o grande volume de obras editadas no Brasil ficava impossível fazer a censura prévia da mesma, havendo a instauração de processos a partir de denúncias. Após a denúncia era instaurado um processo, feita a avaliação pelo censor, que encaminhava o seu parecer para o Diretor-geral da DPF e este encaminhava o parecer¹⁶² ao Ministro da Justiça para o mesmo despachasse de volta ao Diretor-geral da DPF a proibição e a ordem de recolhimento dos exemplares¹⁶³. Visando dar celeridade ao processo, este despacho de proibição era enviado via Telex.

A censura à livros, para funcionar, precisava, pois da ajuda daqueles que se sentiam incomodados com os livros publicados. Neste contexto, até os próprios leitores de Rios muitas vezes escondiam a leitura dos seus livros. Em reportagem publicada em 1970 fala-se sobre o crescente consumo de livros sobre sexo e o seu público leitor:

H. Miller - não confundir com Henry Miller -, Cassandra Rios, Brigitte Bijou e outros autores de livros eróticos ou malditos - como o Marquês de Sade e Henry Miller - estão cuidadosamente espalhados na mesma prateleira. E diante delas as situações cômicas se sucedem: há quem se explique pela compra dos livros sobre homossexualismo feminino ou quem declare exercer uma profissão altamente científica que justifique o interesse¹⁶⁴.

Esta dualidade existente entre a venda destes livros e as reações do público (em denunciar ou esconder a leitura dos mesmos) está inserida dentro de um contexto de “revolução de costumes” pelo qual passava a nossa sociedade. De um lado se abria para tanto e por outro demandava mais censura à temas novos, como “direitos de certas “minorias” (mulheres, homossexuais etc.), à adoção de

¹⁶¹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.95

¹⁶² O texto padrão seguia o seguinte exemplo: “Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência um exemplar do livro intitulado “A BORBOLETA BRANCA”, de autoria de Cassandra Rios, que por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, conforme ressalta o parecer anexo, está sujeita à medida prevista no artigo 3º do Decreto-lei 1.077, de 1970.”

¹⁶³ O texto padrão era o seguinte “Nos termos do parágrafo 8º do artigo 153 da Constituição Federal e artigo 3º do Decreto-lei n 1.077, de 26 de janeiro de 1970, proibido a publicação e circulação, em todo território nacional, do livro intitulado “A BORBOLETA BRANCA”, de autoria de Cassandra Rios, publicado pela Editora Mundo Musical Ltda, Rio de Janeiro, bem como determino a apreensão de todos os seus exemplares exposto à venda, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes.”

¹⁶⁴ Teresa Barros. Todos matam a sua fome de livro. Revista A Cigarra (RJ), Ano 1970 Edição 0003 - 03 de março de 1970, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

novos métodos contraceptivos, à legalização do divórcio, ao uso de drogas como forma de rebeldia e à liberalização sexual” (MARCELINO, 2006,p. 33).

Cassandra Rios dava espaço em seus livros à tais temas, o que a levou a proibições diversas. Dos seus livros censurados, em coleta de arquivos na sede de Brasília do Arquivo Nacional, nos documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações, pude constatar a existência de quatorze processos de censores federais sobre as obras dela. Além disso, também, encontrei diversas cartas e telegramas que falam sobre a autora, seja de autoridades, seja de pessoas da sociedade civil preocupadas com a questão moral.

Os processos a serem analisados dizem respeito aos seguintes livros:

1. Copacabana
2. As traças
3. Marcella
4. Uma mulher diferente
5. Georgette
6. A borboleta branca
7. Tessa, a gata
8. A volúpia do pecado
9. A breve história de Fábria
10. Nicoleta Ninfeta
11. Veneno
12. A sarjeta
13. A paranoica
14. O prazer de pecar

Além destes processos, foram encontrados juntos ao processo do livro Nicoleta Ninfeta os pareceres de censura dos livros Macária e A Serpente e a flor, que também serão aqui analisados. Perfaz-se, assim, um total de dezesseis obras da autora com documentos de censura preservados pelo Arquivo Nacional. Todos os processos e pareceres ainda arquivados no Arquivo Nacional sobre as obras de Cassandra Rios são dos anos de 1975 e 1979, período em que Armando Falcão esteve à frente do Ministério da Justiça. Segundo dados constantes em Relatório de

Atividades do ano de 1975, naquele segundo ano de trabalho de Falcão houve a censura à 150 livros, enquanto nos anos de 1972 e 1974 não houve a censura de nenhum¹⁶⁵.

Não há como saber sobre os processos dos outros livros dela, que foram alardeados de forma tão contundente pelos jornais e pela própria. Porém, podemos constatar através de notícias de jornais a proibição e/ou apreensão de outros títulos da autora ao longo das décadas de 1950 a 1970, a saber:

Lua Escondida¹⁶⁶

Tara¹⁶⁷

Eudemônia

O Bruxo Espanhol

Carne em Delírio

Os três últimos títulos foram apreendidos na “Feira do Livro”, na Cinelândia, em 1964 por ordem do Juiz de Menores, Cavalcanti Gismão, por serem considerados eróticos¹⁶⁸. Era comum sair nos jornais notícias informando dos livros que tinham sido censurados, como na notícia abaixo, de 1976, na qual podemos ver que cinco livros de Rios foram retirados de circulação de uma só vez.

Figura 23: Jornal O Globo

¹⁶⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.08

¹⁶⁶ Proibição em Belo Horizonte. Vespertina, Geral, O Globo. 16 de Maio de 1966, página 3.

¹⁶⁷ Obras. Nacional. Serviços. Diário da Tarde (PR). Ano 1975, Edição 22714, 16 de dezembro de 1975. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁶⁸ Juiz de Menores manda Apreender Livros Eróticos. Vespertina, Geral. O Globo. 25 de Maio de 1964, página 5.

Proibidos mais 8 livros

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministério da Justiça proibiu ontem a publicação e circulação de mais oito livros, cinco dos quais de Cassandra Rios, por conterem matéria contrária à moral e aos bons costumes. Os livros, cujos exemplares à venda serão recolhidos, são: "Georgette", "A serpente e a flor", "Nicoleta ninteta", "A borboleta branca" e "Macaria", de Cassandra Rios; "Escurelão" e "Podridão", de Adelaide Carraro; e "Flores para o dr. Oscar", de A. L. Trebla.

Fonte: Matutina, O País. O Globo, 07 de Abril de 1976, página 6.

A autora publicou quarenta e quatro obras com o pseudônimo Cassandra Rios até o início da década de 1980, quando parou de publicar obras literárias. Há um discurso corrente de que ela teve a totalidade de suas obras proibidas, o que não houve documentos que corroborassem com esta fala dela. Porém, deve-se ressaltar que muitos documentos da censura foram perdidos ou destruídos ao longo dos anos.

Somando-se processos e pareceres encontrados, notícias de jornais e fontes bibliográficas, tem-se a certeza de que vinte e um de seus livros, ou seja, quase a metade de sua produção foi censurada nos durante a ditadura militar (fora as obras citadas como sendo censuradas antes deste período). O que é um número bem expressivo. Segundo Otero (2003), entre 1964 e 1979 houve a proibição de 520 livros¹⁶⁹. Destes cerca de 317 foram censurados entre os anos de 1975 e 1979, período em que se acirrou a censura por questões morais. Entretanto, baseado na lista da autora, não temos ao certo como saber o número exato de obras censuradas neste período, tendo em vista que para algumas obras não é explicitado o ano da censura. De qualquer forma, o número de obras de Rios censuradas neste período corresponderia a aproximadamente a 5 % das obras censuradas naquele momento. Trata-se de um percentual significativo em se tratando de uma única autora.

¹⁶⁹ Pesquisas de Sandra Reimão estimam um número menor, afirmando que 450 livros tenham sido censurados durante os vinte e um anos de ditadura militar.

No tópico a seguir analisaremos os motivos que levaram os censores federais a optarem pela censura de tais obras, conforme os documentos encontrados no Arquivo Nacional.

3.2.3 Os pareceres dos censores

Ante o discurso de que em 1977 todas as obras de Rios foram proibidas e contrastando tal fato com os documentos e notícias informando sobre a proibição de livros, podemos pensar em duas linhas: a primeira é o fato de sabermos que muitos documentos foram perdidos ao longo do tempo, seja de forma proposital ou não, o que pode ter dado fim a alguns dos processos contra a autora¹⁷⁰. Por outro lado, podemos pensar também que houve certo exagero nas afirmações que a totalidade de sua obra foi proibida naquele ano, tendo em vista que a única fonte que comprovam isso são depoimentos da própria autora, que no ano de 1977, inclusive, lançara livro sobre o tema.

Sabendo que foi um discurso de propaganda recorrente ao fato da censura aos livros de Rios, o que podemos pensar é que as duas hipóteses devem ser verdadeiras, o que de modo algum diminui o tamanho da censura que Cassandra Rios sofreu, pois, de qualquer forma, conseguimos comprovar a proibição de vinte e um, um grande volume.

Como primeira análise dos processos e pareceres, destacamos a do livro *A Volúpia do Pecado*¹⁷¹, primeira obra da autora, a qual não era a primeira vez que passava por questionamentos, que remontam à década de 1940. O livro foi publicado originalmente em 1948 e em 1974 a obra já estava em sua décima nona edição¹⁷². A obra foi alvo de processo junto a censura federal em 1976.

Em tal obra temos a história da descoberta do primeiro amor lésbico por duas adoslescente, que questionam tais sentimentos e atitudes, porém o vinvenciam, ultrapassando diversos limites morais da sociedade da década de 1940.

¹⁷⁰ A exemplo dos autos de incineração de documentos da ditadura constantes em Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.CDO.02, BR AN,BSB NS.AGR.CDO.03, BR AN,BSB NS.AGR.CDO.04, BR AN,BSB NS.AGR.CDO.06 e BR AN,BSB NS.AGR.CDO.10

¹⁷¹ Editora Mundo Musical, Processo 52.451/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

¹⁷² Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

No parecer 79/76¹⁷³ o Técnico de Censura José do Carmo Andrada analisa a obra afirmando que nela

Os personagens que constrói são mostrados grotescos e patéticos em sua condição, às vezes atormentados e solitários, dentro de reflexões morais falsas, incapazes, entretendo, de orientar toda um compreensão dos impulsos condicionadores do homossexualismo, dentro de um quadro clínico- psicológico.

De fato a obra mostra como a vivência de um “amor diferente” atormentava as duas jovens, que se sentem solitárias, algo que de fato deveria ocorrer com lésbicas naquele período, no qual pouco se debatia a homossexualidade. Porém, tal parecer pesa em seu tom moralista, ao afirmar que a “condição” das jovens seria grotesca e patética, e que haveria no livro “obcecada tendência para o insólito, a busca desenfreada do sexo, fatos esses que, somados, resultam em mero álibi para a exteriorização inescrupulosa e intolerável da aberração sexual”. Porém, é importante ressaltar que no livro poucas são as cenas de sexo, havendo mais beijos e carícias escondidas e rápidas entre as jovens, que constantemente questionavam se o que faziam era certo.

Para o censor haveria o exagero não somente pelo fato da obra versar sobre a descoberta do amor lésbico, mas também pelo fato de ter a descrição de cenas de tribadismo , que “extrapolam qualquer limite de tolerância”. Na verdade esta é um obra na qual as cenas de sexo ocorrem de forma bem sutil, por exemplo, quando uma das jovens toca a outra e esta começa a estremecer, trincando os dentes e suspirando. Posteriormente, quando questionada o porque daquela reação, a mesma diz que sentiu um “choquinho”¹⁷⁴, sem saber que aquela sensação seria um orgasmo.

Na visão do censor, contudo, no decorrer da trama as personagens estreitam a sua amizade e diluem os seus escrúpulos, deixando-se dominar “por um amor doentio e avassalador, que as leva até às últimas consequências, qual seja o tribadismo. A partir daí sentem-se libertas de qualquer sentimento de culpa, rotulando de bela e pura sua ligação”. De fato não é o que ocorre, há diversos

¹⁷³ Parecer 79/76, Técnico de Censura José do Carmo Andrada. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

¹⁷⁴ “ - É uma coisa esquisita. Um calor que me percorre o corpo, sinto um cálido arrepio. Depois parece... parece que...

- Parece o que? Termina. Conclua.

- Que levo um choquinho”. (RIOS, 1955, p. 181).

momentos em que ambas se sentem culpadas, inclusive com a intervenção da família e uma tentativa de tratamento com psiquiatra, que ao final não dá resultado, pois a personagem comete suicídio ante a impossibilidade de concretizar o seu amor. Ou seja, Rios mostra que as duas não poderiam ficar juntas naquela sociedade, mas também expõe que não é possível reverter a homossexualidade das jovens.

Por fim, o Técnico de Censura José do Carmo Andrada opta pela NÃO LIBERAÇÃO, tendo como justificativa o fato de que

A autora descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que constituem em uma constante e suas criações sublimerárias, onde prefere dar ênfase aos segredos 'caças-níqueis' do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual.

Para o censor a descrição de relacionamentos lésbicos teria sido um "filão rentável" para a autora, porém, devemos lembrar que este livro foi o primeiro publicado por Rios, o qual ela pagou pela edição, não tendo como ela prever que tal tema despertaria o interesse por uma gama tão grande de leitores. Obviamente com os livros seguintes sabia-se que as temáticas do amor lésbicos tinham um apelo comercial, porém tal afirmação justamente na análise da primeira obra da autora mostra que o censor não sabia ou a ele não importava saber que o mesmo estava em circulação há quase trinta anos.

Se o censor em questão afirma que a autora achou um "filão rentável", o advogado Ronaldo Rebello de Britto Poletti, em documento de consultoria jurídica interna para do DCDP, expõe visão semelhante ao afirmar que é preciso

ser realçada a condição do agente criminoso, ou violador das normas éticas de uma boa publicação. Há, evidentemente, uma diferença relevante entre o editor que se socorre de uma literatura ousada, eventualmente violadora dos princípios legais, e aquele que vive exclusivamente da divulgação - obscena, imoral, ou mesmo pornográfica" ¹⁷⁵.

Para o consultor jurídico, é preciso punir tais pessoas mais em virtude de sua "tendência de vida", do que devido ao fato de ele ter cometido o ato de publicar eventualmente uma obra neste estilo. No caso de Rios, o que se percebe é que viam a publicação de suas obras como alguém que se utilizava recorrentemente da temática homossexual para ganhar dinheiro.

¹⁷⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

Também em 1975 a obra Copacabana posto 6 (A madrasta)¹⁷⁶ foi alvo de processo. Este livro foi publicado originalmente em 1956 e em 1974 a obra já estava em sua décima quinta edição¹⁷⁷. Em processo oriundo de denúncia do Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro o livro foi censurado baseado no parecer 1711/75¹⁷⁸ da Censora Marina de A. Brum Duarte.

Segundo a censora, o livro conteria “mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrastra e o duplo suicídio final”. Acerca do conteúdo o livro, devemos lembrar que as personagens de Rios não eram despidas dos problemas que atormentavam qualquer outra pessoa, havia em suas tramas amor, mas também havia infidelidade e suicídios (como nas duas obras até agora citadas).

Rios em diversas entrevistas afirma ser uma moralista, mas que para falar de moral precisa falar de pecado, assim suas personagens são atormentadas pelos erros que cometem e algumas não têm finais felizes. Além disso, a autora chegou, certa vez, a afirmar que o melhor livro seria a Bíblia. Seus conhecimentos acerca deste texto religioso eram refletidos em suas obras, algumas com citações ditas por personagens. Porém tal fato não foi visto com bons olhos pela censora, que afirma: “à página 200, 201, 202 a autora tenta com injustificadas citações bíblicas subverter conceitos morais em uma infeliz subliterate para justificar o tema a que se propôs”.

Além de afirmar que a autora subvertia conceitos morais, a censora afirma no parecer que ela se satisfaz em relatar tais situações que chama de anomalias. Entretanto, como poderia a censora afirmar sobre o prazer da autora em mostrar tais histórias? O que podemos entrever neste comentário é o fato de o nome de Rios ser nacionalmente reconhecido por suas obras de temática lésbica, o que foi inclusive alvo de constantes reclamações da autora, pois, para ela

o que mais me revoltou nas proibições da minha literatura foi saber que não estavam censurando livros, mas sim a minha pessoa. Porque tenho certeza de que muitas vezes nem leram atentamente os meus romances, proibindo por puro preconceito, na base do ‘se é da Cassandra Rios deve ser imoral’. Isso me machucou demais¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Editora Mundo Musical, Processo 70.005/75 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

¹⁷⁷ Segundo que consta nas páginas do livro A Borboleta Branca

¹⁷⁸ Parecer 1711/75, Censora Marina de A. Brum Duarte. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

¹⁷⁹ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição

Ainda em 1975 ocorre o processo acerca do livro *As traças*¹⁸⁰, que havia sido publicado originalmente em 1963. No parecer 1720/75¹⁸¹ a Censora Ana Kátia Vieira resume a trama da obra afirmando que “o presente livro versa sobre as taras homossexuais de uma professora por suas alunas” e que “sucumbida pelo magnetismo da profesora, a jovem cede, passando a viver em extremo conflito, negligenciando os estudos e refugiando-se em drogas”.

Importante é perceber a relação que a censora faz entre a homossexualidade, o uso de drogas e a geração de conflitos. Obviamente, a descoberta de uma relação entre professora e aluna geraria conflitos na sociedade, não somente pela questão da homossexualidade, mas também pela questão etária daquelas envolvidas.

O que o livro mostra com a personagem Andrea é como pode ser perturbadora para uma jovem dúvidas e sofrimentos decorrentes da descoberta e da não aceitação da sua homossexualidade, levando-a a se viciar em remédios. Quando a mesma é internada, acaba escutando uma conversa entre sua mãe e a professora, na qual descobre que ambas também já tiveram um relacionamento na juventude.

Diante deste enredo, a censora conclui que

No livro em epígrafe fica evidenciada uma mensagem negativa sobre todos os aspectos, inclusive porque a autora afirma que o lesbianismo é a verdadeira condição normal da mulher. Contrária assim, de maneira frontal, um padrão moral consagrado pela nossa sociedade.

Interessante notar o uso de palavras por parte da censora, ela afirma que o livro contrária “um padrão moral consagrado pela nossa sociedade”, mas não faz um juízo de valor em si sobre a questão da homossexualidade feminina.

Estas duas obras foram censuradas conjuntamente com as obras *Duelo entre duas Mulheres*, de Bigitte Bijou, e *Erosfera*, de Emmanuelle Arsan, em novembro de 1975. Nos Ofícios 1447/75 DCDP e 1.444/75 DCDP, relacionados as obras *Copacabana Posto 6/ A madrasta* e *As traças*, respectivamente, de Moacyr Coelho, e endereçados ao Ministro ds Justiça, vemos a seguinte solicitação repetida

Nesta hora em que o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a
1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

¹⁸⁰ Editora Mundo Musical, Processo 70.000/75 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

¹⁸¹ Parecer 1720/75, Censora Ana Kátia Vieira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente de acordo com o que preceitua o artigo 5 do Decreto-lei n. 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero”¹⁸².

Todas estas quatro obras censuradas conjuntamente tinham com comum dois aspectos: versavam sobre sexo e foram escritas por mulheres. Isso em meio a uma sociedade que consome amplamente tais produtos vistos como pornográficos e que solicita a abertura política, porém dentro governo o que vemos é a solicitação feita pelo chefe do Departamento de Polícia Federal para fechar mais ainda os cerceamentos no tocante a tais publicações.

No ano de 1976 temos a censura do livro *Uma mulher diferente*¹⁸³, publicado originalmente em 1965 e que em 1974 já estava em sua quinta edição¹⁸⁴. No parecer 1755/75¹⁸⁵ a Técnica de Censura Ascension Palacios Chanques logo inicia fazendo um juízo à priori pelo nome da autora já ser conhecido. Segundo ela,

as livros da autora acima citada, há muitos anos vem sendo vendidos clandestinamente, onde concluímos que, até os próprios editores não ousavam lança-los abertamente ao público, devido ao seu conteúdo altamente atentatório a moral e aos bons costumes.

Ela mal fala sobre a obra em si e centra a sua análise na figura dos editores, que naqueles tempos estariam lucrando com “temas eróticos-pornográficos” que eram lançados impunemente no mercado de forma abusiva. Tais editores lucrariam “explorando taras e aberrações sexuais sobre os leitores, principalmente os adolescentes, atraídos por chamadas de capas altamente eróticas”. Neste sentido, ela reclama o fato de haver legislação para punir o editores, mas que a mesma não era utilizada, o que a faz solicitar a punição tanto da editora, quando do distribuidor, enquadrando-os “nos Artigos 233 e 243 parágrafo único item I de Código Penal”.

Após falar sobre a fama da autora e do lucro dos editores, a censora analisa a obra em si. Em apenas pouco mais de três linhas ele versa sobre o

¹⁸² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

¹⁸³ Editora Mundo Musical, Processo Processo 71.423/75 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 896.

¹⁸⁴ Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

¹⁸⁵ Parecer 1755/75, Técnica de Censura Ascension Palacios Chanques. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 896.

conteúdo da obra para decidir pela sua proibição, afirmando que o mesmo “nos conta os casos amorosos de um pederasta, e as orgias promovidas por ele e suas amigas lésbicas, os seus amantes enganados, que um deles, ao descobrir o logro, o mata”. Com este enredo, para ela, o livro feriria o Código Penal, porém não é citado qual artigo seria afrontado pela obra.

Ainda em 1976 temos a proibição do livro *Marcella*¹⁸⁶, publicado originalmente em 1975. No parecer 159/76¹⁸⁷, bem curto - apenas um parágrafo -, o Censor Vicente de Paulo Alencar Monteiro opta pela interdição da obra afirmando que há “verdadeira apologia ao lesbianismo -, Cassandra Rios conta a estória de uma sado-necrófila que matava todas as mulheres com quem ‘mantinha relações sexuais’ ”.

Cabe destacar o uso de aspas por parte do censor para falar do sexo entre mulheres o que demarca uma visão sobre a relação entre duas mulheres não resultaria em sexo e que sem o órgão sexual masculino exercendo uma penetração o mesmo não existiria. Apesar da obra versar sobre uma personagem que se prostitui, isto não é tema de análise para o censor, sendo apenas a questão da homossexualidade. Por fim, o censor afirma, “tema em si, agravado pelo baixo linguajar da abordagem, s.m.j., justifica a interdição”.

O livro *Georgette*¹⁸⁸, também censurado em 1976, foi publicado originalmente em 1956 e em 1974 a obra já estava em sua décima quinta edição¹⁸⁹. O livro relata uma relação homossexual masculina de um jovem que vivia cercado pela mãe e a irmã e que posteriormente assume a identidade feminina com o nome de Georgette, passando a viver na companhia de um homem mais velho.

No parecer 155/76¹⁹⁰ a Censora Tereza Cristina dos Reis afirma que o livro “focaliza a vida desregrada e libertina de um homossexual; sua inadaptação desde criança no meio familiar; a libertação das corrente que o prendiam à moral, com a independência, quando assume uma personalidade feminina”.

Além disso, ela frisa que um dos aspectos preocupantes é a exposição do

¹⁸⁶ Editora Record, Processo 58.487/75 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 896.

¹⁸⁷ Parecer 159/76, Técnico de Censura Vicente de Paulo Alencar Monteiro. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 896.

¹⁸⁸ Editora Mundo Musical, Processo 54.631/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 902.

¹⁸⁹ Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

¹⁹⁰ Parecer 155/76, Técnica de Censura Tereza Cristina. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 902.

suicídio da personagem, que como podemos ver foi um tema caro à diversos personagens de Rios, que, excluídos da sociedade devido a sua orientação sexual, acabavam com suas vidas. A censora conclui o seu parecer elencando trinta páginas que conteriam “implicações contrárias à moral e aos bons costumes”.

O livro *A sarjeta*¹⁹¹, também censurado em 1976, foi publicado originalmente em 1952 e em 1974 a obra já estava em sua décima quinta edição¹⁹². O livro versa sobre a prostituição feminina, as chamadas “calls-girls” à época. No parecer 332/76¹⁹³ o Técnico de Censura J. Antonio S. Pedroso opta pela não liberação.

Questões morais relativas ao ambiente são o foco do parecer do censor, ao afirmar que a obra é “totalmente passada no sub-mundo da prostituição, a narrativa não poderia mesmo oferecer mais que alguns momentos de erotismo, com apelos à pornografia, degradação humana e outras baixezas próprias desse ambiente”. Desta forma, e ele cita dezessete páginas que justificariam a censura da obra.

Neste parecer não há a questão da homossexualidade feminina como um elemento que levou a censura, sendo a única obra de Rios que foi censurada e a qual não versavam sobre a questão da homossexualidade feminina. Infelizmente não consegui acessar o livro para saber se no mesmo haveria passagens com tal temática, pois o mesmo versa sobre a questão da prostituição feminina.

Também em 1976 foi censurado o livro *Nicoleta ninfeta*¹⁹⁴, publicado originalmente em 1973 pela editora Record. A obra já nas suas primeira páginas traz uma dedicatória explícita: “Para os entendidos”. Porém, nas páginas seguintes, a autora deixa claro que a mesma não é uma autobiografia, mesmo sendo escrita em primeira pessoa (DIAS, 2012).

No parecer 144/76¹⁹⁵, o Técnico de Censura L. Fernando afirma que a obra

¹⁹¹ Editora Editora Mundo Musical, Processo 63.008/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 907.

¹⁹² Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

¹⁹³ Parecer 332/76, Técnico de Censura J. Antonio S. Pedroso. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 907.

¹⁹⁴ Editora Record - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

¹⁹⁵ Parecer 144/76, Técnico de Censura L. Fernando. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

Mostra em todo o seu contexto, as várias situações de uma lésbica que busca saciar seus desejos com suas companheiras, detalhando suas paixões, emoções, decepções, ciúmes, frustrações, amores, romantismos, sexo, inseguranças, tudo decorrentes de suas anormalidades

Ocorre que tais fatos citados não estão ligados exclusivamente aos relacionamentos lésbicos, mas a qualquer relação afetiva-sexual. Sendo uma obra que versa sobre uma mulher de trinta e sete anos que se apaixona por uma de dezoito, dada a diferença de idade e de momentos da vida de ambas, o que se pode esperar do enredo é uma trama de problemas como os citados pelo censor. Com a única diferença de se tratar de um casal de mulheres.

O censor não o preocupa somente com a questão da homossexualidade, mas dos professores, dos intelectuais e das críticas à sociedade. Há uma preocupação com as questões sociais expostas e criticadas no livro:

Nas estrelinhas surgem palavrões, situações e ambientes promíscuos, comparações repugnantes, irresponsabilidade profissional da professora e outros intelectuais, sedução masoquismo, e completa consciência do erro, críticas à sociedade, a pregação da falsa filosofia dos homossexuais, a naturalidade de seus atos, indução aos maus costumes. Para a personagem a espécie humana é fruto de seus instintos e assim não tem vontade nem caráter.

Ele cita vinte e cinco páginas nas quais conteriam tais implicações atentatórias. Neste parecer vemos que uma das questões levantadas é o uso de palavrões por parte das personagens. Semelhante censura não ocorreu ao autor Jorge Amado, que em seus romances “impusera o palavrão à literatura e Gabriela ao patrimônio erótico nacional” (GASPARI, 2014, p. 217). Nos arquivos do DCDP de livros censurados durante a ditadura, não foram encontradas obras de Jorge Amado sendo censurada com base na questão moral. O autor teve problemas com a censura do Estado Novo, porém, muito mais ligada as questões sociais que seus romances traziam e por ser ele conhecido um comunista, considerando que seus livros eram vistos como romances do proletariado¹⁹⁶.

No tocante a exposição de cenas de sexo homossexual, deve-se ressaltar que Amado, em pelo menos sete de suas obras, expôs tais cenas, porém sem que tais personagens fossem o centro de seus livros (ANTUNES, 2009). Por que, então, tal dualidade ao tratar da obra de dois autores que fartamente expunham cenas de

¹⁹⁶ Jorge Amado em sua militância comunista chegou a ser Deputado Federal pelo PCB no Estado do São Paulo em 1945, trabalhando na Constituinte de 1946. Em sua campanha utilizava como propaganda o *slogan* “O Romancista do Povo”.

sexo e palavrões em suas obras?

Ao final do parecer o censor opina pela INTERDIÇÃO, baseando em três instrumentos jurídicos: Decreto 20.493, artigo 41¹⁹⁷, letras a e c; Lei 5.536, artigo 3^a (1968)¹⁹⁸ e Decreto-lei 1.077/70, artigos 1 e 7¹⁹⁹.

Tal instrumentos jurídicos foram amplamente utilizados para censurar obras artísticas. No tocante aos livro considerados eróticos ou pornográficos, como os de Cassandra Rios, o mais comum era a censura baseada no decreto-lei 1077/70. Tal decreto foi utilizado para censuras quase todos os livros de Rios, exceto A breve história de Fábria.

Junto ao processo do livro Nicoleta Ninfeta foram encontrados os pareceres de censura dos livros Macária e A serpente e a flor. O livro Macária²⁰⁰, foi publicado originalmente em 1965 e censurado em 1976. No parecer 135/76²⁰¹ o Censor Yunko Akegava opta pela Interdição afirmando que a obra não era aconselhável para nenhum público, não contribuiria para “formação ou aperfeiçoamento da personalidade”. Porém, é importante refletir: todos os livros devem nos levar a nos tornarmos pessoas melhores? Não há espaço para leituras que sejam mais amenas, para passar o tempo ou mesmo para despertar o pensamento erótico? O que vemos por parte do censor é uma visão moralista da função da literatura, não percebendo o seu caráter enquanto objeto de consumo de massa.

Afirmando que o livro contém linguagem pornográfica e seria amoral, o censor afirmar que

a autora encaixa cenas de sexo no enredo, explorando o desagregamento

¹⁹⁷ “Art. 41. Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiotelefônica:

a) conter qualquer ofensa ao decôro público;

c) divulgar ou induzir aos maus costumes;”

¹⁹⁸ “Art. 3º Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decôro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou as religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.”

¹⁹⁹ “Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão”.

²⁰⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²⁰¹ Parecer 135/76, Censor Yunko Akegava. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

família, com vingança mesquinha, descreve as relações pervertidas de Augusto e suas amantes as páginas 39 a 41 e 199 a 202 e as homossexuais entre Macária e Zaíra, as páginas 189 a 194, em seus detalhes

Tal exposição de atos sexuais, tanto heterossexuais, quanto homossexuais, trariam um risco ao mostrar a satisfação sexual do personagens como um fim primeiro e que tais cenas poderiam excitar o leitor e levá-lo a querer fazer as mesmas práticas.

O livro *A Serpente e a Flor*²⁰², publicado originalmente em 1965 e na quarta edição em 1977, foi censurado em 1976. No Parecer 102/76²⁰³ o Técnico de Censura Vicente de P. Alencar Monteiro opna Pela Não Liberação. A obra foi interdita, porém em 1984 houve o lançamento de um filme baseado nela, liberado para o público maior de dezoito anos, conforme analisaremos em tópico futuro.

O censor ressalta que mesmo a obra estando na terceira edição naquele ano, ainda assim deveria ser retirado de circulação por não contribuir para melhorar a literatura brasileira. Além disso, ele relata o fato da autora mais uma vez produzir livros com a mesma temática, sendo “suas produções calcadas no desajuste social e na exploração da pessoa humana. Tendo a instabilidade emocional por escopo e o lesbianismo como acessório”.

O livro *A borboleta branca*²⁰⁴, publicado originalmente em 1962, e que estava estava na quarta edição em 1974, pela Editora Mundo Musical. Este foi o único processo que acessei e que ainda continha uma cópia do livro em anexo.

No próprio livro há a seguinte frase de epígrafe “... Falem baixo... que podem escutar... tudo isso é segredo ... não comentem por aí... há sombras que se arrastaram ameaçadoras querendo obrigar-me a calar... não sou eu que estremeço de medo... são as sombras da noite que se agitam açoitadas pelo vento.” Havia por parte dos editores um claro intuito de usar as censura para atrair mais leitores

No parecer 137/76²⁰⁵ a visão da censora Maria das Graças Sampaio Pinhati é que o livro mostra o ambiente como um fator de corrupção. A personagem "se depara com um ambiente excêntrico e pervertido, completamente diverso de

²⁰² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²⁰³ Parecer 102/76, Técnico de Censura Vicente de P. Alencar Monteiro. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²⁰⁴ Editora Mundo Musical, Processo 54.610/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

²⁰⁵ Parecer 137/76, Técnica de Censura Maria das Graças Sampaio Pinhati. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

seus costumes", "com problemas psíquicos e morais". Tal ambiente a faz se corromper e virar amante da sobrinha.

A censora tem consciência de que a obra chegara a sua quarta edição, porém, pondera que o seu conteúdo é "por demais amoral e pernicioso". Ela expõe que "o tema central é o homossexualismo feminino, apresentado de forma minuciosa e chocante" e que o mesmo seria valorizado pela autora do livro como "algo 'fantástico e incomparável' ". Além disso, ela critica o fato da obra mostrar

A satisfação dos instintos, visando a felicidade e o bem estar íntimo, é colocada acima dos conceitos de moral e educação, classificados como: 'freio que dá congestão ao meu cérebro', 'coisa necessária para os menos dotados de inteligência' (pág. 119)

É exposto que além do tema da homossexualidade o livro exporia outros problemas sociais e familiares, como

situações de conflito familiar, comportamento desajustados, dependência de drogas e prostituição, plenamente justificados pela nefasta influência da mãe, que, inclusive, chega a incentivar união anormal entre irmã e sua filha, conforme diálogo sito às fls. 164.

A censora deixa claro que, na sua visão, o livro afronta os padrões da sociedade brasileira. Esta obra foi censurada conjuntamente com outras quatro de Rios. Em um único Radiograma Circular presente no processo é possível constatar que as obras Nicoleta Ninfeta, A serpente e a Flor, A borboleta branca, Macária e Georgette foram todas proibidas de circular em 31 de março de 1976.

Os pareceres de três destas obras, inclusive, são datados do mesmo dia: 4 de março de 1976. As obras censuradas foram editadas pelas seguinte editoras: uma da Global, quatro pela Record e o restante pela Editora Mundo Musical

Também censurado em 1976, o livro *A breve história de Fábria*²⁰⁶, foi publicado originalmente em 1963 e em 1974 já estava em sua quarta edição²⁰⁷. No parecer 119/76²⁰⁸ a Técnica de Censura Maria Helena Dourado dos Santos tece elogios à escrita de Rios, afirmando que "não resta a menor sombra de dúvida que a escritora no presente ensaio, mostra grandes poderes descritivos, narrando

²⁰⁶ Editora Mundo Musical, Processo 54.071/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²⁰⁷ Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

²⁰⁸ Parecer 119/76. Técnica de Censura Maria Helena Dourado dos Santos. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

pensamentos estranhos, podendo impressionar o leitor com suas estórias fantásticas”. Tal elogio, mesmo que seguido por uma crítica ao risco que trazia ao leitor, contrasta com outros técnicos que afirmavam não haver qualidade na escrita de Rios.

N a visão da censora, o livro seria uma defesa da liberdade “pró-homossexual” no qual “ são feitas estarrecedoras e degradantes confissões de uma tribade, configurando suas taras, manias, loucuras e sadismos”. Perigoso, ainda, é o fato do livro mostrar “como se fora um prelúdio à relação sexual entre duas mulheres” mesmo que tais cenas não tenham o cunho de “apelar para a pornografia”.

O que podemos perceber neste parecer é a atenção focada no fato de o livro mostrar uma história de personagem homossexual em uma obra de qualidade de escrita. A forma como a censora versa sobre o livro de Rios, mostra o que seria o “perigo” de uma obra literária para “induzir” atitudes e pensamentos, mesmo que a mesma não mostrasse de forma pornográfica o sexo entre mulheres, poderia criar expectativas para as leitoras, devido a (boa) forma como a mesma foi escrita por Rios.

Com base no perigo que o livro traria, a censora censurou o livro, com base unicamente no artigo 41, letra c, do Decreto 20.493/46, diferente de outros livros que foram censurados tendo como base o decreto-lei 1077/70.

O livro *Tessa, a gata*²⁰⁹, foi publicado originalmente em 1965 e em 1974 já estava em sua quinta edição²¹⁰, foi censurado em 1976. No parecer 166/76²¹¹ a técnica de censura Maria Lívia Fortaleza afirma que “apesar da técnica descritiva adotada, não possui nenhum valor moral, educativo ou mesmo literário, estando tudo calcado em uma linguagem medíocre de total degradação do ser humano”.

Para ela o livro seria centrado na apresentação de atos de tribadismo, tendo uma mensagem desaconselhável para qualquer público, porém há, como em outros pareceres, uma preocupação com a influência de tais cenas para os adolescentes, pois as mesmas poderiam “influir-lhes negativamente na sua formação psicossomática, uma vez que o conteúdo encerra induzimento à prática de

²⁰⁹ Editora Mundo Musical, Processo 54070/1976 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

²¹⁰ Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

²¹¹ Parecer 166/76, Técnica de Censura Maria Lívia Fortaleza. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

atos abjetos, contrariando à moral e aos bons costumes”.

Novamente, volta-se a defesa da moral e dos bons costumes que tais conteúdos presentes nos livros da autora atentariam ao expor cenas de relacionamentos lésbicos, prostituição e homicídio, como no caso do livro Tessa, a gata.

O livro Veneno ²¹², publicado originalmente em 1965 e que em 1974 já estava em sua terceira edição²¹³, foi censurado em 1976. O livro narra os amores de Cassio, um escritor famoso que se envolve com diferentes mulheres. Intrigante é a crítica que a autora faz sutilmente numa das passagens do livro na qual diz:

enquanto os best-sellers ultrapassam as barreiras das nossas linhas limítrofes, o nosso autor se vê entravado, subestimado, acuado pelas perseguições, ficando para trás, desconsiderado, entre as craveiras de uma falsa moral e obsoleta cultura, tentando em vão combater essa fobia atual de que tudo que é impresso em nosso país, pelo nosso escritor, pornográfico ou duvidoso

Este não é a única vez que a autora escreve sobre um personagem escritor ou que faz críticas aos seus críticos por meio de seus personagens. Outro exemplo disso, é no livro Um escorpião na Balança, no qual a personagem principal faz a seguinte afirmação

Não sou repórter, nem biógrafa. O que escrevo é puro fruto da imaginação, não gosto de copiar a vida dos outros para os meus livros, isso longe de me inspirar me desagrada. Só gosto de criar! Sou uma ficcionista. Meus personagens não existem, o que existe é apenas o fato em si definido por uma palavra que explica uma situação, psicológica, social, um problema, situações análogas à vida real.²¹⁴

Tais personagens não ocorrem por acaso, dado os constantes questionamentos sobre o que seria realidade e ficção na obra da autora e quanto do narrado viria de suas experiências de vida. Além destes comentários nas estrelinhas, a autora gostava de fazer prefácios nos quais dirigia-se diretamente aos seus leitores, ou comentando sobre o livro, ou versando sobre alguma polêmica anterior²¹⁵.

²¹² Editora Record, Processo 55.117/76 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²¹³ Segundo que consta nas páginas do livro A Borboleta Branca.

²¹⁴ Cassandra Rios. Um Escorpião na Balança. São Paulo: Record, p.14.

²¹⁵ A exemplo do Prefácio intitulado “Meus amigos leitores”, em edição sem data e sem editora do livro A Paranoica, no qual a autora comenta acerca da matéria “Clube dos Malditos”, já analisada neste capítulo.

No Parecer 182/76²¹⁶ o Técnico de Censura J. Antonio S. Pedroso afirma que “embora com um pouco mais de imaginação que a média dos livros do gênero, 'Veneno' não escapa às descrições pormenorizadas e frias das relações sexuais do personagem central”. Mesmo que sutilmente, o censor faz um elogio a qualidade da obra, por ser melhor que outras do mesmo perfil.

Para o censor o livro não traria compensação para a sociedade ou qualquer exemplo válido entre os personagens, sendo uma história banal que apenas traria algumas passagens “apimentadas”. Diante disso, ele cita treze páginas que justificariam o livro ser “francamente contrário à moral e aos bons costumes”.

O livro *O prazer de pecar*²¹⁷, publicado originalmente em 1979, foi censurado no mesmo ano. No Arquivo Nacional somente se encontra ofício 039/79 - SCDP/SD/DPF/GO que encaminha três cópias da obra para Brasília e no qual afirma que o parecer 00101/79 sugeriria pela proibição da obra

O livro *A paranóica*²¹⁸, publicado originalmente em 1952 e que em 1974 estava em sua quarta edição²¹⁹, foi censurado em 1978, ou seja, vinte e seis anos após a sua publicação e quando o mesmo já se encontrava em negociação para a adaptação cinematográfica. A versão do filme foi lançada no cinema em 1980, indicada para o público maior de dezoito anos, tornando-se um filme de sucesso, como analisaremos em tópico posterior.

Sobre este livro de Rios, o escritor Alionis Filho afirma que “estas e outras coisas feias desta vida, somente poderiam assumir aspectos belo, do ponto de vista estético, se relatadas por um literato de valor, do ponto de vista profundamente humanos, tal qual se sucede com Cassandra Rios”²²⁰

O processo desta obra é o último a ser ora analisado pelo fato do mesmo ser o único no qual há dois pareceres. E ambos são bastante diversos entre si: um primeiro pela proibição e um segundo pela liberação. Os pareceres são oriundos de sedes diversas, um de Goiás e outro de Brasília, dos anos de 1978 e 1979, respectivamente.

²¹⁶ Parecer 182/76, Técnico de Censura J. Antonio S. Pedroso. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

²¹⁷ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 913.

²¹⁸ Global Editora, Processo 124/79 - Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 912.

²¹⁹ Segundo que consta nas páginas do livro *A Borboleta Branca*.

²²⁰ Prefácio, *A Paranoica*, Cassandra Rios, 1969.

O parecer 0073/78²²¹, assinado pelo técnico de censura Sila de Aquino Lira Gouveia, opta pela proibição e define o enredo do livro como “deprimente”, pois “as descrições dos atos sexuais são feitas nos seus mínimos detalhes, há homossexualismo, violência” e devido ao fato de que Ariella “desenvolve os seus instintos e põe em prática o homossexualismo feminino com Mercedes, noiva de Alfonso”.

Alfonso é o irmão de Ariella, e neste livro após fazer a sua vingança contra a família que ela descobriu que a roubara, Ariella tem um final feliz vivendo com Mercedes. Tal final nos mostra que não foi em todos os livros que as personagens homossexuais de Rios tiveram um desfecho trágico, como afirmam alguns críticos da obra dela. Rios, na verdade, mostra vários finais possíveis para vidas homossexuais naquele período, pois nem toda história de amor entre mulheres tem um final feliz, principalmente no Brasil daquele contexto.

Tal parecer foi encaminhado à Brasília pelo chefe do SCDP/SR/DPF/GO, Rosival de Melo, para Rogério Nunes, diretor do DCDDP/Brasília. No ofício de encaminhamento há também o seguinte adendo: “entretanto, deixa de seguir 03 (três) exemplares do citado livro, em razão de ter sido apreendido somente um volume”.

Em janeiro de 1979 o livro passa por nova análise. O parecer de número 04/79²²², da técnica de censura Gláucia Bueno Soares, opta pela Liberação da obra, sendo o único parecer favorável a Rios do qual temos conhecimento. Trata-se de uma decisão inédita e que mostra os visíveis sinais de desgaste do sistema de Censura e o próprio uso da Censura como forma de tornar os livros mais interessantes aos leitores.

A técnica de censura faz um adendo sobre a questão temporal da obra, pois “o livro foi escrito em 1969 e editado em 1976, está, portanto nas livrarias há cerca de três anos. Parece-me, assim, que seria contraproducente proibir agora em 1979 a sua circulação. Essa providência serviria apenas para chamar atenção sobre o livro que passou despercebido. Tal medida, por outro lado daria pretexto a autora para campanha publicaria em torno de seu nome e dos livros que tem escrito”

É fato notório que os editores utilizaram fartamente a questão da censura

²²¹ Parecer 0073/78. Técnico de Censura Sila de Aquino Lira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 912.

²²² Parecer 04/79. Técnica de Censura Gláucia Bueno Soares. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 912.

para vender os livros de Rios, o que também não passava despercebido às vistas dos censores. Porém, quando fala que a obra está nas livrarias há três anos, a censora não atenta ao fato de que o livro estaria já na sua quarta edição e que a edição em questão, de 1976, não era a primeira. A obra não passou despercebida quando foi lançada, pois a mesma já era um sucesso de Rios, tanto que anos depois a mesma foi a primeira obra da autora adaptada para o cinema.

Passando para a análise do conteúdo da obra em si, a censora afirma “que há cenas eróticas cuja narração se faz de forma pouco literária, beirando a vulgaridade e que podem ser prejudiciais a pessoas ainda em formação e que não tem sua personalidade definida”. É feita, assim, a recomendação para que a obra fosse comercializada “com invólucro plástico e seja proibida sua venda a menores de 18 anos”. Indicação semelhante ao que era feito para as revistas voltadas para o público adulto.

De posse dos dois pareceres contrastantes, o assistente do DCDP, Wilson Queiroz Garcia, encaminhou ofício para o Diretor do DCDP buscando a sua apreciação, ressaltando que “não consta da relação de obras proibidas o livro objeto de exame” e chamando a atenção “para a parte assinalada no parecer da Técnica de Censura Gláucia Bueno Soares, de vez que considero válidos os argumentos ali apresentados”.

Infelizmente, não há nos documentos encontrados no Arquivo Nacional a continuação deste processo. Diante disto, não há como saber qual visão acerca da obra prevaleceu.

Após todos esses processos, havia o rito de informação para as delegacias regionais sobre a proibição das obras, além disso, normalmente eram informados aos meios de comunicação sobre as mesmas. Para tirar de circulação tais obras proibidas eram realizadas rondas de busca e apreensão das mesmas, como veremos no tópico a seguir.

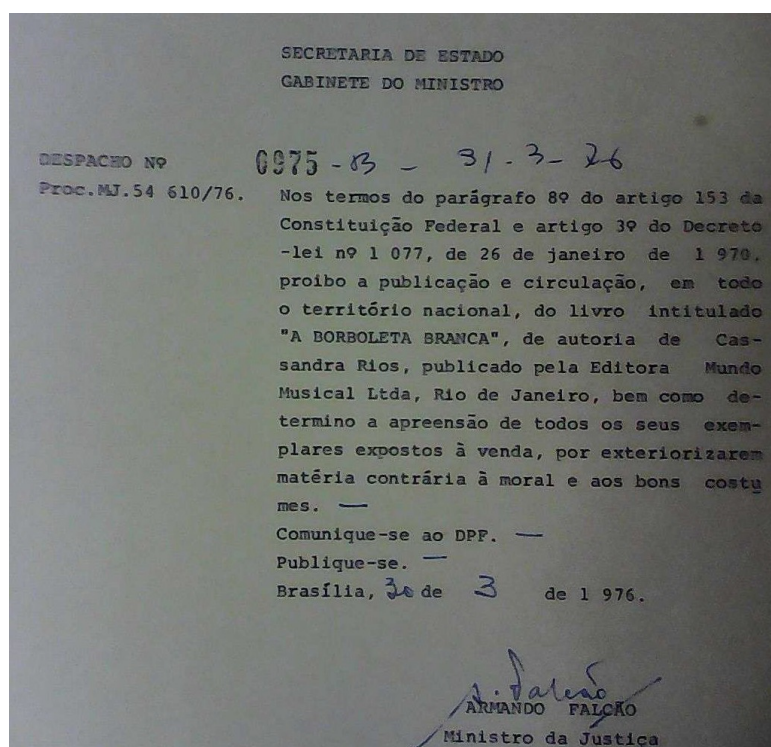
3.2.4. As rondas de apreensão a livros em bancas

A censura às obras atentatórias à moral e aos bons costumes poderia ocorrer de forma prévia, o que era mais comum para periódicos, porém para livros

era mais comum ela ocorrer a partir de denúncias. Outra forma de verificar as obras atentatórias eram as rondas de fiscalização, que se dirigiam prioritariamente às bancas de jornais. Tais rondas tinham como disponíveis os meios pessoal (fiscais, agentes do DOPS e motorista) e material (transporte, armamento, verba e telecomunicações)²²³.

De acordo com o artigo Art. 3º do Decreto lei 1.077, “verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares”. Após o processo correr junto ao Ministério era enviado um despacho informando da decisão e determinando a apreensão dos exemplares, conforme podemos ver no despacho abaixo.

Figura 24: Despacho do livro A Borboleta Branca



Fonte: Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

Contudo, em Ofício de 1979, Moacyr Coelho, Diretor-geral do DPP, solicita a Armando Falcão, Ministro da Justiça, que tais comunicações de proibição de obras sejam feitas previamente via telefone ou telex, "para as providências imediatas de

²²³ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .8

recolhimento das publicações, antes da notícia ser dada nos representantes de imprensa". Segundo Moacyr Coelho, sua preocupação com a seleridade da informação interna sobre a proibição ocorre devido ao fato de que "com a divulgação da medida pelos jornais, os distribuidores recolhem todos os exemplares para evitar a apreensão e negociá-los depois, clandestinamente"²²⁴.

Fernando B. Falcão, assessor especial do Ministro da Justiça Armando Falcão, no processo MJ 59021/75 afirmou o seguinte:

Com informação do Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, verifica-se que, a despeito dos esforços envidados por aquele Órgão, continua a proliferar, em todo Território Nacional, a edição ou importação de livros e revistas de conteúdo atentatório à moral pública e aos bons costumes, com notório efeito nefasto sobre a população²²⁵

A partir disto ele afirma que as medidas até então adotadas estavam sendo insuficientes para "desestimular esse comércio amoral". Além do que já era feito - proibição e apreensão, o assessor afirma que seria necessário medidas mais drásticas, como "medidas coercitivas ou punitivas". Neste ofício ele sugere que deveria ser aberto inquérito policial para investigar a responsabilidade por obras proibidas, buscando distribuidores, importadores, livrarias, bancas de jornais e outros estabelecimentos que comercializem tais obras.

Por fim, o assessor sugere – e o Ministro acata - que se solicite a Consultoria Jurídica do Ministério um estudo sobre a viabilidade legal para a execução de tais procedimentos. Em julho de 1975, Dr. Hélio da Fonseca, Consultor Jurídico Substituto, remeteu para análise um Plano para Combate Sistemático Contra as Publicações Subversivas e Obscenas. Na visão do parecerista, as livrarias e bancas de jornais estavam invadidas por literatura pornográfica e que ao lado desta "infiltrou-se a literatura subversiva". Ambas deveriam ser combatidas pelo estado como sendo manifestações anti-sociais. A preocupação constante no texto é em relação a opinião pública no tocante a censura, tanto que é anexado um artigo do Jornal O Estado de São Paulo que critica a censura. Para evitar tais desgastes, ele propõe "uma nova estratégia, mais silenciosa e eficaz, de repressão à fonte de

²²⁴ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.550

²²⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

tais publicações (livreiros, distribuidores, etc)" ²²⁶.

Há um tópico específico denominado "Estratégia no Combate à Literatura Pornográfica" no qual o autor propõe que seja dado mais poder a Polícia Federal, não podendo esta somente agir quando aplicada Portaria Ministerial proibindo um livro. A Polícia, nesta proposta, deveria ter "ação automática, e tão logo verifique a existência de determinada publicação ou exteriorização neste sentido, deverá abrir inquérito policial a respeito, seguindo-se a apreensão como diligência de rotina"²²⁷.

É proposto que os responsáveis pela divulgação destas obras sejam processados e em caso de reincidência de venda e/ou distribuição do mesmo tipo de material que seja feito o cancelamento do registro destes estabelecimentos. Sabendo que algumas editoras já eram conhecidas por explorar tal nicho de mercado, ele afirma que "a Polícia Federal deverá exercer estreita vigilância em torno de determinadas editoras e distribuidoras, criando o máximo de obstáculos para aquelas reconhecidamente dedicadas à exploração de obscenidade, mediante verificação prévia do material a ser editado". Por fim, é proposto também uma revisão no sistema de multas aplicadas.

Posteriormente tão Plano é encaminhado para Ronaldo Rebello de Britto Poletti para a elaboração de sua opinião acerca do mesmo. Para ele o tema do campo da moral e dos bons costumes é mais complexo do que do que a questão de obras subversivas, pois haveria um "desgaste político permanente em tal matéria, construído pela propaganda dos prejudicados pela censura" ²²⁸.

Nas bancas eram vendidos não somente revistas, mas também livros em edições populares e que eram amplamente consumidos. O fato de livros considerados de baixa qualidade serem vendidos aos milhares em bancas fez inclusive que se tentasse, dentro do âmbito da Censura Federal, a proibição de venda de livros em bancas, devendo eles serem vendidos somente em livrarias, o que aconteceu pela Portaria 319/79, mas gerou uma celeuma jurídica, fazendo com que a proibição durasse pouco tempo, conforme veremos em tópico posterior.

De acordo com Relatórios Anuais do DCDP, entre os anos de 1975 e 1979 foram apreendidas pelos órgãos descentralizados da Censura as seguintes

²²⁶ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

²²⁷ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

²²⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

quantidades de livros:

ANO	APREENSÕES
1975 ²²⁹	52.962
1976 ²³⁰	- ²³¹
1977 ²³²	16.842
1978 ²³³	226.641
1979 ²³⁴	44.064

Desde o ano de ano de 1978 as revistas voltadas para o público masculino deixaram de ter censura prévia, “passando, daí por diante, às Editoras a autocensura, advertindo-as que excessos poderão resultar em apreensão das revistas, pelo Juizado de Menores”²³⁵. As mesmas deveriam continuar sendo vendidas em envelopes e com aviso de restrição de idade de dezoito anos. Diante disto, ainda houve apreensão a revistas, porém foi neste momento, principalmente em 1978, quando explodiu numericamente a apreensão de livros. Já no ano de 1979 temos a diminuição expressiva destas apreensões e no ano de 1980 as mesmas já não contam no Relatório Anual do DCDP²³⁶.

Segundo Reimão (2014), relaciona-se a isso o fato de que foi promulgada em 1978 a Emenda Constitucional n.º 11 que revogava o AI-5 a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. O AI-5 durara dez anos e atingira não somente aqueles envolvidos diretamente na luta política, mas também artistas, com a organização e centralização da censura no âmbito federal, conforme veremos em tópico posterior. Além disso, em 1979 houve a lei da anistia²³⁷, que determinada, entre outras coisas,

²²⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.08

²³⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. R AN,BSB NS.AGR.RAT.09

²³¹ O Relatório Anual de 1976 encontra-se em modelo diverso do dos outros anos, não contendo nele o dado sobre apreensões.

²³² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.10

²³³ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.11

²³⁴ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.13

²³⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .6

²³⁶ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.13

²³⁷ [Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979.](#)

que “é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes”, assim houve progressivamente a liberação de diversos livros antes proibidos, como os de Cassandra Rios. A autora teve sua obra anistiada em 1979, por Moacyr Coelho, então Ministro da Justiça em substituição à Armando Falcão, o que levou a autora a brincar com os nomes dos dois ministros ao afirmar que “pela primeira vez em muitos anos há coelhos engolindo falcões” (VIEIRA, 2014).

Em meio a Anistia e abertura política, movimentos contrários se formavam e agiam, por exemplo, explodido bancas de jornais da oposição (FAUSTO, 2006). Em documentário O Pasquim - A Subversão do Humor (2004) o cartunista Ziraldo afirma que um dos motivos do Jornal O Pasquim ter chegado ao fim foi a pressão sofrida pelas bancas de jornais para cessar a venda do mesmo. Mais do que uma simples pressão, houve também atentados a bomba, o que o cartunista chama de “um golpe de mestre à direita”, pois tal ato não incorre em riscos para aquele que o faz e não há vítimas. Não mais os locais de venda comprando tal jornal, ele acabou tendo dificuldades logísticas na sua comercialização.

Em relatórios de rondas²³⁸ obtidos no Arquivo Nacional tem-se acesso aos números de apreensões e a lista de obras que foram apreendidas. Neles pude observar que o nome de Rios era constante. Porém, a partir de tais relatórios não há como precisar quantos livros da autora acabaram tendo o fim comum das obras apreendidas: a incineração.

De acordo com o Art. 5º do Decreto lei 1.077, estariam os infratores sujeitos à

- I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);
- II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Assim sendo, o final de tais livros apreendidos era a incineração. De acordo com a Portaria 707/78-DG após 120 dias sem nenhuma providência por parte daqueles que tiveram os livros apreendidos, os mesmos seriam incinerados²³⁹. Tal fato já era noticiado em jornais em 1976, numa reportagem na qual se explica

²³⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .8

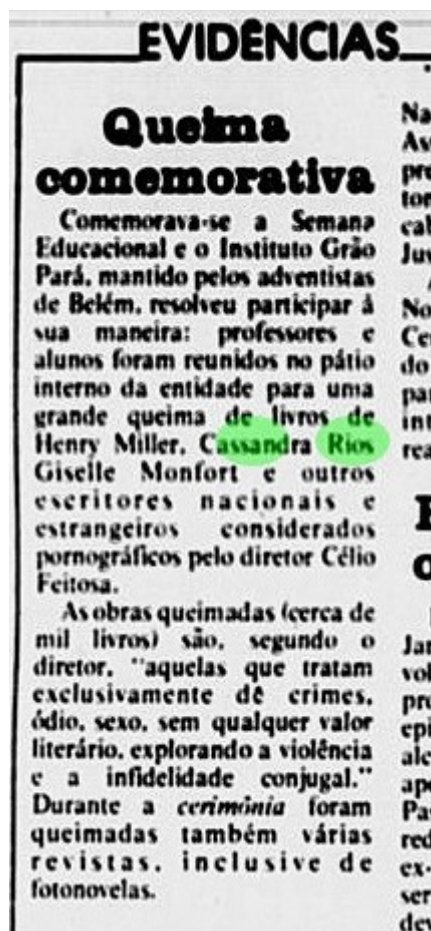
²³⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .8

como ocorre a censura à livros. Ainda é informado que para alguns autores esta era a cena final da censura, enquanto para outros ainda poderia haver enquadramento no Código Penal²⁴⁰.

Além desta notícia, foi encontrada uma outra bastante interessante na qual se comemora a queima de livros censurados, mas não por parte dos agentes do Estado. Trata-se de uma notícia que narra o fato de em Belém uma escola ter feito uma fogueira na qual foram queimados livros e revistas que eram considerados atentatórios à moral. Um dos nomes de autores citados é o de Cassandra Rios, como podemos ver abaixo.

Figura 25: Jornal Opinião (RJ), Edição 00134, de 30 de maio de 1975

²⁴⁰ Livro apreendido vai para a fogueira. Jornal do Brasil, Edição 00050, de 25 de maio de 1976, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Tal notícia nos ajuda a reforçar o fato de que a censura moral da Ditadura militar não eram somente fruto da mente dos próprios militares, mas que tinha um braço em parte da sociedade civil que a sustentava e defendia. Indo até consequência físicas na defesa daquele sistema que estava em processo de abertura para a democracia formal.

Segundo Coelho (2002), no ano de 1977 todas as obras de Cassandra Rios encontravam-se censuradas por questões morais. Neste mesmo ano ela publica a obra *CENSURA – minha luta, meu amor*, na qual faz uma defesa de suas obras contra aqueles que a julgavam sem conhecer ou por meras questões de cunho moral e não devido a qualidade ou falta de qualidade de sua escrita.

A publicação deste livro ocorre em meio a um contexto específico que foram os anos da década de 1970 no tocante a um debate acerca da censura moral às obras literárias, como se expões a seguir.

É importante destacar a diferença existente entre os dois livros memorialísticos da autora. *CENSURA* foi um livro escrito no furor do momento, quando a autora estava sofrendo sucessivas censuras de suas obras e utiliza este livro para defender o seu trabalho. Já *MezzAmaro* é uma obra na qual tem-se muito mais uma vida literária passada a limpo, na qual muitos dos acontecimentos narrados tinham acontecido décadas antes. Dada esta diferença de foco nas duas obras, *CENSURA* tornou-se um livro a ser analisado mais especificamente nesta tese, diferente de *MezzAmaro*, que foi objeto de estudo, mas não terá um capítulo específico.

4.1 O cerco se fortalece: a não distensão na década de 1970

É importante destacar que o período denominado de Ditadura Civil-Militar foi um período em que houve diversas disputas internas e externas que foram modificando os contextos do regime militar. Cada presidente-general que ascendia ao poder era fruto destes contextos.

Na década de 1970 ocorreu um contexto de crises econômicas, tanto internacional, quanto nacional internacional. Em 1973, durante o governo de Médici, houve uma primeira crise do Petróleo, na qual o preço foi aumentado fortemente em decorrência de brigas entre os estados árabes e Israel. Internamente o Brasil visivelmente foi afetado, principalmente pelo fato de importar 80% do petróleo aqui utilizado (FAUSTO, 2006).

Os anos após o Milagre Econômico (1969-1973), que ajudou na manutenção do Regime, caminhavam rumo a uma deterioração da economia, com consequência para a manutenção do regime. Surgiram greves de operários e

movimentos de trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade.

Neste contexto se inicia com Geisel o processo de abertura política. Conhecida como o período da distensão lenta, segura e gradual, a década de 1970 é vista do ponto de vista político como o período de enfraquecimento do regime de exceção e o início de abertura para um regime mais democrático. Se do ponto de vista político isto ocorreu, do ponto de vista moral foi o contrário, pois na década de 1970 é um período de maior perseguição a livros no tocante à moral e aos bons costumes, de acordo com diversos pesquisadores, como Marcelino (2001). Este fato é noticiado na matéria abaixo que nos mostra a situação da censura a livros no ano de 1977:

Figura 26: Jornal do Brasil, Edição 00050, de 25 de maio de 1977



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O que ocorria era um movimento contraditório dentro do regime ditatorial, ao mesmo tempo em que houve a anistia, muitos exilados voltavam ao país, os editores de livros se viam cada vez mais cerceados pela censura aos livros, que lhe geravam sucessivos prejuízos.

Otero (2003) produziu uma lista com os livros proibidos pelo Ministério da Justiça entre 1964 e 1979, nela podemos ver claramente que há uma concentração das proibições justamente no final da década de 1970, período da *distensão lenta, gradual e segura*. No momento em que o regime perdia parte do seu apoio político, tentava manter o seu poder do ponto de vista dos costumes.

Segundo o que constatou Marcelino (2006), havia uma tese nos informes dos órgãos de informações da ditadura de que existiria uma propagação da

dissolução dos costumes brasileiros por meio dos meios de comunicação e que isso era parte de um plano comunista com vistas à levar o Brasil à subversão através das mudanças de padrões de moralidade nacional. As questões de ordem moral são vistas como um pilar de sustentação da nação. Assim, aqueles que atentavam contra o modelo familiar centrado na figura do homem provedor, estariam, pois, de alguma forma, indo contra os interesses do país.

Segundo o que concluiu o relatório final da Comissão Nacional da Verdade,

A ideia do incentivo à homossexualidade, especialmente na época da ditensão, quando do surgimento de novos movimentos sociais no Brasil, ficou consolidada como uma das ameaças principais caso houvesse uma volta à democracia e refletia como a visão oficial sobre a homossexualidade estava completamente associada com comunismo e subversão.²⁴¹

Essa ideia de que a mudança de padrões morais estava ligada ao comunismo e a subversão culminara em 1970 com a edição de uma legislação específica - o decreto-lei 1077/70 – que versava sobre a censura de moral atentatórias à moral e aos bons costumes, como veremos no tópico a seguir.

4.1.1 O Decreto-lei 1.077/70

Este instrumento normativo deixa clara a visão militar em relação às obras que versassem sobre mudanças morais em curso na sociedade. Para os legisladores militares haveria nessas obras um plano subversivo e não apenas uma questão de afronta à moral e aos bons costumes.

Porém, antes de analisar este documento legal, é importante entendermos que outros textos jurídicos vinham sendo produzidos desde o início da ditadura militar no sentido de cercear cada vez mais a liberdade de expressão, inclusive artística.

O primeiro deles é o Ato Institucional n.º 1 (AI-1), através do qual foi decretada a Ditadura Militar no Brasil. Com ele já temos a perda de direitos políticos e paulatinamente o cerco vai se fechando para aqueles que no campo cultural são vistos como de alguma forma indo de encontro ao que pensavam os militares no poder.

Posteriormente, em 1967, temos a elaboração de uma nova Constituição,

²⁴¹ Relatório Comissão Nacional Da Verdade (CNV), vol 2, p. 302.

feita sobre os olhares atentos dos militares e adaptada a realidade que eles visavam defender. No tocante a censura ela foi importante por centralizar a censura no governo federal.

Porém, muito importante para a futura lei a ser editada é o fato de que tal Constituição mantinha os direitos a liberdade de expressão, porém com algumas exceções, afirmando

Art. 150 - (...)

§ 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

Neste ponto o texto ainda não versa sobre questões morais, o que viria a mudar a partir de 1969, com uma nova escrita do texto constitucional. Antes disso, porém, em 13 de dezembro de 1968 é baixado o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que deu amplos poderes aos militares, ao suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Tudo isso enquanto no mundo os movimentos sociais tinham palavras de ordem como “é proibido proibir”.

Com este Ato há de fato a centralização da censura a livros, que antes era mais desorganizada com a análise ocorrendo em estados diversos, o que fazia com que livros fossem vetados em alguns estados, enquanto em outros eram liberados. Assim a censura passou a ser estruturada na esfera federal, tornando-se função do Ministério da Justiça, com concurso específico e curso de formação para o cargo de censor.

O AI-5 trouxe uma nova realidade social e política para o Brasil, dando início aos Anos de Chumbo, que se estendem até o final do Governo de Médice, em março de 1974. Esta nova realidade fez com que novamente o Brasil tivesse mudanças constitucionais para tornar legal, do ponto de vista jurídico, atos do governo.

Em 1969 foi a Constituição de 1967 recebeu uma nova redação através de uma Emenda Constitucional decretada pela Junta Governativa Provisória de

1969. Tal texto é visto como uma espécie de Constituição Outorgada, dadas as modificações feitas.

No tocante à moral, a liberdade de expressão continua permitida, mas sendo ainda mais restrita que no texto constitucional original:

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.

Há a inserção de uma importante parte final, colocando “e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” como exceção à liberdade de expressão. Mas o que seria moral e bons costumes? Para o Ministro da Justiça à época, Alfredo Buzaid, “os bons costumes, que a lei protege, concernem a vários bens jurídicos, podendo especificar-se entre eles o pudor e o decoro público”

²⁴².

Buzaid defende que a Constituição mantém a liberdade de expressão, pois não necessitariam as publicações de licença prévia. Porém, nas palavras dele, a mesma “declarou *intoleráveis* as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, considerando-as tão atentatórias à segurança nacional quanto a propaganda de guerra, da subversão da ordem e dos preconceitos de religião ou classe”²⁴³. Eis aqui já um pensamento basilar do texto do Decreto 1.077: as “violações” às regras moral e de bons costumes seriam atentatórias à segurança nacional.

Em abril de 1962, Valdemar Cavalcanti, que já fizera críticas as obras de Rios em sua coluna literária, passou a se preocupar com as censuras a livros que vinham ocorrendo: haviam censurado, livros como de guerrilha, de Hitler e de Cassandra Rios, o que não o incomodou. Porém, quando da censura do livro *A Carne*, de Júlio Ribeiro, Cavalcanti afirmou que parecia

²⁴² Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 23.

²⁴³ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 2.

está sendo armada uma arapuca de uma inquisição em plena estação democrática (...) essas coisas quando começam ninguém sabe quando nem onde vão parar. Se hoje metem no fogo obras tidas por subversivas, perigosas ou imorais, no conceito de um censor, de um chefe de polícia ou de um juiz de menores, amanhã é possível que estejam no index livros da mais alta qualidade literária, artística ou científica, que nada tenham de imorais, perigosos ou subversivos²⁴⁴.

De fato, sabemos onde foi parar essa censura moral que se instalava no Brasil aos poucos: no Decreto-lei 1077, de 26 de janeiro de 1970, instituindo a censura prévia a livros atentatórios à moral e aos bons costumes.

Em nosso sistema político deve o Congresso legislar, editando as leis, porém um decreto-lei acontece quando o presidente se antecipa ao Congresso e edita uma lei, que passa a valer imediatamente após a sua publicação, como no caso em questão.

Sabe-se que a Ditadura Militar teve um apoio de setores da sociedade civil, sendo também chamada de Civil-Militar. Tais setores prezavam por determinada ordem moral e social, que se convulsiona mundo afora, principalmente após Maio de 1968. Para tais setores a defesa da moral e dos bons costumes era algo necessário e segundo o Ministro Buzaid a inspiração para o decreto era

eminentemente ética. Apesar de serem distintos os campos do direito e da moral, a verdade é que a lei estabelece entre eles um ponto em comum. Repugnando à consciência humana a prática de atos contrários à moral e aos bons costumes, a lei houve por bem atribuir a ordem ética a dignidade de fonte do direito. Este reconhecimento se deu a partir do momento em que a legislação passou a entender por bons costumes as normas da moralidade²⁴⁵

No preâmbulo do Decreto Lei 1.077 (ANEXO C), afirma-se a existência de um projeto ideológico comunista na vinculação de tais obras, pois estariam dentro do plano de subversão da moral da sociedade brasileira, visando desestabilizar a família e, por conseguinte, a segurança nacional (REIMÃO, 2011). Deixa-se, assim, bem expresso o pensamento dos legisladores no tocante as questões morais:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

²⁴⁴ Valdemar Cavalcanti. Correio Literário. Correio Braziliense (DF). Ano 1962, Edição 00592, 10 de abril de 1962. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁴⁵ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 22.

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

É importante deixar claro a singularidade de tal lei. Fala-se muito da censura às obras políticas, porém estas nunca tiveram uma legislação específica, já a censura moral tem tal lei, o que nos mostra a importância do assunto para a sociedade da época.

Estudiosas da temática da censura têm visões diferentes sobre a questão da censura moral e da censura política. Inimá Simões (1998), que estudou obras cinematográficas, e Beatriz Kushnir (2004), que estudou jornais, afirmam ser a censura moral mais como algo também do campo político, na verdade. De forma diversa, Reimão, que estudou obras literárias, afirma que não seria possível separar os campos de política e moral no Brasil de 1970, "isso significa que, para os censores, havia uma correlação entre a destruição dos valores morais, promovida pela temática da sexualidade, e a destruição da segurança nacional, representada pelos temas políticos"²⁴⁶.

Seguindo a mesma linha de Reimão, Lucas e Vieira (2014) afirmam que moral e política não podem neste contexto serem vistas como dissociadas, mas como "construtoras uma da outra"(p. 108). Com a análise até aqui feita de documentos relacionados às obras de Rios, juntamente com o estudo da legislação específica que deu base para tais censuras, o que podemos concluir é que de fato haveria uma afinidade eletiva entre os campos da moral e da política na construção da censura brasileira.

Aqueles que defendem a censura chegam a afirmar que a mesma tem "grande alcance jurídico e transcendência moral"²⁴⁷ e que o decreto-lei não busca

²⁴⁶ Laís Modelli. 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura, 31 março 2019 (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>)

²⁴⁷ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.95

“controle da inteligência brasileira sufocar-lhe o espírito criador ou restaurar a mesa censória dos tempos coloniais”²⁴⁸. Porém, como não pensar na herança colonial de censuras, quando se tem uma legislação que decreta a censura a livros e periódicos, criando uma lista de obras proibidas de divulgação e determinando a sua busca a apreensão? Tudo isso baseado em um conceito bastante amplo como moral e bons costumes, para o qual não há um parâmetro e sim opiniões diversas.

Buzaid ainda chega a afirmar que “bom costume, segundo Ruggiero & Maroi, é a moralidade pública, que não se pode contrariar sem cair na desestima social”²⁴⁹, porém cabe perguntar: o que vem a ser a desestima social? Seria ela a mesma em qualquer estado ou município do Brasil?

Em 06 de fevereiro de 1970 é editada a Portaria 11- B (ANEXO D), que deu execução a lei, explicando-lhe alguns pontos sobre como ocorreria a divisão do trabalho até que fosse realmente censurada uma obra. Mesmo que a partir daquele momento a censura fosse a cargo de um órgão federal, o Ministério da Justiça, o início dos processos seria de competência de Delegacias Regionais da Polícia Federal, que teriam vinte dias para analisar tais livros, sendo que os mesmos não poderiam ser divulgados antes de tal prazo.

Tal portaria tornaria quase que impossível o trabalho tanto de livreiro, quando do próprio departamento de polícia, pois tratava de forma muito ampla sobre a censura prévia. Da forma que o texto em questão foi escrito, deveriam passar por censura prévia todos os livros e revistas produzidos ou importados para o Brasil. Um trabalho hercúleo, ainda mais quando se constata que uma das reclamações constantes da DCDP era a falta de estrutura e de pessoal especializado para realizar o trabalho.

Diante de questionamentos, foi publicada a Instrução n.º 1 (ANEXO E), esclarecendo alguns pontos da portaria anterior e deixando bem claro que ela fala exclusivamente sobre publicações “que contenham matéria potencialmente ofensiva à moral e aos bons costumes”. A Instrução diz o seguinte

Art. 1. Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes.

²⁴⁸ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 10.

²⁴⁹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 22.

Volta-se aqui a reafirmar que a lei buscava apenas censurar aqueles que causariam de alguma forma debates sobre temas *intoleráveis*, nos dizeres constitucionais. Para Buzaid (1970), a lei teria uma função repressiva e uma função preventiva, pois visava mais impedir a publicação do que punir aqueles que transgrediam a ordem constitucional que versa sobre a não-tolerância a publicações contrárias à moral e aos bons costumes. Segundo ele,

o que a Constituição declara *intolerável* o Poder Público não pode tolerar sem ofender a Constituição. Ora, tolerar a publicação de obras pornográficas para depois punir o seu autor (ou editor) significa violar a Constituição, porque permite justamente o que ela de manifesto proibiu.²⁵⁰

É importante ressaltar como o discurso da ordem jurídica, do estar seguindo as leis é algo recorrente na defesa de mecanismos censórios, o que não se faz questão de lembrar é que esta mesma lei – a Constituição – tinha sido modificada no ano anterior com vistas a se adaptar a realidade do AI-5.

Buzaid defende que após a publicação da Instrução n.º 1 “as críticas cessaram, porque escritores e editores viram que o objetivo do Decreto-lei n.º 1.077 foi o de combater sem tréguas a pornografia, considerada instrumento de dissolução da família e de degradação da juventude”²⁵¹. Diferente do que afirma Buzaid, as críticas não cessaram, porém é fato que os livros que versavam sobre sexo, como os de Rios, sofriam repressão dentro do próprio meio literário. O exemplo mais claro disto foi quando da publicação de manifesto contra a censura assinado por 1046 intelectuais, em janeiro de 1977, no qual o nome de Rios não foi inserido como sendo alvo de censuras, mesmo sendo ela reconhecidamente a escritora com mais obras censuradas e que trazia à tona este debate sobre a censura em várias matérias de jornais.

Em 1975, quando de diversos questionamentos acerca do decreto e da liberdade de expressão dos artistas, o advogado Ronaldo Rebello de Britto Poletti fez uma análise do tema para o Ministro da Justiça, afirmando que

no entanto o decreto-lei não visava a obter um clima de puritanismo exacerbado, mas preservar o Brasil de misteriosa onda internacional de

²⁵⁰ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 17.

²⁵¹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 11.

pornografia e de degeneração quanto aos costumes, da mesma forma que se procura manter um clima de ordem e tranquilidade sociais, quando o mundo se agita em desordem e desassossego²⁵²

O que é possível entender, neste documento interno do Ministério da Justiça é que permeava diversos setores da estrutura ditatorial a ideia de que mudanças na estrutura da sociedade apenas trariam desordem. Interessante é notar o uso do termo “misteriosa onda”, quando se sabe que na visão daquele grupo o que ocorria de mudanças no plano social estava dentro de um plano maior de derrubada da sociedade ocidental e, por conseguinte, do capitalismo.

Em julho de 1970, seis meses após o decreto, Cassandra Rios apareceu pela primeira vez em um programa de televisão. Foi ao programa *Quem tem medo de verdade?*²⁵³.

Figura 27: Correio da Manhã (RJ). Ano 1970, Edição 23693, 13-07-1970.



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Em meio a ligação entre questões morais e questões de ordem nacional, o texto jornalístico brinca afirmando que a acusação que Rios enfrentaria no programa seria de “terrorista do sexo”. Afinal, nas palavras do próprio Ministro Buzaid, “a

²⁵² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

²⁵³ Programa criado em 1968 e que foi ao ar na TV Record. Tinha como formato um Tribunal do Júri, no qual uma personalidade era colocada no banco dos réus, sendo questionado e depois julgado por outros artistas. O Programa tinha como Juiz o próprio idealizador dele: Carlos Manga. O programa ficou no ar até 1971.

Constituição reputou tão deletéria a subversão da ordem como a publicação de obras pornográficas. Não fez entre elas distinção de grau, importância ou gravidade. Tratou-as igualmente, havendo-as por contrárias à segurança nacional”²⁵⁴.

Mesmo em meio a censura da ditadura, Rios afirma que “nos anos 50 era bem mais difícil”²⁵⁵. Ela fala isso, pois vê que naquele período da questão do sexo tinha mais escrúpulos e tabus, e que “pode ser que pela conceituação vigente nas nossas leis eu tenha ultrapassado as barreiras limítrofes da liberdade e voado alto; disse coisas que não deveria ter dito?” (RIOS, 1977, p. 9)

4.1.2 Os Ministros da Justiça: censura a livros, moral e bons costumes

Cassandra Rios disse coisas que não deveria ter dito naquele momento? Tudo depende de quem está no poder, as leis foram sendo modificadas para encaixar com os ideais de mundo dos generais-presidentes e nisso a censura em muito se relaciona com os ministros que estavam à frente do Ministério da Justiça. Dois ministros se destacaram no período da Ditadura em relação às questões de censura moral. E sobre ela escreveram obras que serão aqui analisadas, sendo fontes únicas para mostrar a visão dos mesmos sobre a questão da defesa da moral e dos bons costumes por eles praticada no período da ditadura brasileira.

Nos tópicos a seguir analisaremos as obras *Em defesa da moral e dos bons costumes*, de Alfredo Buzaid, e *Tudo a declarar*, de Armando Falcão, e como as duas se relacionam com as censuras impostas a Cassandra Rios em diferentes momentos.

4.1.2.1 “Em defesa da Moral e dos Bons Costumes”

Alfredo Buzaid, nascido em Jaboticabal, São Paulo, em 1914, foi um renomado processualista antes de se tornar Ministro da Justiça. Em 1931 ingressou

²⁵⁴ Alfredo Buzaid. *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 8.

²⁵⁵ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

na Faculdade de Direito de São Paulo e em 1957 tornou-se, através de concurso, catedrático de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo²⁵⁶. Para além de sua carreira acadêmica, Buzaid sempre esteve participando de questões políticas, tendo sido militante da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Em dezembro de 1969 concedeu uma entrevista para a Revista *Veja* na qual se define como “um técnico convocado pelo regime para atualizar e sistematizar as leis brasileiras” e que “a legislação implantada após 1964 era, por vezes, confusa e contraditória, mas que entre as prioridades de sua gestão estava a consolidação dessa nova legislação”²⁵⁷. De fato, Buzaid trabalhou na construção de novos textos jurídicos condizentes com a realidade do regime ditatorial, a exemplo do Projeto de Código de Processo Civil, de sua autoria, que foi votado no Congresso Nacional e se tornou a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973²⁵⁸.

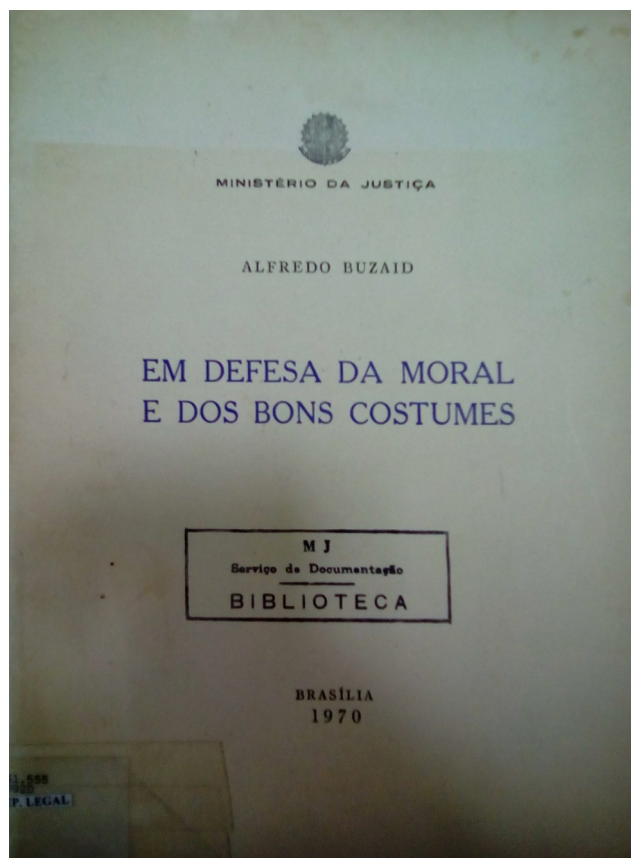
Buzaid foi um dos defensores do governo militar, sendo nomeado Ministro da Justiça em 1969, cargo no qual ficou até 1974, sendo sucedido por Armando Falcão. Foi durante a sua gestão que o Decreto-lei 1.077/70 foi baixado, instituindo novas normas no tocante à censura prévia às publicações atentatórias à moral e aos bons costumes. Neste mesmo ano o Ministério da Justiça editou um livro de autoria de Buzaid intitulado *Em Defesa da Moral e dos bons costumes*. Tal texto é bastante erudito, com citações em latim, italiano, francês, espanhol.

Figura 28: Capa do livro *Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes*, 1970.

²⁵⁶<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=18>

²⁵⁷<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/buzaid-alfredo>

²⁵⁸<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=18>



Fonte: Biblioteca do Ministério da Justiça.

Neste livro, escrito de forma bastante jurídica, Buzaid discorre sobre a necessidade da censura, suas bases e meios de fazer. Nele podemos perceber melhor o pensamento do jurista que viria a formular o Decreto-lei 1.077/70, que tanto trouxe problemas para Cassandra Rios.

Buzaid defende o fato de que no direito a partir de Constantino “a moral sexual cristã se eleva à categoria de norma jurídica”²⁵⁹. Ao mesmo tempo, o jurista critica a corrente do positivismo jurídico, e o próprio filósofo Positivista August Comte, por ter separado “o direito da moral, tendo chegado ao ponto de negar o próprio direito”²⁶⁰.

Para Buzaid, a pornografia era um “instrumento político de desagregação social”²⁶¹. O jurista chega a usar o papa como referência para embasar alguns de seus pensamentos jurídicos e cita extensamente críticas do papa Pio XII acerca da difusão de uma literatura que mostra detalhes da vida conjugal e conclui que “aí está

²⁵⁹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 24.

²⁶⁰ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 24.

²⁶¹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 25.

a lição mais pura da moral cristã. A palavra do Sumo Pontífice reprovou várias manifestações contrárias à moral restabelecendo assim o estreito vínculo entre ética e o direito”²⁶².

Tal posicionamento do autor se mostra deveras contraditório, pois um jurista, professor universitário, preferir citar o Sumo Pontífice do que os teóricos do positivismo jurídico, nos mostra quais são as bases do pensamento daqueles que buscavam manter determinada ordem moral, utilizando-se, na verdade, de uma ordem jurídica que era baseada na moral cristão. Ou seja, na sua visão jurídica a religião se sobrepunha ao Direito, seguindo, assim, a linha do Jusnaturalismo Teológico, na qual a religião é maior que dispositivos legais.

Buzaid defende que o decreto-lei 1.077/70 e a Portaria n.º B-11 criaram um serviço que o Estado “se viu na contingência de executar”²⁶³ dada a necessidade de manter a integridade familiar e a moralidade, assim como combater o comunismo internacional que insinuaria o amor livre.

Na visão dele, as publicações dividem-se em, tão somente, dois grupos:

“a) as que são eróticas e pornográficas

b) e todas as que abrangem as mais variadas áreas da inteligência, desde as obras filosóficas até as de natureza didática”²⁶⁴

O jurista defende como primeira causa para a proibição das obras do grupo A é que tais publicações “representam um mal que deve ser combatido com rigor, eficácia e perseverança”. Para defender tal posição Buzaid utiliza o exemplo de códigos penais de outros países, como Itália, Suíça, Somália, Alemanha, Noruega, etc. O autor faz um panorama da aplicação das leis de alguns destes países, como forma de justificar a aplicação no Brasil de lei semelhante.

Como segunda causa da proibição, Buzaid afirma faz uma inserção da atitude do governo brasileiro no contexto da Guerra Fria. Segundo ele, “os agentes do comunismo internacional se servem da dissolução da família para impor o seu regime político; para tanto buscam lançar no erotismo a juventude, que facilmente se desfibrila e perde a dignidade”. Indo além, Buzaid atribui a Lênin²⁶⁵ a seguinte

²⁶² Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 27.

²⁶³ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 27.

²⁶⁴ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 27.

²⁶⁵ Vladimir Ilyich Ulianov foi um político e teórico do comunismo russo. Atuou como Presidente do Conselho do Comissariado do Povo da Rússia Soviética de 1917 a 1924 e da União Soviética de

afirmação: desmoralizem a juventude de um país e a Revolução está ganha. Ocorre que em nenhum local consegui achar tal conselho atribuído ao político russo²⁶⁶.

Buzaid se preocupa também com os efeitos do movimento estudantil de maio de 1968 na França. Uma das preocupações expostas é sobre a distinção entre sexualidade e reprodução. Para ele haveria um plano de ação revolucionário marxista-leninista no qual “a luta em favor da liberdade sexual e o combate às leis que reprimem as publicações pornográficas obedece”²⁶⁷.

Sendo reconhecido esse citado plano internacional, o texto constitucional brasileiro foi escrito visando combater os “meios empregados pelos agentes do comunismo internacional”²⁶⁸. Segundo ele vivíamos numa época na qual “o Estado democrático tem de defender-se contra os agentes do comunismo internacional... E assim decididamente as proibiu em nome da segurança nacional”²⁶⁹.

Buzaid, no entanto, entende que há uma dificuldade, em termos administrativos e jurídicos, de conceituar o que seria “no plano da cultura” matérias contrárias à moral e aos bons costumes, pois “nem a Constituição, nem o decreto-lei, nem a portaria a definem”²⁷⁰. Sendo assim, ele afirma que caberia, pois, na ausência de texto de lei, a doutrina formular tal definição. Analisando conceituações em italianos, o autor chega à conclusão de que “o obsceno é contrário à moral e aos bons costumes”²⁷¹.

Buzaid, porém, lembra que a questão da sexualidade humana é tema culturalmente importante, tanto na ciência, como na religião, pois “o homossexualismo, o adultério, a violência carnal, o onanismo (este nome vem do Velho Testamento) estão na Bíblia”²⁷². Neste sentido, ele reafirma que não seria esta a intenção da lei, pois

1922 até 1924.

²⁶⁶ Buzaid afirma tal frase baseado num artigo de jornal do escritor conservador e católico Gustavo Corção publicado no jornal O Globo, 19/02/1970, p. 2.

²⁶⁷ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 7.

²⁶⁸ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 7.

²⁶⁹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 8.

²⁷⁰ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 12.

²⁷¹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 14.

²⁷² Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 14.

Que a obra cultural objetive o tema humano e social do sexo – tal coisa é normal na história da literatura. Jamais a Justiça Penal perseguiu os escritores acima mencionados ou outros, como Flaubert, Marcel Proust, André Gide, James Joyce, Laurence, Huxley, Júlio Ribeiro, Guimarães Rosa ou Oswald de Andrade, por haverem tratado da matéria em seus romances ou obras literárias ²⁷³

De fato, os autores citados por Buzaid acabaram não sendo censurados com base no decreto-lei 1.077. O livro de Júlio Ribeiro, apesar de analisado e liberado em 1975, foi alvo de polêmicas literárias, inclusive em suplementos literários comparando sua obra com a obras da autora. Ocorre que, por exemplo, em 1962 o livro de Ribeiro já havia sido apreendido junto com obras de Rios²⁷⁴. O que contraria a visão de Buzaid sobre nunca ter sofrido perseguição, pois a mesma já remota de antes da ditadura militar. Naquele ano de 1962 já se encontravam 74 livros e 140 publicações na "lista negra do Juizado de Menores"²⁷⁵.

Buzaid afirma que haveria um esquema de publicidade com vistas a corromper a juventude, assim, a atitude do estado ao legislar sobre o assunto é uma forma de defender a família e a juventude, pois “no Brasil, o Estado intervém no domínio da moral pública em nome dos princípios cristãos, reprovando o ultraje ao decoro, a dissolução da família e o desfibrilamento da juventude”.

Ocorre que esta visão não era de fato a do Estado como um todo, mas de diversos setores, como o católico. Por exemplo, a questão do divórcio foi legislada durante a Ditadura Militar, através de emenda constitucional, em 1977. Tal mudança ocorreu no período do governo de [Ernesto Geisel, que sendo de religião anglicana, não se posicionou contrário a tal intento, como afirma o Ministro da Justiça à época, Armando Falcão \(FALCÃO, 1988\). Além disso, meses antes houvera uma mudança do regimento da Câmara no tocante a aprovação de Proposta de Emenda Constitucional \(PEC\): antes era necessário dois terços dos votos, com a mudança ficou sendo necessário somente maioria simples. Tal mudança ocorreu tendo em vista a votação do Pacote de Abril de Geisel, tendo sido uma forma de conter os votos da oposição ao governo.](#)

Na visão do Ministro a existência de tais obras pornográficas seria, na verdade, fruto de um “esquema de publicidade” e seguindo a mesma linha de

²⁷³ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 15.

²⁷⁴ São Paulo Apreende os Livros Imorais. Última Hora (RJ). Ano 1962, Edição 0082, 04 de abril de 1962, página 4. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²⁷⁵ São Paulo Apreende os Livros Imorais. Última Hora (RJ). Ano 1962, Edição 0082, 04 de abril de 1962, página 4. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

pensamento, o Técnico de Censura José do Carmo Andrada, em parecer sobre o livro *A Volúpia do Pecado*, fala que Rios encontrou um “filão rentável”²⁷⁶. Assim, a visão deste setor da sociedade acerca de obras que versassem sobre o sexo oscilava entre o “plano comunista” de desagregação da sociedade e a obtenção de lucros fáceis explorando o apelo sexual.

Para Buzaid não haveria motivo para que os escritores nacionais tivessem receio do decreto, pois o mesmo “não atinge a inteligência no seu espírito criador”. Segundo o jurista, somente seriam condenadas as obras por ele chamadas de pornográficas, pois as mesmas não seriam sequer obras literárias, mas sim “degradações do espírito, condenadas pela legislação penal”²⁷⁷. Por outro lado, Rios defende que todo autor já escreveu ou tentou escrever alguma obra que verse sobre sexo²⁷⁸.

Sua visão acerca do debate sobre a questão da sexualidade é tão fechada, que o mesmo é contrário aos médicos que versam publicamente sobre sexualidade humana, afirmando que tal ato seriam contra o Código de Ética da categoria. A grande questão para Buzaid é que a sexualidade de maneira nenhuma seja tema público, seja por obras de cunho apelativo, seja em obras de cunho científico e por isso era necessário o decreto-lei, para proibir “que se escancarem as exposições que devem ficar no mais recôndito da vida interior”²⁷⁹. Buzaid não quer trazer para o debate público a questão da sexualidade, pois haveria aí uma “liberdade que ofende o decoro e o pudor”²⁸⁰.

Apesar de defenderem o decreto, os Ministros Alfredo Buzaid e Armando Falcão, tinham alguns pontos de vista diferentes acerca da sua utilização, conforme veremos a seguir ao analisar a obra do segundo sobre o tema.

4.1.2.2 “*Tudo a Declarar*”

Armando Falcão nasceu em Fortaleza em 1919. Em 1937 concluiu o curso de Humanidades no Instituto São Luís, em Fortaleza, partindo no ano seguinte

²⁷⁶ Parecer 79/76, Técnico de Censura José do Carmo Andrada. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

²⁷⁷ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 28.

²⁷⁸ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

²⁷⁹ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 28.

²⁸⁰ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 28.

para o Rio de Janeiro, onde se tornou, primeiramente, Auxiliar Mensalista do Instituto Nacional de Previdência (INP)²⁸¹, graças a ajuda de seu primo, Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (FALCÃO, 1989).

Posteriormente tornou-se advogado, Deputado Federal pelo estado do Ceará e Ministro de Estado (da Justiça por duas vezes; das Relações Exteriores e da Saúde, por um curto espaço de tempo)²⁸². Nas duas vezes em que foi Ministro da Justiça houve censura a livros de Cassandra Rios.

Em 1954 foi um dos articuladores da candidatura do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para a presidência da República. Já em 1959, assume o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do já presidente JK, interrompendo o seu mandato de Deputado Federal até 1960²⁸³.

Depois disso Falcão foi Ministro da Saúde por um curto período de tempo em 1961, no governo de Jânio Quadros e, quando da renúncia deste, foi contrário à posse do seu vice, João Goulart. Em 1966, quando foi instalado o sistema bipartidário, optou por integrar as fileiras da Aliança Renovadora Nacional (Arena)²⁸⁴, partido que deu sustentação política regime autoritário.

Entre 1975 e 1979, quando Armando Falcão foi novamente Ministro da Justiça, houve um maior percentual de obras censuradas. Marcelino (2011) faz interessante ressalva sobre este período, pois nele é perceptível uma contradição importante. No campo político, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ficou lembrado como o período de “distensão lenta, gradual e segura” para o regime democrático (FAUSTO, 2001), porém, no campo da produção literária, foi o momento em que mais houve obras censuradas com base no decreto 1.077/70.

Foi na gestão de Falcão que teve início a maior censura pela qual passou a autora, culminando com a proibição de todos os seus livros em 1977 (COELHO, 2002). Neste ano, ela lançou uma obra autobiográfica intitulada *CENSURA: minha luta, meu amor*, no qual faz uma defesa de si, enquanto mulher e escritora, duas faces que enfatiza como distintas, pois Odete é a mulher e Cassandra é a escritora. Odete, então, em um ato de defesa à Cassandra, envia uma cópia da obra para o Presidente Ernesto Geisel.

²⁸¹ Posteriormente denominado Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

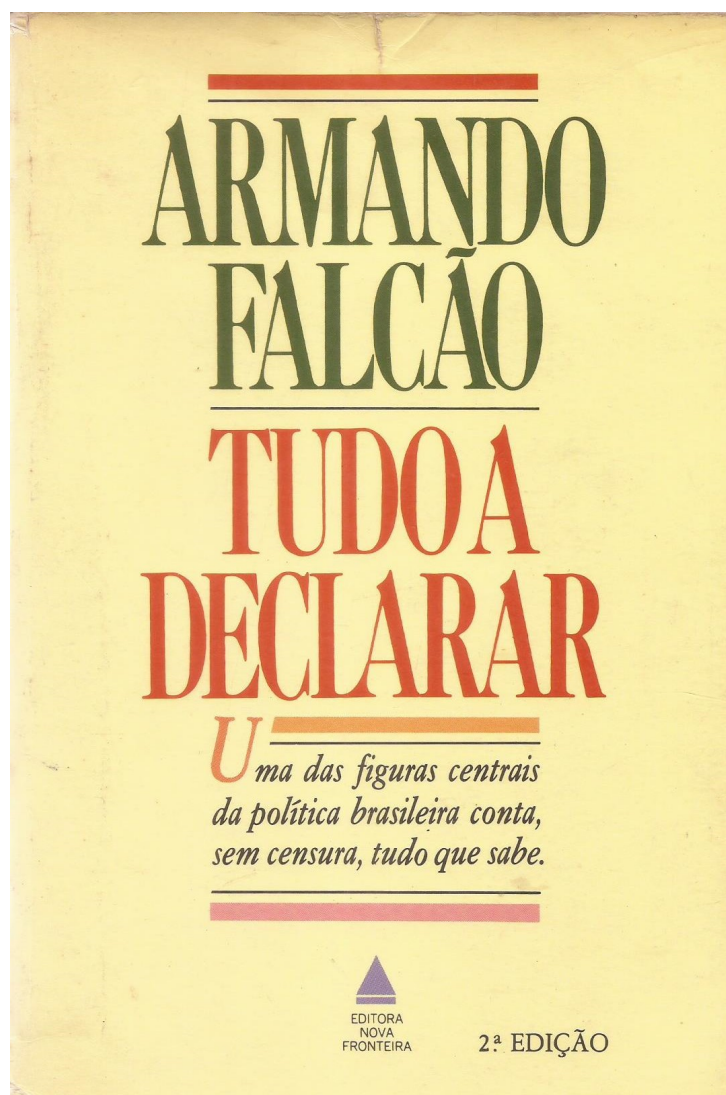
²⁸² <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao>

²⁸³ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao>

²⁸⁴ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Armando_Falcao

Em 1989, o ex-Ministro da Justiça Armando Falcão lança a obra *Tudo a Declarar*, no qual faz uma brincadeira sobre a frase que o tornou famoso enquanto ministro: Nada a Declarar. Nesta obra Falcão fala sobre a sua concepção sobre a questão da censura, sobre os pontos que vê como erros e acertos, auxiliando a entender a gama de questões que se entrelaçavam no tocante as disputas morais no campo da cultura de massa.

Figura 29: Capa do livro *Tudo a Declarar*, de Armando Falcão, Editora Nova Fronteira, 2ª Edição, 1989.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Além do uso de “tudo a declarar”, na capa do livro é feito outro trocadilho com o trabalho de Falcão enquanto ministro responsável pela censura: ele usa o termo “sem censura” para dizer sobre o que versará a obra. No texto do livro, Falcão

mostra como um estadista, alguém a serviço do bem público, sem medo de agir pela coletividade, mesmo que as pessoas não entendam.

Notório é em toda a obra que Falcão mostra que queria deixar a sua marca, seu legado para a sociedade brasileira. Ele afirma que

A figura de João Pessoa é um traço forte na formação do meu caráter. Quando Washington Luís pediu que ele apoiasse Júlio Pestes, João Pessoa respondeu com uma só palavra, que tem força de um discurso: *Nego!* A força dessa resposta foi uma coisa que me impressionou muito. Essa palavra curta, forte, intensa como um soco, começou a me dar forma como ser político. Gosto muito das palavras rápidas e incisivas, que têm definição e enigma, Pronto, quem sabe não está aí a origem do meu 'Nada a declarar'? Às vezes, é preciso ter coragem de não ter medo de ser julgado. Alguém tem que fazer o papel de antipático. Pode ser pior para mim, mas é o melhor que naquele momento posso fazer pelos outros. Não ter medo de tomar atitudes fortes, favoráveis ao bem coletivo. (FALCÃO, 1989, p. 18)

De fato, o que vemos na trajetória política de Falcão é uma clara defesa dos ideais políticos que defendia em cada momento. Integrante relativamente independente do Partido Social Democrático (PSB), foi de defensor de JK à opositor de Jango, de defensor (e depois opositor) de Carlos Lacerda à defensor do regime militar²⁸⁵, mesmo mudando seu espectro político, Falcão sempre se mostrou claro na defesa daquilo que acreditava.

Ainda no governo de JK um dos trabalhos de Falcão era “regular rádio e televisão”, de acordo com a legislação vigente à época. Sobre o seu trabalho de Ministro, ele afirma que

Duas vezes fui titular da pasta da Justiça: sob a vigência da Constituição de 1946 e sob a vigência da Constituição de 1969, nos períodos de 1959-1961 e 1974-1979, respectivamente. E fui, como se sabe, um ministro que censurou, que coibiu. Sendo meus chefes Kubitschek e Geisel, cumpri à vontade a lei, sempre apoiado por eles. (FALCÃO, 1989, p. 354)

De fato, os textos Constitucionais de 1946 e de 1967 (modificado pela Emenda de 1969), expunham em seu corpo mudanças dos momentos da sociedade brasileira. Enquanto o primeiro promoveu a liberdade de expressão, em mudança ao texto constitucional outorgado de 1937, a Constituição de 1967 trazia retrocessos no tocante às liberdades individuais, inclusive a de pensamento. E nos dois momentos diferentes, Falcão trabalhou seguindo os textos constitucionais, seguindo a lei.

²⁸⁵ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao>

Defendendo-se da figura que se criou em torno de si, de um político fechado, que nada declarava a imprensa no período da Ditadura Militar, ele afirma que fez mais de cem discursos no quinquênio como Ministro de Geisel e se defende dizendo que

Por óbvios motivos, eu não podia ser, no regime do Ato Institucional nº 5 e da Constituição de 1969 – diplomas balizadores de uma conjuntura revolucionária explícita – o mesmo ministro totalmente aberto do figurino da Constituição de 1946. (...) Na democracia plena, a conduta ministerial tinha que ser uma. Na democracia autoritária, tinha que ser outra. (FALCÃO, 1989, p. 334-335)

Nesta sua autodefesa Falcão utiliza termos bem interessantes que demonstram o seu pensamento sobre a democracia no Brasil: “democracia plena” e “democracia autoritária”. O primeiro termo é comumente utilizado por pesquisadores quando da análise dos níveis de participação e liberdade das pessoas nas democracias. Porém o termo “democracia autoritária” trata-se de uma visão distorcida de Falcão sobre a própria democracia, sendo muito mais uma defesa do mesmo em relação ao regime ditatorial que vivíamos.

No tocante ao trabalho do Ministro, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, lembra que

É importante enfatizar que a visão moralista das censuras tinha um apoio de parte significativa da sociedade civil – e não vinha somente das senhoras religiosas que se mobilizaram em marchas a favor do golpe em 1964. Os ‘defensores da civilização cristã’ apelavam para a Divisão de Censura de Diversões Públicas para proibir material por eles considerado imoral, como mostra o historiador Carlos Fico no seu trabalho sobre o tema. Nesse sentido, houve uma dinâmica na qual o ministro da Justiça Armando Falcão exigia “ação mais enérgica” contra tudo e todos ‘que [a seus olhos] ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira [...] contra os que desejam promover a subversão social, por meio de impactos negativos lançados na mente da juventude’²⁸⁶

De fato, Fico (2002) nos mostra a adesão e defesa de grupos sociais ao discurso da defesa moral da sociedade brasileira através de cartas enviadas aqueles que trabalhavam em órgãos de censura.

Por outro lado, já se instalava dentro do próprio meio governista questionamentos acerca da censura, principalmente devido a judicialização de alguns casos. Contudo, havia também uma defesa interna da mesma. Por exemplo, o advogado Ronaldo Rebello de Britto Poletti, em parecer de 1975, acerca da

²⁸⁶ Relatório Comissão Nacional Da Verdade (CNV), vol 2, p. 302, p. 305.

censura aos livros considerados pornográficos, faz a seguinte defesa em relação ao trabalho do Ministro da Justiça

As conotações política do problema são óbvias na guerra psicológica e revolucionária adversa, os inimigos se utilizaram de todas as armas, como a da literatura imoral. Mas utiliza também a propaganda indireta para colocar sob fogo incessante o Ministro da Justiça, que passou a encarnar, segundo ela, uma espécie de Torquemada ou de queimador de livros²⁸⁷.

Importante é notar que a conclusão que os dois lados chegaram é, contudo, a mesma: Armando Falcão, enquanto Ministro da Justiça, buscou seguir as normas que regiam o seu trabalho, sendo um cumpridor da lei, para a defesa tanto da “democracia plena”, quando da “democracia autoritária”, utilizando aqui termos do próprio Ministro. Em suas próprias palavras: “comigo, a tesoura funcionou sem tremer” (FALCÃO, 1989, p. 355).

Em diversas matérias analisadas, é recorrente a ocorrência de dois nomes quando do tema censura: Cassandra Rios e Armando Falcão, os dois como lados opostos do espectro da censura: censurada e censor. A matéria abaixo exposta, por exemplo, centra a censura na figura do Ministro, pessoalizando o ato de censurar. O que de alguma forma não estava errado, pois quem dava a palavra final para a censura dos livros era o Ministro, baseado nos pareceres dos censores. O que a matéria nos mostra, contudo, é que Falcão buscava agir de forma mais enérgica quanto a censura moral do que em outros momentos, o que de fato gerou um incremento no número de obras censuradas e apreendidas naquele ano de 1978, conforme já vimos em tópico anterior.

Figura 30: Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00183, de 8 de julho de 1978

²⁸⁷ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .3

Falcão reinicia com todo vigor proibição de livros que considera perniciosos

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Armando Falcão, depois de quase três meses sem proibir livros, reiniciou ontem, com todo vigor, a proibição em massa de publicações. Através de uma coleção de despachos, na área da censura, ele proibiu e mandou apreender as edições de oito obras que considerou atentatórias à moral e aos bons costumes.

Para essa proibição coletiva o ministro usou o decreto-lei 1.077 (art. 3o.), que lhe faculta esse tipo de repressão quando os editores ou autores ignorarem a censura prévia a que estão sujeitos pela portaria 11-b, do tempo do ministro Alfredo Buzaid. Os livros proibidos e apreendidos serão queimados, 120 dias depois da apreensão.

Dos livros proibidos, cujos despachos ocuparam mais de

de Amor de um Condenado”, de Michel Lamont.

Segundo a Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal, essas publicações estão incluídas na faixa daquelas de sentido pornográfico e imoral, que tiveram como autores recordistas das proibições, até 1976, Adelaide Carraro e Cassandra Rios.

Os despachos do ministro contra esse tipo de literatura têm redação uniforme e proibição baseada no art. 3o. do decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que determina a censura prévia também aos livros e periódicos que contiverem matéria contrária à moral e aos bons costumes. O art. 3o. desse decreto-lei diz: “Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o ministro da Justiça

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Mesmo tendo sido citado reiteradamente pelo fato de ter aumentado em seu período enquanto Ministro da Justiça o número de livros censurados, Falcão em 1989 afirma que o cuidado maior que se deveria ter, na verdade, é nas atividades da televisão e do rádio, pois os mesmos adentram nos lares, no período de descanso familiar. Ele defende que

no que respeita à moral e aos bons costumes, impõe-se à autoridade pública o dever de preservar a pureza dos princípios em que assenta a formação da família. (...) Fui inflexível na exigência do respeito aos textos legais vigente no meu tempo de ministro e lamento, como pai de família e como brasileiro, que, hoje, a licença seja a regra na torrente de imoralidades que, de modo geral, rebaixa e desmerece a televisão brasileira. (FALCÃO, 1989, p. 375)

É importante ressaltar que o pensamento de Falcão vai na mesma linha do que já ocorria internamente no DCDP, pois, 1982, quando das sugestões para reestruturação do DCDP para o período pós-ditatorial (foram recebidas sugestões de diversos técnicos do Brasil todo), os documentos não versam sobre censura a livros²⁸⁸. Sobre este assunto, Falcão conclui que “no tocante à imprensa escrita – jornais, revistas, etc. – e no que respeita ao livro, ao teatro, ao cinema, vá lá, a liberdade ampla é tolerável, somente sujeita aos códigos ordinários” (FALCÃO, 1989, p. 354).

Pensamento este que se reflete em 1985 já no XII Curso de Formação para Censores Federais da Polícia Federal, no qual não consta matéria relativa à análise censória de obras literárias²⁸⁹. O curso versa especificamente sobre as seguintes expressões artísticas: televisão, rádio, letras musicais e teatro²⁹⁰.

É importante ressaltar que Rios, em 1990, chegou a comentar o que sentiu quando descobriu que Falcão, alguém que censurara diversos autores, tinha publicado um livro. Segundo ela,

- Eu posso falar uma coisa que eu assisti no seu programa e que eu liguei, mas não deu para eu falar com você. Veio uma pessoa aqui no seu programa e botou um livro em cima da sua mesa. Eu tive a impressão que espirrou sangue aqui na sua mesa, me doeu. Foi quando eu senti realmente o que fizeram comigo.
 - Quem foi?
 - Armando Falcão
 - Armando Falcão, porque o Armando Falcão foi quem mais te proibiu nesse país, não foi Cassandra?
 - Foi. Então, ele estava aqui querendo se justificar, aquilo foi me remoendo, sabe. De repente, eu falei ‘deixa, ele é um artista, também, escreveu um livro’. Vamos respeitá-lo, não vou censurá-lo, por que senão eu iria na dele e eu não censuro ninguém.²⁹¹

Essa conclusão de Rios, sobre respeitá-lo por ser agora também um escritor, remete, de forma até irônica a uma conclusão que a autora fizera anos antes, em 1977, em seu livro *CENSURA*: “Cassandra faz inimigos, mas não é inimiga de ninguém.” (RIOS, 1977, p. 28).

²⁸⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .6

²⁸⁹ São matérias obrigatórias do curso: Análise Estrutural da Narrativa, Fiscalização Censória, Lógica, Redação Oficial, Polícia Política e Social, Regime Jurídico Organização e Competência do DPF, Segurança Nacional, Armamento e tiro, Adestramento Físico, Técnica de Censura de Letras Musicais, Técnica de Censura de TV e Rádio, Cultura Brasileira, Técnica de Censura de Teatro, Legislação Censória, Comunicação Social.

²⁹⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Cursos, BR DF AN BSB NS ORI CUR 1.

²⁹¹ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

Como veremos no tópico seguinte, foi graças a dura gestão de Falcão no Ministério de Justiça que Rios escreveu e lançou em 1977 o livro *CENSURA – Minha luta, meu amor*.

4.2 “CENSURA” ou quando Cassandra Rios grita a sua verdade

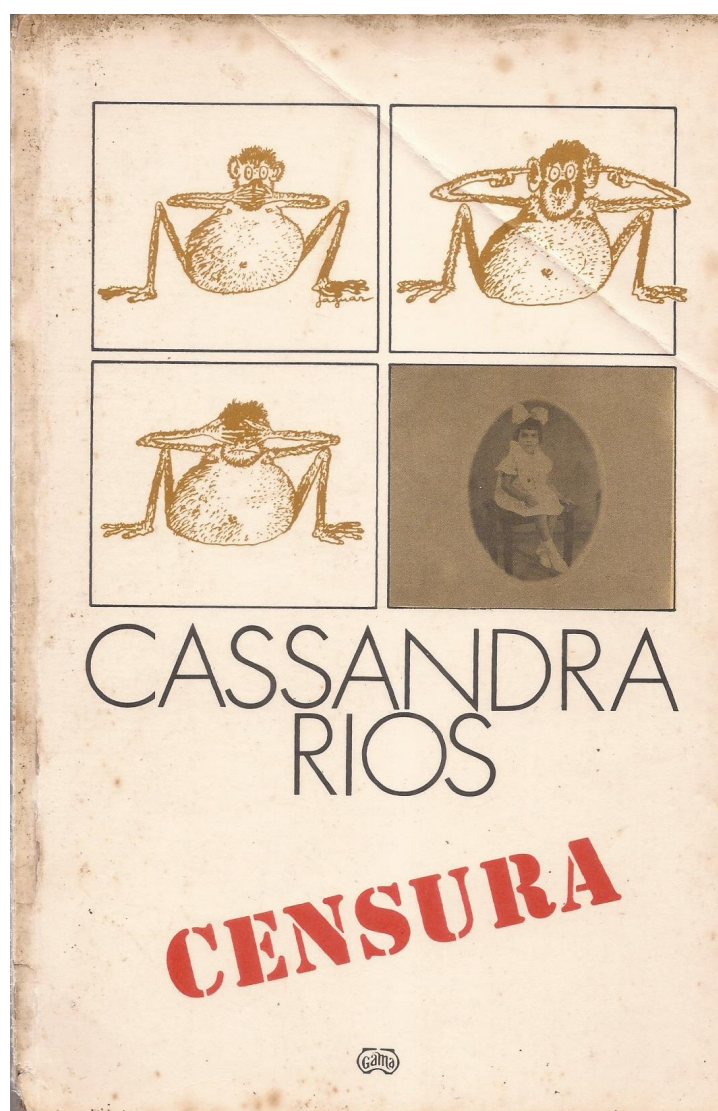
Neste tópico analiso alguns trechos da obra memorialística intitulada *CENSURA: minha luta, meu amor*, de Cassandra Rios, publicada em 1977 pela Editora Gama, uma divisão da Global Editora. Tal obra foi publicado com o intuito de fazer uma defesa diante das sucessivas censuras das obras da autora e que “o motivo deste livro é a situação *si ne qua non* a que chegou a autora que quer saber se ainda lhe é permitido publicar no Brasil obras da sua lavra.” (RIOS, 1977, p. 10).

Este livro é uma mudança na postura da autora, que sempre foi mais retraída e apenas se defendia em entrevistas ou prefácios de livros seus, na verdade ela afirma que

Cassandra apenas se diversifica, luta, não agride, defende-se e isso às vezes, mais faz silêncio e analisa tudo, tentando fazer valer seus Direitos Humanos; aceita tudo como experiência, os revezes da vida são sempre lições, os amigos que se tornam inimigos mera provações, os inimigos que se rendem diante da verdade maior, suas vitórias. (RIOS, 1977, p. 27-28)

Maud e Lopes (2012) afirmam que o uso de imagens na história deve levar em conta duas dimensões: a fotografia como imagem/documento, marca de uma materialidade passada, e enquanto imagem/monumento, símbolo do que no passado a sociedade percebeu como imagem a ser perenizada. Tendo isso em mente, é importante atentar da capa do livro *CENSURA*, pois esta, a meu ver, passa a visão que se tinha sobre o conteúdo que a obra aborda.

Figura 31: Capa do Livro CENSURA, Cassandra Rios, Editora Gama, 1977.



Fonte: Acervo da autora.

A capa tem um desenho feito por Jaguar²⁹² e uma foto da autora aos quatro anos de idade. O que temos aqui é um desenho imitando os Três Macacos Sábios japoneses, que não ouvem o mal, não falam do mal e não veem o mal, seriam eles uma alusão à própria autora? Por outro lado, completando o quadro, temos uma foto pueril de Odette. Queria a criança Odette fugir dos males que lhe viriam do sonho realizado de ser escritora?

Não é qualquer sujeito que pode produzir a sua memória, é preciso recursos, principalmente para editar um livro contra acensura em meio a um governo que a utilizava como elemento de manutenção do seu poder. Eclea Bosi em seus

²⁹² Pseudônimo do cartunista carioca Sérgio Jaguaribe, conhecido, entre outras coisas, por ter sido um dos fundadores do Jornal O Pasquim.

estudos reflete sobre qual seria a melhor forma de entender a construção social da memória individual e sua relação com a memória coletiva. Segundo ela, o "único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória" (BOSI, 2012, p.68). Seguindo esta linha de pensamento, o caso ora analisado tem uma forma de acessar a memória do indivíduo que poucos pesquisadores têm.

Porém é importante saber que tal livro, mais que memorialístico é um livro de defesa de si, no qual a autora adota um ponto de vista e conta a história a partir da sua própria memória, que não pode ser tomada como verdade. Assmann (2011) mostra como é importante atentar para o caráter valorativo da recordação, pois a memória é submetida ao presente, aos valores do presente. Por exemplo, versando sobre o mesmo assunto – a censura – Rios e Falcão falam a partir dos seus pontos de vistas, mas também a partir da visão que têm no momento da escrita de seus textos memorialísticos.

Rios reforça a visão que tinha de si enquanto mulher perseguida e prejudicada pela ditadura, Falcão, por outro lado, abranda o papel que teve na censura, dizendo ser esta um mal necessário e afirmando que não mais censuraria algumas obras.

A autora afirma que pensara em escrever o livro após ver na televisão notícia de que escritores, jornalistas e artistas estavam se dirigindo contra a censura através de um manifesto, o que qual não participara. Rios conta que vacilou, pensou em escrever cartas, porém acabou optando por fazer aquilo que mais sabia: "escrever diretamente ao presidente, porém Odette também sentia-se um tanto ingênua e medrosa, mas que outras alternativas lhe restariam? Não estava num país que primava pela Democracia" (RIOS, 1977, p. 52).

Neste livro Cassandra Rios usa como recurso narrativo se dirigir diretamente aqueles que a censuravam, não somente no âmbito institucional, mas também aquelas pessoas comuns que a desqualificavam sem nunca terem lido suas obras. Logo na primeira página do livro ela mostra a que veio:

O objetivo desse livro é a Honestidade.
O título ressalta o seu objetivo, chamar sobre si a atenção da Censura
Que censura?
Desde a do leitor comum até a dos elementos que proibiram mais da
metade das minhas obras. (RIOS, 1977, p. 9)

Tal obra hoje pode ser vista com um material fértil para a análise das questões de censura moral durante a ditadura brasileira. É um registro ímpar de alguém que foi cerceado de seus direitos e que busca com a escrita de uma nova obra defender a sua profissão: ser escritora. Mais do que a defesa de uma profissão, tal obra é uma defesa de uma vida voltada para os livros, pois a relação da autora com os livros deu-se desde a infância e perdurou mesmo quando ela ficou sem escrever e trabalhou como tradutora. Em *CENSURA* ela afirma que

Odette gastou a vida escrevendo, escrevendo, escrevendo sem parar. E ler era tão importante quanto beber quando estava com sede, comer quando estava com fome, uma necessidade vital. (RIOS, 1977, p. 94)

Em *CENSURA* Rios faz uma defesa de si, enquanto mulher e escritora, duas faces que enfatiza como distintas. Interessante ressaltar que neste livro a autora faz um relato no qual Cassandra Rios, a escritora consagrada, descreve a trajetória de Odette Rios, a mulher injustiçada, por uma sociedade que não sabe distinguir entre quem é o escritor e quem é a pessoa comum. Assim, Cassandra Rios em muitos momentos fala sobre o que Odette sente, como ela sofre com os preconceitos que tem que lidar.

A autora fala que rompeu tabus, mas que escreveu o melhor de si, o que lhe fez sofrer diversas críticas, principalmente de pessoas que nunca leram um livro seu. Sobre esses tipos de crítica ele afirma que

É preciso entender e analisar porque anda a invejar-me e a depredar-me. Eu lhe concedo o direito de condenar a obra, mas não lhe dou o direito de destruir o autor que tem muito ainda a fazer, contra isso rebelo-me e entro em luta, crio a minha guerrilha. (RIOS, 1977, p. 24)

A guerrilha de Cassandra não foi somente contra os militares e o público leitor, mas também contra escritores, pois havia muitos que não a defendiam em relação à censura. Mesmo aqueles que estavam no movimento contrário à censura, se calavam quando a questão eram os livros de Cassandra Rios, considerados por eles de baixa qualidade. Em entrevista ao Programa *Jó Soares Onze e Meia*, em 1990, Rios relembra este fato, afirmando que

Enquanto havia aquele movimento, aquele manifesto de todos os escritores, eu fui posta de lado, né. Eu, a escritora mais proibida do Brasil, inclusive no Caderno 2 saiu que era um absurdo aqueles que estavam censurando a censura, censurar Cassandra Rios. Então, me puseram de lado. Então, eu

escrevi aquele livro, “CENSURA”, e mandei entregar para o Ernesto Geisel.
²⁹³

O Manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura, elaborado por uma comissão que tinha entre outros nomes Nélida Pinõn, Lygia Fagundes Telles, Jefferson Ribeiro de Andrade, e que foi entregue ao ministro da Justiça em janeiro de 1977 não constava o nome de Rios enquanto censurada, mesmo sendo ela a escritora com mais obras proibidas no Brasil naquele momento. Segundo Mariza Fernandes,

Originalmente, entre os signatários do Manifesto, era citado o nome de Cassandra Rios, mas o texto que foi entregue ao Ministro chegou sem o nome dela. O corte foi feito por um dos intelectuais responsável pelo encaminhamento do mesmo, alegando que Cassandra não era um a escritora séria e por isso a censurou. (FERNANDES, 2014, p. 128)

Em tal Manifesto os artistas denunciavam o grau que a censura estava chegando naquele ano de 1977, sob a supervisão de Falcão. Eles citavam, por exemplo a censura sofrida pela disco O Banquete dos Mendigos, show gravado em alusão ao aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1974, e a proibição do famoso Balé Bolshoi, pelo fato de ser russo. A resposta ao Ministro para o manifesto foi apenas afirmar que seguia a Constituição e as leis²⁹⁴.

Em ofício ao Ministro da Justiça em 1977, respondendo as reclamações feitas por artistas no tocante a censura, Moacyr Coelho defende a mesma ao afirmar que

não cabe, por conseguinte, catalogar as atividades exercidas nesse setor como ‘inexplicáveis arbítrios’, se tais atos são praticados por expressa determinação legal. O que é preciso, antes de mais nada, é não confundir liberdade com licença. Todo indivíduo é livre agindo dentro da lei. Logo, o exercício do direito de manifestar seu pensamento deve ser submetido, em toda sociedade organizada, às condições e limites em lei²⁹⁵.

Tanto Armando Falcão, quanto Moacyr Coelho, afirmam em sua defesa que seguem o que a lei dita e estabelece como limites para a liberdade do indivíduo. O que nenhum dos dois lembra neste caso é o fato de que a lei, principalmente a Constituição, havia sido modificada para se readequar aos interesses do momento.

²⁹³ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

²⁹⁴ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao>

²⁹⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.95

Sobre este fato, ainda em 1969, Alfredo Buzaid afirma que o movimento de 1964 seria uma “uma revolução de conteúdo ideológico” e que por isso necessitaria de uma modificação do ordenamento jurídico, o que de fato, vimos que foi feito com a ajuda dele. Buzaid conclui que “a Revolução está em marcha e nesse sentido não tem limites. Depois que ela consegue realizar seus objetivos, institucionaliza-se, de modo que todas as normas que criou se tornam permanentes”²⁹⁶.

De fato, o que vemos anos depois, em 1977, é um regime já estabelecido juridicamente que se defende, em alguns pontos, afirmando que está seguindo o que a lei manda estritamente. Rios, por outro lado, sempre afirmou que não era uma autora de livros pornográficos, mas que seria, na verdade, uma moralista, que não ultrapassava o limite da lei, seguindo as normas vigentes, porém para escrever sobre determinado temas ela tinha que mostrar a realidade. Segundo ela

Meus livros não são picantes e nem obscenos, considero meu trabalho limpo, objetivo e honesto, moralista e bem feito, na sua forma simples e popular, nunca pornográfico. Poderia gastar páginas para defesa dos meus trabalhos e apenas entristeço, achando estranha a PROIBIÇÃO dos meus livros. Não sou covarde, nem me excedo em coragem, simplesmente sou uma escritora. (RIOS, 1977)

O que vemos com a exclusão do nome de Rios do Manifesto é que mesmo entre os seus pares – os artistas – Rios sofreu por preconceito no tocante às temáticas recorrentes de suas obras. Não somente a direita tinha pudores com a questão da sexualidade humana, podemos ver também quem os artistas tinham seus preconceitos em relação a livros sobre sexo escrito por uma mulher.

Em reportagem no ano seguinte ao manifesto, o jornal *Lampião da Esquina* assim define a autora: “proibida pela direita, desprezada pela esquerda. Cassandra Rios me lembra uma bruxa perseguida (e bruxa aqui tem o sentido que as Feministas recuperaram: aquela que se rebelou contra padrões sócio-culturais impostos)”²⁹⁷.

Em propaganda para o livro “Um escorpião na balança” em 1978, a Editora Record publica que “a autora devassa escaninhos da mente humana até agora barrados pelos costumes, puritanismo ou leis ultrapassados”²⁹⁸. Neste mesmo

²⁹⁶ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/buzaid-alfredo>

²⁹⁷ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

²⁹⁸ Revista *O Cruzeiro* (RJ), Ano 1978, Edição 2453, 26 de dezembro de 1978, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

ano a autora reafirma a sua visão de que seria uma moralista em suas obras, pois “o moralismo está nisso. Eu nunca apregoei vícios, nunca fiz um manual de pornografia. Porque aqui no Brasil a noção do que é pornografia está errada (...) eu não posso Falar de moral sem falar em pecado”²⁹⁹.

Dirigindo-se diretamente aqueles responsáveis pela censura, ela diz:

Quero saber se posso continuar escrevendo ou se vou ter todo os meus livros cassados. É muito tarde para mudar de profissão e não tenho muito ânimo para mudar de pseudônimo e isso tornou-se meu meio de vida, que posso fazer? Sou uma profissional, acredite ou não no profissionalismo do escritor. (RIOS, 1977, p. 114)

Segundo Cassandra, Odette, em um ato de defesa à Cassandra, envia uma cópia da obra para o Presidente Ernesto Geisel. O que logrou êxito, pois “Cassandra foi anistiada vinte e um dias após ter entregado pessoalmente àquele presidente um exemplar do seu livro *Censura, meu amor, minha luta*. Sua anistia foi assinada pelo Coronel Moacyr Coelho” (FERNANDES, 2014, p. 128).

Após a publicação deste livro-manifesto, Rios novamente se rebelou contra a censura através das letras. Sendo recorrentemente chamada de pornógrafa, ela resolveu escrever um livro abertamente sexualizado: *A Santa Vaca*. Sobre esta obra, a autora diz:

Escrevi *A Santa Vaca* de raiva. De tanto me perseguirem, resolvi fazer pornografia, então fiz esse livro. Na introdução está a minha intenção, [mostrar] a força da mulher ao ouvir o homem chamá-la de prostituta... ela acaba traindo o homem, torna-se uma prostituta, uma adúltera³⁰⁰

Sobre este livro, o qual ela afirma ser tão explícito, não há nenhum registro de processo no DCDP. Da mesma forma, não há nenhum processo relativo aos livros que citaremos no tópico a seguir: os livros que a autora publicou com o uso de pseudônimos masculinos e estrangeiros.

Mesmo afirmando que a obra *CENSURA* visava a honestidade e a defesa do seu nome, Odette teve que fugir da honestidade e se refugiar em outros pseudônimos para ser publicada, o que não lhe rendeu censura ou punições, mas que teve reflexos na sua escrita e na forma como ela publicava seus livros, como irei analisar no tópico seguinte.

²⁹⁹ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

³⁰⁰ Fernando Luna. *A perseguida*. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

4.3 O uso de pseudônimos masculinos: as obras que nunca foram censuradas

Cassandra Rios afirmou no livro *CENSURA* queria trabalhar livre, o que de fato não ocorreu. Censurada e perseguida, a autora, assim como fizeram outros artistas brasileiros, usou pseudônimos. Rios tinha já sido publicada no exterior neste período, mas isso a desgostava, pois acreditava que ser editada somente no exterior e não livremente no Brasil punha o seu trabalho enquanto escritora em xeque. Segundo ela, “em setembro no ano passado {1976} saíram três edições em Portugal. Mas eu quero mesmo editar aqui, no exterior vale a pena, mas é aqui que me interessa, na minha terra.” (RIOS, 1977, p. 114).

Mais ainda lhe desgostava aqueles que a julgavam sem conhecer a obra de Cassandra e mais ainda sem conhecer o enorme apreço de Odette pela leitura:

Repito e gostaria de transmitir aqui a veemência desta minha intenção: Pretendo ser lida. Não quero ser injustiçada. Pretendo desfazer a falsa imagem criada pelos que opinam por acatar o que dizem aqueles que quando não são eróstratos, iconoclastas ou fariseus, falam sem compreender, repetem sem refletir, como papagaios. (RIOS, 1977, p. 9)

Para fugir daqueles que a pré-julgavam surgiram pseudônimos como Rivers, Stroms, Fleuve, Rivier, etc, todos traduções de seu sobrenome. Segundo a amiga da autora, Yáskara Guelpa, tal fato não seria isolado, pois Cassandra teria um jeito engraçado, gostava de “tirar sarro” das pessoas. Ela afirmou que a autora gostava

de mexer com as pessoas, de mandar mensagem... e a Cassandra fez o seguinte: ela continuou escrevendo aquele mesmo tipo de livro que eles julgavam serem indecentes, ela continuou escrevendo, mas com nome de homem. (Yáskara In.: KORICH, 2013)

A própria escritora relata tal fato afirmando o seu intuito ao pensar os nomes dos autores, pois

Eu dei uma puxadinha no tapete da censura, porque mexer com escritor é uma coisa muito séria (...) Então, quando eles me criticavam, me proibiram, me puseram na berlinda, pensei: 'está na hora de mostrar quem é Cassandra Rios como escritora'. Tinham tantos Henry Miller da vida, então, eu criei autores internacionais, cujos nomes todos traduziam Rios: Stroms em alemão é Rios, Rivier em francês é Rios, Fleuve, Oliver Rivers em

inglês... Então, sempre assim, com as iniciais do meu nome³⁰¹.

Se antes questionava-se se Cassandra Rios seria um pseudônimo de um homem que gostaria de escrever obras picantes sem ter sua identidade revelada, o que temos aqui é o caminho contrário: uma mulher que se utiliza do pseudônimo masculino para se defender da censura moral. Sobre tal distinção, Rios chega a afirmar que "se o homem escreve, ele é sábio, experiente. Se a mulher escreve, ela é ninfomaníaca, tarada"³⁰².

Escrever livros utilizando-se de pseudônimos masculinos não era uma prática nova. Segundo Woolf, "Curren Bell³⁰³, George Eliot³⁰⁴, George Sand³⁰⁵, todas vítimas de uma luta íntima, como provam seus escritos, buscaram sem sucesso esconder-se usando nomes de homem" (WOOLF, 2014, p. 75). Fatores diversos levaram estas mulheres a escolherem utilizar nomes masculinos para publicar suas obras, seja para que conseguissem a publicação das mesmas, seja para "preservar" o nome da família. No caso de Rios, o uso de pseudônimos masculinos veio como uma forma de conseguir burlar a censura e publicar seus livros no Brasil.

Segundo Rios, nestes livros com outros pseudônimos havia uma clara intenção: fazer obras pornográficas, diferentes daquelas que escrevia como Cassandra. Mesmo sendo abertamente sexualizados, os livros de autores homens e estrangeiros não eram proibidos, o que fez a autora concluir: "não eram meus livros que estavam proibindo e sim a escritora que na época mais vendia. Tanto assim que esses romancinhos intencionais, gerados por uma grande revolta, igualmente escritos por mim, eram adquiridos sem nenhum problema" (RIOS, 2000, p. 134).

Se antes, no livro *CENSURA*, Cassandra fala sobre esta questão do uso de novos pseudônimos, rejeitando tanto a ideia, com o passar do tempo ela teve que mudar de ideia e adotar tal subterfúgio, o que lhe rendeu uma salvação ante à censura, mas que também lhe causou problemas. Segundo ela,

os livros vendiam horrores, enquanto Cassandra Rios estava proibida (...) Só que havia um porém muito triste. Pior que a censura você vem descobrir a máfia dos editores. Então, para sobreviver, eu fui dormir com investimentos e acordei com dividas, obviamente. Então, um determinado editor chegou e disse: 'seus livros estão proibidos, nós vamos arriscar,

³⁰¹ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

³⁰² Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

³⁰³ Pseudônimo de Charlotte Brontë (1816-1855)

³⁰⁴ Pseudônimo de Mary Ann Evans (1804-1880)

³⁰⁵ Pseudônimo de Amandine Dupin (1804-1876)

então, para editar estes livros cujos os pseudônimos são estrangeiros, nós temos que ter os direitos definitivos'. Então, eu tinha que aceitar aquilo que eles queriam pagar, entende? ³⁰⁶.

Rios vendeu os direitos de sua obra, mas não sem fazer uma crítica aqueles que se aproveitavam a situação de perseguição que seu nome sofria por parte da censura. Os editores que a publicavam com pseudônimos estrangeiros sabiam que aqueles eram livros da autora e que tinham probabilidade de serem sucessos de vendas. Porém, eles não mais faziam com ela Contrato por Participação nos Lucros das obras vendidas, mas somente contratos de Cessão de Direitos Autorais Definitiva. Neste tipo de contrato de publicação ela apenas recebia um valor inicial pelo livro e não mais qualquer valor, independentemente da quantidade de livros vendidos e de possíveis reedições da obra.

Isto fazia com que eles pagassem um valor baixo pelas obras e lucrassem muito, pois as mesmas, em geral, vendiam na faixa de 300 mil exemplares e eram os concorrentes diretos dos livros de Cassandra Rios. Em matéria a publicada em 1982 pelo Jornal Diário de Pernambuco, época da divulgação do filme Tessa, a gata, Cassandra afirma que pior que a censura seria a máfia de editores³⁰⁷.

Apesar de Rios afirmar que se utilizou de vários pseudônimos, dos citados foram encontrados na base de dados do acervo da Biblioteca Nacional apenas obras em nome do autor Oliver Rivers. Constam no acervo da na Biblioteca Nacional³⁰⁸ os seguintes títulos: *Andra - traição sexual*³⁰⁹, *Mônica - a insaciável*³¹⁰, *Rosa, a irresistível*³¹¹ e *Valéria, a freira nua*³¹². Porém, além destes sabemos que são de autoria da autora de Rios O *gigolô* (como Oliver Rivers), de 1979, e *Sonho de Viúva* (Clarence Rivier), de 1980.

Temos assim, seis livros, o que bate com o que foi dito em matéria de 1982, que afirma que “Cassandra Rios, a escritora mais perseguida pela censura antes da abertura, tem 50 livros editados, mas os leitores só conhecem 44. Nos outros ela usou pseudônimos” ³¹³.

³⁰⁶ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

³⁰⁷ Fernando Spenser. Para Cassandra Rios, o melhor livro: a Bíblia. Diário de Pernambuco (PE), Ano 1982, Edição 00136, 21 de maio de 1982. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁰⁸ http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html

³⁰⁹ Oliver Rivers, São Paulo, Global, 1980.

³¹⁰ Oliver Rivers, São Paulo, Global, 1979.

³¹¹ Oliver Rivers, São Paulo, Global, 1980.

³¹² Oliver Rivers, São Paulo, Gama, 1979.

³¹³ Fernando Spencer. Para Cassandra Rios, o melhor livro: a Bíblia. Diário de Pernambuco (PE). Ano 1982, Edição 00136, 21 de maio de 1982. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Nenhuma destas obras constam na lista de livros que foram avaliados por censores no período da Ditadura Militar. Sobre os títulos dos livros, Rios afirma que

São títulos escabrosos, eu fiz deliberadamente para estabelecer a diferença que havia entre Cassandra Rios, uma escritora, e que, assim, não fazia pornografia, não faz pornografia, e a escritora Cassandra Rios que fez um livro pornográfico. Todos escritores, autores internacionais, grandes clássicos, fizeram, todos eles, pelo menos um livro sobre pornografia, tentando fazer pornografia. Então, eu fiz todos eles para estabelecer a diferença. Só que, como eram pseudônimos estrangeiros, não foram considerados pornografia. Então, era “Gemido do Prazer”, “O Gigolô”, coisas assim.³¹⁴

Se as notícias sobre Cassandra Rios eram, em geral, relativas aos processos dela, sobre Oliver Rivers encontrei, por exemplo, uma matéria de 1979, escrita por Paulo Sérgio Markun sobre a explosão de obras sobre sexo nas bancas:

Figura 32: Jornal da República (SP), Edição 00073, de 20 de novembro de 1979

³¹⁴ Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990.

*Histórias excitantes
sonhadas na solidão
de um plantão policial*

A fauna que escreve esses livros é a mais surpreendente e discreta possível. Catherine Dupré, por exemplo, um sucesso nacional editado pela Global (*Se Minha Cama Falasse* e *Cinco Noites Eróticas*), é na verdade um delegado de polícia que perpetra as maiores fantasias eróticas na solidão dos plantões noturnos e preserva a todo custo seu anonimato, aceitando somente pagamento em dinheiro. Oliver Rivers, ainda no prelo com uma coleção inteira dedicada à luxúria e às orgias, é na verdade um famoso escritor, tido como sério em qualquer círculo intelectual. Brigitte Bijou – quem não conhece? – tem uma personalidade múltipla: seus livros são escritos por um sem-número de anônimos escritores profissionais. Mas o mais recente sucesso são as aventuras quase ecológicas idealizadas por um imediato de navio, Lima de Miranda, que passa meses viajando e retorna sempre com mais uma história para a coleção Teribrê, sempre de virgens índias em cenários luxuriantes da Amazônia.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Na verdade, o jornalista incorre em dois erros sobre as personalidades dos escritores ocultos de obras pornográficas: Oliver Rivers era Cassandra Rios, enquanto Brigitte Bijou era o humorista Paulo Silvino³¹⁵. Mas um fato era verdade: tais publicações mais explícitas continham por trás de pessoas discretas acerca de sua identidade. Enquanto uns eram para manter sua reputação ilibada, para Cassandra Rios era a única forma de se ver publicada sem a perseguição constante

³¹⁵ Acerca de tal fato narrou Jô Soares (2018) afirmando que quando Silvino servia no Exército escrevia histórias eróticas em um caderno. Certo dia esqueceu o mesmo no quartel e foi questionado pelo Coronel sobre quem escrevia as mesmas. Quando afirmou que eram história suas, o Coronel o chamou a publicá-las na pequena editora que tinha e que normalmente editava livros de faroeste. O Coronel se prontificou a pagar as edições dos livros de Brigitte Bijou, com Silvino escrevendo as histórias, assim eles dividiam o lucro igualmente entre si.

dos censores.

Consegui encontrar a capa de um dos livros de River's, na qual se pode observar que é explícito o conteúdo sexual na própria imagem de capa:

Figura 33: Capa do livro Valéria, a Freira Nua, 1979, de Oliver Rivers.



Fonte:< <http://www.marciopinho.com.br/peca.asp?ID=2281585> > Acesso em 17 agosto 2017

A obra em questão faz parte da *Coleção Erotismo*, publicada pela Editora Gama, a mesma que publicara em 1977 o livro *CENSURA*.

Já do pseudônimo Clarence Rivier também tive acesso a capa de uma obra, a qual também se mostra bem explícita:

Figura 34: Capa do livro Sonho de Viúva, de Clarence Rivier, Editora Farmalivros, 1980.



Fonte: Acervo da autora.

Rios, que antes afirmava que não teria mais forças para criar um novo pseudônimo, acaba tendo que criar obras como *Sonho de Viúva*, com o subtítulo de *As aventuras de amor e Sexo de Clarence Rivier*. Na apresentação do livro em questão temos, inclusive, uma pequena biografia de Clarence Rivier. Ele seria um gerente de banco e artista que trabalhava com couro, que aos domingos de manhã vendia sua arte nas praças. Além disso, ele faz uma descrição do seu porte físico, dizendo “sou alto, um metro e setenta e oito, moreno, um furo no queixo, olhos verdes e ando sempre muito limpo e perfumado” (RIVIER, 1980, p. 9). Ou seja, um homem objeto de desejo de muitas mulheres: másculo e cheiroso. E ele mesmo diz que se vê como um homem irresistível, mas que seria um homem histérico.

Neste mesmo livro, em meio a descrição de peripécias sexuais, o tal autor fala que seu “verdadeiro nome” seria Carlos Reis e que ele havia bolado esse nome estrangeiro por que “autor nacional não vence concorrência dos americanos e outros vindos de fora” (RIVIER, 1980, p. 26). Além disso, ele alega que o nome Clarence Rivier é charmoso e que vai enganar aqueles que compram o livro pela capa.

Sobre a vida de escritor, ainda é dito o seguinte:

Sei dos azares da vida de escritor aqui no Brasil e não me atrevo a ambicionar um lugar em panorama tão esmerdeado. Escritor morre de fome é perseguido e difamado. Poucos, um ou dois, vivem de direitos autorais, outros pagam para serem editados. Andei me informando, por isso já me conformei e vou dar isto para algum ‘comerciante de livros’. Isto! Talvez valesse como título: ISTO! (RIVIER, 1980, p. 26).

Essa passagem destoa do conteúdo de uma obra sexualizada, que em seu interior tem fotos de mulheres peladas. Mas sabendo quem é a real escritora da obra, entende-se a passagem citada e as críticas feitas ao mercado editorial.

Ainda falando sobre este personagem-escritor criado por ela, Rios afirma

Eu fui querendo mostrar o que era pornografia... Então eu tentei, digo ‘tentei’, pois percebi que nem assim eu fiz pornografia, porque eu não fiz colcha de retalho; eu criei um personagem tão forte que fez de seu ‘autor’ um sério concorrente de Cassandra Rios...³¹⁶

Cabe ressaltar que o livro tem os seus direitos de uso reservados a Editora Farmalivros, o que comprova o que Rios fala sobre a necessidade de vender o direito definitivo da obra para poder ser editada, após as sucessivas censuras que sofreu. O livro pertence também a uma coleção de livros de conteúdo pornográfico, a *Love Sex Collection*.

Além disso, é um livro ilustrado, com nudez na capa e mesmo assim não foi encontrado nenhum processo de censura em relação à tal obra. Há no livro a indicação de outras obras da coleção e afirmação que sairia um próximo livro do autor, intitulado *Andarilho do Sexo*, porém não consegui encontrar nenhum vestígio da publicação de tal obra.

Este livro foi publicado pela Farmalivros, distribuidora fundada especificamente com o intuito de vender livros em Farmácias. Segundo um dos seus fundadores, Luiz Alves Júnior, a proposta deu tanto certo que eles passaram a

³¹⁶ Eliane Robert de Moraes e Sandra Lapeiz. Cassandra Rios, Popular e maldita. Revista Mulherio (SP), Ano 1983, Edição 00014, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

vender livros “em salões de beleza, hotéis, postos de gasolina, táxis e supermercados do país. Foi uma aposta inovadora”, lembra Luiz Alves Júnior³¹⁷.

Acerca da proliferação da venda de livros em locais distintos de livrarias, em 1975, houve um pedido ao Ministro da Justiça por parte do técnico de censura José Augusto Costa de que

o DCDP apresente a autoridade competente uma proposta no sentido de que se elabora um ato limitando à venda de livros e publicações sobre sexo de caráter erótico exclusivamente às livrarias, proibindo as vendas em bancas de jornais, supermercados e outros logradouros públicos onde o fácil manuseio torna impossível uma fiscalização maior e mais efetiva por parte das autoridades e vendedores³¹⁸.

O que de fato ocorreu sendo normatizado pela Portaria 319/79, porém tal portaria caiu devido os sucessivos Mandados de Segurança impetrados por editoras, pois foi questionado o fato de que a mesma, restringindo o âmbito de venda dos livros, estaria atentando contra a livre concorrência³¹⁹. Assim a mesma deixou de valer em 1980, durando apenas cerca de um ano. Interessante é notar que o argumento que assegurou a livre venda de tais livros foi a liberdade para o mercado, não a liberdade de expressão.

O que podemos perceber é que ainda permanecia o pensamento restritivo no tocante as obras que versavam sobre sexo. Os editores não conseguiram a liberação das obras defendendo o conteúdo das mesmas, mas defendendo o seu direito de livre concorrência. Em 1970, dez anos antes deste fato, Alfredo Buzaid escrevera sobre a defesa de obras eróticas, fazendo o seguinte comentário:

haverá quem os defenda? Haverá quem as justifique? Haverá quem as legitime como expressão do pensamento criador? As obras pornográficas, como serem danosas à mocidade, representam uma deformação da personalidade humana, que se rebaixa justamente porque eleva o erotismo à iminência de valor social³²⁰

Porém, o que devemos pensar quando tais obras aqui citadas não sofreram nenhum processo de censura por parte do governo? O que podemos

³¹⁷ <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/07/23/noticia-e-mais,157561/editora-global-planeja-expansao-de-negocios-em-mercados-digitais.shtml>

³¹⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .5

³¹⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Normatização, BR DR AN. BSB NS. ORI. NOR .8

³²⁰ Alfredo Buzaid. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 27.

entender é que um dos fatores importantes para a falta de análise de tais livros pela censura é o fato de que os mesmos eram escritos por nomes masculinos.

Acerca da distinção entre Cassandra Rios e Oliver Rivers a autora inclusive fez a seguinte afirmação:

Nos meus livros, de maneira inversa ao Oliver Rivers, sexo é uma consequência do amor pelo amor e uma consequência porque acho que dizer que sexo é uma obscenidade, é pornográfico, para mim já se trata de doença, da doença da hipocrisia.³²¹

Considerando que estavam censurados os livros em seu nome e com os quais Rios ganhava de acordo com a venda, ela teve sua renda como escritora quase anulada. Ao longo do tempo, isso fez com que ela vendesse seus bens para sobreviver. O que foi construído nos anos de glória de vendas foi dilapidado durante os anos de perseguição política e literária na ditadura e nos anos de reabertura política, quando os efeitos da censura tinham sido devastadores e suas obras, assim como a autora, estavam estigmatizados e em processo de esquecimento. Após estas reviravoltas em sua vida, Rios afasta-se da escrita na década de 1980 e se dedica à revisão de livros e à pintura, entre outras coisas, como veremos no capítulo a seguir.

5 OS ANOS DE “SILÊNCIO”

³²¹ Eliane Robert de Moraes e Sandra Lapeiz. Cassandra Rios, Popular e maldita. Revista Mulherio (SP), Ano 1983, Edição 00014, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

O que é aqui chamado de anos de “silêncio” em nada têm de silêncio, Cassandra Rios, artisticamente, nunca foi uma mulher silenciosa. Ela sempre esteve em contato com seu público, por mais que afastada da publicação constante de livros de sucesso. Os anos de silêncio correspondem a publicação do último grande livro de sucesso dela com temática homossexual, *Eu sou uma Lésbica*, em 1980, e a publicação do livro memorialístico *MezzAmaro, Flores e Cassis – O Pecado de Cassandra* publicado em 2000 e nos qual ela faz um relato sobre a sua vida literária direcionado para seus amigos e leitores³²².

Ainda em 1977, Cassandra Rios mostrava sinais de cansaço ante a censura, questionando: “como posso arriscar-me a prosseguir se o receio de que meu nome basta para a proibição, sufoca?” (RIOS, 1977, p. 11). Porém, mesmo assim, no ano seguinte ainda reafirmava a sua posição em relação aos efeitos da censura, a qual via como um desafio, afirmando que ela, em si, não prejudicava a sua produção constante. Sobre a censura a autora chegou a afirmar que “ela me fez um mal no passado, mas me fez um bem no presente e pro futuro. Explico: ela engavetou o que eu tinha feito, mas não me destruiu, então não conseguiu me fazer mal, ela só teria me feito mal se eu tivesse parado de escrever, se tivesse secado”³²³.

Em 2000, passando a limpo em seu livro de memórias as marcas que a censura deixara em si, ela afirma que “a tortura faz com que inocentes desejem ser culpados, para acabarem de vez com tudo, a fim de responderem e pagarem com justiça pelo que injustamente estão sendo acusados. Fui emocionalmente massacrada” (RIOS, 2000, p. 29-30). Por mais que Rios não tenha sido torturada fisicamente, ela passou por um processo constante de questionamentos públicos à sua obra, assim como por investigações, idas a delegacias, processos, cerceamentos, etc., que deixaram marcas em sua vida pessoal, em sua produção artística e na sua saúde financeira.

Segundo o que relata a sua sobrinha, Liz Rios, a autora

reclamou muito comigo, numa época que ela estava passando por

³²² Durante estes anos Cassandra Rios lançou alguns livros em edições próprias (assim como foi a edição de *MezzAmaro*). Por exemplo, a obra de temática homossexual masculina intitulada *Crime de Honra*, de 1990, depois reeditada pela editora Brasiliense, em 2005, como sendo uma obra inédita da autora.

³²³ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

dificuldades financeiras, devido ao fato dos livros terem sido retirados das livrarias, né. Ela falou comigo assim, ‘ olha a época da Ditadura me prejudicou muito, porque o que eu tenho agora, o pouco que eu tenho agora, eu poderia ter muito mais, se os livros não fossem, tivessem sido proibidos, foram em torno, de uns trinta e poucos livros, trinta e sete livros proibidos. E ela vivia dos direitos autorais, como você bem sabe, eram poucas as pessoas que vendiam tanto quanto ela né. E ela sofreu muito, passou por muitas dificuldades financeiras, teve que vender a livraria, se desfazer da livraria, que era na Avenida São João, perdeu casa que ela tinha em Interlagos, carros, joias, tudo que ela adquiriu com o trabalho dela, ela perdeu. Teve que recomeçar novamente. (Liz Rios In.: KORICH, 2013)

Se Rios via a censura como um mal somente no caso de parar de escrever, tal fato chegou no início dos anos oitenta, quando a autora iniciou o período afastada da publicação de livros seus. Segundo Miguel de Almeida, Rios “passou sete anos sem inspiração para escreveu. Iniciou várias histórias, mas todas tiveram o mesmo destino: a gaveta”³²⁴.

Em reportagem de 1993, afirma-se que “o jejum literário só foi quebrado depois de uma visita à cidade de Capela do Alto. Cassandra está prestes a lançar ‘Capela do Alto – A tortura da sedução’, um livro que, segundo a autora, ‘possui um campo energético muito forte’ ”³²⁵. Mesmo que a matéria afirme que o livro seria em breve lançado, não foi encontrado nada acerca da publicação do mesmo.

Jorge Amado, anos antes dissera à Rios que “pior que a Censura só a auto-censura” (RIOS, 2002, p. 272), porém o que Amado não percebera é que “a essência das ditaduras não estava naquilo que eles fazem para se perpetuar, mas naquilo que a partir de certo momento já não precisam fazer” (GASPARI, 2014b, p. 236). E chegou um determinado momento em que Rios sentiu cansada em relação a todas as perseguições a sua obra literária, diante disso ela focou o seu trabalho em outros seguimentos de expressão artísticas, expressando-se de outras formas, as quais sempre estiveram presentes em sua vida, como veremos nos tópicos a seguir.

5.1 “Eu sou uma lésbica. Deve a sociedade rejeitar-me”³²⁶?

³²⁴ Miguel de Almeida. Das trevas para Capela. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

³²⁵ Miguel de Almeida. Das trevas para Capela. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

³²⁶ Rios, Cassandra. Eu sou uma lésbica. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006, p. 143.

O título deste tópico é uma das linhas final do livro *Eu sou uma lésbica*, publicado originalmente como folhetim na Revista Status³²⁷ entre os meses de janeiro e abril 1980. É importante ressaltar aqui esta obra, pois a mesma, além de ser a última que Rios publicou antes de passar anos sem publicar, é uma obra que mostra sinais das mudanças no tocante à censura à livros e a revistas considerados pornográficos.

Além do texto de Rios, compunham este folhetim as ilustrações de Darcy Penteado³²⁸. No último capítulo do folhetim, por exemplo, existe uma ilustração em naquim na qual vemos claramente uma mulher fazendo sexo oral em outra (ANEXO F). Por seu formato em folhetim, é uma obra curta, porém que rompeu tabus e, mesmo sendo editada em revista masculina, não há um final trágico ou a tentativa de “regenerar” personagens lésbicos. Tal obra é uma das mais explícitas de Rios no tocante à homossexualidade feminina, a começar pelo título, que não deixa dúvidas sobre a temática.

Cabe ressaltar que entre o primeiro livro de Rios sobre a temática da homossexualidade, *A Volúpia do Pecado*, de 1948, e o livro *Eu sou uma lésbica*, de 1980, passaram-se trinta e dois anos. Em sua primeira obra, por exemplo, a história acaba com o suicídio da protagonista, dada a impossibilidade de concretização do seu amor lésbico. Após esta sua primeira obra, a autora escreveu continuamente sobre a temática, vendo seus livros serem amplamente consumido e o debate sobre a homossexualidade sendo mais exposto. Dado isso, podemos dizer que Rios, além que autora que trouxe o tema à tona de forma contundente, é uma pessoa que viu na realidade do seu dia a dia as mudanças sociais que ocorreram no tocante a este tema.

Essa mudança de postura das personagens de Rios pode ser confirmada quando analisamos a construção da personagem principal do livro *Eu sou uma lésbica*. Vemos nessa obra uma pessoa que desde criança lida muito bem com a questão da sua homossexualidade, se pondo enquanto sujeito que tem direito de amar, não questionando a normalidade ou anormalidade deste amor, apenas tentando viver suas paixões por pessoas do mesmo sexo. A personagem não tem problemas em se aceitar, muito pelo contrário. Além disso, a obra foca em temas

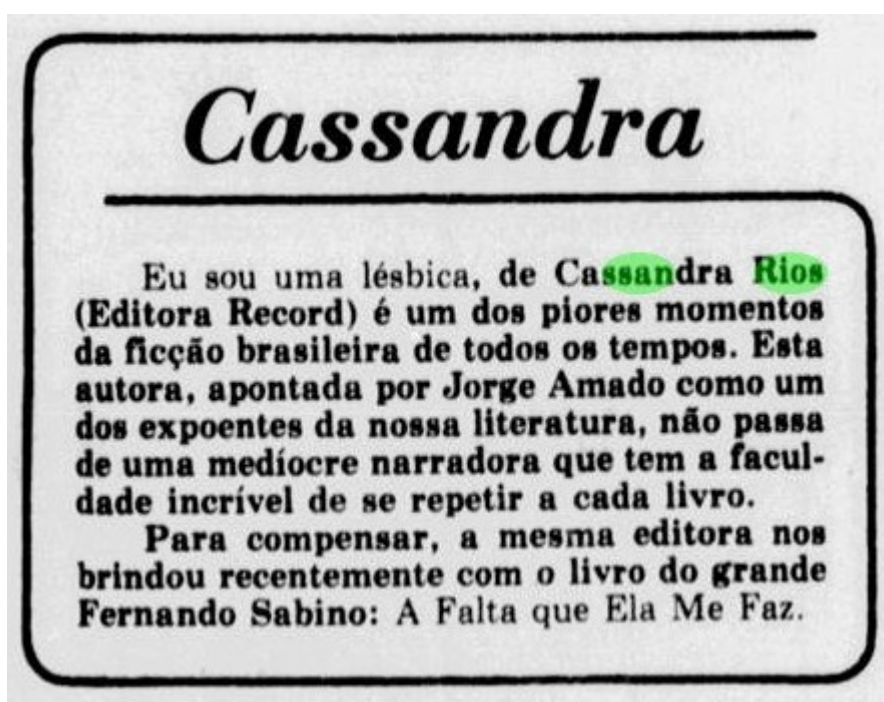
³²⁷ Status foi revista masculina brasileira editada entre as décadas de 1970 e 1980, pela Editora Três. Ela disputava espaço com a Revista Playboy pelo público adulto masculino.

³²⁸ Foi um artista plástico, desenhista e militante dos movimentos LGBT, conhecido entre outras coisas pelo seu trabalho no Jornal O Lampião da Esquina.

tabus: a sedução que sentia uma criança por sua vizinha mais velha, assassinato, mulheres que saem com homens por dinheiro, mesmo sendo lésbicas.

Este livro de Rios foi depois publicado pela Editora Record, que já vinha publicado as obras da autora, em 1980. Quando da edição em livro, Rios continuou a sofrer críticas pelo conteúdo da obra. O Colunista Marcos Prado, mesmo afirmando o apreço de Jorge Amado pela autora, diz que a mesma se repete continuamente.

Figura 35: Coluna de Marcus Prado



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco Ano 1981 Edição 00240 - 4 de setembro de 1981, Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Além disso, é feito, de forma sutil, uma crítica à editora Record, afirmando que “para compensar” a edição deste livro de baixa qualidade ela estaria editando também uma obra de Fernando Sabino. O que podemos perceber é que no tocante a esta obra, Rios não mais teve problemas com a censura federal, apenas com críticos literários, como o acima citado, porém, mesmo assim, após sua publicação Rios cessa seus textos literários por vários anos.

Mesmo com a autora sem escrever novas histórias, livros eram publicados no início da década de 1980, pois a Record, que já editava os livros da

autora, iniciara em 1979 a reedição toda a obra de Rios³²⁹. E como propaganda utilizava-se fartamente do título de “a autora mais proibida do Brasil”, como na capa da segunda edição do citado livro, de 1983, no qual há um destaque para tal fato bem abaixo do nome da autora.

Figura 36: Capa do Livro Eu sou uma Lésbica, Editora Record, 2ª edição, 1983.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Na Revista Reporter, maio de 1980³³⁰, podemos ver, por exemplo, uma grande propaganda na qual se expõe em uma página livros de Rios, sendo elencado dezoito obras que estariam a venda por cupom de reembolso postal. A propaganda utiliza a proibição como chamativo para os leitores, com o uso do termo “PROIBIDO LER” em caixa alta:

Figura 37: Revista Reporter – maio de 1980, página 27.

³²⁹ Diário de Pernambuco (PE). Ano 1979, Edição 00286, 21 de outubro de 1979. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³³⁰ Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, Documentos do Executivo e do Legislativo, BR AN RIO TT O MPC PRO 1762.



Fonte: Arquivo Nacional, BR AN RIO TT O MPC PRO 1762

Há um uso de termos já conhecidos nas propagandas dos livros da autora, como “a escritora mais proibida do Brasil” e “sentir prazer”. Por mais que a propaganda falasse abertamente sobre tais temas, o movimento de abertura no tocante à censura moral, mesmo com as mudanças permitidas pelo processo de abertura política do Brasil, foi um processo que teve pessoas contrárias, não somente da parte dos militares, mas da própria sociedade civil.

Em 1988, uma reportagem acerca do tema intitulada “Censura não quer homossexualismo” foi publicada no dia 19 de Junho de 1988 no Jornal do Brasil e no dia 27 de Junho de 1988 na Revista Veja e sobre tal reportagem, o advogado Sérgio Nassar Guimarães, de Carangola, Minas Gerais, enviou missiva ao diretor da censura federal, Raimundo Mesquita.

Para o missivista, o diretor da censura federal era digno de apreço e admiração por ter equilíbrio e maturidade profissional ao censurar “diálogo aberto sobre lesbianismo”³³¹. Segundo ele, “a homossexualidade é uma aberração advinda de desvios de personalidade, e como tal, deve ser abordada não publicamente”. O autor da carta, contudo, pondera que o seu pensamento não é unânime no tocante ao tema da homossexualidade.

O que se lê é um pensamento que vai na linha dos setores mais preocupados com questões de moral e bons costumes, o qual analisamos o discurso no decorrer desta tese. Para ele, “não podem a minoria intelectual - que acha normal -, querer impor tais transparências, para dentro dos lares, mesclados com

³³¹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.349

desinformação, preconceitos, etc, etc até aos mais cultos, informados a respeito"

O que podemos perceber neste pensamento muito mais é uma preocupação com a "transparência" e a "publicidade" no tocante a homossexualidade. Sabe-se da existência da mesma, mas a questão central desta linha de pensamento é não abordar o tema, é deixar a homossexualidade como algo a não ser debatido. Segundo ele,

embora seja esta uma realidade social, inclusive mundial, não podem tais aberrações ou outras mais, adentarem em nossos lares, por questão de privacidade do cidadão e de seu lar, pois, o homossexualismo por si só, já agride a sociedade.³³²

Porém este pensamento não mais condizia com a realidade do Brasil da década de 1980, na qual já havia uma abertura para debater a questão da homossexualidade, tanto do ponto de vista cultural, em programas de televisão – mesmo que de forma caricata – quanto do ponto de vista político, com o advento do movimento LGBT no Brasil anos antes.

Interessante é nota que o autor de tais palavras, que tinha o intuito de elogiar o atual Diretor da Censura Federal, faz uma críticas aos predecessores do mesmo no cargo no período pós-ditadura militar, pois os mesmos "não foram capazes de entender o caráter íntimo de 'censurar', preferindo a conduta radical e arcaica do paternalismo sob o rótulo de proteger a moral e os bons costumes". Cabe lembrar que em julho de 1988, quando da escrita desta carta, o Brasil ainda não tinha promulgado a Constituição de 1988 e que somente com ela foi abolida totalmente a censura.

Neste período de abertura da censura moral, ao longo da década de 1980, foi quando Rios estava já cessara a sua escrita de livro. Porém, mesmo no cinema as obras que eram adaptadas de livros de Rios passaram por censura na qual se levava em conta o nome e os temas centrais da conhecida autora, conforme veremos no tópico seguinte deste capítulo.

5.2 E os livros viram filmes: Pornochanchadas, sucessos e polêmicas cinematográficas

³³² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.349

Reportagem da Revista Manchete, em 1980, afirma que “a escritora mais proibida do Brasil confessa que sua nova paixão é o cinema”³³³. Nesta reportagem Rios detalha sua paixão pelo cinema, afirmando que tinha feito cursos e que se sentia apta, tanto para escrever roteiros, quanto para dirigir filmes. Neste período Rios já tinha escrito a primeira versão do roteiro de Ariella, depois modificado pelo diretor John Herbert. Segundo ela, já havia escrito outros roteiros, porém nenhum havia passado pela censura, mas que desejava “ter no cinema o mesmo sucesso que consegui na literatura”³³⁴.

Entre 1980 e 1983 três obras de Cassandra Rios viraram filmes no estilo pornochanchada³³⁵, sendo alvo de polêmicas e resultando em sucessos. Sobre eles é feita aqui uma análise dos processos para liberação das obras, constantes no Arquivo Nacional, os dados da Cinemateca Brasileira e as diversas matérias de jornais que saíram à época.

Os filmes em questão são:

- 1) “Ariella”, de John Herbert – baseado no livro *A Paranóica*
- 2) “Tessa, a gata”, de John Herbert – baseado em livro homônimo
- 3) “A mulher serpente e a flor”, de J. Marreco – baseado no livro *A serpente e a flor*.

Segundo os arquivos da Cinemateca Brasileira há um quarto filme baseado na obra de Cassandra Rios, intitulado “Muros Altos”, de 1982, com direção de Luiz Fernando Goulart. A obra é homônima ao livro de origem. A única notícia sobre este filme que obtive foi publicada em 9 fevereiro de 1982 no Jornal do Brasil e relata que o diretor estaria em busca de uma jovem atriz principal para o seu filme. Cassandra Rios afirma em MezzAmaro que havia sugerido para o diretor Renata Sorrah, Patrícia Pilar e Fernanda Montenegro para os papéis principais e que o filme teria roteiro e diálogos dela, porém por problemas contratuais com advogados o filme não foi para frente.

³³³ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³³⁴ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³³⁵ Foi um estilo cinematográfico brasileiro que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, caracterizado pelo uso do erotismo, baixo custo curso orçamentário, uso de título apelativo e emprego da paródia (ABREU, 2002).

Nicole Puzzi³³⁶ foi a personagem principal de dois dos três filmes baseados na obra de Rios. Em comum um fato: ela era a ninfeta, uma jovem inocente e na descoberta voraz de sua sexualidade, tema recorrente em filmes do estilo pornochanchada.

Sobre a recorrência de tal tipo de personagem naquele período, Puzzi afirma em seu livro autobiográfico que

Kubrick, em 1962, poderia ser acusado de pedofilia por ‘Lolita’, claro, juntamente com Nabokov. Quantos filmes brasileiros exploraram esse tema? Eu fui ninfeta nos filmes nacionais. Representei menores ingênuas, maliciosas ou más, mesmo após os 24 anos, quando ainda fotografava com ar de adolescente³³⁷

Tal representação mirava um público específico, pois tais obras eram, de maneira geral, liberadas apenas para maiores de dezoito anos. E sabemos que o público-alvo era eminentemente masculino, o que refletia em muito no recorte que se fazia das mulheres: ninfetas, enfermeiras, freiras, professoras e lésbicas eram personagens recorrentes em abordagens que abusavam de fetiches masculinos.

Sobre a questão da homossexualidade feminina nas pornochanchadas, Trevisan afirma que

O amor entre mulheres sempre foi tratado com (discutível) complacência *voyeur* – evidenciando como tais filmes visavam basicamente satisfazer ao público masculino mais convencional. Também aí, raramente se ultrapassou a mediocridade e o moralismo. (TREVISAN, 2018, p. 284)

Na visão do autor, mesmo as obras que adaptaram livros de Rios, não foram tão diferentes do padrão das pornochanchadas. Obras como Ariella, utilizavam-se de finais moralizantes a fim de que as personagens se redimissem de seus erros. Por exemplo, se na obra literária de Rios Ariella e Mercedes têm um final feliz juntas, na adaptação de John Herbert, tal final não foi exibido.

Em artigo intitulado Cassandra Rios e o cinema erótico brasileiro: autoria e performatividade, Sousa e Brandão nos mostram que ainda há muito a se entender sobre a relação da literatura de Cassandra Rios e o cinema popular brasileiro dos anos 1980, nos quais podemos ver conflitos entre valores e moralismos de uma sociedade em mudança. Para as autoras, “esse é um legado

³³⁶ É uma atriz e apresentadora paranaense conhecida nacionalmente por ter feito vários filmes do gênero pornochanchada.

³³⁷ Nicole Puzzi. A Boca de São Paulo, p. 25

que não pode ser desmerecido, pois pode nos ensinar os perigos e os prazeres de resistir à normatividade” (SOUSA, BRANDÃO, 2017, p. 142).

No tocante aos processos de censura e liberação de obras cinematográficas, Vieira e Lucas afirmam

as sexualidades ‘periféricas’ não são colocadas apenas no âmbito da proibição. As representações dessas sexualidades estabelecem com a Censura menos uma relação pautada na proibição e na repressão do que no controle e na rarefação. Haver cenas que representem travestis, homossexuais ou lésbicas, por exemplo, não automaticamente transforma o parecer em veto (LUCAS, VIEIRA, 2014, p. 120)

Nos três processos que analisaremos a seguir, podemos perceber de maneira clara tais fluxos no tocante às chamadas sexualidades periféricas, enquanto em alguns pareceres a questão da sexualidade e da homossexualidade aparece como empecilho à liberação, em outros o que vemos é que tais temas mal são debatidos pelos censores.

5.2.1. Ariella

O filme *Ariella* (ANEXO G), baseado na obra *A Paranoica*, de 1952, foi lançado em setembro de 1980 no Rio de Janeiro e em novembro em São Paulo³³⁸. A obra já era alvo de tentativa de adaptação fazia algum tempo, porém havia dificuldade por parte do produtor Pedro Carlos Rovai, devido à censura ao livro. Rovai já havia comprado os direitos para a adaptação cinematográfica, porém somente conseguiu colocar o projeto para frente quando do abrandamento da censura aos filmes no final da década de 1970, convidando, assim, John Herbert para dirigir a obra³³⁹.

O filme conta a história da jovem e bonita Ariella, filha mais nova de uma rica família. Ela vivia isolada a escrever seu diário, até que um dia escuta uma conversa entre os irmãos e os pais e descobre que, na verdade, era órfão, pois seus verdadeiros pais tinham morrido e aqueles que a criaram haviam se apossado de sua fortuna. Após isso, ela elabora um plano de vingança contra a família, utilizando-

³³⁸ Conforme dados obtidos na Cinemateca Brasileira (<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=003345&format=detailed.pft>)

³³⁹ John Herbert, sobre ‘Ariella’ – Um exercício de bom gosto e uma enorme sensualidade. *Matutina, Cultura*. O Globo, 16 de Setembro de 1980, página 36.

se, inclusive, de seu corpo como instrumento de vingança. Nesse meio termo, apaixonam-se por ela o advogado da família, Diego, e Mercedes, noiva de seu irmão Alfonso. No filme são retratadas diversas cenas de sexo e carícias de Ariella com tais personagens e com outros.

Sobre este primeiro filme baseado na obra de Cassandra Rios e estrelado por Nicole Puzzi, houve uma grande repercussão, sendo ele exibido em diversos cinemas do Brasil todo, como pude constatar em propagandas de jornais de estados diversos. Como no exemplo abaixo, de um cartaz do Jornal Diário de Pernambuco (e que foi reproduzido em diversos jornais no Brasil todo).

Figura 38: Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00292, de 27 de outubro de 1980



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

No cartaz temos logo abaixo do nome do filme o nome de Cassandra Rios em destaque, deixando claro para quem já conhecia as obras da autora qual seria o conteúdo do filme, além disso, lemos uma instigante descrição: “um tema brilhantemente concebido. Ariella era tão destruidora de homens e mulheres que você vai odia-la e tão ardente que vai despertar a sua paixão. Ver Ariella é sentir prazer”.

Sobre a sua participação neste filme, Nicole Puzzi afirma que foi procurada por John Herbert para fazer a personagem principal, mas ela não queria, pois havia encerrado sua carreira enquanto atriz. Hugo Galante, produtor da Boca do Lixo³⁴⁰, também veio falar com ela. Porém, o que a fez mudar de opinião foi a

³⁴⁰ A Boca do Lixo foi uma região nos arredores do centro de São Paulo (no bairro da Luz), a qual se

própria Cassandra Rios. Segundo relatou sobre este fato:

Eu estava decidida, não quero nem ler, não quero fazer, não quero nem ler, não tinha interesse, aí ele falou (Galante) Cassandra Rios e eu tentei lembrar, 'deve ser daqueles livros, aquela autora'. Aí um dia eles me levaram para conhecer uma mulher e eu fiquei conversando. Eu era muito desligada, muito. Aí eu fiquei conversando, eu percebi que... eu comecei a ver que essa mulher era a Cassandra. Aí nós ficamos conversando, ela falou do personagem, aí eu decidi fazer, decidi fazer por causa dela. Porque se fosse apenas por causa do filme em si eu não teria feito. E eu estava para me casar com um inglês e... e fiz por causa de Cassandra. E nós ficamos muito amigas. (Nicole Puzzi In.: KORICH, 2013)

Acerca dessa amizade nascida em meio ao filme, Puzzi fala que não era bem vista pelas pessoas, pois todos sabiam que Rios era homossexual e uma mulher heterossexual ser amiga dela levantaria suspeitas. Porém, ela afirma que saía sempre com Cassandra e sua esposa, ela e seu marido, mesmo que na visão preconceituosa dos outros ela podia fazer filmes de Cassandra Rios, mas não ser amiga dela, pois a mesma era marginalizada (Nicole Puzzi In.: KORICH, 2013)

Rios trabalhou inicialmente no roteiro do filme, porém ao final não foi utilizada a sua versão, o que a desgostou em alguns pontos. Segundo Herbert, foram necessárias mudanças no roteiro de Rios, pois "Cassandra é muito descritiva, literária e reflexiva e, na verdade, o livro é um diário escrito por Ariella. Ela fez questão de participar intensamente do filme, e escreveu o primeiro roteiro. Ficou muito grande, tivemos que mexer, mas acho que conseguimos pegar uma linha bastante cinematográfica"³⁴¹.

Nicole Puzzi afirmou que com a exposição maciça na mídia e o fato de ter um nu frontal, o seu cachê em Ariella foi muito maior do que o normal. Porém, mesmo recebendo mais pelas cenas ousadas, ela também teceu reclamações acerca da edição final do filme, pois há uma longa cena de sexo entre ela e Cristiane Torlani, a qual, segundo Puzzi, não durou aquele tempo todo que foi exibido no filme, assim como não houve a exibição explícita da região púbica por parte dela durante as gravações. Segundo a atriz, na edição utilizaram-se da mesma cena várias

destacou por ser um polo cinematográfico a partir de 1920, com a chegada de empresas cinematográficas estrangeiras, como MGM e Paramount, o que fez com que naquela região proliferassem serviços diversos relacionados com o meio cinematográfico. Posteriormente, já no final da década de 1960, a região ganhou notoriedade pela produção de filmes independentes e de pornochanchadas. Era comumente feita uma divisão em relação a outra região também central e próxima na cidade: a Boca do Luxo, onde Cassandra Rios residia, desde a década de 1960.

³⁴¹ John Herbert, sobre 'Ariella' – Um exercício de bom gosto e uma enorme sensualidade. Matutina, Cultura. O Globo, 16 de Setembro de 1980, página 36.

vezes, exibindo-a a partir de diferentes câmeras, para estender a duração, além disso, houve a inserção de “um enxerto por parte dos produtores, que resolveram colocar uma parte, uma cena que, um sexo, a mão no sexo, e nem a mão era da Torlani, nem o sexo era meu.” (Nicole Puzzi In.: KORICH, 2013)

Sobre esse assunto ela fala na autobiografia sobre como se sentiu mal em não ter conseguido reclamar disso quando viu o copião do filme antes do lançamento³⁴². Porém, mesmo com este artifício de inserção de cenas de sexo, ela não considera o mesmo uma pornochanchada, mas que esse artifício era uma forma de atrair os telespectadores para o cinema.

Porém os críticos de cinema não viam a obra desta forma, remetendo-se a ela como uma do gênero pornochanchada. Em crítica feita para a Revista Cruzeiro, Luiz Claudio Barreto, define o filme como sendo fraco, de acordo com ele, é “um filme que se propõe a acentuar as características melodramáticas do argumento original, como as possibilidades, neles também contidas de abrir-se o espetáculo à emoção erótica mais direta e detalhada, acaba por transforma-se em mais uma das muitas pornochanchadas que impregnam o cinema nacional”³⁴³.

Já o jornal de cunho mais sensacionalista *A Luta Democrática*, expõe claramente uma foto do beijo das atrizes principais, utilizando também um termo bem “popular”: sapatão. O jornal ainda brinca afirmando que Christiane Torloni e Nicole Puzzi estariam “trocando sapato”. Apesar da foto apelativa, o jornal retrata o enredo da obra, sem focar na homossexualidade e parabenizando as atuações.

Figura 39: “PARANÓICA” na tela, é sapatão. Jornal A Luta Democrática. Ano 1980, Edição 08028, 24-09-80, página 7.

³⁴² “Foi o que fizeram comigo e foi o que vi naquela sala de projeção. Ao ver as cenas com inserções indevidas, eu não sei por que não as proibi. O Johnny havia me chamado para assistir uma cópia numa sessão privada, antes da estreia nos cinemas. Quando vi não soube reagir. Fiquei calada, chocada, mas não reagi. Mediante o meu silêncio ele tocou o barco. Não sei se meu protesto iria adiantar alguma coisa, mas infelizmente eu congelei e a voz não saiu. Emudeci. Voltei para casa anestesiada. Chorei a noite toda me sentindo suja pela primeira vez em minha vida. Mas não me defendi. Não sei porque. Aqueles poucos segundos inseridos indevidamente quebraram a minha imensa satisfação em ter participado de um ótimo filme. Eu deveria e tinha o direito de proibir”. (Nicole Puzzi, *A Boca de São Paulo*, p. 98)

³⁴³ Luiz Claudio Barreto. Coluna Cinema. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1980, Edição 0024, 30 de setembro de 1980, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

“PARANÓICA” na tela, é sapatão



**Christiane Torloni e Nicole Puzzi, em
“A Paranóica”, trocando o sapato...**

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Porém, na capa do mesmo jornal há uma foto de Nicole Puzzi seminua, afirmando que “na tela, a atriz faz de tudo e ativa a circulação sanguínea de muita gente na plateia”³⁴⁴.

Acerca do filme *Ariella*, John Herbert, assim como Puzzi, afirma não se tratar de uma pornochanchada, mas sim de um melodrama erótico, porém ele ressalta “sei que o filme será consumido como mais um filme forte e pornográfico, mas o público vai acabar percebendo que existiu um esforço de se colocar uma história além do teor erótico”³⁴⁵. Herbert vai mais além na sua análise sobre a

³⁴⁴“Ariela é ela. Jornal A Luta Democrática. Ano 1980. Edição 08057, 22 de outubro de 1980, Capa. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁴⁵ John Herbert, sobre ‘Ariella’ – Um exercício de bom gosto e uma enorme sensualidade. Matutina,

qualidade do filme, pois segundo ele, a obra estava “inaugurando nova fase para o cinema nacional”³⁴⁶.

Na versão original da história, o livro, há um final no qual as personagens Ariella e Mercedes ficam juntas enquanto casal, o que não ocorreu no filme. Segundo Rios “o final do filme teria sido uma cena que desapareceu. Dizem que o rolo em que se encontrava a cena desapareceu. As duas vão embora do casarão num carro”³⁴⁷. A autora afirma que viu no copião do final o enceramento com tal cena. Mas cabe questionar: será que o filme teria passado pela censura e feito o mesmo sucesso se tivesse tal final feliz e lésbico? Diante deste questionamento é importante analisar o processo através do qual o filme foi analisado pelo DCDP e liberado para exibição no cinema³⁴⁸.

O processo, datado de 1980, liberou o filme com a classificação indicativa de “Imprópria para menores de 18 anos” e o deixou livre para exportação. Analisando os três pareceres dos censores que liberam a obra, entendemos mais especificamente as mudanças que ocorriam dentro do corpo de censura acerca da moral e dos bons costumes.

O primeiro parecer³⁴⁹, da Técnica de Censura Maria das Graças Sampaio Pinhati, ressalta um ponto sobre a questão do lesbianismo presente na obra, ela destaca que “há uma cena bastante realista, mostrando as personagens em pleno colóquio amoroso, com rápidos detalhes dos dedos de uma penetrando a vagina da companheira”. Porém ela faz um adendo sobre a existência de outras películas com a mesma temática, afirmando que “vale destacar, contudo, que todas as situações focalizadas não são inéditas, fazendo parte de filmes do gênero, liberados atualmente”.

No parecer³⁵⁰ da Técnica de Censura Maria Angélica R. de Resende novamente o lesbianismo é eixo central de análise, afirmando que “o lesbianismo também se faz presente, com sequências bastante detalhadas de carícias por parte

Cultura. O Globo, 16 de Setembro de 1980, página 36.

³⁴⁶ John Herbert, sobre ‘Ariella’ – Um exercício de bom gosto e uma enorme sensualidade. Matutina, Cultura. O Globo, 16 de Setembro de 1980, página 36.

³⁴⁷ Cassandra Rios: ‘assim, até a Bíblia é pornográfica’. Lâmpião da Esquina. Ano 3, n. 29, outubro 1980.

³⁴⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁴⁹ Parecer 4186/80, Maria das Graças Sampaio Pinhati. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁵⁰ Parecer 4187/80, Maria Angélica R. de Resende. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

das duas mulheres, não só nos seios como também na região pubiana, sem qualquer simulação". Aqui a censora está falando justamente da cena inserida por Herbert sem o consentimento das atrizes e que foi algo de crítica, por modificar a tônica da obra. Mesmo com tal cena explícita, isso não seria motivo de proibição da obra, pois "em face à liberação de filmes do mesmo gênero, com cenas semelhantes, acreditamos que mesmo sem trazer qualquer mensagem positiva, o filme poderá ser liberado para público adulto".

O terceiro e último parecer³⁵¹, da Técnica de Censura Jussara Costa, estende-se mais na análise sobre a questão da iniciação sexual de Ariella, pois "o filme apresenta e insinua toda evolução do comportamento sexual de uma jovem". De fato, Ariella inicia o filme como uma jovem trancada em seu mundo, seu diário e seus livros, até a descoberta de seu corpo enquanto mulher, quando das primeiras carícias que recebe do advogado Diego.

Para a censora, contudo tudo isso seria influência do seu desequilíbrio emocional, o que a levou a ter tal desempenho sexual. Convém lembrar que o nome original da história é A paranoica e sendo o livro um diário da personagem principal, o título já denota que ela sofreria de um distúrbio psíquico. Acerca de tal fato e sua repercussão na vida sexual de Ariella, a censora afirma que isso faz o filme ser revestido de

erotismo, explorando diversos contatos sexuais que envolvem sodomia e felação - ambas recebem tratamento discreto -, masturbação - enfoque da mão na púbis - e lesbianismo - predominância em termos cênicos -, patentando, assim, a influência do desequilíbrio afetivo da jovem sobre o seu desempenho sexual.

A censora atenta, ainda, para as cenas de lesbianismo e o jogo de imagens feito, cabe lembrar as crítica de Puzzi acerca disso, que se aproximam da visão da censora, quando esta afirma que "as sequências referentes ao relacionamento lésbico são tratadas com realismo e agravadas pela duração, plano de ação e nitidez de detalhes, porém atenuadas pela rapidez com que são apresentadas na alternância de cenas". Diante de tudo exposto, ela afirma que a liberação do mesmo para a faixa etária máxima (dezoito anos) ocorreria pelo fato de o filme se equiparar a outros de mesmo conteúdo que estavam no circuito cinematográfico nacional.

³⁵¹ Parecer 4213/80, Jussara Costa. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

Além do processo³⁵² para liberação no cinema, o filme Ariella contém processos para liberação visando a veiculação na televisão. Tais processos datam dos anos de 1986 e 1987. Já os dois outros filmes, baseados nas obras de Rios, não contêm tal processo. A análise dos processos voltados para a televisão, como veremos a seguir, é um farto instrumento para analisarmos transição (ou não) dos padrões morais em uma sociedade em processo de abertura democrática e na transição constitucional.

Foi feita uma solicitação de exame prévio para a liberação para a televisão com protocolo de número 01911, de 13/03/1986. Neste processo há primeiramente o parecer individual de três censores acerca do filme. O primeiro parecer³⁵³ afirma que o filme utiliza um enredo deprimente com o intuito de exploração erótica, sendo "eivado de mensagens negativas, como a do lesbianismo, apresentando-o como relacionamento normal, quando existe amor".

Sobre as cenas de sexo a censora destaca que são partes contundentes do filme e o seu corte não teria sentido, pois há "masturbação, felação, homossexualismo feminino, inclusive com detalhes, integram grande parte da narrativa, o que inviabiliza o expediente de cortes.". Ela destaca ainda que "para se fazer remontagem, com vistas à liberação para a televisão seriam necessárias várias supressões, que tornariam incompreensível a história. As cenas de restrição são essenciais à trama"

O filme teria uma "temática deprimente e marginal", gerando surpresa no público que não teria preparo psicológico e determinação para ver tal obra em um meio de comunicação de massa como a televisão, ainda mais posto que na visão dela "o controle etário é ineficaz". Diante destas questões, a censora opta pela Não liberação para a TV.

No segundo parecer³⁵⁴ o censor afirma que a liberação para a televisão seria "impraticável", pois haveria no filme exploração do sexo com "requintes de erotismo", assim como "comportamentos imorais contrários à boa formação família", uso de "palavras chulas e de baixo calão" e "lesbianismo com nudez parcial com beijos e carícias". De novo volta-se a questão da dificuldade de suprimir tais cenas do

³⁵² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁵³ Parecer 0784/86, Alzira Silva de Oliveira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁵⁴ Parecer 0797/86. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

filme, por serem partes intrínsecas da obra. Assim sendo, a opção é pela Não Liberação para a TV.

No terceiro parecer³⁵⁵ o censor atenta para elementos já citados anteriormente, como o uso de "expressões chulas" e o a questão das cenas de sexo. Porém ele enfoca a sua análise na questão do lesbianismo exposto na obra, afirmando que "esta cena prima-se pelo realismo e é agravada pela prolongada duração. Duas mulheres mantêm relacionamentos sexuais com beijos nos seios, afagos, carícias íntimas, ... e detalhes de introdução de dedos na vagina da outra parceira". Considerando "inviável a pretensão do requerente" em liberar o filme para a televisão, pois o mesmo seria para público adulto, o censor opta pela não liberação.

O que se pode notar em comum nos três pareceres é o apelo da questão moral, principalmente no tocante as expressões utilizadas nas falas (vistas como termos chulos) e no tocante à questão da sexualidade de personagem principal. É recorrente nos pareceres o receio quanto a exposição de práticas vistas como dissidentes, como a masturbação feminina e o sexo anal, que são expostos de forma pontual na película.

Porém, o tema mais recorrentemente comentado pelos censores é o relacionamento lésbico entre Ariella e Mercedes, principalmente pelo fato de ser entre elas a cena de sexo do filme que é mostrada com mais detalhes e de forma mais extensa. Há uma preocupação pelo fato de ser mostrada de forma tão explícita algo que para muitos ainda era visto como mistério: a forma como duas mulheres podiam se dar prazer sexual.

Diante dos três pareceres contrários a liberação do filme, é feito um parecer conjunto por três censores federais³⁵⁶. Neste parecer é exposto ponto a ponto, cena a cena, o que os pareceres anteriores rapidamente versavam como sendo motivo para a não liberação do filme.

O filme não foi liberado, com bases nos pareceres 0784, 0797 e 807, de 1986. Porém, após ser feita a reprogramação do mesmo proposta no parecer conjunto 872/86, em março de 1986, a Censora Maria Livia Fortaleza, Chefe da

³⁵⁵ Parecer 0807/86. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁵⁶ Parecer 872/86, Marisa F. Barros, Izabel Azevedo e Maria Elizabeth Ferreira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

SCC/SC/DCDP, indicou pela liberação para depois das 23 horas, devendo antes ser realizado os cortes nas cenas de “masturbação, sodomia, nudez com diálogos, felação, manipulação clitorial, lesbianismo, relação sexual e palavrões”. Somente após tais cortes a película deveria passar por revisão para liberação.

Em março de 1987, os produtores entraram novamente com o processo (requerimento 002050/87 DCDP/BSB) para a liberação do filme para a televisão, porém houve por parte deles a tentativa de liberar o filme, sem nenhuma modificação que tinha sido indicada no exame prévio feito no ano anterior. Ao que parece, houve o intuito de reapresentar a obra aos censores com a possibilidade de que outro grupo de censores fizessem a análise.

Porém, logo nas primeiras linhas do seu parecer³⁵⁷, a censora federal Geralda Coelho cita o fato de o filme ter passado por verificação prévia e que as orientações da mesma não foram seguidas e que apenas a obra foi apresentada a censura "sem qualquer referência ao procedimento anterior". A censora novamente aponta para o uso de palavrões e para a diversidade de práticas hetero e homossexuais presentes no filme, destacando a existência de "sequência demorada expõe o envolvimento amoroso entre a personagem central e outra mulher com enfoque de carícias, beijos e manipulação de clitóris".

Em sua conclusão ela afirma que se tratava de uma obra voltada para o público adulto, sendo, pois, inviável para a televisão, devido ao fato da mesma ir contra o que dispõe o artigo 53, item III, Lei 6697/79³⁵⁸. De acordo com esta lei, era vedada a apresentação em rádio e televisão de qualquer espetáculo proibido para menores de dezoito anos, independente do horário em que o mesmo fosse ser veiculado. Como o processo inicial que liberou a obra para o cinema a permitiu somente para o público maior de dezoito anos, assim sendo, novamente temos um parecer pela não-liberação da obra para a exibição na televisão.

No segundo parecer, cita-se explicitamente o fato do filme ser uma adaptação da obra *A Paranoica*, de Cassandra Rios, afirmando que devido a isso "as cenas constituem-se numa apresentação contínua de nudez total feminina; auto-estimulação (...) lesbianismo e relacionamento heterossexual, ambas situações precedidas por carícias nos seios, nádegas e órgãos genitais, ainda, culminância no orgas-

³⁵⁷ Parecer 752/87, Geralda Coelho. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁵⁸ Este instrumento legal instituiu o Código de Menores, somente revogado em 1990, com a Lei n.º 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

mo". Além disso, afirma-se que o uso de linguagem permeada por palavrões estaria relacionado com o fato de haver um clima de decadência e de degradação moral sustentando a trama da obra.

Afirma-se, diferentemente do primeiro parecer, que foram feitas algumas "quebras bruscas de cenas", mas que nada modificou acerca do "conteúdo deletério" do filme. Assim sendo, é defendido que o filme continue proibido para menores de dezoito anos e que por isto seria inadequado para exibição em veículo televisivo, conforme o já citado artigo 53, item III, Lei 6697/79.

No terceiro parecer³⁵⁹, a censora opta pela liberação para após as 23 horas, porém cita em todo o conteúdo do seu parecer as cenas que deveriam ser cortadas para adequar a obra para o meio televisivo. São assim apresentados quinze trechos que deveriam ser retirados da obra por conter: masturbação, lesbianismo, felação, nudez, incesto, coito anal e vaginal e palavras de baixo calão. Destas cenas, seis são acerca das relações lésbicas de Ariella e Mercedes, sendo este o tema que mais foi censurado nos recortes indicados para o filme.

O quarto e último parecer³⁶⁰ opta pela liberação para após as 23 horas, desde que efetuados diversos cortes, que são citados, de forma bastante semelhante ao parecer anteriormente citado no tocante as cenas que devem ser alvo de corte.

O que podemos constatar na análise dos oito pareceres sobre a liberação ou não do filme Ariella para a televisão é a persistência ainda da visão de que o tema da sexualidade é algo do âmbito privado, não devendo, pois, adentrar nas casa das pessoas pelo meio de comunicação que tem o maior apelo naquele momento: a televisão. Além disso, o foco das restrições se centra em três temas: o uso de palavras de baixo calão, as cenas de sexo não-convencionais (incesto, sexo anal, felação) e, principalmente, as cenas que envolvem a homossexualidade feminina.

Não somente as cenas de sexo lésbico em si são indicadas para serem retiradas, mas, inclusive, as cenas que insinuam ou têm diálogos sobre amor (e não sexo) lésbico são indicadas para exclusão por serem temáticas que não devem adentrar aos lares brasileiros. O que vemos aqui é a persistência da visão que busca silenciar a existência de tais relações, o que Rios vinham lutando contra desde a dé-

³⁵⁹ Parecer 832/87, Marisa Ferreira Barros. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

³⁶⁰ Parecer 833/87, Izabel Azevedo. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 274.

cada de 1940, quando iniciou sua trajetória artísticas já expondo de forma tão contundente a existência de vidas lésbicas.

Conforme já mostramos neste tópico, Rios fala sobre o final do filme, afirmando que o mesmo seria diferente, que no copião por ela assistido haveria um final feliz para Ariella e Mercedes, condizente com o final do livro. Porém, segundo o que ela afirma, os produtores lhe infirmaram que houve um erro com o último rolo do filme, fazendo que com o final feliz gravado não fosse mais incluído na obra apresentada aos censores e aprovada para exibição no cinema.

Se tal fato descrito por Rios for verdadeiro, o mesmo não condiz com a sinopse do filme entregue pelos produtores para a DCDP. Nela consta que ao final da trama "todos os membros da família retiram-se da mansão DaMatta deixando Ariella na mais completa solidão". Porém, cabe ressaltar que a sinopse também não menciona a questão da homossexualidade feminina, constando apenas que Ariella usa o seu corpo como forma de vingança da família que a adotou e o usou de sua herança. A obra, ao final dos cortes, foi liberada para depois das 23 horas, desde que efetuados os cortes elencados nos pareceres. O certificado de liberação foi emitido em 1987, com validade até o ano de 1992.

5.2.2. Tessa, a gata

Segundo Gerson Filho, quando do lançamento do filme *Tessa, a gata*, afirma que o filme Ariella "por seu tema, ele despertou nos espectadores grande curiosidade, o que por certo se traduziu na sua excelente carreira comercial"³⁶¹. E seguindo este sucesso, o filme *Tessa, a gata* (ANEXO H), baseado na obra homônima, de 1965, foi lançado em maio de 1982 no Rio de Janeiro e em novembro em São Paulo³⁶². Teve como produtor Enzo Barone e novamente a dupla John Herbert e Nicole Puzzi.

O filme narra a história de Tessa, que vivia no interior com seu marido Gustavo, porém mantinha uma relação com Débora. Posteriormente, já em São Paulo, Débora mantém um relacionamento com Roberta, irmã de Tessa e casada

³⁶¹ Gerson Filho. *Tessa, a gata: O amor entre mulheres*. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2508, 30 de Maio de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

³⁶² Conforme dados obtidos na Cinemateca Brasileira

(<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=025207&format=detailed.pft>)

com Raul, que utiliza sua mulher em diversos jogos sexuais. Por fim, a trama mostra que o envolvimento amoroso das três mulheres seria uma armação de Tessa com intuítos escusos.

Gerson Filho, em análise sobre o filme para a Revista *O Cruzeiro*, não faz nenhuma crítica pejorativa sobre o tema da homossexualidade feminina, como se pode ver abaixo ele fala em “amor em mulheres”, além de mostrar claramente em duas fotos o envolvimento das personagens.

Figura 40: Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2508, 30 de Maio de 1982



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

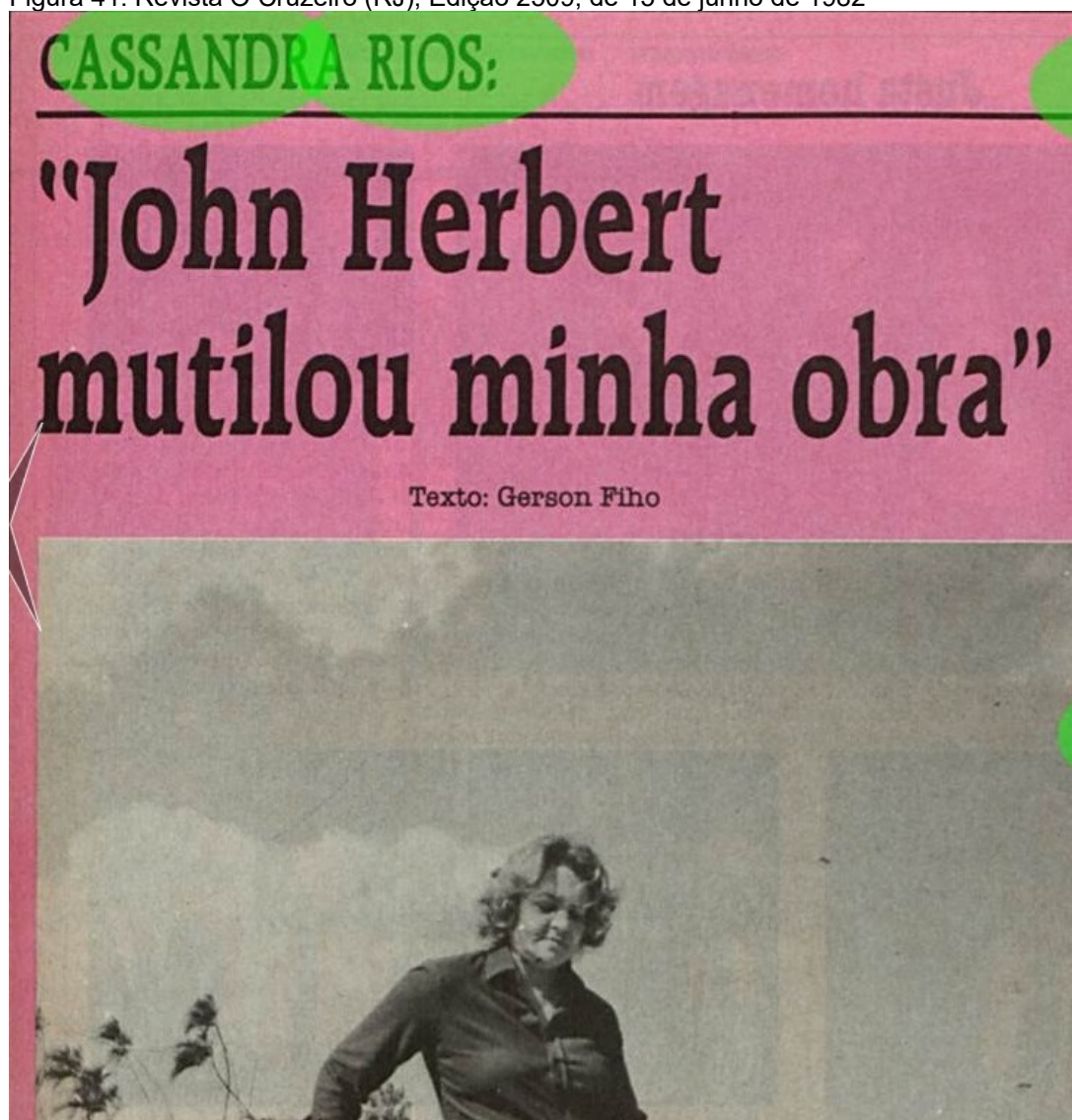
O autor faz, ainda, elogios ao filme anterior de Rios e conclui que *Tessa, a gata* é “repleto de intrigas, com um desfecho totalmente inesperado, este filme, prende-se a uma ligação homossexual entre três mulheres”³⁶³.

Porém, diferentemente da crítica especializada em cinema, o resultado final de *Tessa, a gata* foi alvo de críticas, novamente, por parte de Cassandra Rios, desta vez bem mais pesadas do que as feitas ao filme *Ariella*. Para a Revista *O Cruzeiro* Rios afirma que John Herbert teria mutilado a sua obra, ao inserir falas de

³⁶³ Gerson Filho. *Tessa, a gata: O amor entre mulheres*. Revista *O Cruzeiro* (RJ), Ano 1982, Edição 2508, 30 de Maio de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

outros livros e inserir cenas sem o seu consentimento. Em matéria publicada em junho 1982, ou seja, quinze dias após a revista publicar matéria elogiosa ao filme, Rios é entrevistada pelo mesmo crítico cinematográfico, Gerson Filho, e demonstra o seu desgosto com o trabalho feito:

Figura 41: Revista O Cruzeiro (RJ), Edição 2509, de 15 de junho de 1982



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Mesmo afirmando que houve um bom trabalho técnico no filme, Rios critica, por exemplo, a inserção de trechos de livros como *A Serpente e a Flor* e *Mutreta*. Segundo a reportagem,

a culpa pela modificação do romance cabe exclusivamente ao diretor do filme, John Herbert. Cassandra Rios acredita que essa situação é séria, pois respeita seus eleitores que, ao verem o filme nas telas, por certo não

reconhecerão o livro da escritora³⁶⁴.

A autora faz ainda a mesma crítica que Nicole Puzzi fez sobre *Ariella*: houve a inserção de cenas “que são do seu total desconhecimento”³⁶⁵. Houve por exemplo a inserção de uma cena na qual as personagens Tessa e Débora lutam na lama, o que, para Rios, relacionaria o amor delas a um chiqueiro. O que houve neste filme, para Rios, foi que “deixaram John Herbert dar expansão ao seu machismo”³⁶⁶.

Em ida a Recife para divulgar o lançamento do filme *Tessa, a gata e da* 27ª edição do livro (7ª pela editora Record) que deu origem ao filme, Cassandra solicita que os leitores leiam o livro e vejam o filme, pois houve diferenças entre os dois produtos artísticos, que devem ser julgados pelos leitores. Tecendo críticas sobre o trabalho realizado, ela afirma

Admiro muito o cineasta e ator John Herbert, mas acho que ele usou de uma certa capciosidade machista ao fazer o filme. Distorceu o caráter da personagem principal (...) No roteiro que eu fiz e que foi manipulado por mãos machistas, ela se transformou não numa vítima, mas conivente com determinadas coisas que deploro. Então, essa é minha mágoa com o filme³⁶⁷.

Acerca da visão machista constantemente exposta nas relações presentes nos filmes do estilo pornochanchada, Nicole Puzzi, musa de vários filmes da Boca do Lixo, anos depois fez uma crítica, afirmando que “parece – me que o medo da força da mulher, fez os homens, do mundo todo, tentar mostrar onde, segundo eles, era o lugar delas: na cama, gemendo...”³⁶⁸. Apesar dessas críticas vindas das duas mulheres que são centrais a construção da obra cinematográfica, a mesma foi um sucesso.

Antes de toda essa polêmica com a escritora Cassandra Rios após o lançamento o filme passou pelo processo para liberação pela Censura Federal. Este processo³⁶⁹ de análise foi iniciado em fevereiro 1982, porém, houve um atraso na pri-

³⁶⁴ Gerson Filho. Cassandra Rios: ‘John Herbert mutilou a minha obra’. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2509, 15 de junho de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁶⁵ Gerson Filho. Cassandra Rios: ‘John Herbert mutilou a minha obra’. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2509, 15 de junho de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

³⁶⁶ Gerson Filho. Cassandra Rios: ‘John Herbert mutilou a minha obra’. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2509, 15 de junho de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁶⁷ Fernando Spencer. Para Cassandra Rios, o melhor livro: a Bíblia. Diário de Pernambuco (PE). Ano 1982, Edição 00136, 21 de maio de 1982. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁶⁸ A Boca de São Paulo, Nicole Puzzi, p. 26

³⁶⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 053.

meira análise do mesmo devido a problemas de ordem técnica, pois houve uma confusão na sequência de diálogos dos rolos, sendo entregues de forma errada e havendo a necessidade de troca dos mesmos por parte dos produtores. Após sanado tal problema o processo seguiu o seu devido curso, tendo sido feita a análise por três censores federais.

No primeiro parecer³⁷⁰, o censor classifica a obra como para dezoito anos tendo como justificativa da impropriedade as cenas de sexo e de violência. Em sua análise o mesmo destaca o fato de a obra ter “como tema central o homossexualismo feminino”, um “relacionamento lésbico”, porém no tocante a temática central da obra há, na verdade, um elogio sobre a forma que a narrativa expõe “a personagem homossexual”. O próprio uso dos termos por parte do censor já demonstra uma visão diferenciada sobre a questão da homossexualidade feminina.

Além disso, o censor Manoel Adam tece elogios, ao afirmar, por exemplo que as cenas de sexo lésbico “são plasmadas por criterioso enfoque estético e não chegam a explicitude grotesca”, elogiando a mesma por se diferenciar de outros filmes do gênero que pecam pelo excesso e gratuidade das cenas de sexo. Cabe lembrar que foi este um dos pontos recorrentes de críticas ao filme Ariella.

Há também elogios ao diretor John Herbert, pois este traria ao filme um fator moral, ao “deixar claro que a sexualidade pura e simples não satisfaz as exigências afetivas do ser humano”. A mensagem do filme seria de que “os desvios de normalidade amorosa” levariam a um fracasso. Por mais que, diferentemente de outros censores, exista uma visão mais branca no tocante a homossexualidade, não a colocando como pecado ou como algo para destruir a família e a ordem social brasileira, o censor ainda deixa claro que as minorias sexuais não são algo que estaria dentro do patamar da normalidade sexual e social.

Não somente o filme de Herbert que se utiliza de discurso moralizante para expor cenas de sexo. Um outro filme famoso do período, Giselle³⁷¹, tem logo em seu início um longo texto de prólogo³⁷² no qual avisa que irá narrar uma história

³⁷⁰ Parecer 892/82, Manoel Adam. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 053.

³⁷¹ Filme brasileiro de 1980, estrelado por Alba Valeria e com direção e roteiro de Victor di Mello. Teve grande repercussão à época e buscou inspiração no famoso filme erótico francês Emmanuelle, filmado em 1974, mas que somente tinha sido liberado no Brasil em 1979.

³⁷² “Assim como na antiga civilização romana, como em Sodoma e Gomorra, todas as vezes que uma sociedade está em decadência, a principal característica, é a falta de valores morais, a promiscuidade sexual, o desamor, as frustrações, e os desencontros. Os dias que hoje estamos vivendo não,

de degradação moral familiar a qual não deve ser espelho para a sociedade. É uma trilha narrativa comum: começa-se com uma frase moralizante para contar toda a trama envolvendo sexo e ao final há remissão dos pecados cometidos ao longo do enredo.

Por fim, o censor afirma que a obra se distancia de outras do gênero, não se encaixando no simples rótulo de pornochanchada. Ele a caracteriza como uma “audaciosa abordagem de uma faceta da sexualidade humana”, não fazendo um julgamento moral pesado como em outros tempos. De forma contrária, ele afirma o “fica também, a leitura psicológica de seres cujos modos vivendi afasta-se da ‘normalidade’ de seus pares, estando condenados a um alto pedágio por sua diversidade existencial”.

É importante ressaltar o uso de alguns termos como “leitura psicológica”, “modos vivendi”, “normalidade” e “diversidade existencial”. Se comparado com os termos utilizados para analisar os livros de Rios, o que temos aqui é uma grande avanço na visão de um técnico de censura sobre a questão da homossexualidade, quando antes os termos utilizados eram “taras homossexuais”³⁷³, “mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento”³⁷⁴, “a pregação da falsa filosofia dos homossexuais”³⁷⁵, “aberração sexual”³⁷⁶, etc.

O avanço no uso dos termos ao analisar as obras é ainda maior pelo próprio alcance destes dois meios de comunicação. Por mais que as obras de Rios tivessem público leitor considerável, as obras fílmicas conseguem atingir um público ainda maior e têm um forte apelo da imagem, não necessitando tanto da imaginação, quanto a leitura de um livro.

No segundo parecer³⁷⁷ há uma descrição da obra na qual a censora

diferem muito daqueles que antecederam a destruição daquelas sociedades.

Em ‘GISELLE’, retratamos através de uma célula da nossa sociedade, a família, *uma família qualquer*, um momento da nossa realidade atual. Uma realidade de desencontros, desamores, promiscuidade, procuras e frustrações através do sexo, que por modismo e desinformações, passou a ser algo sem nenhum valor, ao mesmo tempo que inconscientemente, é uma tábua de salvação”. Giselle, 1980, Colorido, 87 min, Direção Victor Di Mello.

³⁷³ Parecer 1720/75, livro As Traças, Censora Ana Kátia Vieira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

³⁷⁴ Parecer 1711/75, Censora Marina de A., livro Copacabana posto 6 (A madrasta). Brum Duarte. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 895.

³⁷⁵ Parecer 144/76, Técnico de Censura L. Fernando, livro Nicoleta Ninfeta. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 905.

³⁷⁶ Parecer 79/76, Técnico de Censura José do Carmo Andrada, livro A Volúpia do Pecado. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Publicações. Caixa: 904.

³⁷⁷ Parecer 893/82, Maria Arlete Gama. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas

define Débora como “uma homossexual”, enquanto Tessa e Roberta, não são assim chamadas. Cabe lembrar que tanto Roberta, quanto Tessa, eram casadas com homens, mesmo mantendo relacionamentos homossexuais, talvez por isso o fato de ambas não receberem o “rótulo” de homossexual pela censora.

Apesar de falar sobre a trama policial do filme, que envolve ganância e assassinato, para a censora o propósito do autor da película era promover uma obra erótica, mostrando relações sexuais hetero e homo, contudo "sem planos de detalhes". Porém é ressaltado que são utilizados objetos fálcos em algumas cenas de sexo, porém afirma-se que tal ato seria de forma caricata.

Mesmo com a exposição de tais cenas de sexo, a censora afirma que ela nada mais seriam do que "simples exibição de erotismo vulgar e grosseiro", o que já era habitual nas pornochanchadas brasileiras. Seguindo a linha atenta à moral, há uma crítica sobre o fato do filme mostrar o tráfico de “tóxico”, masturbação e voyeurismo. Por fim, é feita uma análise elencando os pontos positivos da obra afirmando que a mesma tinha uma estrutura técnica acurada, assim como uma boa fotografia, o que atenuaria o conteúdo e possibilitaria a liberação para maiores de dezoito anos.

Assim como o primeiro, o terceiro parecer³⁷⁸ coloca como justificativa da impropriedade etária o fato de existirem cenas de sexo e violência. Para ela somente o público adulto seria capaz de discernir a mensagem do filme, não sendo induzido por "ilações distorcidas". É enfatizado o fato de haver uma relação entre Débora e Tessa, afirmando que o filme teria como enfoque o "relacionamento lesbiano" e que nele a "condição homossexual como decorrente de um processo emocional e não explicitação de atos que visam unicamente a libertinagem". Interessante é notar que a censora faz uma diferenciação deste filme pelo fato do relacionamento homossexual não acontecer somente por “libertinagem” ou prazer, mas por afeto e amor, afirmando que Tessa e Débora seriam apaixonadas. De maneira diferente, os enredos e as cenas de sexo de pornochanchadas eram baseadas, via de regra, no puro prazer (rodeado pela sensação de pecado) e não no afeto e no amor, principalmente quando da exposição de relacionamento entre mulheres.

Novamente é elogiado o trabalho artístico da obra, "a plasticidade cênica", porém ressaltando que há inserção de detalhes grosseiros nas cenas de sexo, além

– DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 053.

³⁷⁸ Parecer 894/82, Ivonete Jarbas. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 053.

de haver "triolismo, masturbação e relações entre mulheres". Afirma-se ainda que o mesmo se diferencia das obras do gênero pornochanchada, chegando-se a elogiar o fato de que a "utilização de recursos técnicos dão às cenas de relação sexual um desfecho poético, aliado a uma fotografia bem trabalhada".

De forma geral, o que podemos ver no processo deste filme é que o mesmo foi amplamente elogiado em seu aspecto estético, diferenciando-se de outros do gênero. Mesmo com críticas a questão da temática homossexual, há abrandamento no discurso anteriormente visto, o que já denota uma mudança na visão dos censores acerca da questão da diversidade sexual, não mais vista exclusivamente como pecado, desvio ou depravação, havendo, uma abertura para o debate sobre a diversidade de formas de expressar o amor e a sexualidade. Porém, cabe ressaltar que o filme, diferente de Ariella, não tem cenas que enfoquem claramente relações homossexuais, sendo apenas mais beijos e insinuações das mesmas.

5.2.3. A mulher serpente e a flor

O filme *A mulher serpente e a flor* (ANEXO I), baseado na obra *A serpente e a flor*, de 1965, foi lançado em julho de 1984 em São Paulo³⁷⁹. A obra tinha como título original *O orgasmo da serpente*, que foi modificado por questões de censura. Este terceiro e último filme baseado em obras da autora foi o de menos repercussão e sucesso, porém foi o que Cassandra mais elogiou acerca do trabalho no roteiro. A adaptação do texto foi feita pelo roteirista Benedito Ruy Barbosa, o que a agradou pela fidelidade ao texto original.

O filme conta a história de Renata, uma jovem rica que foge no dia do seu casamento para uma casa de praia semi-abandonada de sua família, passando semanas dada como desaparecida e sem entrar em contato com familiares. Enquanto permanece nesta casa, coisas estranhas acontecem, ela mantém um relacionamento afetivo/sexual com uma mulher casada (Mirtza) e acaba sendo violentada por um suposto mostro que invade a residência. A história tem um fundo sombrio e um final marcante com a descoberta da real origem da personagem principal e do suposto

³⁷⁹ Conforme dados obtidos na Cinemateca Brasileira (<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=025305&format=detailed.pft>)

mostro, assim como a descoberta de crimes e pecados cometidos no passado por seus familiares.

Sobre a relação com o roteirista do filme, Rios afirma que ele fez questão de levar para ela o seu trabalho para que a mesma fizesse a aprovação, “fazendo assim o *casamento* com a escritora”³⁸⁰. Tal fato ocorreu após as críticas de Rios ao resultado do filme *Tessa, a gata*. Segundo Gerson Filho, a autoria teria afirmado que deveria “haver um casamento entre o autor do argumento, o roteirista e o diretor para que um livro adaptado às telas saia a contento”³⁸¹.

Acerca da repercussão do filme no circuito cinematográfico, o que se pode constatar foi que o mesmo não teve repercussão semelhante aos dois anteriores. Não foram encontradas, por exemplo, críticas de jornais quando do lançamento do mesmo, sendo encontradas apenas propagandas de jornal pequenos informando que ele se encontrava em cartaz em cinemas, porém nada como as propagandas com imagens dos outros filmes.

Novamente, encontramos três pareceres no processo³⁸² de liberação do filme para o cinema. No primeiro parecer³⁸³ faz-se um juízo sobre a qualidade da obra afirmando-se que “esta é uma história absurda que pretende ser uma obra-prima de terror e sexo. Não é uma coisa nem outra” e que a mesma teria “inconsistência na trama”.

Quanto à questão da sexualidade, afirma-se que as mulheres se apaixonam, não fazendo juízo de valor. Porém, posteriormente o censor afirma que haveria na segunda parte da trama uma insistência em mostrar o relacionamento homossexual entre elas, mas dentro do limite do permitido, mostrando beijo carícias e afagos.

Entretanto, quando da análise da linguagem da obra, afirma-se que os diálogos entre as personagens lésbicas continham algumas obscenidades, sendo isto um dos fatos para a classificação etária para o público adulto. Sendo a justificativa para a impropriedade as “cenas de sexos e situações de lesbianismo”. Para o censor a exibição da homossexualidade ainda é algo voltado para o público

³⁸⁰ Gerson Filho. Cassandra Rios: ‘John Herbert mutilou a minha obra’. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2509, 15 de junho de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁸¹ Gerson Filho. Cassandra Rios: ‘John Herbert mutilou a minha obra’. Revista O Cruzeiro (RJ), Ano 1982, Edição 2509, 15 de junho de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁸² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

³⁸³ Parecer 5486/83, Técnico de Censura matrícula 2.405.306. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

adulto. Mesmo tendo afirmado sobre o uso de cenas de terror que era “chocantes”, as mesmas não aparecem como justificativa da obra ser voltada para o público adulto.

O maior problema visto pelo parecerista é no tocante ao título, que seria “apelativo e ofensivo ao decoro público” e por isso deveria ser modificado. Tal título faria a obra não estar em consonância com a lei 5536/1968³⁸⁴, em seu artigo 3^a, no qual é legislado que

Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decôro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou as religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.

O segundo parecer³⁸⁵ coloca como justificativa da impropriedade as cenas de sexo e violência, sendo realizada neste parecer uma análise destes dois pontos. Sobre a questão da violência, analisa que o espírito de vingança existente na obra seria mascarado na forma de terror, com o mostro. E neste “plano de desforra” do personagem traria cenas de morte, falo decepado, estupro, degolamento, tiroteio, etc.

Quanto à cena de estupro, para o censor tal fato ocorrera quando o suposto monstro flagra a personagem principal “trocando carícias com a sua esposa”. Cabe salientar que não era somente uma simples “troca de carícias”, mas sim uma relação sexual entre duas mulheres, inclusive com uma personagem dizendo à outra que queria ser por ela “possuída” e mostrando claramente o rosto de Renata com expressões e barulhos de orgasmo até que se inicia o ataque e a violência sexual. Para o censor, entretanto, tal enlace não resultaria em sexo, apenas carícias. Tal pensamento nos faz refletir sobre o padrão falocêntrico no qual a relação sexual somente é vista como efetivada quando da existência de um pênis e a penetração por parte do mesmo.

Para o censor, o filme nada mais estaria do que “explorando situações de sexo e violência que refletem desejos sexuais incontroláveis, tanto lesbiânico, como heterossexual” e que tais comportamento eram enfocados de modo reprovável na

³⁸⁴ Foi uma lei que dispôs sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e criou o Conselho Superior de Censura (CSC).

³⁸⁵ Parecer 5487/83, Técnico de Censura matrícula 2.437.399. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

película. Novamente, a parte considerada mais problemática é o título, considerado apelativo e ferindo o decoro público. Assim, é feita a sugestão de mudança para a posterior liberação ao público maior de dezoito anos.

Já o terceiro parecer³⁸⁶, da técnica de censura federal Solange Vaz, é o único a ressaltar o fato de o filme ser baseado em um livro de Cassandra Rios e que o mesmo não teria “nenhuma mensagem positiva e nem negativa”, mostrando apenas cenas de terror e de sexo”, “evidenciando ambição desmedida do ser humano e as consequências funestas desse sentimento”. Portanto, seria uma história para o público adulto.

É destacado também que a personagem principal, Renata, “vive as mais diversas experiências desde a amorosa com uma mulher”. Na análise a questão da homossexualidade feminina é pouco tocada, afirmando-se, em relação às cenas de sexo, que há “várias relações sexuais normais” e “troca de carícias entre mulheres”. Contudo, tais cenas não são vistas como motivo para corte ou censura, pois não ultrapassam o limite da lei.

Contudo, o que passaria este limite é o título da obra, visto como “impróprio e apelativo”. Assim, condiciona-se a sua liberação para o público maior de 18 anos desde que ocorra a mudança do título.

A mudança do título do filme é o ponto comum dos pareceres dos três censores. Tal indicação é ratificada pela chefe do SCC/SC DCDP, Yêda Lucia Neto, em ofício de setembro de 1983. Além do título, ela deixa em destaque que a justificativa de impropriedade seriam as “cenas de sexo/lesbianismo/violência”. Ocorre que mesmo versando sobre a questão lésbica contida no filme, nenhum dos três censores colocou no campo “Justificativa da Impropriedade” a questão do “Lesbianismo”, os três colocaram os termos “cenas de sexo” e “violência”. Tal enfoque da questão da homossexualidade feminina foi dada apenas pela diretora em seu ofício.

Em ofício de outubro do mesmo ano a Empresa Cinematográfica Haway solicita que seja reconsiderada a censura ao nome do filme, entendendo como impropriedade a consideração de que o mesmo seja apelativo. No dia seguinte o Chefe de Gabinete em exercício, Geová Lemos Cavalcante, expediu ofício no qual mantém o parecer pela não liberação do título do filme. Segundo ele, “as razões

³⁸⁶ Parecer 5488/83, Técnica de Censura Solange Vaz. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

apresentadas não são suficientes para ensejar revisão na anterior decisão do DCDP”.

Somente em janeiro de 1984 é que a Empresa responsável pela película solicita a EMBRAFILME a modificação do título do filme e em fevereiro o mesmo é liberado pela Censura com o título “A Mulher Serpente e a flor”. Assim a obra passa a ter um título mais próximo ao original do livro de Rios.

A questão do título não foi o único problema com a Censura que ocorreu em relação a este filme. Dois cartazes do material publicitário foram interditados, sendo proibida a exibição dos mesmos inclusive dentro dos cinemas. O primeiro cartaz mostra duas mulheres quase que completamente nuas na cama, uma ao lado da outra, já o segundo mostra um homem em cima de uma mulher na cama, beijando-a.

A empresa responsável pelo filme encaminhou ofício à Diretora da DCDP, Solange Maria Teixeira Fernandes, solicitando a liberação dos cartazes “para exibição ou, pelo menos, para liberação interna”. Contudo, tal solicitação foi negada, pois não seria ela a autoridade competente para fazer a análise do recurso.

Impetrando tal recuso para a autoridade competente, o Diretor-geral da DPF, o mesmo foi negado pelo chefe de Gabinete, Geraldo José Chaves, sob o argumento de que as razões manifestadas no recurso não eram suficientes. Assim sendo, o material continuou proibido com base no Decreto-lei 1077/70. Diante da negativa da direção do DPF, a empresa cinematográfica buscou liberação junto ao Conselho Superior de Censura (CSC).

Este Conselho foi criado pela Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968 (depois Regulamentada pelo Decreto nº 83.973, de 13 de setembro de 1979)³⁸⁷, tendo como competência “rever, em grau de recurso, as decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, proferidas pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal” e “elaborar normas e critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça”. Assim

³⁸⁷ As duas leis asseguram que o Conselho Superior de Censura tenha uma diversidade de membros, sendo composto por um representante de cada seguimento a seguir: Ministério da Justiça, Ministério das relações Exteriores, Ministério das Comunicações, Conselho Federal de Cultura, Conselho Federal de Educação, Serviço Nacional de teatro, Empresa Brasileira de Filmes, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Academia Brasileira de Letras, Associação Brasileira de Imprensa, Autores Teatrais, Autores de Filmes, Produtores Cinematográficos, Artistas e Técnicos em espetáculos de Diversões Públicas e Autores de Radiodifusão. Destaca-se, também, que tais membros deveriam ter formação superior preferentemente em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

sendo, era uma instância de normatização e revisão dos atos do DCDP.

Mesmo devendo existir desde a lei de 1968, a efetivação do CSC somente ocorreu com a lei complementar de 1979. Já em maio e junho de 1980 o Conselho realizou sessões abertas ao público em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no intuito de ouvir opiniões diversas sobre a questão da Censura ante uma sociedade que buscava se democratizar. Porém, quando do discurso de abertura do Seminário Nacional sobre Censura de Diversões Públicas II Etapa, em 1980, Euclides Pereira de Mendonça, Presidente do C.S.C., defendeu a existência da atividade censória, com o seguinte argumento:

Cuidamos razoavelmente bem da preservação da saúde física do cidadão. Quanto à sua saúde mental, dispensamos cuidados equivalente? Ou a exibição requintada de cenas de violência, ou a mercantilização e exploração depravadas do sexo, no cinema, nas publicações e na tevê, comprovadamente, não afetam a saúde mental e espiritual do cidadão, qualquer que seja a faixa etária em que este se inclua?³⁸⁸

Percebe-se uma mudança no tocante ao discurso acerca das cenas de sexo, se antes as mesmas eram vistas como forma de corromper a juventude e destruir os laços familiares e, por conseguinte, a sociedade brasileira, o que vemos agora é uma preocupação com a saúde mental e espiritual.

Quando foi solicitada a revisão da proibição dos cartazes para uso dentro do cinema, o argumento utilizado foi o seguinte: “face ao que se exhibe em bancos de jornais, - cartazes de propaganda de outras obras, com mulheres nuas, seminuas, ou de atitudes ditas ‘provocantes’, consideramos excessivamente rigorosa a decisão de se interditar a exibição dessas fotos nos recintos do cinema”.³⁸⁹

De fato, em tal período, já no ano de 1984, as bancas de jornal vendiam livros e revistas que mostravam de forma explícita corpos femininos nus. Por exemplo, os livros editados por Rios com pseudônimos masculinos continham fotos de mulheres nuas na capa, assim como no seu interior, sem sofrer processos pela censura federal.

Para o relator do processo no Conselho Superior de Censura, Roberto Pompeu de Sousa Brasil, ambas as imagens não feririam o decoro, não havendo

³⁸⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Orientação, Série: Cursos, BR DR AN. BSB NS. ORI. CUR. 05

³⁸⁹ Ofício de Fernando A. N. Almeida, da Eletro Filme LTDA, para o Conselho Superior de Censura. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

“ofensa alguma à moral e aos bons costumes”. Na sua visão, a imagem das duas mulheres poderia representar tanto uma carícia leve como uma massagem. A única crítica feita às imagens é ao que ele chama de “falsificação inaceitável”: na foto original as duas mulheres estavam nuas, já na foto do cartaz foi colocado com um “retoque grosseiro” o desenho de um pano sobre as nádegas de ambas (ANEXO J).

Para o relator, tal artifício era consequência de um “inqualificável excesso de dissimulação” utilizado por determinados produtores de diversões públicas contra os “exageros da Censura”. Neste comentário o que vemos é uma crítica à própria censura federal, tendo em vista que a proibição da imagem ocorreu em primeira e segunda instâncias, somente sendo liberada ao chegar o CSC, o que levou alguns meses e recursos internos juntos à DPF.

No relatório de Roberto Pompeu o que percebemos é uma visão que mostra as mudanças no tocante à moral e aos bons costumes, o que também já estava presente nos pareceres dos censores que primeiro analisaram a obra. A exibição ou sugestão do lesbianismo já não é mais vista como algo que feriria automaticamente o decoro. Há nuances destes relacionamentos que eram vistas como podendo vir a público. Por outro lado, há visões que não concordam com isso – o que Pompeu chama em seu parecer de “excessos da censura”. Em reunião em agosto de 1984, o CSC presidido por José Rosa Abreu Vale decide³⁹⁰, por maioria, liberar as duas fotos publicitárias do filme.

Tendo em vista que o processo visando à liberação do filme se iniciou em agosto de 1983, transcorreu-se um ano até que o mesmo fosse encerrado com a liberação dos cartazes. Tal tempo gasto com este processo fazia com que o lançamento da obra fosse postergado, ocorrendo em São Paulo somente em 24/07/1984, segundo dados da Cinemateca Brasileira, e, no caso dos cartazes, também prejudicaria a propaganda dos mesmos, sem o apelo imagético que a nudez trazia para este tipo de filme.

Se por um lado o Conselho Superior de Censura, órgão que elaborava normas para orientar a censura e recebia recursos de processos do DCDP estava se abrindo para a exibição de temáticas antes consideradas sensíveis para a sociedade brasileira, por parte de pessoas ocorriam movimentos contrários ao arrefecimento da censura. Por exemplo, em 1985, Monsenhor Augusto Dalvit, Diretor de Comunicação

³⁹⁰ Decisão a82/84 do Conselho Superior de Censura. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

da Arquidiocese de Porto Alegre, enviou um Telex³⁹¹ ao Diretor do DCDP, Coriolano de Loiola Cabral, tecendo críticas às modificações a serem processadas na Censura e que foram noticiadas pela imprensa informando que o órgão passaria a ser “meramente classificatório, com plena liberdade quantos aos artistas e produtores de filmes e outras manifestações culturais”.

Haveria da parte dele a especial preocupação em relação a exibição de filmes de conteúdo sexual na televisão, o que seria preocupante para a chamada “nova república” que já se instalava com “liberalismos”. O Monsenhor afirma, “manifesto preocupação, pois, mesmo em países socialistas a censura é rígida. Destruídos os valores éticos e morais cai a família e se desagrega a sociedade”.

Na visão de mundo do Monsenhor ainda havia o discurso que tais obras gerariam problemas morais, levando a fazer, inclusive, uma comparação defendendo países socialistas. Países este que durante muito tempo foram vistos pelos setores mais conservadores como responsáveis pela inserção de obras vistas como pornográficas em nossa sociedade, como uma forma de destruir a família brasileira.

Em resposta as preocupações do Monsenhor, o Diretor do DCDP o responde afirmando que “manifestações de igual teor traduzem o pensamento dos diversificados segmentos de nossa sociedade”. Porém, ele afirma que é necessária uma “atualização da legislação censória”, mas que esta de forma alguma iria permitir a “transmissão de programas que contrariam valores éticos e morais, incluindo-se, aqui, os chamados filmes pornográficos, de sexo explícito”³⁹².

Porém, sabemos que, ao final, tais filmes foram sendo permitidos para a televisão, após passar por um processo de análise posterior ao processo de liberação para o cinema, conforme analisamos no caso do filme Ariella.

5.3 Jornais, rádio e a televisão: um nome em destaque

No livro *MezzAmaro Floris e Cassis – O pecado de Cassandra*, a autora relembando sua trajetória fala das diversas ocupações artísticas que teve e dos

³⁹¹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.260

³⁹² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de comunicação, BR AN, BSB NS.AGR.COF.MSC.260.

encontros com pessoas do meio que lhe foram propiciados pelo seu contato com o rádio, o jornal e a televisão. Na década de 1980, Cassandra Rios foi figura ativa nos meios de comunicação, principalmente o rádio e televisão, além de ser colunista em jornais. Para os telespectadores de São Paulo ela era uma figura muito familiar, estava sempre nestes meios de comunicação.

Em 1982, o Serviço Nacional de Informação, agência de São Paulo, produziu uma Informação intitulada “Fatores que influenciam na formação da moral social e da opinião pública brasileira”, um documento categorizado como Material confidencial, da ASP/SNI³⁹³. Neste documento é expressa uma preocupação com a juventude paulista em relação aos “valores espirituais e morais da nacionalidade”, faz-se, como foi de costume no período militar uma vinculação entre a questão moral e a questão da defesa da nação.

É colocado em foco o papel dos meios de comunicação em massa, principalmente a televisão, que é definida como um espaço que “via de regra, exalta o erro e deprime a virtude ou enaltece o deboche e avilta o respeito”. Se antes tivemos músicas, cinema e jornais (livros em número bem menor) como obras amplamente censuradas, a televisão neste momento havia se tornado o foco dos censores, pois a mesma adentrava os lares, havendo um grande poder principalmente das novelas e os programas de auditório, os quais Rios teve participações desde a década anterior.

Além da televisão, são também citados como elementos perigosos o comércio de produtos eróticos, as casas de massagem (prostíbulos disfarçados), o cinema e a chamada imprensa sensacionalista. Neste último caso, como podemos ver na imagem abaixo, Cassandra Rios é expressamente citada, o nome dela era um chamativo de atenção para os censores, havia preocupação moral voltada para a sua figura:

Figura 42: Informação nº 1287/119/ASP/82

³⁹³ Arquivo Nacional, Acervos dos Órgãos de Informação do Regime Militar, SNI - Serviço Nacional de Informações - BR DRANBSB V8, Agências, Fundo SNIG, EO16609-1982.

- IMPRENSA SENSACIONALISTA:

Além das notícias de violência, jornais dessa imprensa contrataram autores conhecidos por seus problemas com a censura, tais como CASSANDRA RIOS, a qual a borda somente problemas de adultério e devassidão de costumes, dando-lhes aspecto de normalidade.

Fonte: Arquivo Nacional, Acervos dos Órgão de Informação do Regime Militar, SNI - Serviço Nacional de Informações - BR DRANBSB V8, Agências, Fundo SNIG, EO16609-1982

Neste sentido, o documento revela nos parágrafos seguintes uma importância da matéria Educação Moral e Cívica ante esse cenário, citando a influência do V Encontro de Educação Moral e Cívica, realizado em Brasília em 1981 e que “teve por objetivo a análise da atual situação moral da sociedade, os fatores de sua deterioração e as perspectivas abertas à sua recuperação”. Interessante ressaltar que uma das soluções apresentadas para o problema moral era a inserção dos alunos no serviço militar, pois estes “se beneficiariam através do contato com uma instituição que prima pela organização e disciplina”.

Ao final do documento contava o seguinte carimbo:

Figura 43: Carimbo: documento confidencial



Fonte: Arquivo Nacional, Acervos dos Órgão de Informação do Regime Militar, SNI - Serviço Nacional de Informações - BR DRANBSB V8, Agências, Fundo SNIG, EO16609-1982

Tal relatório era tratado como um documento sigiloso, mesmo versando sobre algo que não mais era visto como tema caro à segurança nacional. Diante do exposto, o que se pode confirmar são as forças contrárias às mudanças que ocorriam no patamar moral dentro e fora do governo.

No período citado por este relatório, Cassandra Rios escrevia no Jornal Notícias Populares. Este foi um periódico de cunho sensacionalista de São Paulo que rodou entre 1963 e 2001. Nasceu buscando fazer uma contraposição a outro famoso jornal da época, o Última Hora. O jornal buscava ter um tom populista, além de

ser vendido em horário bem cedo (quando as pessoas saiam pra trabalhar) e de ter um valor abaixo do praticando pelo concorrente³⁹⁴.

Outra característica marcante era o exagero nas manchetes, do estilo jornal "espreme que sai sangue". Posteriormente foi comprado pelo grupo Folha, que fez mudanças no jornal, mas manteve a característica de ser voltada para o público dos trabalhadores. Na década de 1980 deu espaço diversos grupos minoritários, tendo colunas importantes como "Espaço Gay", de Julian Gray³⁹⁵, e "Tudo sobre sexo", de Rosely Sayão, em contrapartida, tinha também a "Coluna do Machão", de Natão de Magalhães (CAMPOS JÚNIOR *et al*, 2011). Com a coluna Espaço Gay o jornal era o segundo a ter uma voltada para este seguimento de leitores, já existindo anteriormente a "Coluna do Meio" do jornalista Celso Curi, no Jornal Última Hora (DANTAS, 2018).

Rios mantinha a coluna "Cassandra Sem Censura". Segundo notícias de jornal³⁹⁶, tal coluna seria diária e abordaria temas diversos. Além da participação neste jornal, nos anos noventa ela editou três jornais próprios, *Jornalesco*, *Folheto* e *Cassandra Rios Newspaper*. Sobre este trabalho jornalístico ela afirma que nasceu quando "eu fiquei sem escrever nada. Eram só tentativas, escrevia oito capítulos, engavetava. 'Meu Deus', pensei, 'Cassandra Rios foi morta, está morta, sepultada, não vou escrever mais!'. Para não ficar fora da literatura, fui fazer jornais, 'Jornalesco' e o 'Folheto' "³⁹⁷.

No tocante ao rádio, Rios também teve programas na rádio Bandeirantes-SP e na Rádio São Paulo, como podemos ver na foto abaixo:

Figura 44: Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001

³⁹⁴ <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticias-populares>

³⁹⁵ Tratava-se de um pseudônimo em homenagem ao protagonista de O retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde (CAMPOS JÚNIOR *et al*, 2011).

³⁹⁶ Cassandra Rios "Como a fênix, sempre me ergui das cinzas". O Fluminense, Ano 1982, Edição 03435,/24 de maio de 1982, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁹⁷ Miguel de Almeida. Das trevas para Capela. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.



Fonte: Google Livros.

Na sua participação na Rádio São Paulo, Rios era uma espécie de Cassandra mitológica: uma adivinha. As pessoas ligavam e diziam três palavras, a partir das quais Rios fazia uma análise da vida do ouvinte. Sobre isso ela lembra em entrevista dada em 1993:

Figura 45: Programa na Rádio São Paulo

O GLOBO — Você teve um programa de rádio. Fale disso.

CASSANDRA — O locutor dizia: “Agora, o esperado teste de personalidade. Com três palavras apenas, Cassandra Rios irá fazer o perfil de seu caráter e dizer coisas suas que até você desconhece”. Daí, eu atendia o telefone, a pessoa dizia três palavras, as primeiras coisas que lhe vinham à mente, e eu então fazia uma análise da vida das pessoas, adivinhava o signo. E eu não errava nunca. Foi na Rádio São Paulo, até 1986.

Fonte: Jornal O Globo 14 de Agosto de 1993, Matutina, Segundo Caderno, página 4

No tocante à televisão, a presença de Rios já ocorria há muito tempo, mesmo ela evitando, pois se incomodava com o teor das perguntas. Em 1974, afirmou-se que para Rios "aparecer em televisão, ela nunca aceita cachê menor do

que mil cruzeiros e, ainda assim, exige conhecimento prévio das perguntas que lhe serão feitas. A escritora se sente 'traída pela imprensa'. E está sempre na defensiva"³⁹⁸.

A partir da década de 1970, Rios foi figura recorrente no polêmico programa "Quem tem medo de verdade", da TV Record, primeiro sendo julgada e depois julgando pessoas no programa³⁹⁹. Nele celebridades participavam respondendo perguntas de um júri composto por pessoas famosas. Segundo diversas propagandas em jornais, a autora era uma figura recorrente, como sendo uma das pessoas a fazerem perguntas, o que vem bem a calhar, pela fama dela de ser uma mulher bastante sincera e afeita à verdade.

Sobre o fato de ter virada jurada desse programa, a autora relata a ironia desta situação, pois "Eu! A que não saí da cadeira dos réus do Tribunal de Justiça Criminal, fazendo parte de um corpo de jurado!" (RIOS, 2000, p.55).

Para além de suas participações diretas, a autora tornou-se um ícone citado quando da temática da sexualidade feminina. Por exemplo, em 1988, o programa TV Pirata⁴⁰⁰ encenou um quadro intitulado Tela Morna - Troia Profunda⁴⁰¹, no qual fazia referência tanto à cidade grega de Troia, quanto ao filme pornográfico Garganta Profunda⁴⁰² e à faixa de horário de filmes da própria Globo, Tela Quente, que se iniciava naquele mesmo ano.

O quadro era ambientado em um templo grego e encenavam Claudia Raia, Ney Latorraca, Felipe Camargo, Regina Casé e Diogo Vilela, que gritavam à frente da câmera "Cassandra!" o que gerava trovões. Em determinado momento, uma das personagens pergunta quem seria Cassandra, o que é explicado por outro como sendo uma autora que "escreve romances eróticos com o pseudônimo de

³⁹⁸ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

³⁹⁹ "Após a gravação, pelo índice de audiência que deu o programa, 'Quem tem medo de verdade', fui contratada pelos muito queridos, Carlos Manga, Dr. Paulo Machado e Marcos Lazaro, para fazer parte do júri, e chamadas de outros programas" (MezzAmaro, 2000, p. 55).

⁴⁰⁰ Foi um programa humorístico veiculado pela Rede Globo entre os anos de 1988 e 1990, depois novamente em 1992. Utilizava-se do humor satírico e *nonsense*, tendo como roteiristas pessoas famosas por escrever textos deste tipo como Luís Fernando Veríssimo, Pedro Cardos e integrantes do Casseta&Planeta. Teve no seu elenco de atores como Luiz Fernando Guimarães, Claudia Raia, Ney Latorraca, Débora Bloch e Regina Casé.

⁴⁰¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/tv-pirata/p/2724/>

⁴⁰² Foi um famoso filme pornográfico americano de 1972 dirigido por Gerard Damiano e estrelado por Linda Lovelace. Sua fama à época foi tanta que o nome Deep Throat (título em inglês) chegou a ser utilizado pelo delator do Caso Watergate, que viria a fazer o presidente americano Richard Nixon renunciar de seu cargo.

Cassandra Rios, entre eles, *O jumento e a troiana*"⁴⁰³.

Apesar da brincadeira com o filme pornográfico, a origem do mito grego de Cassandra, o quadro mostra o quanto a escritora ainda era uma personagem lembrada pelo conteúdo do seu livro, mesmo já passadas décadas das primeiras publicações e anos desde que não mais publicava obras de sucesso.

Ao longo dos anos a autora deu entrevistas para importantes programas na televisão, como o de Clodovil Hernandez e o de Marília Gabriela. Em junho de 1990, por exemplo, ela apareceu no importante programa de relevância nacional Jô Soares Onze e Meia, do SBT. Em tal programa a autora tem uma conversa na qual versa sobre os processos, sobre seus livros, seu projeto e fala, inclusive, sobre o livro lançado por Armando Falcão, como já citado em tópico anterior.

Figura 46: A escritora Cassandra Rios entrevistada por Jô Soares no programa "Jô Soares Onze e Meia"



Fonte: FotoFolha: Cassandra Rios: Escritora Cassandra Rios conhecida por seus livros que tratavam de homoafetividade, prazer e drogas, 07/03/2018, Jornal Folha de S. Paulo.

Ocorre que mesmo sendo uma figura pública nos meios de comunicação, Rios não detinha mais o sucesso e os ganhos monetários da época da publicação

⁴⁰³ Judson Ovídio. Cassandra Rios: A Rainha da Literatura Erótica, (<http://revistazingu.blogspot.com/2007/08/cassandrarios.html>)

de seus livros, que se encontravam fora de circulação. Sobre este momento da vida da autora, a pesquisadora Eliane Robert de Moraes teceu interessante análise:

Cassandra, ela começou a aparecer aí. Aparecer não no sentido de celebridade, isso é aquilo, e tal, mas, assim, o nome dela começou a aparecer aí, tenho a impressão, talvez até esteja enganada, mas vou aqui dar um chute. Eu tenho a impressão que este momento em que começa a aparecer, na virada do setenta para o oitenta um discurso que seria, pelo qual seria possível resgatar a figura dela, pega Cassandra num momento melancólico. Assim, que ela se sente, um pouco, talvez um pouco, fracassada na sua luta, na sua reivindicação. Se a gente pensar que essa autora começa a escrever no final dos anos quarenta, então, pensa, eu estou falando no início dos anos oitenta, são aí quarenta anos. (Eliane Robert Moraes In.: KORICH, 2013)

De fato, o que vemos em Cassandra deste período era uma mulher que lutava ante as dificuldades que ainda lhe sobrevinham pela censura, pelas temáticas de seus livros e pela marca que isto tinha deixado em relação ao seu nome. Se por um lado ela era figura constante nos meios de comunicação, por outro seu nome sempre vinha acompanhado ou do riso ou do peso de visões moralizantes.

5.4 Carreira política, polêmicas políticas

Durante o período que tinha o programa de rádio, Rios foi convidada por Adhemar de Barros Filho a ingressar na carreira política. Assim, em 1986 ela foi candidata à Deputada Estadual por São Paulo, obtendo cerca de vinte mil votos⁴⁰⁴. Sobre este convite ela lembra afirmando,

Eu tinha um programa de rádio de muita audiência. Uma vez entrevistei o [ex-governador de São Paulo] Adhemar de Barros⁴⁰⁵ e ele disse, no ar, que eu era a sua candidata. Nem sonhava em me candidatar a nada! Não me elegi, naquele ano só deu PMDB⁴⁰⁶

A candidatura de Rios esteve presente no Relatório do SNIG sobre a convenção regional do PDT para a escolha dos candidatos para as eleições de 15 de novembro de 1986 para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Consta no arquivo as votações que ocorreram sobre possíveis coligações, as propostas do Partido por área e a lista de candidatos, na qual consta o nome de ODETTE RIOS

⁴⁰⁴ Miguel de Almeida. Das trevas para Capela. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

⁴⁰⁵ Na entrevista ela cita Adhemar de Barros, porém é provável que seja Adhemar de Barros Filho, pois o primeiro morreu em 1969.

⁴⁰⁶ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

(CASSANDRA), com numeração 12.169⁴⁰⁷.

Esta, porém, não foi a primeira relação da autora com a candidatura política. Segundo ela, já havia sido colocada à sua revelia como candidata a deputada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Porém, quando soube disso, fugiu para Petrópolis por um mês, pois não tinha estrutura psicológica para trabalhar no meio político. Segundo ela, "eles acham que ia ter milhares de votos (...) fiquei muito honrada e estremecida, mas também fiquei apavorada. Como minha arte está em primeiro plano, eu teria que deixar a política para as horas vagas, por isso não aceitei"⁴⁰⁸.

Já em 1986, a posição de Rios quando convidada é outra, pois afirma que a sua participação na eleição a ajudou a entender mais de política. À época do convite ela pertencia ao Partido Democrático Social (PDS), mas após o convite de Adhemar de Barros Filho foi candidata pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Interessante é notar que quando da sua candidatura a deputada estadual Rios afirma que seria adhemarista, não lembrando, pois, da apreensão de livros seus à época deste governador⁴⁰⁹.

Antes mesmo de ser candidata em 1986 já era observada pelos mecanismos e participara como oradora na campanha de apoio ao Deputado Federal Paulo Salim Maluf, a Presidência da República, o que mostra a sua importância em São Paulo, apesar do que falavam a seu respeito⁴¹⁰.

Sob o slogan "Ontem, hoje e sempre defendendo nossos direitos", Rios afirma ser "contra a censura sob qualquer forma ou disfarce", como podemos ver no folder abaixo:

Figura 47: Material de campanha de Cassandra Rios para Deputada Estadual

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional, Acervos dos Órgão de Informação do Regime Militar, SNI - Serviço Nacional de Informações - BR DRANBSB V8, Agências, Fundo SNIG, EO182205-1986.

⁴⁰⁸ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

⁴⁰⁹ Jamil Almansur Haddad. *Beleguins & Cultura. Ponto de vista. Última Hora (PR)*, Ano 1963, Edição 00659, 18-7-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴¹⁰ 8.10.84, Info. 1649/84 – DIS, DCSR01184, Arquivo Público São Paulo – DEOPS



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>

Em outubro de 1986 o jornal ChanaComChana publicou uma entrevista com três candidatas que propunham defesas para a população lésbica: Irede Cardoso e Dulce Cardoso, candidatas a Deputada Federal pelo PT, e Cassandra Rios, candidata a Deputada Estadual pelo PDT. Rosely Roth, Maria Luiza e Célia entrevistaram as três por mais de quatro horas no icônico Ferro's Bar. O jornal afirma que visa "contribuir com a ampliação do debate de algumas das propostas existentes em relação a homossexualidade, racismo, feminismo, ecologia e terras indígenas"⁴¹¹.

Nesta mesma entrevista ela defende o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças. Sobre a situação da mulher na sociedade, ela defende que possam se aposentar com vinte e cinco anos de serviço devido a dupla função que a mulher trabalhadora exerce, no trabalho e no lar com os afazeres domésticos. Ela defende também os direitos dos indígenas às suas terras e a sua cultura, assim como o meio ambiente ante o crescimento das cidades.

Quando questionada sobre o que as mulheres lésbicas poderiam esperar dela ser eleita (ou não), Rios afirma que continuará lutando por uma sociedade igualitária e que "a prova que eu tenho são os meus 49 livros, o meu passado, o meu trabalho"⁴¹². Ela afirma que estariam entre os principais pontos de seu

⁴¹¹ ChanaComChana Out Jan 1986-7, n 11.

⁴¹² ChanaComChana Out Jan 1986-7, n 11.

programa:

Uma sociedade mais livre, fraterna, igualitária. Então você pode englobar tudo: salário igual para a mulher e para o homem. Livre direito de ir e vir, o direito de ser o que você é e não ter que ser o que os outros gostariam que você fosse, ou o que uma sociedade hipócrita, preconceituosa impõe como protótipo. Então isso naturalmente está dentro das reivindicações que nós vamos fazer em favor dos homossexuais.⁴¹³

Além de tais pontos, ela defende, também, o direito das mulheres negras e o direito a greve.

É importante ressaltar que as críticas de Rios ao papel da mulher e dos homossexuais na sociedade não vieram à tona apenas quando ela foi candidata à deputada. Ainda em 1980, falando sobre a exploração indiscriminada da questão homossexual com o boom da indústria erótica no período da abertura política, Rios é enfática ao fazer uma defesa contra os estereótipos que estavam sendo criados. Segundo ela, tal fato

é o que mais me revolta no momento, você vai ao cinema, a uma banca de jornais, lá está o homossexual pintado nos filmes e nas publicações como uma pessoa totalmente irreal, devoradora, vampiresca, sem nenhum sentimento humano. Isso me arrasa. Nos meus livros o homossexual é gente. Na vida real ele é gente. E se alguém fizer um movimento para defendê-lo dessa distorção da subindústria cultural, estou disposta a liderá-lo.⁴¹⁴

Neste ano ela já se coloca como uma pessoa que pretende defender os direitos de tais grupos, o que somente viria a ser tema de debate aberto quando da candidatura. Sobre a persistência do que a autora chamou de “subindústria cultural”, o historiador Luiz Mott também fez análise semelhante, no livro *Lesbiano no Brasil*, ao constatar que

Nos últimos anos, a indústria da pornochanchada descobriu ser o lesbianismo rico filão no erotismo cinematográfico: raro é o filme de sacanagem em que não aparecem, além de um travesti ou gay passivo, algumas relações sexuais entre mulheres, seja fazendo o gênero da esposa devassa, que às ocultas trai o marido com uma amiguinha, seja participando de um ménage à trois, ou de suruba onde o varão se excita em presenciar uma ‘briga de aranhas’, utilizando a expressão vulgar muito usada. (MOTT, 1987, p. 191)

⁴¹³ ChanaComChana Out Jan 1986-7, n 11.

⁴¹⁴ Walterson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

O próprio filme *Tessa, a gata*, traz um enredo deste tipo, havendo o envolvimento sexual/afetivo entre mulheres que são casadas, assim como o uso de relações de fetiches sexuais com seus maridos e outras mulheres.

Sobre a experiência desta campanha eleitoral, ela afirma que não foi algo desgastante, pelo contrário:

Foi maravilhosa, uma experiência fantástica. No começo eu me assustei, pensei que seria apedrejada! O Gugu Liberato apresentava o comício. As mulheres todas levavam vairs, então disse para ele não me chamar, porque já tinha sido muito perseguida. Quando ele chamou 'Cassandra Rios', a multidão começou a gritar 'já ganhou, já ganhou'. Foi muito especial, nem conseguia falar. Via meus leitores ali, não aquela meia dúzia de pessoas me perseguindo.⁴¹⁵

Entrevista dada em 1990 Rios falou dessa emoção que sentiu pela recepção do público nos palanques, que gritava o seu nome e demonstrava reconhecimento pelo seu trabalho artístico de décadas.

5.5 Pinturas, revisões, traduções e canções

Em 1977, falando sobre a sua situação financeira, Cassandra Rios disse que 'o saldo no Banco cada vez mais baixo, defendido com revisões de outros autores e traduções do inglês e do francês. Aguardando os direitos autorais dos livros proibidos editados no exterior. Uma demora que exasperava, credores não esperavam" (RIOS, 1977, p. 148).

Já nesta época uma das fontes de sua renda era as revisões e traduções de livros, porém com a falta de edição de livros a partir da década de 1980, ela intensifica tais trabalhos. Era a própria autora que fazia a revisão de seus livros, chegando a afirmar em 1974, que era "muito ocupada. Reviso todos os meus livros nas edições e nas reedições"⁴¹⁶.

Durante toda a sua carreira também fez revisões e traduções, pois era vista como sendo uma pessoa muito criteriosa acerca da escrita e dominava outras línguas, cabe lembrar que a autora estudou em escola bilíngue e desde cedo foi estimulada a conhecer outras culturas. Ela afirma, inclusive, que fazia as revisões

⁴¹⁵ Fernando Luna. *A perseguida*. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁴¹⁶ Nello Pedra Gandara. *Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros*. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

dos livros de Adelaide Carraro⁴¹⁷. Além destes dois trabalhos ela também se mantinha como *ghost writer*.

Em 1980, reportagem da Revista Manchete afirma que as mágoas de Rios com a censura já estavam quase cicatrizadas, pois

a abertura política anistiu todos os seus 47 livros, e hoje, não há mais nenhum aguardando *sursis* nas gavetas da Censura. E por isso que Cassandra ergue suas mãos e agradece: ‘Obrigada Figueiredo, você é um amor’ Obrigada, Moacir Coelho, você é um político que sabe que um povo sem arte é um povo enclausurado, fechado numa muralha por todas as fronteiras, afastado da cultura e da possibilidade de ser feliz⁴¹⁸.

Realmente, os livros neste período não mais estavam sendo censurados, porém Rios ainda foi censurada por aqueles que ela agradeceu na reportagem. Em 1982, uma obra litero-musical da autora composta por nove músicas, editada pela RCA Eletrônica passou por um processo⁴¹⁹ de análise e foi alvo de censura na qual nas análises não foi esquecido o passado de suas obras literárias. Neste disco, todas as músicas eram compostas e cantadas por Rios⁴²⁰.

Sobre a sua relação com a música desde jovem, Rios relembra: “eu pertenci à primeira orquestra feminina do Brasil, tocava violão e bateria, sempre me diversificava na arte. Só que tinha uma imposição: a literatura. Quando eu me pegava escrevendo, esquecia todo resto”⁴²¹. Por isso, quando a produção literária diminui é que a autora vai tentar lançar uma obra com músicas suas.

Cabe ressaltar que, segundo relatório anual do DCDP⁴²², no ano de 1982 do total de 54.092 músicas analisadas pela censura 52789 foram liberadas e 1306 vetadas, um percentual de apenas 3% vetadas (ANEXO L). A obra de Rios contava com nove músicas (Trança de Flor, Tendências, Artíficos, Fingida, Aranha, Revanche, Solidão, Borboleta e Morte de um ídolo), sendo uma delas (Artíficos) vetada ao final do processo junto ao DCDP. O veto se deu por maioria, pois dois dos três censores acharam por bem censurar a obra.

⁴¹⁷ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁴¹⁸ Walteson Sardenberg Sobrinho. Em foco: Cassandra Rios. Revista Manchete, Ano 1980, Edição 1483 (4), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴¹⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Música, Subsérie: Letras musicais, BRDF ANBSB NS.CRP.MUI.LMU 13579.

⁴²⁰ Eliane Robert de Moraes e Sandra Lapeiz. Cassandra Rios, Popular e maldita. Revista Mulherio (SP), Ano 1983, Edição 00014, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

⁴²¹ Miguel de Almeida. Das trevas para Capela. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

⁴²² Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.15.

O parecer⁴²³ do técnico de censura Jean Batista Machado, único favorável a liberação da música, versa sobre duas das nove canções, *Artifícios* e *Tendências*. E o motivo que o fez destacar ambas foi o fato de versarem sobre a questão da homossexualidade. Sobre a primeira ele afirma que "relata o lamento da fugacidade efêmera de um sentimento de amor interior e físico entre duas mulheres" e a segunda "relata a frustração de uma pessoa pela não realização e concretização de um amor homossexual".

O censor tece, inclusive, considerações sobre a questão da homossexualidade humana, afirmando que "possui como etiologia que decorre dos mais variados fatores: endócrinos, psicológicos, somáticos e sociais e que independem de sua expressão nas artes". Para ele as letras não tinham o caráter de induzir ou de fazer apologia ao tema, tecendo elogios pelo fato de as mesmas terem "nível ético e estético", "isenta de aspectos chulos ou grotescos", sendo assim possível a sua liberação, pois músicas com temática semelhante já haviam sido liberadas pela censura e absorvidas pela sociedade brasileira⁴²⁴.

Já o parecer⁴²⁵ da censora Edite K. N. Pereira analisa somente a faixa *Artifícios*, a qual é vetada por relatar "uma paixão e relacionamento íntimo entre lésbicas", destacando os trechos da música que falam "seu corpo e o meu o amor comungou" e "a semente irreal que em seu corpo plantei, nem sequer germinou". Para ela tais versos seriam atentatórios à moral e aos bons costumes, conforme o Decreto-lei 107770.

No terceiro parecer⁴²⁶, da técnica de censura Maria Célia da Costa Reichert, também é analisada somente a faixa *Artifícios*, vetando-a. Para ela a letra seria inadequada à divulgação para qualquer público, pois "a autora descreve o relacionamento homossexual entre duas mulheres", constituindo aspectos atentatórios à moral e aos bons costumes, também citando ao decreto-lei 1077/70.

Sobre esta letra musical (ANEXO M) é importante fazer um destaque, ela

⁴²³ Parecer 1801/82, técnico de censura Jean Batista Machado. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Música, Subsérie: Letras musicais, BRDF ANBSB NS.CRP.MUI.LMU 13579.

⁴²⁴ Ele cita como exemplos as músicas "Esse cara", de Caetano Veloso, e "Galeria do Amor", de Agnaldo Timóteo.

⁴²⁵ Parecer 1802/82, técnica de censura Edite K. N. Pereira. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Música, Subsérie: Letras musicais, BRDF ANBSB NS.CRP.MUI.LMU 13579.

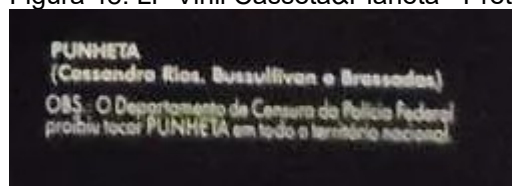
⁴²⁶ Parecer 1803/82, técnica de censura Maria Célia da Costa Reichert. Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Música, Subsérie: Letras musicais, BRDF ANBSB NS.CRP.MUI.LMU 13579.

mostra de forma direta as angústias de uma mulher homossexual ante a impossibilidade da relação sexual lésbica gerar uma gravidez, o que causaria mal e dor a sua amada. A letra fala ainda sobre o fato de somente um homem poder dar a parceira o que ela não poderia dar. Sobre tal fato, ela chama de "destino estranho", um amor que "não diz seu nome", em provável citação a Oscar Wilde. Mesmo reclamando deste seu destino, o eu lírico da música afirma que a culpa não seria sua, mas de Deus que a havia feito assim, chegando a questionar, "Quem é meu Deus?".

Ocorre que sobre tal obra musical da autora não mais foi encontrado nenhuma referência, não se sabendo ao certo se a mesma acabou sendo lançada ou não. Sendo mais provável que não, pois mesmo em sua autobiografia *MEzzAmaro* a autora não fala sobre tal fato.

Ainda sobre a questão musical de Rios, a mesma foi "homenageada" de forma jocosa pelo grupo humorístico *Casseta&Planeta* em 1989 no álbum *Preto com buraco no meio*. Dado o sucesso e as polêmicas da autora com a censura, permaneceu no imaginário brasileiro durante muito tempo o seu nome. Reflexo disso é a última faixa do disco, inexistente, intitulada "Punheta", a qual aparece como sendo de autoria de Cassandra Rios, Bussulivan e Brassadas. Além disso, há o seguinte informativo no encarte: "OBS.: O Departamento de Censura da Polícia Federal proibiu tocar PUNHETA em todo o território nacional", conforme podemos ver no encarte do disco abaixo:

Figura 48: LP Vinil Casseta&Planeta - Preto Com Um Buraco No Meio



Fonte: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1042060934-lp-vinil-casseta-e-planeta-preto-com-um-buraco-no-meio- JM>

Há ainda o informativo que "A música PUNHETA é uma obra de ficção que não existe, qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência"⁴²⁷. Desta forma o grupo faz uma referência ao que ocorria com os produtos culturais à época da censura militar, no qual os mesmos deveriam vir com o selo de liberação por parte do estado. Além disso, quem conhecesse a história da autora, saberia de

⁴²⁷ <http://www.casseta.com.br/bau-casseta/musicas/preto-com-um-buraco-no-meio/>

cara o motivo de tal aviso, assim como a motivo do nome explícito da música.

Na década de 1980, quando Cassandra Rios passou por um período de sete anos sem conseguir terminar de escrever nenhum romance, porém mesmo assim uma obra dela foi lançada em 1984. Trata-se da adaptação para *audiobook* do livro *Carne em Delírio*. Segundo matérias de jornais, trata-se do primeiro *audiobook* brasileiro. Escolheu-se para a estreia do formato justamente um livro da autora que tanto sucesso fazia.

A Revista Manchete, em 1981, afirmava que Rios estava partindo para uma nova fase de sua carreira, lançando o *audio-book* ou livro falado da obra *Carne em Delírio*. Este foi o primeiro livro brasileiro a ser lançado neste formato, a ser vendido nas bancas, e prometeria “60 minutos de êxtase, emoção e sensualidade”⁴²⁸. A obra foi adaptada por Walter Rodrigues e dublada por Ana Paula, Pau Pinheiro, Alfredo Martins, Ribeiro Santos, Selma Lopes e Canagé Cota. Além da fita k-7 acompanhava um livreto com minibiografia da autora e um “breve comentário sobre porque Cassandra Rios é a escritora mais proibida do Brasil”⁴²⁹.

Figura 49: Audiobook *Carne em Delírio*.

⁴²⁸ Novo uso do cacete. Coluna Gente. Revista Manchete, Ano 1984, Edição 1705 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴²⁹ Livro falado estreia com a 'maldita' Cassandra Rios. Última Hora (RJ), Ano 1984, Edição 11456, 04 de dezembro de 1984, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.



Fonte: < <https://anunciosclassificados.org/ads/cassandra-rios-carne-em-delirio-audiobook-stereo-001/> > Acesso em 10 agosto 2017

Mais uma vez a autora traz um pioneirismo para o meio artístico brasileiro, o que não é de se espantar, pois a autora de público leitor conhecido agora mirava naqueles que não tinha o hábito de ler. Segundo explicação feita em reportagem à época do lançamento, o produto é

destinado ao público que não tem, normalmente o hábito da leitura, quer por falta de tempo ou outro motivo. O consumidor, através do tape cassete terá a possibilidade de tomar conhecimento de um livro ou de uma peça teatral, não só em casa, como também no carro, na praia ou outro qualquer lugar, num tempo inferior a duas horas⁴³⁰

Já na década de 1990 Rios aparece como pintora de quadros. Segundo entrevista dada no período de lançamento de sua exposição, ela sempre pintava para si, até que resolveu participar de um concurso de pinturas amador e ganhou, o que a levou a expor suas pinturas. Sua irmã mais velha, Judith, também viria ser pintora, trabalhando com esculturas, artesanatos, bordados, etc.⁴³¹

⁴³⁰ Livro falado estreia com a 'maldita' Cassandra Rios. Última Hora (RJ), Ano 1984, Edição 11456, 04 de dezembro de 1984, Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴³¹ CENSURA, Rios, 1977, p. 72.

Em matéria publicada em 1974, Rios mostra as paredes de sua casa é repleta de quadros de sua própria autoria, quadros estes que retrata "rosto de mulheres tristes, palhaços coloridos com lágrimas ou casarios sombrios"⁴³². Nas imagens abaixo, é possível ver que algumas pinturas de Rios expostas em 1993 remetem ao sexo entre mulheres:

Figura 50: Exposição de Pinturas em 1993



Fonte: MARCO FERNANDES/28-07-1993, Jornal Folha de S. Paulo.

Suas pinturas foram expostas para venda no Restaurante Scandal, em São Paulo, tendo como *marchand* Manuel Almeida. Segundo ele, a amostra foi um sucesso de vendas, com “mais de duas dezenas de quadros, em tamanhos variados, com preço oscilando entre US\$ 300 e 3 mil”⁴³³. Posteriormente, as mesmas seguiram para exibição na Estância Reviver, em Araçoiaba da Serra. Acerca deste trabalho Rios afirma “acho que fiz agora a minha mais bonita história de amor”⁴³⁴.

Quando do lançamento desta exposição o jornal O Globo publicou uma matéria intitulada “Uma romântica precursora de Paulo Coelho”, onde se afirma que “Para ela {Cassandra}, pintura, escultura e literatura são as mesmas coisas. Sua carreira plástica está ligada à de escritora. É tudo uma coisa só, garante ela, uma

⁴³² Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴³³ Uma romântica precursora de Paulo Coelho. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

⁴³⁴ Miguel de Almeida. Das trevas para a Capela: a escritora pornô Cassandra Rios vira pintora e vence a crise pela fé. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

espécie portanto de precursora de Paulo Coelho”⁴³⁵. Cabe destacar que não é somente na versatilidade enquanto artística que Rios é precursora de Coelho, também o foi no tocante a quantidade de livros vendidos. Coelho a superou na vendagem de livros décadas mais tarde, com a vendagem do livro *O Alquimista*⁴³⁶.

Após todos estes percalços durante o período em que ficou sem publicar obras, ocorre a volta de Rios à escrita com a obra *MezzAmaro, Flores e Cassis – O pecado de Cassandra*, de 2000, em edição da própria autora. Esta obra foi lançada quando a autora já se encontrava afastada dos grandes meios de comunicação e nela Cassandra Rios traça sua trajetória literária. Esta obra também é um importante campo de análise para entender o período posterior a publicação de *CENSURA*.

MezzAmaro é uma autobiografia literária, o que é falado sobre a sua vida é sempre permeado pela relação com a sua literatura. Até mesmo as outras experiências artísticas são uma pausa ou um interstício com a literatura. Sobre a sua vida – *Odette* – pouco é falado de fato. Amores, amantes, nenhuma é citada nominalmente. A única que é citada é em relação a promessa pela saúde da sua mãe – promessa de abster sexualmente. Neste ponto ela fala que avisou a pessoa com a qual estava se relacionando.

A obra é dividida em sete capítulos, nos quais Rios distribui rosas para algumas pessoas e fala sobre as suas memórias. Na obra a autora traz o nome de diversas pessoas e ocasiões que a feriram enquanto escritora e enquanto pessoa, acusações levianas (como a de rapto e aliciamento de uma jovem), críticas infundadas às suas obras e os males que isto lhe causou

Ela fala também sobre a sua fase mais mística. Cassandra sempre teve um apelo místico em sua vida. Vindo de família católica, ela nunca foi tão próxima dessa religião, porém sempre teve uma ligação com ela. A própria escolha do seu pseudônimo revela uma ligação mística, uma revelação, a qual a assustou, mas que ela acatou.

Nos seus últimos anos de vida, Cassandra voltou-se para a religião através da Igreja Messiânica Mundial⁴³⁷, a qual ela fala várias vezes em seu livro, e

⁴³⁵ Uma romântica precursora de Paulo Coelho. Matutina, Segundo Caderno. O Globo, 14 de Agosto de 1993, página 4.

⁴³⁶ La seconde vie de Cassandra Rios, écrivaine étouffée sous la dictature Brésilienne 14 MAR 2014 Octave Bonnaud <https://information.tv5monde.com/terriennes/la-seconde-vie-de-cassandra-rios-ecrivaine-etouffee-sous-la-dictature-bresilienne-3174>

⁴³⁷ É uma instituição religiosa japonesa fundada em 1935 por Meishu-Sama (Senhor da Luz). Tem-se como elemento principal da doutrina a aplicação de Johei, um tratamento através da canalização de energias pela mão daquele que faz o trabalho de aplicação.

sobre a qual ela afirma ter produzidos obras, as quais ainda não consegui ter acesso. Na própria contracapa de MezzAmaro é feita por um grande membro da religião Amadeu Bernardo, que é palestrante na área da espiritualidade. Fruto deste período místico, Rios afirma na obra ter escrito alguns livros de cunho religioso, os quais não foram encontrados.

É neste período que Rios volta a escrever que o Brasil começa a realizar trabalho de Justiça de Transição e resgate da memória acerca do período de Ditadura Militar, conforme veremos no capítulo a seguir.

6 LUTA POR RECONHECIMENTO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

É preciso ir contra a ideia de que Ditaduras somente são ditaduras quando matam, como ocorreu mais expressivamente em Ditaduras de outros países

do Cone-sul. Aqui no Brasil ainda é muito forte a ideia de “Ditabranda”, que infelizmente tem ressoado ainda mais em discursos de ódio às minorias disseminado na internet. O conceito de violação de direitos não envolve somente tortura e morte. É preciso ter a noção da ampliação deste conceito para a sociedade civil.

A perseguição política ainda é o centro da visibilidade na questão do debate sobre os perseguidos políticos à época da ditadura brasileira. A Comissão Nacional da Verdade foi um momento em que se percebeu, se expôs e se afirmou fortemente que o número de afetados pela Ditadura brasileira foi muito maior, que há diversos grupos que foram perseguidos e que não são devidamente lembrados.

Devemos pensar que isso tem relação com a própria forma como ocorreu a abertura política, com a Anistia irrestrita para os militares e com a condução do processo de abertura por eles mesmos, diferente do que desejavam importantes setores civis, como o MDB. Esta anistia favoreceu os militares, pois foi um processo conduzido pelo executivo, por aqueles que estavam no poder, e não pelo legislativo, que naquele momento representavam mesmo que minimamente o povo.

É importante destacar que a censura às obras artísticas voltadas para o grande público, “populares”, mesmo que já analisadas por outros pesquisadores, ainda constitui um campo que precisa ser analisado, pois seus efeitos para a produção artística de determinados personagens, como Rios, foram amplos e ainda necessitam de melhor entendimento. Em 1998, em artigo alusivo ao AI-5 para o jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Norma Couri fez a seguinte afirmação acerca da censura a livros:

Os brasileiros nunca entenderam por que Adolf Hitler e Cassandra Rios – um aficionado por aberrações genético-políticas, a outra por aberrações sexuais – apareceram ao lado de Régis Debray, Henry Miller, Mao Tsé-tung, Che Guevara, Leon Trotski, Louis Althusser. Todos censurados⁴³⁸.

De fato, as pessoas em geral não entendiam como obras tão diferentes eram colocadas num mesmo rol como sendo subversivas. Porém, o que chama a atenção no trecho citado é a forma como Couri descreve Rios: uma aficionada por aberrações sexuais. De fato, o que se mostrou no decorrer desta tese foi que Rios versava fartamente sobre as questões vistas como subversivas do ponto de vista

⁴³⁸ Norma Couri. Censura cortou o elo de leitores com o mundo. Caderno especial dos 30 nos do AI-5. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 dez. 1998.

moral, mas classificar tais obras como aberrações sexuais nos mostra o quanto, mesmo após o fim da censura o seu nome era analisado de forma rasa e preconceituosa.

Segundo Trevisan, Cassandra Rios “foi acusada, à esquerda e à direita, de se comprazer em descrever cenas amorosas entre lésbicas, ‘sem nenhuma contribuição que possa facilitar a inteligência do problema’, como dizia dela um crítico católico-marxista, confundindo ficção com sociologia” (TREVISAN, 2018, p. 255). O sociólogo aqui criticado é Waldenyr Caldas, no artigo intitulado *Subliteratura: o fetiche do prazer*, publicado em 1978. Sobre este artigo Rios também já havia mostrado indignação em entrevista dada no mesmo ano, ao afirmar que “fica irada e depois ri de um mestrinho em sociologia que - ansioso por fazer carreira universitária - apanhou a fórmula Marx-Freud' Reich e caiu de pau em cima dela”⁴³⁹.

6.1 Dois conceitos-chave

Os estudos sobre Ditadura Brasileira e Justiça de Transição no Cone Sul estão inseridos como tema de interesses para instituições de Direitos Humanos não somente no Brasil, mas no mundo. Exemplo disso é a publicação em três línguas do livro *Justiça de transição: manual para a América Latina*, uma parceria da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, e do Centro Internacional para a Justiça de Transição, de Nova Iorque.

Segundo Piovezan, no período da ditadura, “a desqualificação da obra proibida ocorria em dois níveis: desmerecendo seu valor literário específico por um lado, e por outro lado transferindo a questão para a esfera policial”. Tal fato podemos ver ao longo desta tese nos diversos processos pelos quais passou a autora, porém o movimento que temos agora é na busca pelo reconhecimento da autora e de sua obra como importantes para aquele momento da sociedade brasileira e, principalmente, para a temática da diversidade sexual.

Luta por reconhecimento e Justiça de Transição são dois conceitos importantes para o entendimento do atual processo que se tem sobre a questão das ditaduras e à reparação de sujeitos que foram por ela impactados. A justiça de Transição “compreende um conjunto de medidas (verdade, memória, reparação,

⁴³⁹ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. *Lampião da Esquina*. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

justiça e reformas das instituições) que visam à reparação social e institucional em sociedades que viveram períodos de exceção de direitos”. (QUINHALHA, 2012). Porém, deve-se ficar atento ao fato que não se pode querer buscar um regresso àquela sociedade de antes da instauração de um regime antidemocrático, pois não se pode esquecer o processo pelo qual esta passou modificou os rumos históricos e fez surgir novas lutas sociais.

Para Honneth, as lutas sociais estão para além da esfera de interesses e necessidades próprias. Pois aqueles que estão inseridos nestas lutas buscam, também, o reconhecimento individual e social. Segundo o autor, “uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além dos horizontes das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (HONNETH, 2003, p. 256). Para Honneth, o engajamento de um indivíduo em um movimento social ocorre quando ele busca fazer com que as injustiças, desrespeitos e o sentimento de vergonha que teve (tem) inspirem outros. Assim, sua luta fomenta uma ação coletiva de reconhecimento pessoal e social.

O que podemos perceber, no caso da autora, é que ela durante décadas expôs os modos de viver do público lésbico, mesmo que sofrendo críticas por apresentar personagens com diversos vícios e defeitos, como qualquer outra pessoa. Rios, assim, sofreu crítica tanto dos que tinham ojeriza da homossexualidade, como daqueles que achavam que ela devia mostrar os homossexuais de forma menos problemática.

Mesmo com tais críticas à gama de personagens criados pela autora, o pesquisador da obra dela, Rick Santos, reafirma da importância dos mesmos para

ter uma *archeology*, você pode ver porque que nós estamos hoje em dia. E o apagamento é uma coisa muito séria. Então, até hoje o fato dessa visibilidade, de saber que existimos em multiplicidades, existimos sob a opressão, existimos, sob regimes militares, existimos, também no carnaval, na parada. Tudo isso faz parte e é isso que a gente encontra na obra de Cassandra. (Rick Santos In.: KORICH, 2013)

Honneth define que existiriam três esferas de reconhecimento dos indivíduos: dos afetos e da autoconfiança; das leis, dos direitos e da auto-respeito e da solidariedade social e da autoestima. A autora, por mais que dissesse que não fazia aquilo por apologia à questão, mas que apenas representava pessoas,

encampou a defesa do tema. Ao expor as vidas homossexuais, ela trouxe para o debate a existência dessas pessoas, seus amores, seus defeitos, suas potencialidades. Mesmo que para tais indivíduos ainda não havia o reconhecimento na esfera jurídica, a representação destas vidas as coloca mais próximas do reconhecimento na esfera dos afetos.

Porém tal caminho para o reconhecimento não é tão fácil. Se hoje temos o reconhecimento das vivências lésbicas de forma muito mais ampla que à época da aurora, hoje o que se busca é o reconhecimento da mesma, principalmente por parte de seus familiares. Contudo, devemos atentar, como afirma Judith Butler, que a esfera do reconhecimento não ocorre de forma linear e homogênea, pois “o problema é não apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (BUTLER, 2016, p. 20).

Butler afirma que “uma vida tem que ser inteligível como uma vida, tem de ser conformar a certas concepções do que é vida, a fim de se torna reconhecível” (BUTLER, 2016, p. 21). Para a autora nem todas as vidas são vistas como passíveis de luto, pois haveria uma diferença entre “conhecer” e “reconhecer”. Por mais que Cassandra Rios trouxesse vidas homossexuais para seus livros, tais vidas eram reconhecidas enquanto vidas dignas de serem vividas? E a própria autora, que lutou anos pelo reconhecimento do seu nome?

6.2 As iniciativas de reparação no Brasil

O processo redemocratização do Brasil tem como pontos a [Emenda Constitucional n.º 11, de 13 de outubro de 1978](#), que revogou o AI-5, e a [Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979](#), que concedeu a anistia e permitiu a volta daqueles que tinham ido para o exílio. Por mais que até hoje existm debates sobre a forma como a anistia foi dada (com termos ditados pelo governo) e o fato da mesma ter beneficiado torturadores, a sua instituição foi importante neste processo.

No caso da censura, com tais mudanças normativas a mesma foi caindo paulatinamente, porém a censura somente viria a cair completamente com a Constituição de 1988, que em dois artigos distintos exclui a possibilidade de censura no Brasil:

Art. 5 Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Desta forma, com a constituição chamada de cidadã, a sociedade brasileira buscava trilhar uma nova história. Porém, como lidar com um passado de violações de direitos humanos?

As ditaduras, de formas e duração distintas, foram um aspecto comum em diversos países do Cone-sul durante o período da Guerra Fria. No período posterior aos regimes de exceção tais países lidaram de forma distinta com o seu passado de violações. No Brasil, tivemos algumas experiências de reparação para aqueles que de alguma forma foram violados.

Devido à amplitude da Lei da Anistia, outros aspectos não puderam ser realizados, como o julgamento de torturadores. Porém houve tentativas de dar visibilidade aos fatos sob novas perspectivas, assim como registrar e fazer um reconhecimento daqueles que lutaram pelo reestabelecimento do regime democrático e o oferecimento de reparo às vítimas.

A primeira experiência de reparação ocorreu durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, através da lei n.º 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Tal reconhecimento teria como base o “princípio de reconciliação e de pacificação nacional” oriundos da Lei da Anistia.

A lei trazia em anexo uma lista de nome de pessoas que “sumiram” durante o Regime Militar e que se sabia que tal fato tinha relação com sua oposição ao sistema. Tal passo foi importante para familiares dos desaparecidos, que puderam obter seus atestados de óbito. Ou seja, foi um primeiro passo para que familiares conseguissem atestados de óbito de seus parentes desaparecidos para que pudessem resolver determinadas questões legais.

Esta lei criou o a [Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos \(CEMDP\)](#), que teria sete membros de livre nomeação do Presidente da República, sendo que quatro deveriam ser escolhidos dentro dos seguintes grupos:

- I - dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;
- II - dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;
- III - dentre os membros do Ministério Público Federal; e
- IV - dentre os integrantes do Ministério da Defesa.

Esta comissão deveria fazer o reconhecimento de pessoas desaparecidas que não estavam elencadas no anexo da referida lei, trabalhar para localizar corpos e restos mortais de pessoas desaparecidas e emitir os pareceres ante aos requerimentos de indenizações por parte de familiares.

Com esta lei o estado se obrigou a pagar uma indenização “a título reparatório” no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pela expectativa de vida do desaparecido. O valor, contudo, não poderia ser menos do que cem mil reais para os familiares de cada uma destas pessoas. No Brasil estima-se que foram 360 mortos e/ou desaparecidos, havendo, ainda vinte e cinco mil presos políticos e dez mil exilados (GONÇALVES, 2006).

Tais reparações não ocorreram sem questionamentos por parte daqueles que viam os que lutavam contra a ditadura como sendo “subversivos”. Exemplo disso é a formação, em 1998, do grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA), composto por ex-membros das Forças Armadas e por simpatizantes da Ditadura militar.

Ainda no governo de FHC foi criada a Comissão de Anistia, através da Medida Provisória n.º 2.151, 28 de agosto de 2001, depois transformada Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. A Comissão estava dentro da estrutura do Ministério da Justiça e deveria analisar os requerimentos daqueles que alegam ter sofrido perseguição política durante a ditadura. A legislação estabeleceu que a Comissão poderia

§ 3º Para os fins desta Lei, a Comissão de Anistia poderá realizar diligências, requerer informações e documentos, ouvir testemunhas e emitir pareceres técnicos com o objetivo de instruir os processos e requerimentos, bem como arbitrar, com base nas provas obtidas, o valor das indenizações pre-

vistas nos arts. 4º e 5º nos casos que não for possível identificar o tempo exato de punição do interessado.

A Comissão promovia também as Caravanas da Anistia, que levou sessões públicas itinerantes, em geral, solicitadas por pessoas afetadas e que ocorreram em locais relacionados com as violações de direitos. Além disso, tais sessões foram

acompanhadas por atividades educativas e culturais, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e seus parceiros locais em cada ocasião. Configuram uma política pública de educação em direitos humanos, com o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em especial do período relativo à repressão ditatorial, estimulando e difundindo o debate junto à sociedade civil em torno dos temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição.⁴⁴⁰

Ao longo dos anos foram realizadas mais de noventa caravanas, dando voz aos perseguidos e sendo um ambiente importante para a formação de jovens acerca do tema⁴⁴¹.

Porém, tais iniciativas de reparação foram centradas no aspecto da perseguição à determinados grupos políticos. Não há, por exemplo, a visibilização de perseguições por questões de diversidade sexual. Assim sendo, o processo de reparação que mais interessa a esta pesquisa é o da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no qual foram elencados outros grupos que também sofreram perseguição sistemática da ditadura, conforme veremos em tópico específico.

6.3 “A Safo de Perdizes”

A reparação da memória não ocorre apenas pelas vias legais, como as vistas anteriormente, são importantes também os processos que ocorrem por parte da sociedade civil, como na produção de bens culturais sobre o tema da ditadura. É importante entender os ciclos de memória cultural do Brasil.

A reflexão sobre a memória da ditadura e seus efeitos culturais tem sido aprofundada tanto em âmbito nacional quanto internacional, principalmente nos Estados Unidos, país que teve estreita relação com as ditaduras que ocorreram no

⁴⁴⁰ <http://www.abi.org.br/minas-gerais-recebe-caravana-da-anistia-nesta-segunda-feira/>

⁴⁴¹ <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/projetos-de-memoria-e-reparacao#caravana>

século XX na América do Sul. A exemplo disso, há os clássicos estudos do brasilianista Thomas Skidmore (1988, 2001, 2007) que realizou uma importante análise sobre os governos brasileiros no século XIX, mostrando os fluxos e contrafluxos de nossa recente democracia.

Há um crescimento dos estudos que focam a relação entre memória e cultura, como as pesquisas da professora Rebecca Atencio, principalmente o seu livro [*Memory's Turn: Reckoning with Dictatorship in Brazil*](#). Nesta obra é analisada a formação da memória no período pós-ditatorial, tendo como base bens culturais como livros de memórias, novelas, romances, peças de teatro, entre outros, vendo-os como uma forma de “acerto de contas” da sociedade com o legado ditatorial (ATENCIO, 2014). Creio que a produção do documentário *Cassandra Rios – a Safo de Perdizes* está inserida nos ciclos de memória propostos por Atencio.

Segundo Atencio (2014)⁴⁴², no caso brasileiro houve um paradoxo, pois os produtos culturais que versavam sobre a ditadura começaram a aparecer tão logo a lei de anistia foi promulgada, ou seja, quando o regime ainda estava vigorando, sendo este o primeiro momento do ciclo de memória cultural do regime militar do Brasil, chamado pela autora de *simutaneous emergence*. A autora cita como exemplos livros de memória daqueles que participavam de movimentos contrários ao regime. Neste sentido, o livro CENSURA de Cassandra Rios pode ser visto como um dos produtos deste primeiro momento do ciclo de memória.

O segundo momento (*imaginary linkage*) aconteceria quando ocorreria a criação e uma ligação entre os produtos culturais do primeiro momento com os mecanismos institucionais. O terceiro momento (*leveraging*) ocorreria quando determinados grupos promovem uma agenda para defender determinado ponto de vista sobre o assunto, o que gera fricções entre grupos diversos, o que seria produtivo para o debate.

Já o quarto momento (*propagation*), o qual nos interessa neste tópico, ocorre quando os produtos culturais originais do primeiro momento ajudam a produzir novas iniciativas de trabalho de memória cultural. Além disso, para Atencio haveria um mecanismo recíproco entre as Comissões que ocorreram no Brasil e a produção cultural.

O documentário *Cassandra Rios – a Safo de Perdizes*, de Hanna Korich,

⁴⁴² A presente obra não possui tradução em português, porém optei pela livre tradução de alguns dos termos utilizados por Atencio.

foi lançado em 2013. O projeto foi ganhador de Programa de Ação Cultural (ProAc) 2012, da Secretaria da Cultura do estado de São Paulo e traz uma série de documentos e entrevistas para melhor entender Cassandra Rios. A obra teve um pré-lançamento na Casa das Rosas em São Paulo em agosto de 2013. Posteriormente houve o lançamento oficial em outubro no Cine Livraria Cultura, em São Paulo.

Hanna Korich é advoga e jornalista. Foi uma das donas da Editora Brejeira Malagueta, que funcionou entre os anos de 2008 e 2015, editando exclusivamente livros escritos por lésbicas e com protagonistas lésbicas. Além disso, ela teve, junto com Laura Bacellar, o programa veiculado no Youtube *As Brejeiras*, no qual versavam sobre diversos temas do universo lésbico.

A diretora afirma que conheceu o trabalho de Cassandra Rios nos anos 1990, comprando livros seus em sebos. Segundo ela, o livro que mais a marcou não foi o primeiro que leu, mas um que ela somente leu no seu aniversário de cinquenta anos, o livro *Eu Sou uma lésbica*. Acerca deste livro, ela relata o seguinte:

Eu li alguns livros da Cassandra, o que mais me marcou foi aquele livro 'Eu sou uma lésbica', achei um livro incrível, uma história incrível, muito bem escrito, uma artimanha muito bem bolada, as mulheres homossexuais abordadas pela Cassandra muito sensuais, uma criança, imagina, a Cassandra falando, assim, abertamente, sobre umas crianças se descobrindo lésbica. Eu fiquei chocada. Eu peguei esse livro numa viagem que eu fiz (...) peguei esse livro da Cassandra à noite, depois do jantar, gente, foi incrível, eu não consegui largar o livro. Vareei a madrugada lendo a história. (Hannah Korich In.: KORICH, 2013)

Ressaltando a importância que Rios teve na sua própria vida, enquanto mulher lésbica, Korich afirma que “na minha vida, Cassandra Rios continua sendo muito importante, daí a realização desse documentário/tributo para a escritora que considero pioneira em retratar as lésbicas nas letras brasileiras, além de mostrar a mulher como ser sexual. Uma verdadeira papisa da literatura lésbica”⁴⁴³. Para a diretora o documentário seria “um verdadeiro tributo à autora pela sua importância na literatura lésbica, seu pioneirismo, ousadia e, principalmente, para que as novas gerações saibam quem ela realmente foi”⁴⁴⁴.

O documentário traz uma gama de matérias da autora, contendo muitas

⁴⁴³ <http://grupo24quadros.blogspot.com/2014/03/entrevista-hanna-korich-e-laura-bacellar.html>

⁴⁴⁴ Confira entrevista de Hanna Korich – Diretora do Documentário sobre Cassandra Rios – Lez Femme Fonte: http://www.lezfemme.com.br/news/classificadas_lez_femme/confira-entrevista-hanna-korich-diretora-documentario-cassandra-rios

fotos e depoimentos de algumas pessoas próximas a ela. Conta também com uma trilha sonora de Laura Finocchiaro, baseada em poemas da autora. Ela levou cerca de oito meses fazendo a pesquisa para o trabalho e mais quatro meses na produção⁴⁴⁵. Sobre os entrevistados, ela afirma que entrou em contato com várias pessoas, porém somente algumas se dispuseram a grava depoimentos. Uma das pessoas que desistiu de gravar participação foi uma namorada da autora, segundo a diretora:

O mais surpreendente é que numa conversa por telefone com uma das namoradas da Cassandra (que na última hora desistiu de gravar seu depoimento para o filme) descobri que o casal nos anos 80 viajou até a Holanda para casar! A namorada relatou que Cassandra chegou em casa com duas passagens para Amsterdã de presente, havia decidido oficializar a relação das duas que ficaram juntas durante 13 anos. Com certeza era uma mulher a frente do seu tempo! Ficaria muito feliz com os avanços das relações homoafetivas no Brasil. Uma pena mesmo que não estar entre nós!⁴⁴⁶

O documentário teve sessões públicas em vários estados do Brasil e até no exterior, na França. Em novembro de 2013 participou do Festival Mix Brasil da Diversidade em São Paulo, Rio de Janeiro e Campos do Jordão. Ele foi exibido em cidades como Porto Alegre, João Pessoa, Fortaleza, Rio Grande, etc⁴⁴⁷. A autora participou de diversos debates seguidos à exibição do documentário e segundo ela o público participante, em São Paulo, tinha mulheres mais velhas, leitoras de Cassandra que chegaram a conhecê-la, assim como pessoas mais jovens, que faziam muitas perguntas sobre a autora ⁴⁴⁸. O que nos mostra a convergência de grupos no que podemos ver como um crescente interesse por Cassandra Rios.

6.4 A Comissão Nacional da Verdade

Cassandra Rios faleceu no dia 08 de março de 2002, após um período de tratamentos contra o câncer e de viver em delicado estado financeiro. Ela não teve filhos, porém sua sobrinha, Liz Rios, é herdeira de seus bens e direitos autorais e busca uma reparação em relação à autora frente tudo que a ditadura lhe causou. Ela

⁴⁴⁵ <http://grupo24quadros.blogspot.com/2014/03/entrevista-hanna-korich-e-laura-bacellar.html>

⁴⁴⁶ <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>

⁴⁴⁷ <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>

⁴⁴⁸ <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>

procurou a Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP) no intuito de fazer um estudo sobre as perseguições, censuras e cerceamentos de liberdade sofridos por sua tia, para que Cassandra Rios fosse considerada postumamente perseguida política da ditadura civil-militar brasileira, assim como outros já foram (GONÇALVES, 2006).

Ainda em 1977, a autora já reclamava sobre os problemas financeiros que a censura lhe causava e do fato de não haver qualquer reparação ao mal que lhe era feito:

Já vendera dois carros. Perdera muito na transação do LTD Landau, também, com aquele consumo de gasolina! Os lotes dos verdes pinheiros adorados também se iam, vinte e quatro mil metros quadrados de terra, jogados fora. Nenhuma indenização. E o silêncio total das editoras. Nenhuma defesa. Nenhum apoio, moral ou financeiro. (RIOS, 1977, p. 147-148)

Passado quase quarenta anos após este relato no livro CENSURA, até 2014, ano em que foi lançado o relatório da CNV, ainda não havia ocorrido qualquer reparação do estado ante os cerceamentos sofridos pela autora. Diante disso, a OAB-SP elaborou, junto com a família, um dossiê que foi entregue a Comissão da Nacional da Verdade (CNV) e que mostra como a perseguição moral a seus livros a levou à bancarrota financeira e ao esquecimento social e literário.

Segundo o advogado Martim Sampaio, Diretor Comissão de Direitos Humanos – OAB/SP,

A sobrinha dela me enviou um e-mail relatando que sua tia durante a Ditadura Militar teria sido perseguida. Perseguida pelo o que, porque ela abalava a moral vigente, escrevia temas considerados, à época, tabus e que a censura, o regime militar, enfim, o regime vigente, considerava temas ofensivos à moral. E um dado interessante, Cassandra Rios é uma escritora que já pertence a uma outra época, mas à sua época ela era recordista de vendas. Era um fato esse que eu, Martim Sampaio, desconhecia. Conhecia a escritora, conhecia os títulos, mas nunca me interessei em lê-los, mas não sabia nem da perseguição que ela sofreu, que a levou a bancarrota, econômica, inclusive, e muito menos que diversos, a maioria dos seus títulos, foram proibidos. Talvez tenha sido das autoras mais perseguidas durante a ditadura militar. E esse foi um fato, que como tanto outros, que estão escondidos e hoje com a questão da Comissão Nacional da Verdade estão surgindo. Muitas verdades como essa, por exemplo, surgem. Fatos que até pessoas como eu, que militam no movimento há décadas, desconhecem. A ditadura, ela foi uma ditadura, ao contrário do que alguns afirmam a 'ditabranda', não, ela foi uma ditadura, ela se estruturou de uma forma muito em pensada, muito bem organizada, e ela atacou diversos seguimento da sociedade. Perseguiu indígenas, perseguiu os negros, os afrodescendentes, perseguiu os setores da sociedade e mais perseguiu os

livres-pensadores, como é o caso de Cassandra Rios.” (Martim Sampaio In.: KORICH, 2013)

Diante disso, a família desejava o direito à memória e à justiça e esperava com isso que Cassandra obtivesse o status de perseguida política, por sua militância enquanto livre-pensadora, por representar uma coletividade que não tinha representação naquele momento e por estimular e explicitar a (r)evolução da mulher nos anos 1960/1970.

Na visão do advogado, o que houve no caso de Rios foi uma perseguição política, pois ela, “de alguma forma, os seus escritos agrediam, entre aspas, a moral vigente na época. Moral que assassinava, o regime que assassinava, torturava, mas não tolerava que as pessoas escrevessem aquilo que elas pensavam”. Para Sampaio, em tempos de revisão e busca da verdade através de comissões, é preciso

resgatar esse passado, essa grande escritora. Fazer a justiça que ela merece ser feita, ou seja, reconhecer a responsabilidade do estado brasileiro, no sentido que essa senhora foi perseguida pela ditadura e foi levada à bancarrota e colocar ela no lugar que ela merece, ou seja, no panteão dos grandes escritores nacionais e como perseguida política. Talvez ela não tenha a militância, a militância dela não seja a militância de passeata, manifestação, organização, mas ela era outra, era do livre-pensamento, o que agredia os militares não era o fato dela descrever as cenas eróticas no livro dela, era o fato dela ser o que ela era. Ela exigia ser respeitada como ela era. E ela respeitava toda uma comunidade que não tinha visibilidade naquele momento. É bom lembrar que as lésbicas, os gays, naquele momento, lésbica nem se falava, lésbica não existia, era uma coisa, assim, que quem descobrisse uma na década de setenta era uma, vivia no gueto, era um gueto fechado que não se tinha contato a sociedade. E os gays, quando muito, apareciam nas novelas sendo ridicularizados como pessoas que eram motivos de piada com comportamento jocoso. Se tolerava o gay imbecilizado, aquele gay que era o estereótipo de uma pessoa ridícula, frágil, que não era detentor, nem merecedor de nenhum respeito. Essa comunidade, que hoje mais ou menos, uma cifra estimativa, gira em torno de dez por cento da população, exige seus direitos, e está certo. Hoje se manifestam nas ruas, se manifestam no parlamento, tem sua representação e exige. E uma das bandeiras hoje desse movimento é resgatar seus autores e sua trajetória. Cassandra Rios é a síntese disso, ela representa a revolução da mulher na década de sessenta e setenta, se colocando e se posicionando politicamente num cenário onde não se tolerava esse tipo de comportamento. (Martim Sampaio In.: KORICH, 2013)

Nesta visão, o resgate da figura de Cassandra Rios enquanto pioneira defensora dos homossexuais através de seus livros seria também uma valorização e reconhecimento dos direitos daqueles que compõe este grupo, sendo parte da trajetória que levou aos status de direitos que hoje em dia têm os homossexuais. A perseguição à homossexuais naquele período não ocorreu de forma isolada, mas de

forma sistêmica, pois

havia, de um lado, órgão de estado e agentes públicos empenhados em perseguir homossexuais, impedindo seus modos de vida e sua livre expressão, fechando lugares de sociabilidade e impedindo a articulação de um movimento identitário para promoção dos interesses desse setor social: de outro, fica evidente, conforme análise de documentos oficiais produzidos pela própria repressão, a maneira como a ideologia que informava a ditadura e seus valores eram completamente refratários e contrários a orientações sexuais e identidades de gênero tidas como desviantes (QUINALHA, 2014, p. 250)

Um dos fatos marcantes desta perseguição sistemática foi a Operação Cidade do delegado José Wilson Richetti. Esta operação, em apenas um dia, prendeu 172 pessoas, que segundo o delegado seriam “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de armas” (OCANHA, 2014, 161). Contra tais abuso, em junho de 1980 houve protestos de grupos de homossexuais e feministas.

Outro fato, conhecido como o “Stonewall brasileiro”, ocorreu no Ferro’s Bar, 1983, quando ativistas do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) se rebelaram contra a discriminação que as ativistas lésbicas sofriam naquele local, sendo proibidas de vender o folheto *ChanaComChana*, mesmo que neste caso o cerceamento não tenha sido por parte do estado, o movimento que gerou foi importante para a luta por direitos de minorias sexuais.

Em seu trabalho de reparação e justiça, a Comissão Nacional da Verdade fez um trabalho de pesquisa envolvendo diversas fontes, assim como uma série de audiências temáticas para trazer à luz temas que antes não haviam sido analisados sobre as perseguições realizadas pela ditadura militar. A novidade desta comissão foi mostrar que a ditadura agiu sobre sujeitos que foram por anos invisibilizados, como quilombolas, indígenas, LGBT, mulheres, etc.

Criada no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a CNV, na visão deste, “responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira”⁴⁴⁹, além de fortalecer os valores da democracia.

A Comissão foi criada pela lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, ficando a CNV no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Ela foi instituída em 16 de maio de 2012 e tinha como finalidade apurar e esclarecer

⁴⁴⁹ Mensagem de 12 de maio de 2010 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando o projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.

publicamente violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ou seja, a CNV não deveria apenas analisar os fatos ocorrido durante a Ditadura Civil-militar, mas também violações que ocorreram antes e que se relacionavam com o contexto que acabou gerando este momento de exceção de direitos em nossa história. Ela teve como finalidade “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”⁴⁵⁰.

Para promover este debate sobre a história recente do nosso país é importante que a sociedade esteja em um contexto de transparência dos atos da esfera pública, não somente os atuais, mas os do passado. Diante disso, foi imprescindível para os trabalhos da CNV duas leis neste sentido que foram editadas também pelo Presidente Lula.

Foi importante o Decreto n.º 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispôs sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estivessem sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Com tal decreto os documentos arquivísticos dos órgãos citados passaram para a custódia do Arquivo Nacional, que deveria dar o devido tratamento para a disponibilização dos mesmo para a pesquisa pública irrestrita, exceto nos casos de sigilo, de violação da intimidade e segurança nacional. Tal fato foi importante, ante as dificuldades passadas por outras comissões, principalmente no tocante às matérias de órgãos de repressão do estado.

Já a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulou o acesso a informações conforme previsto na Constituição Federal. Se antes era mais fácil ao gestor público classificar um documento como de acesso restrito, com esta lei tal fato ficou mais difícil e a mesma abriu para os cidadãos a possibilidade de solicitar dados dos mais diversos órgãos, estabelecendo, inclusive prazos para o cumprimento legal de tais solicitações.

O Comissão, com seu extenso relatório final, nos mostrou que além da tão falada censura a certos grupos que faziam a oposição política, houve também cerceamentos de diversos modos contra grupo mais invisibilizados e que ficaram por anos silenciados. Exemplo disso é a questão do movimento LGBT no Brasil, que teve o seu início no contexto da ditadura, como nos mostram os estudos de Facchini

⁴⁵⁰ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1, p. 22.

e Simões (2009) e os de Green (2009).

Durante o trabalho da comissão foram realizadas diversas atividades no Brasil todo, como audiências e diligências aos locais onde ocorreram violações de direitos, com a finalidade de ampliar os debates e ter cooperação com a sociedade civil e com organismos estaduais e municipais de busca pela verdade. Tal trabalho conjunto “dotou a CNV de forte capilaridade, aspecto essencial em um país de dimensão continental como o Brasil”⁴⁵¹.

Destas audiências realizadas, várias tinham temáticas específicas, como povos do campo, quilombolas, povos indígenas, universidades, homossexuais, etc. Para tais grupos minoritários essa busca da verdade somente veio com a CNV. É preciso atentar que determinados grupos sofriam repressão dos dois lados, por exemplo: mulheres e homossexuais. Dentro de movimentos de esquerda tais questões ainda eram vistas como em segundo plano, um debate que perdura ainda hoje, dependendo da corrente política.

A CNV realizou audiências que falaram exclusivamente sobre à perseguição aos homossexuais, no qual Cassandra Rios foi uma das pessoas mais citadas. Além disso, a autora aparece como o grande exemplo de perseguição às homossexualidades no relatório final da comissão.

No caso específico de homossexuais, o relatório elaborado pelo conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro utilizou-se de pesquisa, investigação e redação dos pesquisadores James N. Green e Carlos Manuel de Céspedes, da Brown University (EUA); e do advogado Renan Quinalha, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Posteriormente foi publicado mais pesquisas sobre o tema em obra intitulada Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade, organizada por Green e Renan Quinalha.

No Relatório Da CNV: Volume II – Textos Temáticos - Texto 7 - Ditadura e homossexualidades, Cassandra é tratada da seguinte forma:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da ‘moral e dos bons costumes’. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças

⁴⁵¹ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1, p. 23.

da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar ⁴⁵².

Tal inserção da autora em um relatório oficial do estado sobre os efeitos sociais da Ditadura foi o primeiro ato de reparação e busca da verdade no qual o nome da autora foi citado. Esta inserção abriu espaço para o debate público acerca do trabalho e do legado da autora.

Outro ponto importante do relatório é o fato de destacar para o grande público como a ditadura militar via a questão da homossexualidade, relacionando-a, no contexto da Guerra Fria, com um plano de subversão, conforme já analisamos nesta tese. Tal faceta ainda precisa ser analisada e debatida com mais profundidade, pois gerou marcas na luta por direitos por parte destas pessoas.

Segundo aponta o relatório,

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, também é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”. Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores ⁴⁵³.

Diante desta repressão estatal que deixou marcas na população LGBT, em geral, e em Cassandra Rios, especificamente, o relatório aponta algumas recomendações a serem feitas no sentido de justiça, memória e afirmação de direitos da população LGBT. Podemos destacar algumas delas: Criminalização da homolesbotransfobia, construir de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura, pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT e reparação às pessoas LGBT

⁴⁵² Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 2, p. 304-305.

⁴⁵³ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 2, p. 301.

perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado⁴⁵⁴.

Para além do grupo LGBT especificamente o relatório aponta que de maneira geral deve-se

promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações⁴⁵⁵

Seguindo esta recomendação da CNV, a Prefeitura de São Paulo lançou em 2015 o programa Ruas de Memória, que está mudando, progressivamente e participativamente, o nome de locais públicos que fazem homenagem a violadores de Direitos Humanos programa pretende, entre outras coisas:

- Banco de referências de direitos humanos, elaboração de uma lista de nomes de indivíduos e datas simbólicas relacionadas a diversas pautas de direitos humanos, a ser utilizado em novas nomeações de logradouros;
- Mobilizações territoriais, realização de rodas de conversa nas ruas incluídas no Programa, com o intuito de promover a reflexão sobre o autoritarismo, transição democrática e os diversos resquícios do regime militar no período democrático, principalmente no âmbito das intervenções urbanas⁴⁵⁶.

Segundo dados da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade (DMV) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), na cidade de São Paulo existiriam trinta e oito locais que são associados a tais pessoas⁴⁵⁷.

Neste sentido, Cassandra Rios foi uma das pessoas a serem homenageadas com este projeto. Em portaria de dezembro de 2016, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, o nome da autora aparece juntamente com os nomes de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Lurdinha Rodrigues, Maria Helena Gregori, Sônia Leite e Mãe Sylvia de Oxalá para comporem o banco de nomes relevantes para a Igualdade de Gênero e que devem ser utilizados na denominação de ruas. Cada uma das pessoas a ser homenageada tem uma pequena biografia ao lado do seu nome. A autora é apresentada desta maneira: “a) Cassandra Rios - escritora, lésbica, foi a primeira mulher a vender um milhão de exemplares no Brasil,

⁴⁵⁴ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 2.

⁴⁵⁵ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 1, p. 974.

⁴⁵⁶ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221739

⁴⁵⁷ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/noticias/?p=201283

sendo uma das autoras mais censuradas durante a ditadura militar⁴⁵⁸. No mesmo ano a Secretaria Municipal de Licenciamento renomeou diversas ruas do Distrito de Sacomã, Subprefeitura do Ipiranga, que foram denominadas em homenagem a tais mulheres, inclusive Rios⁴⁵⁹. Sendo este, até agora a única reparação feita ao nome da autora, diante das recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade.

6.5 E agora: o legado de Cassandra

Em julho de 2001, na última grande entrevista sobre Cassandra Rios antes de sua morte, Fernando Luna fala que ela sobreviveu a cinquenta anos de incompreensão. Vemos aqui já uma mudança no tocante a fala sobre a autora, mesmo que se ressalte que a mesma escreveu "algumas das páginas de sexo mais impetuosas da literatura brasileira"⁴⁶⁰.

Este reconhecimento tem a ver o respeito à diversidade. No caso em questão, quem tem buscado o reconhecimento pessoal e social de Rios é a sua sobrinha, Liz Rios. Não que Rios fosse uma pessoa desconhecida: o seu embate com a Censura foi amplamente debatido e veiculado nos meios de comunicação da época. Ocorre que mesmo com a visibilidade da sistemática censura sofrida, Rios somente agora está sendo vista como uma perseguida pela ditadura.

Mesmo com todo o sucesso de vendagem, a obra de Cassandra Rios passou por um processo de censura moral e posterior esquecimento, passando por diversas críticas, sendo vista de forma pejorativa como “apenas uma pornógrafa” ou “homofóbica”, dado a forma que mostrava suas personagens homossexuais. Porém, o movimento que vemos hoje é no sentido de modificação desta visão acerca dela.

Porém, há ainda um debate entre as próprias pessoas que constituem os movimentos de direitos das minorias sexuais. De um lado há aqueles que vêem nos textos de Rios um pioneirismo por versar sobre as lésbicas, outros já vêem que a autora fez um desserviço, tendo em vista a forma como muitas personagens eram construídas, a exemplo da personagem Ariella, do livro *A Paranoica*, e que posteriormente foi transformado em roteiro de cinema sendo lançado como uma

⁴⁵⁸ Portaria N.º 159/2016/SMDHC, de 27 de dezembro de 2016. Diário Oficial da Cidade de São Paulo 28 de dezembro de 2016

⁴⁵⁹ Portaria N.º 038/SEL-G/2016. Diário Oficial da Cidade de São Paulo 30 de novembro de 2016.

⁴⁶⁰ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

pornochanchada de título Ariella, conforme já analisamos.

Esta personagem passa por uma série de problemas sociais e familiares que a levam a ser considerada paranóica e a fazer maldades com os que a rodeiam, tudo isso em uma história que tem cenas de sexo heterossexual e homossexual, assim como insinuações de incesto e traições. Para o censor Silas de Aquino, em parecer de dezembro de 1978, em tal obra “as descrições dos atos sexuais são feitas nos seus mínimos detalhes, há homossexualismo, violência e o conteúdo do livro é deprimente”.

Segundo Rick J. Santos, “a linguagem e a literatura de Cassandra Rios têm valor cultural e histórico de resistência, pois documentam histórias apagadas pelo sistema de repressão e censura da ditadura militar, e contestam o sistema hegemônico da heterossexualidade compulsória” (SANTOS, 2005, p. 180). Já Facco e Lima afirmam que os textos foram “escritos sob os tacões homofóbicos da rígida censura militar, do desprezo da militância de esquerda e da repressão da sociedade patriarcal brasileira” (FACCO, LIMA, 2004, p. 2).

Há, contudo, teóricas que afirmam que “o ‘esquecimento’ da obra de Cassandra se deu pelo fato dela ser mulher, lésbica e pioneira em tal linguagem e tal temática, fato este confirmado pela liberação da literatura escrita sob pseudônimo masculino (...) A sociedade de maneira geral, incluídos os intelectuais, não a perdoou.” (FACO, LIMA, 2004, p. 3). Sobre estas diversas formas pejorativas que a chamavam Cassandra teceu algumas críticas, como é explicitamente colocado no seguinte trecho de um de seus livros de memórias:

Quem muito ataca tem algo para esconder e para temer! Acho que dá pra entender, só não entenderá quem não quiser ficar de acordo com o que eu disser claramente. Na boca desses hipócritas eu era tudo o que há de mais errado, se os xingo de caturros, fariseus, invejosos, assim agora aqui, é para quebrar a ideia que fizeram, de que quem cala consente. Nem sempre, como já disse usei todo o meu tempo para entender e avaliar quem eu era na época e quem era os que me diminuía tanto! Punham-me cognomes como demônio das letras, papisa do Homossexualismo, rainha das lésbicas, quando deveriam ter empregado pelo menos, com mais acuidade, na terminologia correta, “Homossexualidade”, normal variante da Erótica. Nenhum desses cognomes me cabe. Eu não me embandeirei para defesa de nenhuma causa própria, apenas escrevia e continuo, sem temer o visado tema. Audaciosa? Corajosa? Não sei. Apenas escritora (RIOS, 2000, p. 199)

Neste trecho, a autora expõe também estar a par das discussões sobre a patologização da homossexualidade, criticando aqueles que utilizam o termo homossexualismo, que é considerado uma forma de crítica à esta prática sexual,

tendo em vista que se utiliza do sufixo “ismo”, que denota doença, patologia. A autora, assim, critica aqueles que a criticam por sequer saberem que o termo correto seria homossexualidade, que com o sufixo “ade” denota uma prática comum, assim como a heterossexualidade.

Esta integração de Rios aos movimentos de direitos sexuais é também mostrada em entrevista dada ao programa Jô Soares Onze e Meia em 1990, na qual ela diz se sentir muito feliz de ter feito parte do início do movimento de direitos dos homossexuais, colocando a figura das lésbicas em debates com seus livros. A autora nesta tocante entrevista fala sobre como se sente feliz ao olhar da janela da sua casa milhões de pessoa na Avenida Paulista, lutando por direitos e se divertindo, e saber que ela ajudou um pouco para que isso acontecesse.

A respeito disso, a sua amiga de longa data Yáskara Guelpa afirma que

Ela presenciou a Caminhada Lésbica, a Parada, duas ou três, que eu saiba. A Cassandra foi a primeira pessoa que me falou ‘não fale a palavra homossexualismo, é errado, é homossexualidade’. Ela era muito, assim, apegada as palavras. A Cassandra sabia muito bem Gramática da Língua Portuguesa, ela mesmo que relia os livros, ela exagerava, às vezes, nos sinônimos, mas era porque ela gostava. Ela era preciosista, se vocês lerem, vocês vão perceber que ela era preciosista. (Yáskara In.: KORICH, 2013)

Em 2001, a autora chegou a afirmar que "quando vejo 200 mil pessoas na Prada Gay, sei que valeu a pena ser perseguida"⁴⁶¹. Inclusive, após a sua morte, em 2002, a associação que coordenava 6ª Parada do Orgulho Gay de São Paulo na entrega do prêmio "Cidadania em Respeito à Diversidade" homenageou postumamente Cassandra Rios ⁴⁶².

Ainda em 1963, quando estava sendo acusada publicamente de seduzir uma menor, Cassandra Rios fez o seguinte desabafo em defesa de seu trabalho e dos temas que versava: "eu apenas defendo um tema que, embora continue sendo tabu no Brasil, é colocado nos grandes países da Europa entre as coisas naturais da vida: o homossexualismo" ⁴⁶³.

Sabemos que na década seguinte depois de dar tal declaração a obra de Rios ainda continuava a ser vista como tabu, sendo alvo de censura ainda mais intensa, mesmo que autora já viesse há anos escrevendo e fazendo uma defesa

⁴⁶¹ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

⁴⁶² Folha Online - Cotidiano - Associação premia defensores de direitos dos homossexuais – 29-05-2002, Folha de S. Paulo.

⁴⁶³ Cassandra Rios Acusada de Seduzir menina de 15 anos. Última Hora (PR), Ano 1963, Edição 00659, 18-7-63. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

pública de seu trabalho.

Em longa reportagem de 1991, a Revista Manchete versa sobre a história da pornografia e daqueles que nela tiveram papel de destaque. No campo da literatura nacional, a revista destaca duas autoras, comparando-as com ícones internacionais:

Adelaide Carraro e Cassandra Rios, guardada proporções e épocas, experimentaram o mesmo tipo de reação conservadora que açoitou Anaïs Nin. Antes que os mais caretas estranhem a comparação: Nin como Carraro e Rios, deram ao pornô a óptica feminina, um ponto de vista até hoje não muito comum na literatura universal”⁴⁶⁴.

Rios antecipou em algumas décadas a exposição e defesa pública feita pelo movimento de direitos dos homossexuais no Brasil. Por mais que ela também fosse criticada pela forma que retratava suas personagens, o que podemos ver nesta e em outras diversas entrevistas da autora é uma defesa da homossexualidade, assim como uma defesa da sua obra como retratando a verdade das vivências homossexuais, as coisas boas e os percalços da vida comum à qualquer pessoa. Pois era desta forma que ela via os homossexuais: uma pessoa como outra qualquer.

Por mais que ela naquele momento não tenha sido vista como uma defensora dos homossexuais em suas obras, o que vemos, principalmente após a sua morte, é uma mudança na visão acerca da importância do debate público que Rios fazia sobre o assunto. Por exemplo, quando da morte de Rios, o escritor Marcelo Rubens Paiva escreveu artigo intitulado *Literatura de Cassandra Rios educou uma geração* no qual afirma que “em muitas faculdades brasileiras, pesquisadores deveriam estar estudando Cassandra Rios. Foi uma precursora. Sua importância não será esquecida. Nem a libido de suas personagens”⁴⁶⁵.

Além disto, no ponto de vista da homocultura, Rios, com seus livros, filmes, pinturas, programas de rádio, jornais, etc, deixou um legado que ainda hoje estamos começando a melhor entender e valorizar. Rios foi percussora ao abrir caminhos para uma literatura personagens lésbicos. A respeito disso, a editora Laura Bacellar, uma das donas da Editora Malagueta, voltada para o público lésbico, vê

⁴⁶⁴ José Esmeraldo Gonçalves. 100 anos de pornografia. Revista Manchete, Ano 1991, Edição 2044 (1), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

⁴⁶⁵ Marcelo Rubens Paiva. Folha Online Ilustrada Literatura de Cassandra Rios educou uma geração 16/03/2002, Folha de S. Paulo.

como importante o que ela considera a estratégia de mercado de Cassandra Rios. Segundo Bacellar,

Como editora, eu pude analisar o que ela fez e aí faz toda a diferença, porque a Cassandra, (...) Ela percebeu que não bastava falar do amor entre mulheres de uma maneira culta, de uma maneira fechada, porque isso não sairia de uns círculos. A Cassandra teve uma postura de publicar para ser lida, de publicar para um grande público e ela conseguiu, ela fez sucesso, ela era uma das mais lidas. Ela arrombou a porta do silêncio porque ela pegou um assunto que não existia e jogou ele na literatura de massa, muito bom, você tem que reconhecer isso que nossa, que maravilha, que ela fez para o movimento, para os homossexuais, para os transgêneros, ela falou também de travestis e tal, para todos nós, ela abriu a porta, tornou isso um assunto, trouxe para a consciência de um monte de gente. E ela foi lida não só por homossexuais, ela foi lida por heterossexuais. Então, ela fez esse serviço a nós, ela trouxe esse assunto para a mente, para as bocas, para o pensamento da população leitora do Brasil” (Laura Bacellar In.: KORICH, 2013)

A honestidade de Rios teve importância para o público-leitor, como no exemplo da diretora do documentário *A Safo de Perdizes*, ou mesmo no caso relatada pela sobrinha da autora, Liz Rios, que também lésbica, relata no documentário o seu próprio processo de descobrimento enquanto lésbica e a importância de sua tia nisso.

Em entrevista para o Jornal O Pasquim agosto de 1976, Rios afirmou que

Pra mim, o homossexualismo é uma forma especial de amar, como qualquer outra forma especial de amor. É um modo diferente, um jeito de amar. Tudo é amor. Desde que haja amor, não há depravação. Nem é pornografia. Um dia meus livros poderão servir como estudo do modo de vida dessas criaturas, do relacionamento entre elas, de como pensam e o que sentem. O homossexual é um ser humano igual a qualquer outro. (RIOS, 1976)

Em entrevista concedida a revista TPM em julho de 2001, a grande entrevista que ela deu antes de sua prematura morte, Rios faz um apanhado do que viu em relação aos movimentos de homossexuais. Ela afirmava a importância didática de suas obras, pois para ela as mesmas “vieram para quebrar tabus, preconceitos. Pais agradeciam por eu ter feito com que descobrissem que seus filhos eram normais, que não deviam ser enfiados em um sanatório por serem homossexuais”⁴⁶⁶. Ainda em 1978 ela já falava sobre essa a importância da representação de homossexuais presente em sua literatura, defendendo que “o comportamento de uma personagem pode ajudar o leitor a ter uma visão melhor do

⁴⁶⁶ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

mundo, quanto à minha obra, afirmo que ela é construtiva, pois acredito no homem e o defendo. Leia Nicoleta Ninfeta, por exemplo" ⁴⁶⁷.

Importante é percebermos as constantes mudanças nos padrões morais e culturais, pois o que em Cassandra trazia temores, trazendo a questão da sexualidade de forma muito mais exacerbada, hoje em dia, virou best-seller. Exemplo disso é o sucesso de livros como a série *Cinquenta Tons de Cinza* e filmes como *Ninfomaníaca* ou *Azul é a cor mais quente*.

Como podemos entrever na descrição de alguns personagens das obras de Rios expostas no decorrer desta tese, as mesmas estavam sempre se questionando sobre a sua existência, o que algumas vezes gerava resultados bons e felizes e em outros ruins, como suicídios, porém tal reflexão é uma característica importante da obra da autora. Através destes personagens refletia-se, também

sobre a identidade lésbica com todas as suas contradições. Tendo em vista que essa identidade está inserida em uma rede de discursos, Cassandra disputava sobretudo a construção desta identidade. Suas obras sinalizam para uma mudança de comportamento; apresentava um quadro de seu tempo, ao mesmo tempo em que, introduzia elementos de uma transformação histórica⁴⁶⁸

Cassandra deixa assim, tanto um legado para a literatura erótica, quando para a literatura produzida e voltada para o público lésbico. Legado este que está sendo reconhecido e propagado, pois, há ainda produtos culturais da autora que ainda não foram acessados pelo público.

Exemplo disso é a peça *A Mulher proibida*, uma adaptação da própria autora para o seu livro *Eudemônia*. A peça deveria estreiar no dia 19 de março de 1959, no Teatro Bandeirantes, encenada pelo Conjunto Gaetano Gheradi, com produção de Cesar Giorgi⁴⁶⁹, porém tal fato nunca aconteceu. A peça foi vetada integralmente pela censura da Divisão de Diversões Públicas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (DDP-SP) por focar em “questões do universo LBGT, dando enfoque às relações lésbicas e a sexualidade feminina, motivo principal do veto integral por parte dos censores” (IHA, 2016, p. 2).

⁴⁶⁷ Nello Pedra Gandara. Cassandra Rios: ela já vendeu um milhão de livros. Revista Manchete, Ano 1974, Edição 1176 (3), Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

468

<http://www.mulher500.org.br/cassandra-rios-1932/>

⁴⁶⁹ Notícias Teatrais. Folha de S. Paulo, 13 fev, ano 39, n 31278.

Não somente a peça teve problemas, cabe lembrar os problemas sofridos pelo livro *Eudemônia*. Devido a esta única obra Rios foi processada dezenove vezes⁴⁷⁰ e resolveu não mais editar o mesmo.

Em 1978, quando questionada se acreditava no homossexual absolutamente integrado à sua homossexualidade e feliz, Rios responde que sim, dando como exemplo o caso da obra *Eudemonia*. Segundo ela,

criei um personagem assim (...) No livro, a homossexual é simplesmente aquilo que ela quer ser; ela enfrenta seus problemas, que todo mundo os tem, mas no final é feliz. Termina bem, porque termina como ela queria. Então discutiram comigo: 'não é possível escrever um negócio desses'."⁴⁷¹

Primeiramente a peça foi censurada com alguns cortes e para o público maior de dezoito anos. Porém, mesmo assim, para o censor Nestório Lips, "a tese e os diálogos da peça da senhora Cassandra Rios são uma apologia declarada e nada decorosa ao lesbianismo"⁴⁷². Diante disso ele optou por vetar integralmente a mesma (Ver ANEXO N).

Interessante é notar a questão do título, pois quem seria a mulher proibida, Eudemônia Forbes ou Cassandra Rios? Passados mais de sessenta anos, a peça foi finalmente encenada com o título *Eudemonia – Em memória a uma peça nunca encenada*. A peça não é um trabalho feito somente em cima da peça *A mulher proibida*, mas versa também sobre a ditadura militar brasileira através da história de Cassandra Rios. Neste sentido,

A história da autora serve de pano de fundo para a encenação, que desenvolve episódios que trazem à tona questões relacionadas à sexualidade e afetividade feminina, e representatividade da mulher nas artes. A proposta é refletir sobre esses assuntos e relacioná-los no contexto atual com o das décadas de 1960 e 1970⁴⁷³.

A peça foi o produto final da disciplina Laboratório de Direção Teatral – a cena aberta, da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela foi escrita por Sophia Colleti e Letícia Bianchi, tendo no elenco somente mulheres (Alice

⁴⁷⁰ Fernando Luna. A perseguida. Páginas Vermelhas. Revista TPM (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

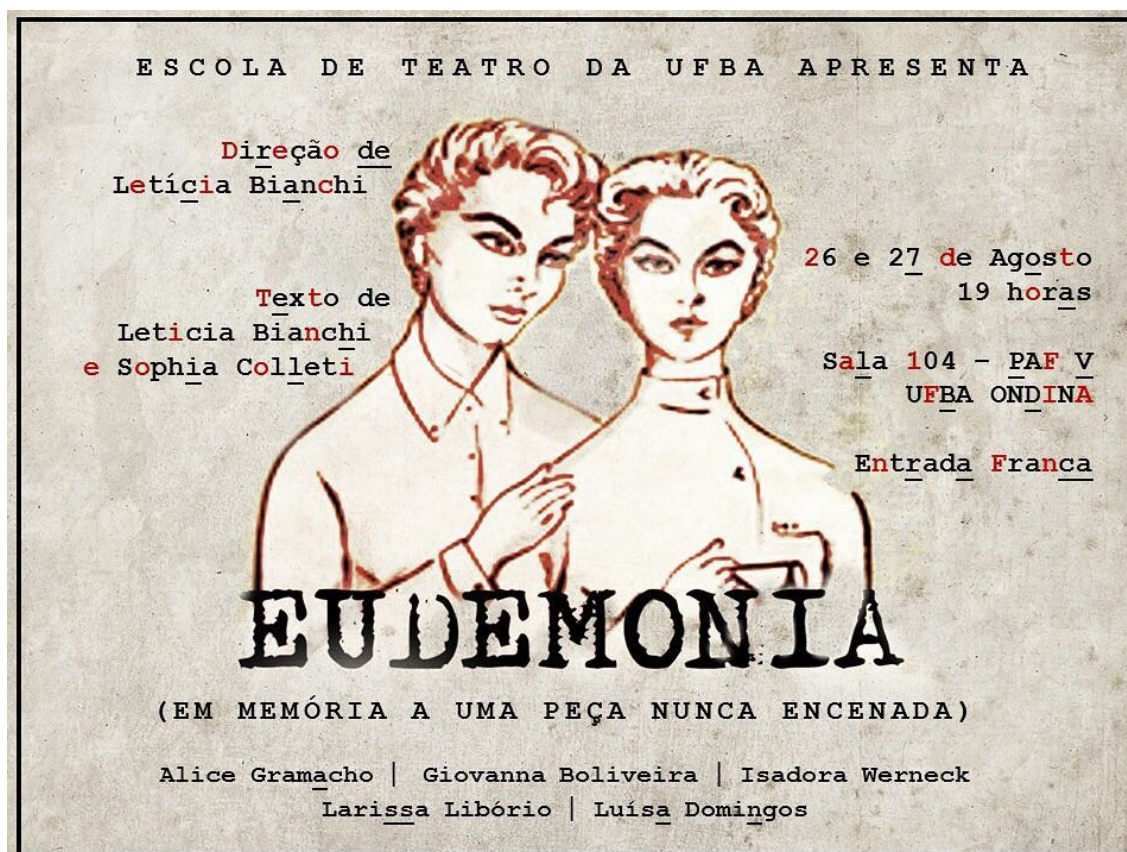
⁴⁷¹ Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos ela só pensa em escrever. Lâmpião da Esquina. Ano 1, n. 5, 5 out 1978.

⁴⁷² IHA, 2016, p. 28.

⁴⁷³ <https://www.teatrossessiovermelho.com.br/Noticias/noticia/2410?title=eudemonia-volta-em-cartaz-para-comemorar-vitoria-no-premia-braskem-de-teatro>

Gramacho, Giovana Boliveira, Isadora Werneck, Larissa Libório e Luísa Domingos).
Compõem o grupo as musicistas Jamille Cazumbá e Paola Dalva Káká.

Figura 51: Cartaz da Peça Eudemônia



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BX62XVknusw/>

A primeira encenação ocorreu em agosto de 2017, dentro da própria universidade. No mês seguinte ela foi encenada no Festival Gayboa, no Teatro Gamboa Nova. Porém, a peça não foi somente encenada em Salvador, mas também em Belo Horizonte no Festival Estudantil de Teatro (FETO) de 2018. Além disso, venceu Prêmio Braskem de Teatro 2017 na categoria revelação para a diretora Letícia Bianchi e teve a indicação de Isadora Werneck como melhor atriz. Em comemoração a este prêmio, ela voltou em cartaz no Teatro SESI Rio Vermelho, em Salvador, em julho de 2018.

Outro exemplo de produto cultural da homocultura atual no qual o legado de Cassandra Rios reverberou foi a exposição Tarja Preta, de Vânia Toledo, na qual, como podemos ver na foto abaixo, Cassandra Rios esteve em destaque

Figura 52: Foto Cassandra Rios, Exposição Tarja Preta



Fonte: Vania Toledo, Exposição Tarja Preta.

Com curadoria de Diógenes Moura, esta exposição esteve em cartaz de janeiro a março de 2018 no Museu da Diversidade Sexual, de São Paulo (SP). Ela tinha como foco mostrar a diversidade cultural da população LGBT através de fotos de diversos artistas de teatro, música, literatura, etc. A fotografava buscava mostrar, através de seu trabalho, os questionamentos comportamentais presentes na homocultura.

Para Luis Sobral, diretor da Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA),

a exposição 'Tarja Preta' enaltece a liberdade e infinidade de possibilidades de expressões artísticas, se opondo à caretice. A tarja preta, que tanto pode ser medicamento para controlar o que se diz loucura quanto um mecanismo

de censura imagética, é a barreira a ser superada, escancarando o que está por trás, que no fim das contas nada mais é do que humano⁴⁷⁴.

Neste contexto é que temos a foto de Cassandra Rios vestida com um terno bastante elegante, segurando uma singela rosa vermelha. Esta foto é bastante representativa da imagem da autora, pois conforme podemos ver em diversas notícias, ela gostava de se vestir elegantemente, porém com trajes que ultrapassavam a barreira do masculino/feminino. Segundo Yáskara Guelpa,

A Cassandra era uma mulher feminina, mas gostava de se vestir de homem, as vezes, ela ficava muito masculina e a gente dizia 'nossa, mas está muito exagerado', mas ela fazia para chocar, ela fazia tudo porque ela queria chocar mesmo. Ela era assim. Como dizem os jovens: ela era uma tiradora de sarro. (Yáskara Guelpa In.: KORICH, 2013)

Além da escritora, compuseram a exposição fotos de outros ícones que Vânia Toledo fotografou desde os anos de 1970 e fotos que foram retiradas exclusivamente para a exposição. São retratados artistas como os cantores Cazuza, Ney Matogrosso e Luana Hansen, o cartunista Laerte, o estilista Clodovil Hernandez, os escritores João Silvério Trevisan e Karina Dias.

Cassandra Rios expôs em suas vestimentas, textos, pelias, músicas, pinturas, a diversidade das vidas homossexuais, o que a levou a afirmar que

todo o esforço da minha vida foi preenchida por eles. Se a vida inteira eu deixei de viver a minha própria vida para viver por eles. Se eu fui até chamada de papisa do homossexualismo. Foi um codinome que faz jus ao meu trabalho porque se você fizer uma pesquisa, eu desafio a qualquer um a encontrar um livro homossexualismo como eu escrevia, antes da abertura⁴⁷⁵.

De fato, não há precedente ao trabalho da autora sobre este tema. As personagens lésbicas narradas por Cassandra Rios foram e são uma forma de tornar visível pessoas que são muitas vezes invisibilizadas no dia a dia. As experiências vividas por tais personagens fictícios fizeram com que leitores diversos acessassem a imaginação e buscassem com ela aprender e apreender sobre a realidade das vivências lésbicas.

Se antes as obras de Rios eram editadas em versões de baixo custo que buscavam a venda não somente em livrarias, mas de forma a atingir o maior público leitor possível, hoje o que temos em relação a edição de livros dela é a inserção no

⁴⁷⁴ <https://www.mds.org.br/events/exposicao-tarja-preta/>

⁴⁷⁵ ChanaComChana Out Jan 1986-7, n 11.

e-commerce através da reedição de livros da autora no formato de livros digitais. No ano de 2019 a Lebooks Editora e Livraria ⁴⁷⁶ registrou o ISBN das obras *Carne em Delírio*, *Um Escorpião na Balança*, *Eu sou uma Lésbica*, *Muros Altos* e *Veneno* da autora, a qual encontram-se para venda virtual no site Amazon ⁴⁷⁷.

Sinais dos tempos, quem sabe, Cassandra Rios encontre nas gerações de filhos e netos das daqueles que a leram em livro impresso o público leitor digital para o qual continue a reverberar seu pensamento de que "o homossexual é tão normal quanto o heterossexual. Foi o que eu tentei provar a vida inteira através de meus livros. Eu digo que tentei porque ainda existem muitas coisas a serem reivindicadas, a serem solucionadas" ⁴⁷⁸.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Costumo dizer que só os escritores e os seus leitores sabem quem enterram, sabem tudo sobre seus personagens, como eles usaram a alma e o corpo, segundo seu criador o escritor, quando viram a última página e fecham o livro, como esta, onde termina parte da minha história. Muitos vão dizer que sabem tudo de mim, mas não sabe nada! Não acreditem, estarão inventando! Porque nem o mais próximo parente, o mais íntimo amigo, o mais devotado amante, ninguém sabe, nem saberá jamais, quem foi, no seu espírito, no seu âmago, verdadeiramente, a pessoa que vai no caixão, quando lhe fecham a tampa. Só Deus”
Cassandra Rios, *MezzAmaro*, *Flores e Cassis*.

⁴⁷⁶ Editora brasileira que trabalha somente com a edição de livros em formato virtual.

⁴⁷⁷ https://www.amazon.com.br/cassandra-rios-Livros/s?k=cassandra+rios&i=stripbooks&rh=n%3A6740748011%2Cn%3A7843058011&dc&qid=1578577267&rnid=7841278011&ref=sr_nr_n_2

⁴⁷⁸ ChanaComChana Out Jan 1986-7, n 11.

Estas são as palavras de Cassandra Rios ao final do livro *MezzAmaro*. Mesmo em uma autobiografia de mais de quatrocentas páginas, Odette visa manter um mistério sobre a sua pessoa. Odete, Odette e Cassandra(s). A autora faleceu em 2002, com sessenta e nove anos, quando estava voltando a publicar e pretendia reeditar por conta própria sua vasta obra. Enterrada no Cemitério de Santo Amaro (São Paulo), o túmulo de Rios não é um local de visitação, como por exemplo, o que ocorre com o túmulo de outros grandes escritores mundo afora.

O que houve   Cassandra Rios, de escritora popular com quase cinquenta obras publicadas, mesmo que considerada pornógrafa,   uma escritora quase sem livros editados, quando da sua morte? Não é uma pergunta fácil de responder e nem de resposta única.

Com esta tese podemos constatar que houver uma persegui o sistemática ao nome de Rios no tocante a censura, antes e durante a da ditadura militar e mesmo no período de abertura política. Ainda na década de 1980 a autora ainda era um nome de destaque quando da análise de suas obras – neste período obras cinematográficas e musicais – recaindo, nitidamente, sobre tais produtos artísticos um olhar mais atento para a análise de questões sobre a homossexualidade feminina.

Como foi exposto, havia censores que não versavam abertamente sobre o fato das obras terem rela o com Cassandra, enquanto outros deixavam claro que sabiam da rela o com a autora e de seu hist rico de obras censuradas.

Rios sempre esteve em intensos debates com aqueles que julgavam suas obras. Por mais que durante alguns anos ela tenha tentado se manter como uma figura incógnita – utilizando do pseudônimo Cassandra – a partir do momento em no qual ela aparece publicamente para se defender dos processos que lhes são imputados, seu rosto vira também o de uma figura pública, recorrente em jornais.

A censura que permeou toda a vida e obra de Odette Rios é um reflexo dos nossos fluxos morais e autoritários ao longo da história do Brasil. Como foi exposto ao longo desta tese, a autora enfrentou processos ao longo de décadas, mesmo em períodos democráticos – como na década de 1950 – Rios enfrentou os resquícios da Ditadura anterior e sofreu antecipadamente com o que se tornaria norma na década seguinte: a censura.

Não se pode pensar a trajetória artística da autora sem pensar na relação tênue que ela teve com as forças repressoras moralistas: sucessivas idas às delegacias, depoimentos, processos e seu nome envolvido em escândalos outros, tudo decorrente da confusão entre autora e obra, entre ficção e realidade.

Cassandra, a princesa de Tróia, previu o final trágico que abateria aquela cidade, mas ninguém a ouviu. Cassandra, a Safo de Perdizes, previu para si toda a perseguição moral que iria sofrer, e mesmo assim seguiu com o seu ofício. Porém, quando de Cassandra, finalmente, depois de décadas, a Censura conseguiu tirar o prazer de escrever, ela não sucumbiu e deixou reflorescer sua outras Cassandras: a cantora, a pintora, a apresentadora.

Em confronto com as mudanças que ocorriam no mundo afora, o Brasil no qual escrevia a autora vivia uma ditadura e estava inserida no contexto da Guerra Fria, na luta entre dois pólos, que era uma luta ideológica. Cassandra Rios produz antes disso tudo, durante e depois, tendo uma carreira extensa e que passou por todas essas nuances de mudanças sociais, políticas e econômicas. Contudo, as mudanças de padrões, mudanças no âmbito da moral e da família eram vistas como uma ameaça comunista ao maior bem da nação: a família. Tal pensamento é expresso, por exemplo, em legislações diversas legislações anteriormente citadas.

No decorrer das décadas, como mostramos nesta tese, a sociedade brasileira persistiu em ter uma característica marcante: um duplo padrão de moral de consumo/julgamento dos bens culturais relacionados as obras de Rios. De um lado livros, filmes, programas de rádios/tv de sucessos e consumo de massa, por outro lado um forte julgamento nas esferas social e jurídico.

O que nos leva a refletir sobre a hipocrisia no tocante à sexualidade dos brasileiros, principalmente sobre o papel da liberdade de escolha das mulheres. Nisso é importante perceber sobre como a homossexualidade feminina é percebida por muitos homens e que se refletiu, por exemplo, em diversos filmes nacionais que abordaram a temática. Lésbicas objetificadas para o prazer masculino é algo permitido que venha à cena, porém um final feliz para um casal de personagens lésbicas é algo que já não é usual, como no exemplo da adaptação cinematográfica da obra *A paranóica*, que não tem um final feliz lésbico, como no livro.

A mudança nos padrões de feminilidade é algo que Rios sempre mostrou em suas personagens, por mais que se classificasse como contrária aos movimentos sociais (incluído aí o feminista). Porém sobre essa visão anti-feminista

da autora, a mesma a relativizou já na velhice, quando se disse feliz por ter visto nascer as Paradas da Diversidade Sexual em São Paulo, assim como quando na década de 1980 concorreu a um cargo eletivo.

Com as fontes acessadas pude fazer um panorama sobre a tênue relação das censuras com esta autora, versando sobre os aspectos morais da sociedade brasileira, sobre o papel da mulher na sociedade e sobre a existência lésbica. A magnitude das fontes que consultei creio que dará aporte, ainda, para diversas pesquisas futuras com temas conectos à Cassandra Rios, ao quais somente versei e não pude aprofundar ao longo da tese.

Um aspecto relevante que a análise das fontes jornalísticas nos permitiu entender foi a questão do discurso acerca do tema central das obras de Rios – o lesbianismo. Se nas décadas de 1950/60 fala-se de modo velado acerca da homossexualidade feminina, o que podemos perceber na virada das décadas de 1970/80 é um discurso bem mais direto e apelativo. Utiliza-se, por exemplo, termos populares como “sapatão” e são expostas imagens de cenas dos filmes que são bastante diretas em mostrar afeto e/ou sexo entre mulheres. Tal aspecto relaciona-se com uma maior liberdade do corpo feminino, mas também com o aspecto de fetiche em torno da relação lésbica. Aspecto este que não é foco das narrativas de Rios, mas que foi utilizado nas adaptações cinematográficas de suas obras.

Esta tese buscou fazer uma análise vinculando documentos oficiais, livros memorialísticos e matérias veiculadas em meios de comunicação, visando trazer um panorama acerca da vida da autora permeada pela sua relação com a temática da censura relacionada com a questão da homossexualidade feminina, exposta em suas diversas expressões artísticas. Por mais que Rios tenham se destacado na produção maciça de livros, devemos lembrar que ela também produziu filmes, músicas e pinturas com temática homossexual, conforme mostramos nesta tese.

A autora produziu a sua obra em um momento no qual o Brasil vivenciava a expansão de sua produção cultural de música, de livros e de filmes, bens que eram produzidos em larga escala. Porém, no tocante as produções que versassem sobre a população lésbicas, essa ainda eram raras, tendo em Cassandra Rios uma pioneira. Contudo, ainda hoje há a dificuldade de autoras se mostrarem no mercado, mesmo que tenhamos no mercado editorial brasileiro uma proeminência de leitoras femininas, por outro lado temo uma prevalência de autores masculinos.

A literatura ainda é um campo masculino, o espaço da voz, da fala, da

escrita ainda é eminentemente masculino. E, em meio a isso, creio ser necessário trazer a tona história de mulheres como Rios, que tem qualidade na escrita e versam sobre temas ainda hoje polêmicos, temas que precisam ser debatidos pela sociedade brasileira. Sociedade esta, que após tantas lutas por direitos e visibilidade ainda mantém muito forte as suas raízes machista, homofóbica e elitista.

Hoje se tem a internet como um dos meios de fugir disso e de grupos marginalizados buscarem se mostrar, dar voz às suas escritas, como editoras voltadas para autores e histórias e negros, de mulheres, da população LGBT, etc.

Autores como Cassandra Rios e Jorge Amado, por exemplo, trouxeram à tona aspectos de nossa sociedade que se gostaria esconder. A literatura, desde os folhetins de jornais, tem esta missão. E os autores ora citados a cumpriram. Porém, por que Amado é lembrado e laureada e Rios não? Não há uma resposta direta e fácil para tal questionamento, porém espero que com esta tese eu tenha dado indícios para se pensar sobre isso.

Odette, falando enquanto Cassandra, aquela que prevê, muito bem percebeu, em 1976, que seus livros seriam utilizados por aqueles que desejassem estudar sobre a vida das pessoas homossexuais. E a profecia cada dia mais se torna realidade.

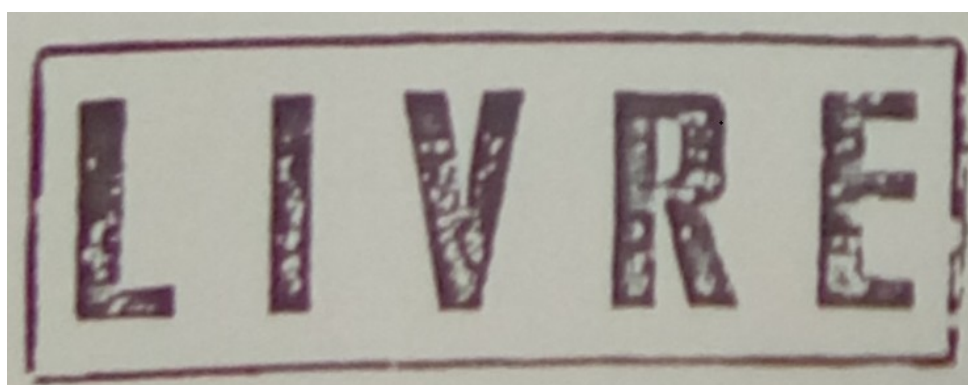
Hoje há pessoas no meio artístico e jornalistas reanalizando o papel de Rios. Já há alguns anos temos estudos universitários acerca da autora e de seu papel, ao que parece tais estudos, junto com a Comissão Nacional da Verdade e o documentário *A Safo de Perdizes* têm ajudado a fazer com que Rios volte a ser tema de debates para sociedade.

No decorrer desta pesquisa o que pude constatar foi um aumento expressivo na procura por livros da autora em sebos virtuais. Tal demanda refletiu nos valores praticados nas vendas de tais obras, que mudaram de categoria: de *livros velhos* para *obras raras*. Exemplo disso foi a compra do livro *CENSURA*, o qual adquiri por cerca de vinte reais em 2014 e que hoje encontra-se a venda virtualmente por seiscentos reais, por ser uma obra rara.

Esta tese ressalta a importância de se estudar aquelas que expressaram de diversas formas as vivências lésbicas, ainda tão apagadas, na sociedade brasileira. Pioneira lésbica, Cassandra Rios provocava a sociedade e gerava debates com sua sinceridade ao retratar realidades diversas, mesmo que estas fossem cruéis com os homossexuais.

Vivemos em um momento em que devemos voltar e lembrar pessoas que lutaram pela livre expressão na literatura, pois os tempos se mostram sombrios, e a liberdade de expressão artística precisa ser reafirmada. Cassandra Rios lutou sempre pelo seu direito de se expressar, de ser uma escritora livre para expor modos de viver antes silenciados pela produção cultural brasileira.

“A liberdade é uma luta constante”, nos lembra Angela Davis acerca da necessária disposição que devemos ter na luta pelas liberdades. Nunca os direitos das mulheres foram dados, sempre foram lutas constantes, com fluxos e contrafluxos ao longo da história. A análise da trajetória da autora Cassandra Rios, da pessoa Odette Rios, nos mostra que somente na persistente busca por seus desejos as mulheres podem conseguir construir uma sociedade na qual sejamos efetivamente livres.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Nuno Cesar Pereira de. **Boca do Lixo**: cinema e classes populares. 202. 228 f. Tese (Doutorado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2002.
- ANTUNES, Ana Luiza Rodríguez. **Homossexualidade**: a mestiçagem que Jorge Amado não viu: um estudo sobre as personagens homossexuais nos romances de Jorge Amado. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não**: música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AREU, Graciela Inés Presas; Kieling, Bruno Borges . A 'mulher-sedutora' construída pela linguagem cinematográfica. **Fazendo Gênero 8** - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação**. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ATENCIO, Rebecca J., **Memory's Turn**: Reckoning with Dictatorship in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.
- AUTOR DESCONHECIDO. **Cassandra**: a princesa de Troia (Extraído do livro Histórias de Tempos Passados). São Paulo: Ordem do Graal na Terra, 2010.
- BANN, Stephen. Clio em parte: sobre o antiquariado e fragmento histórico. In.: BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 129-152.
- BARROSO, Maria do Sameiro. Cassandra — Vox femina trágica In: **Boletim de Estudos Clássicos** - 41 (Junho/2004), p. 83-104.
- BECKER, Howard. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- BERG, Creuza de Oliveira. **Os mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - Lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996a, p. 74-82.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In.: BOURDIEU, Pierre. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

BURKE, Peter. Teóricos e historiadores. In: BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 11-37.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALDAS, Waldenyr. Subliteratura: o fetiche do prazer. **Vozes**. Petrópolis, v. 72, n.3, p. 5-12, 1978.

CAMPOS JÚNIOR, Celso de; MOREIRA, Denis; LEPIANI, Giancarlo; LIMA, Maik Rene. **Nada Mais que a Verdade** - A Extraordinária História do Jornal Notícias Populares. São Paulo, Editora Summus, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) **Minorias silenciadas**: a história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COURI, Norma. Censura cortou o elo de leitores com o mundo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1998. Caderno especial dos 30 nos do AI-5.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dezembro, 2007.

DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, Vol. 0, N. 20, jan. 2002. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/view/2214/1773>. Acesso em: 24 jun 2015.

DANTAS, Jean Carlos de Oliveira. **Do ativismo social à gestão pública**: narrativa de um militante sobre governo e sociedade civil na resposta paulista ao HIV/AIDS (1998-2016) / Jean Carlos de Oliveira Dantas. São Paulo, 2018. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, Mariane Bovoloni. **Jornalismo cultural e contestação**: uma análise do livro Nicoleta ninfeta de Cassandra Rios. 2012. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012.

ELIAS, Norbert. Introdução: Sociologia e História. In.: ELIAS, Norbert. **A Sociedade**

de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 27-59.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. vol 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACINA, Adriana. **Santos e canalhas**: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FACCO, Lúcia; LIMA, Maria Isabel de Castro. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. **Labrys**, estudos feministas, agosto-dezembro de 2004, p. 2-6. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/lesb/bau.htm>. Acesso em: 17 jun 2015.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In.: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 125-148.

FICO, Carlos. "Prezada censura: cartas ao regime militar", **Topoi** – Revista de História, Rio de Janeiro, UFRJ. nº 5, pp. 251-286, setembro de 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado**: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. 2006. 241f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição a ditadura brasileira nos Estados

Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo** e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro. (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e Narrativa: historicizando um debate. In: Isabel Lustosa. (Org.). **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 13-32.

GUIMARÃES, Manoel Salgado . Vendo o passado: representação e escrita da História. **Anais do Museu Paulista**, v. 15, p. 11-30, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003, p. 213-224.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil** – sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IHA, Mariana. A mulher proibida: análise do processo de censura paulista da obra de Cassandra Rios em 1959. 2016, 27 f. Relatório. Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KOFES, Suely. Experiências sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos PAGU**, n.3, 1994, p. 117-141.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. São Paulo: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard . Do *habitus* ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. In: **Revistas de Ciências Sociais**: Revisando temas Clássicos e Contemporâneos, vol 34, n. 2, 2003, p. 7-29.

LUCAS, Meize; VIEIRA, Rafael. Entre a censura moral e política: discussão em torno de um falso problema. In.: FONTELES, Ana Rita; LUCAS, Meize. **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira**: 1964-1985. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 105-129.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, 300f.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 263-281.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Luta, substantivo feminino** – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo/Brasília: Caros Amigos/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. **A revista Capricho como um “lugar de memória”** (décadas de 1950 e 1960). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, 260f.

MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra M. **O que é Pornografia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

MOTT, Luiz. **Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Livre, 1987.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In.: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 2149-175.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar: 1964-1978**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2003, 309 f.

PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico X deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná. 2005. 105 f.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**, nº 3 - memória. São Paulo: Vértice, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Flávio de Araújo. **Ney Matogrosso: sentimento contramão transgressão e autonomia artística**. 2009. 271 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade

Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2009.

QUEIROZ, Flávio de Araújo. **Secos e molhados**: transgressão, contravenção. 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2004.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017, 329f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2017, 329f.

QUINALHA, Renan Honorio. **Justiça de transição**: contornos do conceito. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, 174f.

QUINALHA, Renan Honorio. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a Ditadura brasileira. In.: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 245-271.

REIMÃO, Sandra. Brasil, anos 70: mercado editorial e literatura ficcional brasileira. **Revista Comunicação & Sociedade** n. 20 (1993), p. 73-88.

REIMAO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, Apr. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Jun. 2019.

REIMAO, Sandra. **Repressão e resistência** - Censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, o CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

SAHLINS, Marshall David. Experiência individual e ordem cultural. In.: ____ **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004, p. 301 – 316.

SANTOS, Rick. Apresentação crítica e atualizada desta edição. In.: RIOS, Cassandra. **Uma mulher diferente**. São Paulo: Brasiliense: 2005, p. 9 -13.

SANTOS, Rick. O mito de Cassandra: gênese da literatura gay e lésbica no Brasil. In.: AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira. **Livros e ideias**: ensaios sem fronteiras. São Paulo: Art & Ciência, 2004, p. 159 – 188.

SILVA, Deonísio da. **Nos Bastidores da Censura** - Sexualidade, Literatura e Repressão Pós-64. 2. ed. rev. Baueri: Manole, 2010.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância**: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Terceiro Nome/Senac, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil Visto de Fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SOARES, Jô. **O Livro de Jô** - Volume 2. Uma autobiografia desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Ramayana Lira de; BRANDAO, Alessandra Soares. Cassandra Rios e o cinema erótico brasileiro: autoria e performatividade. In: Karla Holanda, Marina Cavalcanti Tedesco. (Org.). **Feminino e plural**: mulheres no cinema brasileiro. Campinas: Papyrus, 2017, v. 1, p. 131-144.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade. 4. ed. rev. atual. e am. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura Literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). **Minorias Silenciadas**: História da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2002, p. 45-89.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?**: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). 2014. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal De Pernambuco, Centro De Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2014. 234 f.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas**: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro. 2010. 159 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2010.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 247-265.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

APÊNDICE A – LISTA DE LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS

Tabela de livros publicados por Cassandra Rios feita a partir de listas de livros constantes na contracapa de diversas obras publicadas pela autora, assim como em matérias jornalísticas, em pesquisa na base SophiA, da Biblioteca Nacional e na base da Agência Brasileira do ISBN.

TÍTULO	ANO
A Volúpia do Pecado	1948
Carne em Delírio	1948
Eudemônia	1949
O gamo e a gazela	1951
O Bruxo Espanhol	1952
A lua escondida	1952
A Sarjeta	1952
A paranóica	1952
Minha Mentepicose	1954
As Vedetes	1956
Copacabana Posto 6 - A Madrasta	1956
Georgette	1956
Tara	1961
A borboleta branca	1962
Muro Alto	1962
A noite tem mais luzes	1962
A breve história de Fábila	1963
Uma mulher diferente	1965
Macária	1965
Tessa, a gata	1965
A serpente e a flor	1965
Um escorpião na balança	1965
Veneno	1965
Canção das Ninfas	1971
As mulheres do cabelo de metal	1971
Mutreta	1971
Nicoleta Ninfeta	1973
Marcella	1975
As traças	1975
Anastácia	1977
Uma aventura dentro da noite	1978
A Santa Vaca	1978
Patuá	1978
Maria Padilha	1979
O Prazer de Pecar	1979
Marcellina	1980
Eu sou uma lésbica	1980
Crime de Honra	1990

Mônica - a insaciável (como Oliver River's)	1979
Rosa, a irresistível (como Oliver River's)	1979
O gigolô (como Oliver River's),	1979
Andra - traição sexual(como Oliver River's)	1980
Valéria, a freira nua(como Oliver River's)	1980
Sonho de Viúva (como Clarence Rivier)	1980
CENSURA – Minha luta, meu amor	1977
MezzAmaro, flores e Cassis – O pecado de Cassandra	2000

APÊNDICE B – LISTAGEM DAS FONTES DE PESQUISA CONSULTADAS

1. Documentos obtidos no Arquivo Nacional (Brasília):

Fundo: Divisão de Censura de diversões Públicas - DCDP

1.1. Seção: Administração Geral

Notação	Descrição
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.01	Ofício n. 391/64-SCDP, traçando histórico e objetivos da censura no Brasil. S/I, 12/05/1964.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.577	Ofício (cópia) n. 1444/75, referente ao livro “As Traças” de Cassandra Rios. Brasília, 06/11/1975.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.579	Ofício (cópia) n. 1447/75, referente aos livros “Copacabana Posto 6” e “A Madrasta” de Cassandra Rios. Brasília, 06/11/1975.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.583	Ofício (cópia) n. 1498/75, referente ao livro “Uma Mulher Diferente” de Cassandra Rios. Brasília, 14/11/1975.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.62	Carta de Rogério Nunes, Diretor da DCDP para o Deputado Dayl de Almeida, referente à revisão de normas da Censura com o objetivo de retirar aquelas que estão ultrapassadas. Brasília, 28/10/1974.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.95	Ofício n. 053/77-DCDP, referente ao pedido sobre a revogação dos atos que impedem a circulação de livros, a projeção de filmes, a apresentação de peças teatrais e a difusão de músicas. Brasília, 31/01/1977.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.103	Carta de Rogério Nunes, Diretor da DCDP, tecendo comentários sobre as atividades desenvolvidas pela Censura Federal. Brasília, 25.04/1977.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.123	Ofício n. 057/78-DCDP, comunicando sobre estudos que visam a promulgação de nova lei censória. Brasília, 31/01/1978.
BR AN,BSB	Ofício n. 172/88-SCDP/RS, tecendo comentários sobre

NS.AGR.COF.CSO.511	a extinção das atividades da Censura Federal. Porto Alegre, 03/11/1988.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.521	Ofício n. 83-TCDP/OS, enviando orientação sobre o relacionamento da Censura Federal com os Juízes de Menores. Salvador, 22/05/1969.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.525	Ofício (cópia) n. 346/69, referente à uniformização das atividades da Censura em todo o território nacional. S/l, 25/06/1969.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.527	Ofício (cópia) n. 442/69, sobre a carência de censores diante do volume de trabalho na SCDP. S/l, 18/08/1969.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.550	Ofício (cópia) n. 692/75, referente à possibilidade dos atos que proíbem a divulgação de livros serem comunicados via telex ou telefone. Brasília, 18/06/1975.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.600	Ofício (cópia) n. 053/77, referente aos atos da Censura que impedem a circulação de livros, apresentação de peças teatrais, exibição de filmes e difusão de músicas. Brasília, 31/07/1977.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.622	Ofício n. 579/78, solicitando providências que culminem com o fim da censura às atividades artísticas em geral. Pelotas, 16/06/1978.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.260	Telex do Monsenhor Augusto Dalvit, tecendo críticas às modificações a serem processadas na Censura e que foram noticiadas pela imprensa. Porto Alegre, 09/04/1985.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.MSC.349	Carta de Sérgio Nassar Guimarães, referente à reportagem “Censura não quer homossexualismo” publicada na revista “Veja” e que trata de cortes impostos à telenovela “Vale Tudo”. Carangola, 27/07/1988.
BR AN,BSB NS.AGR.COF.CSO.579	Ofício (cópia) n. 1447/75, referente aos livros “Copacabana Posto 6” e “A Madrasta” de Cassandra Rios. Brasília, 06/11/1975.

BR ANN BSB NS AGR CDO.07	Auto de incineração e outros.
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.08	Relatório de atividades da DCDP referente ao exercício de 1975
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.09	Relatório do exercício de 1976
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.10	Relatório referente ao ano de 1977
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.11	Relatório da DCDP referente ao ano de 1978
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.13	Relatório anual de 1979 Relatório anual de 1980
BR AN,BSB NS.AGR.RAT.15	Relatório Anual da SCDP/SC de 1982 (com cópia)
BRDF ANBSB NS.CRP.MUI.LMU 13579	

1.2. Seção: Censura Prévia

Série: Cinema - Subsérie: Filmes

TÍTULO	DIRETOR	ANO	Nº CAIXA
Ariella	John Herbert	1980	274
Tessa, A Gata	John Herbert	1982	053
O Orgasmo Da Serpente	J. Marreco	1983	138

1.3. Seção: Coordenação e controle

Série: Registro de firmas e publicações

Subsérie: Livros e periódicos

Título	Editora	Caixa Nova

A borboleta branca	Editora Mundo Musical	904
A breve estória de Fábria	Editora Mundo Musical	905
A paranoica	Global Editora	912
A sarjeta	Editora Mundo Musical	907
As traças	Mundo Musical	895
Copacabana posto 6 (A madrasta)	Mundo Musical	895
Georgette	Editora Mundo Musical	902
Marcella	Record	896
Nicoleta ninfeta	Record	905
O prazer de pecar		913
Tessa, a gata	Editora Mundo Musical	904
Uma mulher diferente	Mundo Musical	896
Veneno	Record	905
Volúpia do pecado	Editora Mundo Musical	904

2. Jornais obtidos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro):

A Luta Democrática

A Noite (RJ)

Alto Madeira (RO)

Correio Braziliense (DF)

Correio da Manhã (RJ)

Correio do Sul (MG)

Diário Carioca O máximo de jornal, no mínimo de espaço (RJ)

Diário da Noite Edição Matutina (SP)

Diário da Noite O Jornal de maior circulação do Brasil (RJ)

Diário da Noite SP Órgão dos Diários Associados (RJ)

Diario da Tarde (PR)
Diário de Natal (RN)
Diario de Noticias (RJ)
Diario de Noticias (RS)
Diario de Pernambuco (PE)
Diário do Paraná Orgao dos Diários Associados (PR)
Folha de Nanuque Um jornal a serviço da Região (MG)
Jornal da República (SP) – 1979
Jornal do Brasil (RJ)
Jornal do Commercio (AM)
Jornal do Commercio (RJ)
Jornal dos Sports (RJ)
Movimento Cena Brasileira Suburbio Carioca (RJ)
O Dia (PR)
O Estado de Mato Grosso (MT)
O Estado de S Paulo
O Fluminense (RJ)
O Jornal (AC)
O Liberal (PA)
O Poti (RN)
O Progresso Orgão de um grupo de alunos da Faculdade de Direito (MG)
Opinião (RJ)
Tribuna da Imprensa (RJ)
Tribuna Liberal (MT)
Ultima Hora (PE)
Última Hora (PR)
Última Hora (RJ)

3. Revistas obtidas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro):

A Cigarra (RJ), março de 1970
Mulherio (SP), 1983
O Cruzeiro (RJ), dezembro de 1978
O Mundo Ilustrado (RJ), dezembro de 1061

Realidade (SP), março de 1970

Revista do Rádio (RJ), julho de 1970

4. Jornais Avulsos:

Lampião da Esquina - Edições 05-outubro-1978, 12-maio-1979 e 29-outubro-1980

Jornal O Pasquim, 20 a 26/08/1976

“Sou apenas uma menina chorona”. In. Jornal O Pasquim. Ano IX, nº 417, Rio de Janeiro, 24 a 30/ 06/ 1977, p. 41.

5. Acervo Folha de S Paulo

6. Acervo Jornal O Globo

7. Revistas Avulsas:

ChanaComChana, Out Jan 1986-7, n 11

TPM, Julho de 2001, Ano 01, n 03

8. Informações de Filmes obtidos na Cinemateca Brasileira:

Ariella

Tessa, A Gata

A mulher serpente e a flor (O Orgasmo Da Serpente)

Muro Alto

Giselle

9. Documentos do Diário Oficial de São Paulo

Diário Oficial Poder Legislativo 123 (222) – 7 27 de novembro de 2013

Diário Oficial da Cidade de São Paulo 12 de dezembro de 2013

Diário Oficial da Cidade de São Paulo 30 de novembro de 2016

Diário Oficial da Cidade de São Paulo 28 de dezembro de 2016

10. Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

11. Legislações

[Decreto-lei n.º 2848, de 07 de dezembro de 1940](#) (Código Penal)

Decreto-lei nº 8.462, de 26 de dezembro de 1945 (Cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas no D.F.S.P.)

[Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946](#) (Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública)

Decreto n.º 30.179, de 19 de novembro de 1951 (Dispõe sobre a exibição de filmes nacionais)

Decreto n.º 30.700, de dois de abril de 1952 (Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 30.179, de 19 de novembro de 1951)

Decreto n.º 47.466, de 22 de dezembro de 1959 (Dispõe sobre a exibição de filmes nacionais)

Lei n.º 1.565, de três de março de 1952: versam sobre a censura federal a obras teatrais.

Decreto n.º 37.008, de oito de março de 1955 (Cria o Regulamento Geral do DFSP)

[Constituição da República Federativa do Brasil de 1967](#)

[Lei n.º 5.536, de 21 de novembro de 1968](#) (Dispõe sobre a Censura de obras teatrais e cinematográficas e cria o Conselho Superior de Censura)

[Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968](#) (Suspende os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassa mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências)

[Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969](#)

[Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970](#) (Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil)

[Emenda Constitucional n.º 11, de 13 de outubro de 1978](#) (Revoga o AI-5)

[Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979](#) (Lei da Anistia)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Lei n.º 9.140, de 04 de dezembro de 1995 (Reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979)

Medida Provisória n.º 2.151, 28 de agosto de 2001 e Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002 (Cria a Comissão de Anistia)

Decreto n.º 5.584, de 18 de novembro de 2005 (Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos Documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN)

Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991)

Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011 (Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República)

12. Biblioteca do Ministério da Justiça (Brasília)

Em defesa da Moral e dos bons costumes, 1970

13. Documentários

Cassandra Rios – a Safo de Perdizes. Direção: Hanna Korich. Documentário, Brasil, 2013. 62 min.

O Pasquim - A Subversão do Humor. Direção: Roberto Stefanelli. Documentário, Brasil, 2004. 44 min.

14. Programas de Televisão

Programa do Jô Soares Onze e Meia, exibido em 20/06/1990, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

TV Pirata, Tela Morna – Tróia Profunda, 1988 (Globo).

15. Livros memorialísticos

CENSURA – minha luta meu amor, de Cassandra Rios

MezzAmaro, flores e cassis – O Pecado de Cassandra, de Cassandra Rios

Tudo a declarar, de Armando Falcão

A Boca de São Paulo, de Nicole Puzzi

16. Obras literárias de Cassandra Rios

A borboleta branca

A paranoica

A serpente e a flor

A volúpia do Pecado

As traças

Carne em Delírio

Copacabana Posto 9 – A Madrasta

Eu sou uma lésbica

Eudemônia

Muros Altos

Nicoleta Ninfeta

Tessa, a gata

Sonho de Viúva (com o pseudônimo Clarence Rivier)

Valéria, a Freira Nua (com o pseudônimo Oliver River's)

Veneno

Um escorpião na balança

17. Sites:

Na ilha de Lesbos: Entrevista com Hanna Korich, diretora de “Cassandra Rios – a Safo de Perdizes” <https://livreopiniao.com/2014/07/27/na-ilha-de-lesbos-entrevista-com-hanna-korich-diretora-de-cassandra-rios-a-safo-de-perdizes/>

55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura - 31 março 2019 Laís Modelli <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>

Entrevista ao blog do Grupo 24 Quadros Por Gabriel Petter, [março 31, 2014](http://grupo24quadros.blogspot.com/2014/03/entrevista-hanna-korich-e-laura-bacellar.html), <http://grupo24quadros.blogspot.com/2014/03/entrevista-hanna-korich-e-laura-bacellar.html>

Confira entrevista de Hanna Korich – Diretora do Documentário sobre Cassandra Rios – Lez Femme http://www.lezfemme.com.br/news/classificadas_lez_femme/confira-entrevista-hanna-korich-diretora-documentario-cassandra-rios

Cassandra Rios: a Safo de Perdizes – Entrevista com Hanna Korich [22/04/2014](https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/), Por Letícia Leite <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>

Entrevista Nicole Puzzi, Por Judson Ovídio <http://revistazingu.blogspot.com/2007/08/cassandrarios.html>

Documentário retrata Cassandra Rios, escritora lésbica perseguida pela ditadura – Blogay <https://blogay.blogfolha.uol.com.br/2013/08/04/documentario-retrata-cassandra-rios-escritora-lesbica-perseguida-pela-ditadura-militar/>

<http://www.mulher500.org.br/cassandra-rios-1932/>

Cafonice intelectual WALCYR CARRASCO - 31/08/2012 <http://revistaepoca.globo.com/vida/walcyr-carrasco/noticia/2012/08/cafonice-intelectual.html>

La seconde vie de Cassandra Rios, écrivaine étouffée sous la dictature Brésilienne 14 MAR 2014 [Octave Bonnaud](https://information.tv5monde.com/terriennes/la-seconde-vie-de-cassandra-rios-ecrivaine-etouffee-sous-la-dictature-bresilienne-3174) <https://information.tv5monde.com/terriennes/la-seconde-vie-de-cassandra-rios-ecrivaine-etouffee-sous-la-dictature-bresilienne-3174>

Letícia Leite <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>

Cassandra Rios: A Rainha da Literatura Erótica, Por Judson Ovídio <http://revistazingu.blogspot.com/2007/08/cassandrarios.html>

ANEXO A – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE ODETTE RIOS

N.º 14 Pag. 105

NASCIMENTO (N.º 2105)

Certifico que, a fls. 153^v do livro n.º 14
de registro de nascimentos foi registrado hoje, o assento
de Alberte Rios
, nascido ao 2 de Outubro
de 1932, às 14 horas
e 30 minutos, no prédio n.º 85 B da Rua João Pa-
malho, do sexo feminino, de cor branca
filho legítima de Graciano Rios negoci-
ante natural da Espanha
e de D. Jamiana Rios
sendo avós paternos Lauriano Fernandes
e D. Olisa Rios
e maternos Antônio Rios e
e D. Olivia Rios

Foi declarante o pai e
serviram de testemunhas Alberto Antonio da
Carneira

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Caracas, 18 de Outubro de 1932

O Oficial,
José Antonio...

Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS8S-4SW4-F?i=7>

ANEXO B – CONTRACAPA DO LIVRO MUROS ALTOS, SEGUNDA EDIÇÃO,
1967, EDITORA LIDADOR



RICHARD LLEWELLYN, autor de *Como era verde o meu vale* e CASSANDRA RIOS.

Cassandra Rios is exceptional in that she explores those corners of the human mind so far barred — whether by MORES or puritanism or simply by outdated Law — from public discussion. Yet in a present-day civilization which permits detailed reports of cancer of the prostate in statesmen, caesarian operations, and so many other intimacies which could not have been printed twenty years ago, this writer is not merely prevented, but forcibly restrained and even suffers persecution for doing her plain as a writer.

The writer has only one duty: to put in words what the heart dictates in the light of experience.

Cassandra Rios does exactly that, and whether she succeeds or not is for the reader to judge.

Nobody is forced either to buy her work or to read it: and one is inclined to think of Mme. Juliet Curé, Mrs. Pankhurst, and all the other heroines of past days whose work was impeded, whose lives were made unbearable because they persisted in doing what today has become part of the fabric of daily life.

Cassandra Rios may be silenced for a time — the prophet is without honour in her own country — but I am sure that one day she will wear her laurels world-wide, and I shall do anything I may, to help her.

Fonte: Acervo Bajubá.

ANEXO C – [DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.](#)

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuem o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juzados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO
Alfredo Buzaid

G.

MÉDICI

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Gabinete do Ministro
PORTARIA Nº 11-B – DE 6 DE FEVEREIRO DE 1970

O Ministro de Estado da Justiça, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, resolve:

Art. 1.º A divulgação de livros ou periódicos no Território Nacional fica subordinada à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.

Art. 2.º Compete aos Delegados Regionais do Departamento de Polícia Federal proceder ao exame dos livros e periódicos, para o fim do artigo anterior.

Art. 3.º O autor, editor, distribuidor ou responsável não divulgará a publicação, enquanto a autoridade competente não a houver liberado.

Art. 4.º O autor, editor, distribuidor ou responsável, antes da divulgação do livro ou periódico, apresentará ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, 3 (três) exemplares da publicação ou 3 (três) cópias autênticas dos seus originais.

Art. 5.º O exame, por parte do Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, será concluído através de despacho, do qual dará conhecimento ao interessado no prazo de 20 (vinte) dias para livros e 48 (quarenta e oito) horas para periódicos, a contar da apresentação dos originais ou exemplares, contra recibo, no Protocolo da repartição competente.

Parágrafo único. O Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal no exame de livros e periódicos, poderá utilizar a colaboração de pessoas por ele designadas, inclusive estranhos aos quadros do serviço público, desde que moral e intelectualmente habilitadas a realizá-lo.

Art. 6.º Se o Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal verificar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, comunicará, de imediato, o teor do seu despacho, acompanhado de exemplar da publicação de cópia do respectivo original, ao Ministro de Estado da Justiça, para o fim previsto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

Parágrafo único. Se o exame concluir pela inexistência de matéria contrária à moral e aos bons costumes, a divulgação da publicação será liberada.

Art. 7.º As prescrições constantes desta Portaria aplicam-se aos livros e periódicos que, publicados no estrangeiro, se destinarem à venda ou distribuição no Brasil.

Parágrafo único. A apresentação dos livros e periódicos provenientes do exterior far-se-á ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal com jurisdição na área onde se realizar o desembarque, qualquer que seja o meio usado em seu transporte.

Art. 8.º O Ministro de Estado da Justiça e o Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal poderão, a qualquer tempo, avocar a competência para a prática dos atos atribuídos por esta Portaria aos Delegados Regionais.

Art. 9.º A competência dos Delegados Regionais do Departamento de Polícia Federal, para as providências referidas nos arts. 5.º e 6.º, desta Portaria, poderá ser delegada aos Subdelegados Regionais do Departamento de Polícia Federal, quando assim o exigir a conveniência do serviço.

Art. 10.º Os editores, distribuidores, importadores ou responsáveis pela divulgação de livros ou periódicos poderão requerer, em petição devidamente fundamentada e instruída, a dispensa da verificação prévia a que se refere esta Portaria.

Parágrafo único. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos apresentados com base neste artigo.

Art. 11.º Para melhor execução das prescrições contidas nesta Portaria, as Delegacias Regionais do Departamento de Polícia Federal promoverão, na área de suas atribuições, o levantamento e o registro dos editores de livros ou periódicos, assim como das pessoas físicas ou jurídicas que os importem com o fim de comércio ou distribuição.

Art. 12.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: OTERO, 2003, p. 301-302.

Considerando que o objetivo do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, é o de proibir exclusivamente divulgações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando que a Portaria nº 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, visa a subordinar à verificação prévia tão-sòmente as publicações e exteriorizações que contenham matéria potencialmente ofensiva à moral e aos bons costumes;

Considerando que é dispensável tal verificação em publicações ou exteriorizações de caráter filosófico, científico, técnico ou didático, as quais estão naturalmente excluídas da finalidade visada pela Portaria nº 11-B;

Considerando que a má interpretação da portaria deu lugar a dúvidas e a críticas absolutamente infundadas;

Considerando que convém pôr cõbro a essas incompreensões, interpretando o verdadeiro âmbito da Portaria 11-B,

Resolve expedir a seguinte Instrução:

Art. 1º Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes;

Art. 2º Esta instrução aplica-se a tódas as publicações e exteriorizações posteriores à data de entrada em vigor da Portaria nº 11-B, de 6 de fevereiro de 1970.»

Fonte: BUZAID, Alfredo. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Biblioteca do Ministério da Justiça, 1970, p. 11.

REVISTA STATUS

UM FOLHETIM DE CASSANDRA RIOS EU SOU UMA LÉSBICA

ÚLTIMO CAPÍTULO



ILUSTRAÇÕES DE DARCY PENTEADO

A vagina é boa. Nela cabe a mão inteira. A minha mão inteira. Sem-a sentir, penetrando, alargando o canal. Dedos unidos, apertados. Todos. Dentro da vagina de Dearéz. Secando, secando. Ela gemendo e ru assustada, mais do que são, arguindo, ouvindo-a dizer, enquanto em minha mente uma coruja de pé branco ressilhava, zaindo como uma estranha chave fina num prado de sopo.

— Mele mais, põe tudo, assim, nem, com força... me rasga... faz forte.

Meu pulso dói, meus dedos lambuzavam-se e pude até coçar com eles o útero. Meu braço parecia que ia esticar-se todo naquela cavidade úmida que era como uma boca ardente e fútil sugando a minha mão.

O corpo dela agitava-se num ritmo

sinuoso das coxas e simultaneamente eu lambia-lhe o ventre e o mao que podia, alcançado, com a língua esticada, o seu clitoris. Já dava-me a garganta até a raiz da língua. Todos os músculos dos cantos da boca que prendem a língua à mandíbula dolam tanto que já estava tortando-se difícil coar-la.

Em nós havia um cheiro de resto de noite carnavalesca, poeira, lança-perfume, cerveja e sexo.

Desinbe reveria os olhos, graco, fez peçoas obscenas, dese palavras e outras tantas debrantes exaltações das quais depreendi o colto, o ato sexual com homem.

— Descarrega... agora... espocra... me dá o teu lençol... põe tudo dentro de mim... mele...

Ela estava mais chocada do que excitada, e, sob o comando incoercível da bela e fugosa ninha do Carnaval,

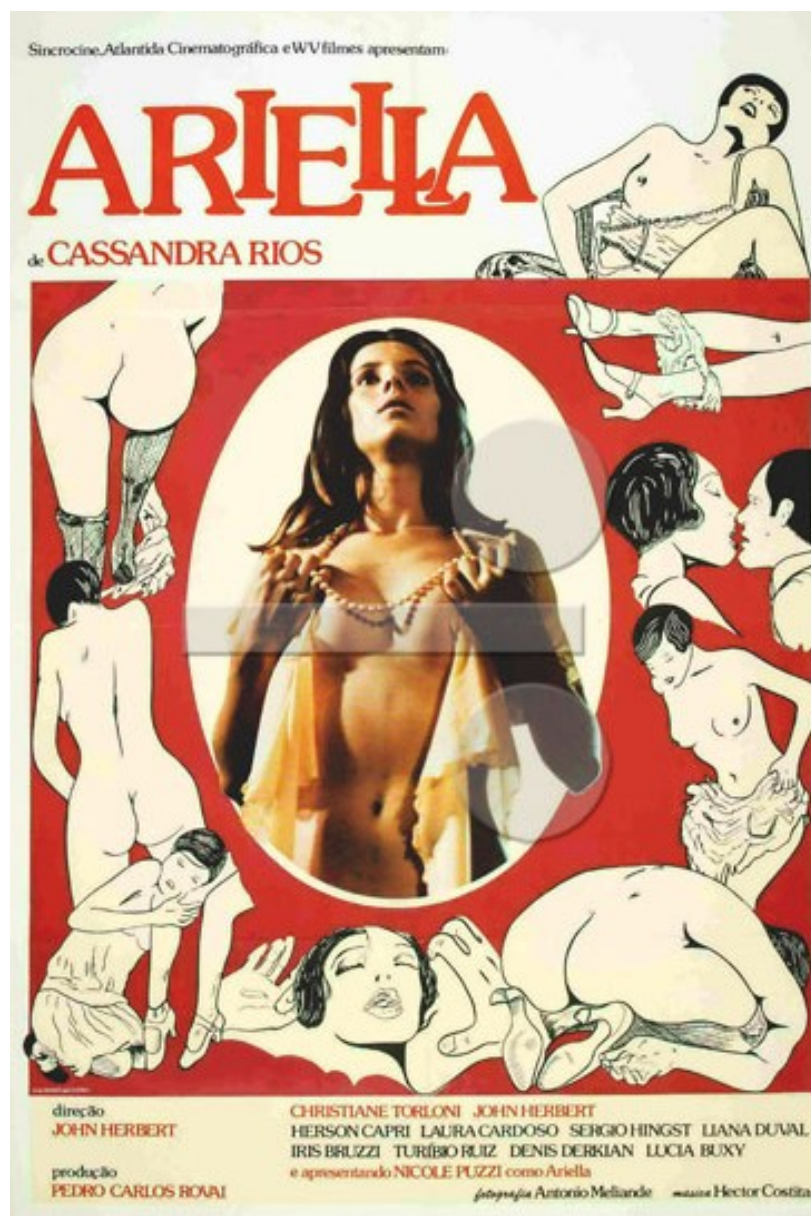
eu dava que impulso do meu braço toda a potência de um membro cavalir, que não cuspiu e que ela palia, que sentia dentro com a mão fechada, enroscada na vagina. Entre-lho ela se agitava e sacudia-se para chegar ao máximo do orgasmo. Cheguei a imaginar, num momento de loucura, que pelas pontas dos meus dedos o meu braço estava prestes a ejacular.

— Tra... tira... está me machucando... vou me tirar até o pulso... carada... me chupa... chupe a minha b...

Era para isso que eu valia para ela como homossexual no sexo. E ela prendeu a minha cabeça com suas rílicas coxas, movimentando o corpo com um ritmo frenético.

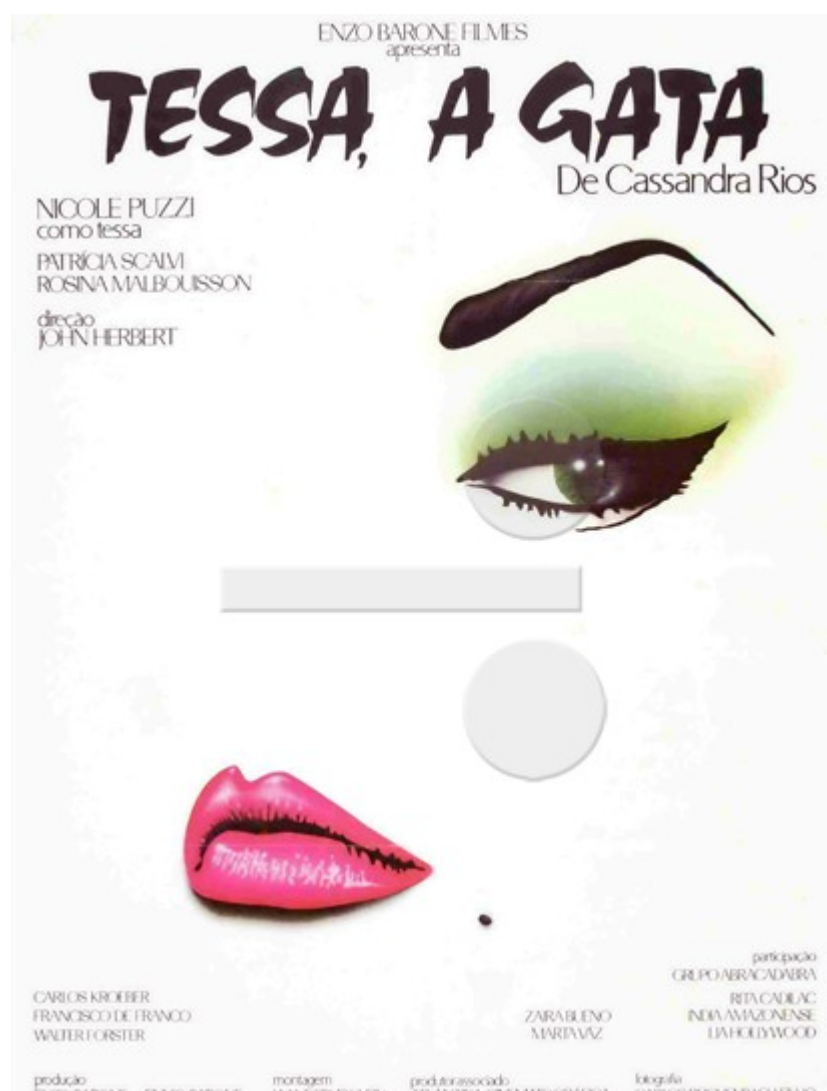
Gozou, estrebuchou, rolou na cama. Estava empapada de suor, suada e ainda mais festiva pelo que

ANEXO G – CARTAZ DO FILME ARIELLA



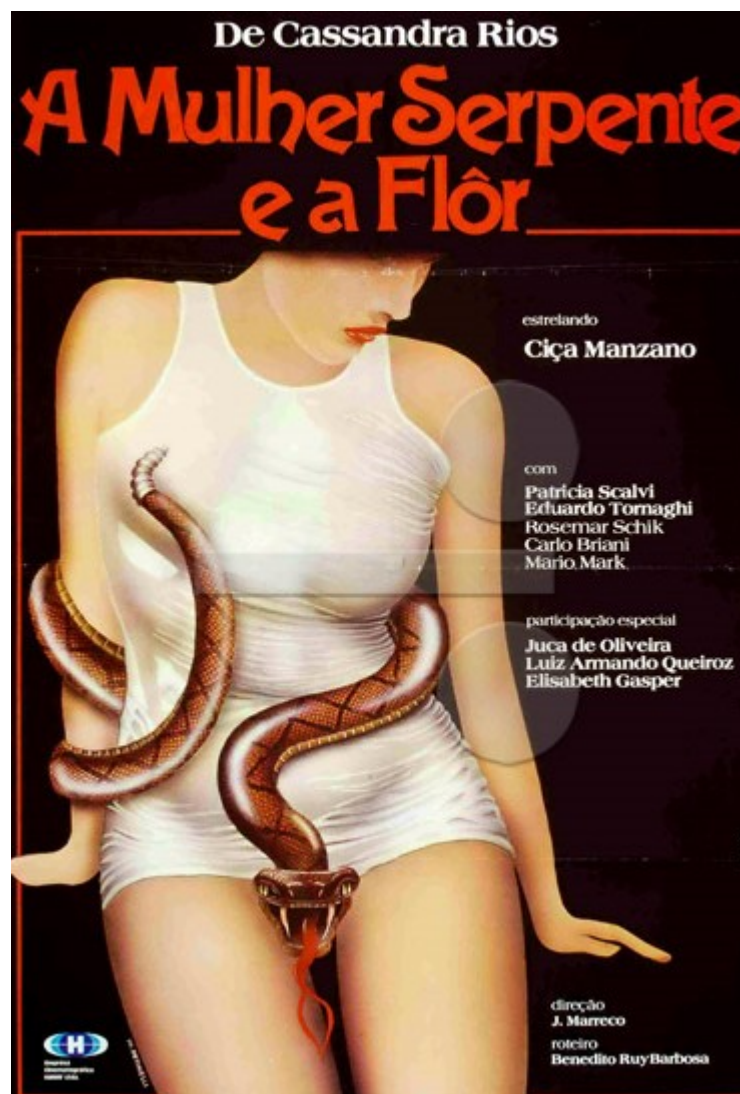
Fonte: Cinemateca Brasileira

ANEXO H – CARTAZ DO FILME TESSA, A GATA



Fonte: Cinemateca Brasileira

ANEXO I – CARTAZ DO FILME A MULHER SERPENTE E A FLOR



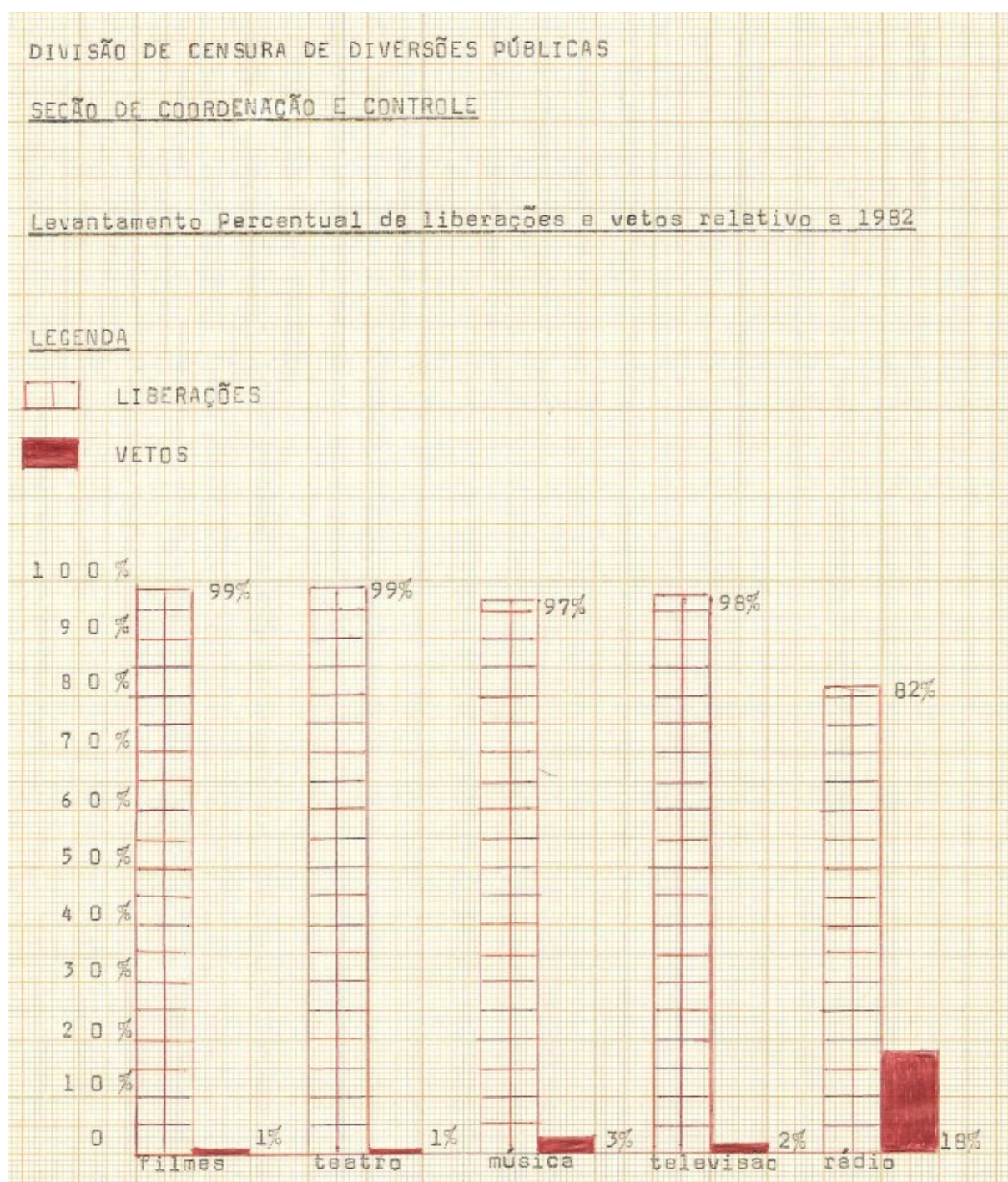
Fonte: Cinemateca Brasileira

ANEXO J – CARTAZ CENSURADO DO FILME A MULHER SERPENTE E A FLOR



Fonte: Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Censura Prévia, Série: Filmes. Caixa: 138.

ANEXO L – LEVANTAMENTO PERCENTUAL DE LIBERAÇÕES E VETOS RELATIVOS A 1982



Fonte: Arquivo Nacional, Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP, Seção: Administração Geral, Série: Relatório de atividades. BR AN,BSB NS.AGR.RAT.15.

ANEXO M – LETRA DA MÚSICA ARTIFÍCIOS

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU. 13759, p. 7

OBRA ARTIFÍCIOS

MUSICA E LETRA

*cassandra rios*PAGINA: 1
EDITORA: RCA
DATA: 3-11-82

1		1
2		2
3	Quero essa mulher	3
4	com um desejo louco	4
5	e eu sei que ela me quis	5
6	e provou quanto.	6
7	Quanto tempo passou	7
8	desde que ela me olhou	8
9	pela primeira vez	9
10	e no meu coração	10
11	sem saber acendeu	11
12	uma chama de amor.	12
13	E eu vivo a dizer,	13
14	com um desejo louco:	14
15	"Quero essa mulher,	15
16	quero essa mulher".	16
17	Quanto tempo passou	17
18	desde que ela se deu	18
19	pela primeira vez	19
20	e o <u>artifício do amor</u>	20
21	que em <u>seu corpo cravei</u>	21
22	só lhe <u>fez mal e dor.</u>	22
23	E eu <u>não</u> consigo esquecer	23
24	esse <u>desejo louco</u>	24
25	o que fiz só por fazer	25
26	para <u>essa mulher!</u>	26
27	Quanto tempo passou	27
28	que o <u>seu corpo e o meu</u>	28
29	o amor <u>comungou</u>	29
30		30

V E T A D O

REVISÃO DA AUTORA

VISTO:

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU. 13759, p. 8

DBRA ARTIFÍCIOS
MÚSICA E LETRA

cassandra rios

PAGINA: 2
EDITORIA: RCA
DATA: 3-11-82

1	e a <u>semente irreal</u>	1
2	que em seu corpo plantei	2
3	nem sequer germinou.	3
4	E eu vivo a chorar	4
5	o meu pranto estéril,	5
6	como chuva que não cai	6
7	em terra fértil.	7
8	Quanto tempo passou	8
9	desde que ela partiu	9
10	sem me dizer adeus	10
11	e do <u>corpo de um homem</u>	11
12	conseguiu o que eu	12
13	nunca pude lhe dar!	13
14	E eu vivo a lamentar	14
15	o meu destino estranho	15
16	esse amor que o próprio amor	16
17	não diz seu nome	17
18	esse amor que o próprio amor.	18
19	renega o nome.	19
20	Quanto tempo passou	20
21	desde que ela partiu	21
22	sem me dizer adeus	22
23	e em meu coração	23
24	a tristeza escreveu	24
25	uma frase de dor:	25
26	Se eu sou o que sou	26
27	O culpado é Deus!	27
28	Se eu não sou o que não sou,	28
29	quem é meu Deus?	29
30	*****	30

VETADO

REVISÃO DA AUTORA _____

VISTO: _____

ANEXO N – PARECER DA PEÇA A MULHER PROIBIDA

Senhor Diretor da Divisão:

Pela primeira vez, na qualidade de Censor, sou forçado a proibir a representação de uma peça teatral. A minha costumeira e tão discutida liberalidade chegou ao limite, após a leitura de "A MULHER PROIBIDA", 3 atos da autoria de Cassandra Rios, cuja censura me coube pelo rodízio.

Por isso, ponho V.S. ao par das razões que me obrigaram a tal resolução; resolução essa que torceu o meu temperamento, qual o de acatar a liberdade de pensamento dos autores e de reconhecer o direito que lhes assiste ao expor suas teses nas obras teatrais.

Acontece que a tese e os dialogos da peça da senhora Cassandra Rios são uma apologia declarada e nada decorosa ao lesbianismo. Além disso, a cena final do 3º ato descreve, irrecomendavelmente, as consequências imediatas de um defloramento.

Portanto, em obediência á legislação vigente, federal e estadual, resolve, contra a minha indole, PROIBIR a representação da peça em questão, s.m.j., dentro do Estado de São Paulo, onde se acha circumscrita a minha autoridade de Censor de Diversões Públicas.

Notarão, certamente, nos originais entregues nesta Divisão inumeros "córtes" feitos pelo signatario, apesar da proibição aludida. É que, Senhor Diretor, a principio, empreguei toda a minha boa vontade para consentir a representação de a "A MULHER PROIBIDA", condicionada á impropriedade até 18 (dezoito) anos e os "córtes" respectivos.

Revendo, porem, a peça depois de censura-la, concluí pela impossibilidade da sua exibição em nossos palcos. O contrario viria, indubitavelmente, provocar seria celeuma, arrastando, por méa culpa, esta Divisão para o campo de criticas acerbas e de doestos, não obstante, como é de meu habito, assumir eu inteira responsabilidade das tarefas funcionais que me são entregues.

Todavia, aceito, respeito e compreendo qualquer recurso legal que a illustre autora de "A MULHER PROIBIDA" queira lançar mão e autorizo o uso do presente relatório, caso seja conveniente.

Aproveito a oportunidade para assegurar a V.S. os meus sentimentos de superior estima e elevada consideração.

São Paulo, 17 de março de 1959

O Censor,

Nestorio Lips
Nestorio Lips